



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO

MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO

**HABITUS, GOVERNANÇAS INSTITUCIONAIS E TRAJETÓRIAS
TECNOLÓGICAS:** uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma
(dendê) no vale do Acará, Pará

Belém
2017

MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO

**HABITUS, GOVERNANÇAS INSTITUCIONAIS E TRAJETÓRIAS
TECNOLÓGICAS:** uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma
(dendê) no vale do Acará, Pará

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa.

Belém
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Monteiro, Marcílio de Abreu

Habitus, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no Vale do Acará, Pará / Marcílio Monteiro de Abreu; Orientador, Francisco de Assis Costa. - 2017.

294 f.: il.; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

1. Habitus – Acará (PA). 2. Técnica. 3 Instituições. 4. Dendê. 5. Amazônia. I. Costa, Francisco de Assis, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 338.1098115

MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO

**HABITUS, GOVERNANÇAS INSTITUCIONAIS E TRAJETÓRIAS
TECNOLÓGICAS: uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma
(dendê) no vale do Acará, Pará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Data de aprovação: 04/07/2017

Banca Examinadora:

Prof.º Dr. Francisco de Assis Costa
Orientador – PPGDSTU /NAEA - UFPA

Prof.º Dr. Roberto Araújo dos Santos Júnior
Examinador Externo – PPGCA Museu E. Goeldi

Prof.º Dr. Marcelo Domingos Carneiro
Examinador Externo – PPGCS - UFMA

Prof.º Dr. Danilo Araújo Fernandes
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA - UFPA

Prof.º Dr. Fábio Fonseca de Castro
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA - UFPA

Às minhas filhas

Fernanda, Juliana e Dalila.

RESUMO

O espaço alterado é compreendido pelas práticas sociais e pelas experiências vividas, conformadas no *habitus*, na técnica e nas instituições. A organização do espaço resulta de uma continuada e repetida combinação de ações e objetos, de acordo com representações, materiais e simbólicas, que interagem dentro de relações sociais, como vínculos subjetivos que se objetivam na conexão entre um recorte geográfico e as conformações sociais. A dinâmica das trajetórias tecnológicas, como elemento mais visível destas alterações, é a ferramenta analítica para indicar os movimentos advindos da ação e reação da estrutura estruturante diante de uma estrutura estruturada. A partir da construção destes elementos teórico-metodológicos, busca-se compreender o fenômeno do avanço do dendê na Amazônia pela referência das alterações decorrentes deste fato social, através de sua objetivação espacial. Tendo como estudo de caso as alterações ocorridas no Vale do Acará, Pará, como espaço-lugar, um espaço social e geográfico objetivado.

Palavras chave: *Habitus*. Técnica. Instituições. Dendê. Amazônia

ABSTRACT

The altered space is understood by social practices and lived experiences, conformed in *habitus*, technique and institutions. The organization of space results from a continuous and repeated combination of actions and objects, according to representations, material and symbolic, that interact within social relations, as subjective bonds that are objectified in the connection between a geographic cut and the social conformations. The dynamics of technological trajectories, as a more visible element of these changes, is the analytical tool to indicate the movements arising from the action and reaction of the structuring structure before a structured structure. Based on the construction of these theoretical-methodological elements, it is sought to understand the phenomenon of the advance of palm oil in the Amazon by reference to the changes resulting from this social fact, through its spatial objectification. Having as a case study the alterations that occurred in the Vale do Acará, Pará, as space-place, an objectified social and geographic space.

Keywords: *Habitus*. Technique. Institutions. Oil palm. Amazon

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Dinâmica das Trajetórias (Estrutura Estruturada, Estrutura Estruturante, Nova Estrutura Estruturada)	102
Fluxograma 1-	Fluxo do método Hipotético Dedutivo	113
Figura 2 -	As trajetórias tecnológicas como capacidade analítica do fato social	127
Figura 3-	Fluxo do modelo teórico	131
Figura 4-	Método societário e método comportamental	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-	Zoneamento agroecológico do dendê na Amazônia	169
Mapa 2-	Vale do Acará, Pará Brasil.	190
Mapa 3-	Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, nenhuma área plantada, no Vale do Acará 1989	211
Mapa 4-	Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acará 1989	212
Mapa 5-	Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, nenhuma área plantada, no Vale do Acará 1995	213
Mapa 6-	Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acará 1995	214
Mapa 7-	Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 01(uma) área plantada, no Vale do Acará 2003	215
Mapa 8-	Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acará 2003	216
Mapa 9-	Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 07 (sete) áreas plantadas, no Vale do Acará 2008	217
Mapa 10-	Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acará 2008	218
Mapa 11-	Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 192 (cento e noventa e duas) áreas plantadas, no Vale do Acará 201.	219
Mapa 12-	Mapeamento da evolução da dendeicultura: 2003, 2008 e2015, no Vale do Acará	221
Mapa 13-	Malha Fundiária do dendê com identificação das áreas da Biopalma (2013)	225
Mapa 14-	Concentração de unidades rurais com pecuária no Vale do Acará e no entorno	229
Mapa 15-	Mapa de áreas analisadas da agricultura familiar com plantio de dendê no Vale do Acará, em 2015	233
Mapa 16-	Mapa de propriedade da agricultura familiar com plantio de dendê, no Vale do Acará, em 2015	234

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Indicação da origem da produção mundial de óleo de palma, em mil toneladas (2016)	150
Gráfico 2-	Série histórica do preço do Óleo Cru de Palma (CPO), em dólares, 2000 a 2016	152
Gráfico 3-	Expansão da produção mundial do óleo cru de palma em toneladas	153
Gráfico 4-	Conflitos provocados pela expansão do óleo de palma na Indonésia	160
Gráfico 5-	Composição média do valor bruto da produção rural no Nordeste Paraense (de 2004 a 2006)	173
Gráfico 6-	Área plantada em lavouras nos municípios paraenses do dendê, em hectares, 2000 a 2014	174
Gráfico 7-	Taxa de crescimento na área plantada da lavoura permanente e temporária nos principais municípios de produção de dendê, no Pará, em hectares, nos anos de 2000 a 2014	175
Gráfico 8-	Crescimento na área plantada da lavoura permanente e temporária nos municípios com produção de dendê já consolidada, no Pará, em hectares, nos anos de 2000 a 2014	176
Gráfico 9-	Crescimento na área plantada (hectares) da lavoura permanente e temporária nos municípios com produção de dendê em expansão, no Pará, nos anos de 2000 a 2014	177
Gráfico 10-	Evolução da área plantada com mandioca e dendê, nos municípios produtores de dendê (2000-2014)	179
Gráfico 11-	Curva de crescimento do total geral de empregos e curva de crescimento dos empregos resultantes do incremento do dendê, nos municípios produtores de dendê no Pará, 2006 - 2014	183
Gráfico 12 -	Variação de empregos formais do dendê no Pará, 2000 a 2014	184
Gráfico 13 -	Distribuição por gênero dos empregos do dendê, em 2014, no Pará	185
Gráfico 14-	Empregos por faixa etária no cultivo do dendê no Pará (2014)	185
Gráfico 15-	Produção de mandioca e emprego do dendê no Vale do Acará (PA) (2005-2012).	186
Gráfico 16 -	Arrecadação da Receita Corrente dos municípios do Vale do Acará nos anos de 2000 a 2010, em milhões	198
Gráfico 17-	Percentual de extremamente pobres: Brasil, Pará, Vale do Acará nos censos de 1991, 2000, 2010	201
Gráfico 18-	Percentual de crescimento Bolsa Família tendo como base o ano de 2015 do valor nominal no Vale do Acará nos anos de 2004 a 2015	203
Gráfico 19-	Distribuição do IDHM no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	204
Gráfico 20-	Percentual de crescimento do IDHM no Vale do Acará, no estado do	205

Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010

Gráfico 21-	Percentual de crescimento do IDHM da Educação no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	205
Gráfico 22-	Percentual de crescimento do IDHM da Longevidade no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	206
Gráfico 23-	Percentual de crescimento da esperança de vida ao nascer no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	206
Gráfico 24-	Percentual de crescimento da mortalidade infantil no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	207
Gráfico 25-	Percentual de crescimento do IDHM da Renda no Vale do Acará, no estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	207
Gráfico 26-	Percentual de crescimento da participação de pobres no Vale do Acará, no estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010	208
Gráfico 27-	Taxa de crescimento do rebanho bovino, no Vale do Acará, 2001 a 2014	230
Gráfico 28-	Taxa de crescimento do rebanho bovino no Vale do Acará e no município de Ipixuna do Pará, 2001 a 2014	231
Gráfico 29-	Percentual dos valores dos contratos do Dendê e dos demais financiamentos no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015	240
Gráfico 30-	Participação dos valores de financiamento do Banco da Amazônia no Vale do Acará por empreendimento agrícola no ano safra de 2011/2012.	241
Gráfico 31-	Número de contratos do Dendê e de mandioca financiamentos no Vale do Acará pelo Banco da Amazônia, nos anos de 2003 a 2015	242
Gráfico 32-	Valores dos contratos dos principais produtos agrícolas financiados no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015	244
Gráfico 33-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa etária, em percentual	245
Gráfico 34-	Distribuição do dendê no Vale do Acará e no Pará por faixa etária dos assalariados rurais	246
Gráfico 35 -	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará, por gênero	247
Gráfico 36-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por estado civil	247
Gráfico 37 -	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por grau de escolaridade	248
Gráfico 38 -	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará de origem do Pará, por naturalidade de município	249
Gráfico 39-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará pela ascendência da atividade familiar	249

Gráfico 40-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará, por número de filhos	250
Gráfico 41-	Distribuição por programa de assistência federal que tem como beneficiados assalariados rurais do dendê no Vale do Acará	250
Gráfico 42 -	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa de renda familiar	251
Gráfico 43-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por acesso aos meios de comunicação	252
Gráfico 44-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por autodefinição profissional.	252
Gráfico 45-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará pelo acesso ao primeiro emprego formal	253
Gráfico 46-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por origem de atividade	254
Gráfico 47-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que desejariam atuar como agricultores	255
Gráfico 48-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por gênero e manifestação de interesse em atuar como agricultores	257
Gráfico 49-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa etária e manifestação de interesse em atuar como agricultores	258
Gráfico 50-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará com interesse em atuar como agricultores, por estado civil	258
Gráfico 51-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará com interesse em atuar como agricultores, pela ascendência da atividade familiar	259
Gráfico 52-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por grau de escolaridade e manifestação de interesse em atuar como agricultores	260
Gráfico 53-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por número de filhos e manifestação de interesse em atuar como agricultores	260
Gráfico 54-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por autodefinição profissional e manifestação de interesse em atuar como agricultores	261
Gráfico 55-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que tiveram o primeiro emprego formal e manifestação de interesse em atuar como agricultores	261
Gráfico 56-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por origem da atividade exercida anteriormente e manifestação de interesse em atuar como agricultores	262
Gráfico 57-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por atividade exercida paralelamente e manifestação de interesse em atuar como agricultores	263

Gráfico 58	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por tempo de serviço e manifestação de interesse em atuar como agricultores	264
Gráfico 59-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por relação do emprego e a condição de vida, com manifestação de interesse em atuar como agricultor	264
Gráfico 60-	Indicação do principal ponto positivo do trabalho de assalariado	265
Gráfico 61-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por indicação dos direitos trabalhistas como principal ponto positivo no emprego, e manifestação de interesse em atuar como agricultores	266
Gráfico 62 -	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por indicação do que mudou para melhor na vida, e manifestação de interesse em atuar como agricultores	267
Gráfico 63-	- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por indicação do que piorou na vida, e manifestação de interesse em atuar como agricultores	263
Gráfico 64-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que manifestaram o não interesse em atuar como agricultores por indicação de motivos	268
Gráfico 65-	Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que manifestaram interesse em atuar como agricultores por indicação de motivos	269
Gráfico 66-	Área plantada e estimada de dendê no Pará	272

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Comparação da produção de óleo: soja e dendê	152
Tabela 2 -	Ciclo de produtividade do dendê	153
Tabela 3 -	Produção agrícola nos principais municípios produtores de óleo de palma (dendê) Censo 2006	171
Tabela 4 -	Distribuição das principais áreas de emprego nos principais municípios produtores de dendê 2000 a 2014	182
Tabela 5 -	População e área dos municípios do Vale do Acará (2010)	195
Tabela 6 -	Distribuição em percentual da população urbana e rural, 1991, 2000 e 2010	196
Tabela 7 -	Valores de repasse de ICMS nos municípios do Vale do Acará nos anos de 2004 a 2015	197
Tabela 8 -	Valores de transferências da União aos municípios do Vale do Acará, 2004 a 2015	199
Tabela 9 -	Incremento de transferência da União para os municípios do Vale do Acará	199
Tabela 10 -	Percentual de Crescimento do PIB	200
Tabela 11 -	Percentual de extremamente pobres, 1991, 2000, 2010, Vale do Acará	200
Tabela 12 -	Repasse do Bolsa Família em 2015 no Vale do Acará, Pará	201
Tabela 13 -	Repasse do Bolsa Família no Vale do Acará – Pará, em milhões reais, 2004, 2008, 2012 e 2015	202
Tabela 14 -	Repasse BPC, BF e FPM no Vale do Acará, em 2015	203
Tabela 15-	Concentração de renda no Vale do Acará no ano de 2010	208
Tabela 16-	Estatística de Mudanças do uso do solo (Dendeicultura - 1989 - 1995 - 2003 - 2008 - 2015), Vale do Acará, Pará	222
Tabela 17 -	Propriedades da BIOPALMA no Vale do ACARA- Regularidade Fundiária	226
Tabela 18 -	Estatística de Mudanças BIOPALMA (Dendeicultura – 1989 – 1995 – 2003 – 2008 – 2015)	227
Tabela 19 -	Estatística de mudança no uso do solo em 25 propriedades abaixo de 50 hectares (Dendeicultura - 1989 - 1995 - 2003 - 2008 – 20 15) no Vale do Acará	235
Tabela 20 -	Distribuição de valores por porte do empreendedor financiados	

	pele Banco da Amazônia no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015	239
Tabela 21 -	Valores dos contratos dos principais produtos rurais financiados no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015	243
Tabela 22 -	Área total de plantio de dendê por tempo de produção no Pará, 2016	274
Tabela 23 -	Evolução da produção de óleo de palma no Pará, 2011 a 2018	275
Tabela 24 -	Capacidade instalada de indústria de beneficiamento de CFF no Pará, em 2016	276

LISTA DE SIGLAS

ABRAPALMA	Associação Brasileira de Óleo de Palma
ADEPARA	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADM	<i>Archer Daniels Midland Company</i>
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BBB	Belém Brasil Bioenergia S/A
BF	Bolsa Família
BFC	Benefício de Prestação Continuada
CAR	Cadastrado Ambiental Rural
CCF	Cachos de Frutos Frescos
CPKO	Óleo Cru de Palmiste
CPO	Óleo Cru de Palma
DENPASA	Dendê do Pará S.A
DENTAUA	Dendê do Tauá S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FISSET	Fundos Setoriais
FNDEB	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica
FNDEF	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Fundamental
FNO	Fundo Constitucional Norte
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INCRA	Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
IRHO	<i>Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux</i>
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
EU	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para Cooperação Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto

PIC	Projetos Integrados de Colonização
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
POME	<i>Palm Oil Mill Effluents</i>
PPSPO	Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informação Social
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SAGRI	Secretaria do Estado do Pará de Agricultura
SEMAS	Secretaria Estadual do Pará de Meio Ambiente e Sustentabilidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional,
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
EU	União Europeia
VBPR	Valor Bruto da Produção Rural
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.	20
2	<i>HABITUS</i> E O SISTEMA DE DISPOSIÇÕES: O SENSO PRÁTICO COMO MODELO INTERPRETATIVO DA MOTIVAÇÃO DE SER E AGIR DO AGENTE	22
2.1	Para além da escolástica: o modelo interpretativo do senso prático	22
2.2	O senso prático e o habitus	22
2.3	O capital simbólico e o reconhecimento social	26
2.4	O sistema simbólico como dominação e diferenciação	29
2.5	Poder simbólico.	30
2.6	Legitimação, dominação simbólica e o comportamento dos agentes	33
2.7	Violência simbólica e ideologia	34
2.8	O ser social através do senso prático	37
2.9	Da ontologia do trabalho à ontologia do habitus	38
2.10	O sistema de disposições: a motivação de ser e agir do agente	41
3	INSTITUIÇÕES E GOVERNANÇAS: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO CAMPO SOCIAL	48
3.1	As instituições como estrutura organizacional e de dominação	48
3.2	A instituição como Campo Social	50
3.3	As instituições sociais, o capital simbólico e o poder	52
3.4	A instituição é iminentemente social e historicamente constituída	55
3.5	O Estado moderno: proeminência de uma meta instituição social	56
3.6	Determinismo institucional do mercado	59
3.7	A pluralidade das governanças e os arranjos institucionais	61
4	ESPAÇO-LUGAR E TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS: ELEMENTOS INTERPRETATIVOS DA OBJETIVAÇÃO DA DUALIDADE ENTRE AGENTE E ESTRUTURA	66
4.1	A dualidade do espaço como contraponto ao universalismo	66
4.2	Sociedade moderna: a noção do espaço comprimido pelo tempo	67
4.3	A dualidade da técnica e as transformações do espaço	70
4.4	A busca de homogeneização do espaço pela técnica	73
4.5	O espaço homogeneizado: maior a artificialidade, mais racional	76
4.6	A construção de um conceito sociológico do espaço	78
4.7	O espaço-lugar: sistemas de objetos e de disposições	81
4.8	O espaço-lugar: a totalidade na dualidade	84
4.9	O espaço-lugar e as redes (horizontalidades e verticalidades)	87

4.10	Trajelórias tecnológicas: o elo interpretativo do espaço-lugar	91
4.11	Instituições, rendimentos crescentes e dependência da trajetória	92
4.12	Trajelória tecnológica: momento crítico e sequência de eventos	97
4.13	As trajetórias tecnológicas e a dinâmica do espaço-lugar	103
5	CONSTRUINDO O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO	106
5.1	Sem teoria é impossível interpretar a realidade	106
5.2	O método hipotético-dedutivo: do concreto ao concreto pensado	110
5.3	O fato social: a interface entre a teoria e a realidade	114
5.4	A vigilância epistemológica na teoria do conhecimento social	116
5.5	O espaço objetivado pelo lugar como método	120
5.6	Ferramentas do método: trajetórias o elemento mais abrangente	125
5.7	O esquema teórico: a realidade dinâmica e objetivada pela ação	127
5.8	O uso de dados societários e comportamentais como método	133
6	EFETIVANDO A PESQUISA: RELEVÂNCIA, PERGUNTAS NORTEADORAS, HIPÓTESES E RESPOSTAS PRELIMINARES	138
6.1	A construção do plano investigativo	141
7	A EXPANSÃO DO PLANTIO DO DENDÊ COMO FATO SOCIAL	147
7.1	Uma expansão de abrangência mundial	148
7.2	Um modelo historicamente criticado pelos seus riscos	156
7.3	O dendê no Pará: ciclos diferenciados da mesma trajetória	164
7.4	Novos atores entram em cena: a ação estruturante do dendê	170
8	O ESTUDO DE CASO: A EXPANSÃO DO DENDÊ NO VALE DO ACARÁ – O FATO SOCIAL CONSTATADO	188
8.1	O Vale do Acará: uma conformação heterógena	189
8.2	O Vale do Acará: por dados secundários	195
8.3	A dinâmica espacial alterada: o dendê no Vale do Acará	210
8.4	A dinâmica do dendê no Vale do Acará e a questão fundiária	224
8.5	A opção do dendê pelo Vale do Acará e a trajetoria da pecuária	227
8.6	O dendê no Vale do Acará e a agricultura familiar integrada	232
8.7	Governança da trajetória tecnológica do dendê: a ação do Estado	236
9	HABITUS: DISPOSIÇÃO E DISTINÇÃO DOS ASSALARIADOS RURAIS DO VALE DO ACARÁ.	245
9.1	Perfil dos assalariadosdo dendê do Vale do Acará.	245
9.2	O <i>habitus</i> e o senso prático do assalariado rural	254

10	A EXPANSÃO DO DENDÊ NO PARÁ COMO “CONCRETO PENSADO”: DE TRAJETÓRIA ESTRUTURANTE À TRAJETÓRIA ESTRUTURADA	270
10.1	A relação entre a produção agrícola e a industrial	275
11	CONCLUSÃO	278
	REFERÊNCIAS	282

1 INTRODUÇÃO

Fazer uma análise que supere a mera descrição de um fenômeno para alcançar a sua compreensão, através de uma explicação coerente do fato social a ser estudado requer, obrigatoriamente, uma base teórica que possibilite uma integração entre epistemologia e metodologia, problematização e hipótese, e a realidade empírica. É o desafio que a presente tese se propôs a enfrentar.

Este trabalho está dividido em três partes: *approach* teórico; delimitação da abordagem metodológica; estudo empírico.

Na primeira parte são apresentados: a conformação do *habitus* no capítulo 2; o capítulo 3 é circunspeto à configuração das instituições e governanças; o uso da técnica e o enfoque espacial, através das trajetórias tecnológicas e dos ambientes interpretativos sobre o espaço, estão expostos no capítulo 4. Através da abordagem destas categorias conceituais - capazes de auxiliar a identificar e a qualificar os agentes, pela objetivação da ação - todos estes elementos integram-se entre si conformando o arcabouço teórico da tese. A opção teórica por este modelo de pensamento complexo na sociologia visa aproximar falsas dicotomias, a fim de sobrepujar antigos, e atuais, dilemas epistemológicos, advindas das principais teorias da modernidade, elaboradas a partir do final do século XIX e do início do século XX, que se afirmaram enquanto caminhos heurísticos distintos em dois grandes campos de saberes: de um lado, padrões da ação substantiva do agente; de outro, a expressão determinística da estrutura.

Na segunda parte é apresentada a abordagem de integração epistemológica e metodológica, pela qual os fenômenos são percebidos através de suas representações. As diferenças entre os atores sociais refletem-se nos eventos que organizam a produção material e cultural da vida cotidiana, em uma estrutura estruturada e no movimento das forças estruturantes, tendo como síntese a conformação da dinâmica espacial. A partir da compreensão de que sem teoria é impossível interpretar a realidade, o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, capítulo 5, como elemento metodológico da passagem do concreto para o concreto pensado. Os aspectos sobre o desenvolvimento da pesquisa em si, como a indicação da relevância do estudo, perguntas norteadoras, hipótese e respostas preliminares são apresentadas no capítulo 6.

A terceira divisão é a parte empírica, inicia-se pela abrangência histórica da expansão do dendê, capítulo 7. No capítulo 8, o fato social da expansão do dendê no Vale do Acaraú é analisado. Em seguida, no capítulo 9, pelo *habitus* é ponderada as distinções e a conformação

cotidiana vivida do agente, como assalariado rural e agricultor, diante das modificações advindas do dendê. Por fim, a dinâmica do óleo de palma como trajetória estruturante à trajetória estruturada é o tema do capítulo 10. Esta parte empírica do estudo visa, assim, explicar a realidade em sua objetividade dinâmica, como totalidade. A presente pesquisa parte do fato social concreto, analisa-o, e retorna enquanto concreto pensado, ou seja, tendo o estudo de caso o Vale do Acará, Pará, a expansão do dendê na Amazônia é o ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo.

Ainda compõe o presente trabalho, o capítulo final como guisa conclusiva, capítulo 11, e as referências bibliográficas.

2 HABITUS E O SISTEMA DE DISPOSIÇÕES: O SENSO PRÁTICO COMO MODELO INTERPRETATIVO DA MOTIVAÇÃO DE SER E AGIR DO AGENTE

2.1 Para além da escolástica: o modelo interpretativo do senso prático

Nos debates epistemológicos das ciências sociais consolidaram-se várias antinomias, como a separação entre as análises do simbólico e do material, o antagonismo entre os modos de conhecimento subjetivista e objetivista e ainda as dicotomias entre a estrutura e o agente, ou entre o local e o global. Essa polarização entre um processo externo e estrutural (determinismo social)¹ e um processo interno de racionalidade do indivíduo (determinismo do agente)² acaba por empobrecer a análise interpretativa, na medida em que a explicação da realidade estaria na conjunção dos dois argumentos, que não são antagônicos, são, antes, complementares.

Na Sociologia, a tentativa de englobar em uma mesma noção interpretativa a ação do agente e a estrutura, fazendo dessa coexistência analítica uma reconfiguração explicativa da sociedade, tem tido importantes avanços. Pierre Bourdieu (1930-2002), que, em sua teoria, reconhece o grau de liberdade dos agentes, com suas diferentes relações e contradições entre si, mediadas pela formação estrutural da sociedade distancia-se da relação interpretativa determinista, que considera a ação como um efeito mecânico das pressões exercidas pelas estruturas externas, bem como se afasta da visão finalística, que domina o pensamento social na corrente utilitarista, segundo a qual pela ação racional, os indivíduos agem de forma livre e independente. Para Bourdieu, a ação precede a estrutura, ao mesmo tempo é sua consequência. Através do senso prático do agente, conforma o *Habitus*, como ser social.

2.2 O senso prático e o habitus

Bourdieu, em sua teoria do senso prático, observa que a polarização entre objetivismo e subjetivismo está associada aos equívocos provocados pela construção do conhecimento advinda dos pensamentos escolásticos, que, ao separarem o campo mental das ações da vida social, fazem do mundo uma interpretação abstrata, produzindo um conhecimento pelas

¹Para as correntes durkheimianas a sociedade deveria ser explicada como um todo e não pelos indivíduos, o funcionamento da sociedade é elucidado pelos fenômenos sociais, que são fruto de crenças e modos de agir da coletividade que se conformam em instituições; ou como para correntes marxistas, mesmo reconhecendo uma possível autonomia dos indivíduos, admitem, em última análise, que as relações sociais estariam condicionadas às contradições das estruturas sociais, não rompendo, assim, com o determinismo estrutural.

²Correntes weberianas para quem a análise social baseia-se na atuação do indivíduo e a ação social resultaria da racionalidade intrínseca ao agente.

ideias, por um processo que separa a teoria e o sentido prático, a mente e o corpo, sem a percepção de que as relações sociais concretas marcam as necessidades e as ações da vida cotidiana dos agentes (BOURDIEU, 2001).

A disposição e a visão de mundo do agente não são algo desconectado socialmente, o que faz com que essa interpretação se distancie da posição idealista, que limita a análise dos agentes a uma forma exclusivamente subjetiva, desvinculando-a da estrutura em que eles estão inseridos. Segundo Bourdieu (2001, p. 173-178), a ação, conformada pelo senso prático, é realizada por um agente específico diante de uma estrutura concreta, a partir de uma disposição em fazê-la; o agente só a faz porque existe uma experiência de vida, e as motivações, ao se efetivarem, passam a fazer parte da vida do agente, retroalimentando a relação social vivida. É possível definir esse espaço social pelas suas possibilidades e impossibilidades de sentir e perceber a realidade; nesse espaço social, ocorre uma interação entre dois sistemas de relações, as posições subjetivas e objetivas são objetivadas na conformação do *habitus* como um processo internalizado no agente como ser. Portanto a compreensão prática não é uma consciência conhecedora, mas um senso prático derivado do *habitus*, da experiência vivida e do mundo com o qual se relaciona o agente³.

O *habitus* é uma matriz historicamente constituída, criativa, enraizada na percepção do agente, fruto de uma relação entre o ser e o mundo em que está inserido, sendo, portando, socialmente modificado, mas mantendo uma certa autonomia na estrutura social, sendo considerado um sistema aberto, flexível, não é nem mecânico, nem determinístico, e está permanentemente interagindo com o sistema social. É um processo cumulativo, consolidado ao longo do tempo, tende a ser durável, mas não imutável.

O *habitus*⁴, tendo como base a formação e a motivação cognitiva do agente, é uma noção subjetiva, dando sentido à tomada de decisão de agir, que se faz a partir do senso

³ A relação entre o agente e o mundo ocorre em atos presenciais e também por fatos bem distantes, mas que geram eventos que direta ou indiretamente atingem o agente, dando origem a processos cada vez mais complexos que envolvem outros agentes, sistemas objetivos e subjetivos, e representações simbólicas, que passam a interferir na relação social e na conformação do próprio agente.

⁴ A percepção do *habitus* é una, mas é possível compreender melhor com a ajuda dos conceitos de *eidos*, *ethos* e *héxis*. Como *eidos*, o componente cognitivo, o *habitus* caracteriza-se por uma construção peculiar da realidade; como *ethos*, o componente normativo, o *habitus* refere-se à dimensão de disposições morais, princípios práticos, que se configura por traços característicos na forma como se efetivam os instrumentos e os próprios objetos construídos, guiados por um senso intuitivo, derivado da experiência social; como *héxis*, o componente corpóreo, o *habitus* se traduzem nas expressões corporais, posturas, aptidão adquiridas. Portanto o *habitus* é, ao mesmo tempo, a realidade social vivida em que o agente está inserido na sua forma cognitiva (*eidos*); pela compreensão normativa ou de valores morais, derivados dessa realidade vivenciada (*ethos*); e das disposições posturais do corpo (*héxis*).

prático, como percepção do ser, diante de uma situação concreta. A motivação - o sentido⁵ que faz o agente tomar uma decisão - leva em conta a dinâmica do conjunto de fatores objetivos, mediada pela subjetividade do *habitus*, ou seja, é uma racionalidade prática, que transcende a vontade estrita do indivíduo, é inerente a um sistema de relações sociais (objetivas e subjetivas) constituídas.

O *habitus* refere-se aos modos de perceber, sentir, pensar, fazer, enfim, a tudo aquilo que motiva o agente a agir de uma determinada forma, em um momento concreto. É, portanto, uma categoria relacional adquirida pela interiorização das estruturas sociais, portadoras da história individual e também coletiva; são rotinas corporais e mentais inculcadas no agente a ponto de ele não as reconhecer como adquiridas externamente, entendendo-as como algo “natural”, que permite agir sem pensar, como se elas fossem fruto de um “instinto” pessoal. Pelo *habitus*, as disposições são estruturadas, entendidas como percepções cognitivas interiorizadas, e ao mesmo tempo são estruturantes, gerando, por sua vez, práticas e representações simbólicas.

Por essa definição de Bourdieu, *habitus* tem um sentido bem amplo, distinguindo-se de um simples hábito. O hábito é um costume, um conceito de identidade, como tratado por Veblen⁶. Embora, aparentemente, seja possível aproximar o hábito mental de Veblen do *habitus* de Bourdieu, o segundo conceito, o *habitus*, é mais sofisticado, por referir-se a um processo cognitivo interno e externo. O *habitus* não é uma simples conjunção de instinto e de costume, é um processo social que se efetiva enquanto modelo mental “inculcado”, o que faz com que o agente tenha formas diferenciadas de absorver as relações sociais e, ao mesmo tempo, admite ser modificado por elas. O *habitus* personifica o ser, dessa forma, é inseparável do ser. O ser sem o *habitus* perde a sua objetividade, torna-se um ente abstrato, um elemento qualquer da espécie humana.

O *habitus* é adquirido na interação social, gerando um sistema de disposições, que relaciona as condições de existência do agente com a organização de sua racionalidade

⁵ A racionalidade que leva o agente a tomar decisões é distinta da racionalidade weberiana; a compreensão é uma racionalidade possível, baseada no senso prático pela disposição do razoável, delimitada por desejos e oportunidades.

⁶ Veblen demonstra que as sociedades têm hábitos e costumes e que cada sociedade possui hábitos particulares. De acordo com Veblen (1983, p. 87), há “uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente, mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive”. Os principais atores do processo de dominação são as classes ociosas que buscam conservar os seus hábitos para preservar os costumes predominantes nos segmentos que mais se beneficiam com a preservação deles.

prática. Nesse sentido, o *habitus* representa a maneira como o agente percebe, julga e valoriza o mundo, que por sua vez influencia a sua forma de ser e fazer.

Considerar o *habitus* representa descartar a visão escolástica que universaliza os comportamentos em padrões motivacionais, como sendo fruto de um processo planejado. As relações a serem percebidas, mesmo que tenham formas similares, não retiram a capacidade da especificidade interpretativa do agente. Estando os agentes em uma mesma conformação social e sob condições assemelhadas, social e historicamente constituídas, tendem a constituir visões simbólicas que se identificam pelo mesmo corpo socializado; entre seus pares, ocorre uma ratificação e uma legitimação de certas motivações e ações. Mas ter maneiras semelhantes de julgar e agir não significa que exista uma comunicação entre as consciências, nem que as decisões sejam orientadas por normativos contratuais de escolhas racionais.

A noção de *habitus* permite dar conta de processos sociais coletivos e dotados de uma espécie de finalidade objetiva [...] sem recorrer nem a coletivos personificados, aptos a formular seus próprios objetivos, nem à agregação mecânica das ações racionais dos agentes individuais, tampouco a uma consciência ou a uma vontade central, capaz de se impor por intermédio de uma disciplina (BOURDIEU, 2001, p. 191).

A expectativa e a experiência que fazem parte do *habitus* fazem com que o agente tenha disposição para ser e fazer. Não há uma condição *a priori*, baseada na disposição, para que a ação automaticamente se efetive, pois a realização da ação está condicionada a um conjunto de circunstâncias apropriadas, em uma relação social em uma dada situação. Portanto as posições e as tomadas de decisões não influem de modo mecânico e finalístico na ação. De forma inversa, como agentes com formação social semelhante realizam ações diferentes quando se encontram em uma mesma situação, a simples descrição de uma ação é insuficiente para explicá-la. Com efeito, cada agente tem um sistema específico de disposições que resultam de uma relação entre o *habitus* subjetivo e uma situação objetiva, na qual a tomada de decisão é movida pelo senso prático.

O *habitus* ajuda a entender o motivo pelo qual as nossas ações tendem mais frequentemente a seguir um princípio de senso prático do que um cálculo racional, como quer

crer a teoria neomarginalista⁷ ou aquelas que veem na ação uma simples seqüências de estímulo e resposta, de causa e efeito, como indicado por Kant⁸.

Entender o *habitus* como um elemento cognitivo fruto do conhecimento prático, que se objetiva no processo histórico, pressupõe compreender que um acontecimento histórico não determina uma conduta, “assim como não se deve dizer que o vidro se quebrou porque uma pedra o atingiu, mas que ele se quebrou quando a pedra o atingiu, porque ele era quebrável” (BOURDIEU, 2001, p. 181). O acontecimento só teve esse efeito porque existiam condições estabelecidas que, naquele momento, contribuíram para o efeito, como o tamanho da pedra, a força do arremesso da pedra, a posição do vidro, etc. Um fato aparentemente insignificante pode gerar consequências até então inimagináveis. O acontecimento não é, pois, algo isolado, está inserido em outros.

No que diz respeito às relações sociais, o *habitus* é um elemento fundamental para a explicação das condutas humanas. Não se pode atribuir à motivação para tomar uma decisão uma finalidade material ou simbólica, pois o princípio da propensão para agir não é o sujeito que, numa condição de conhecimento puro, defronta-se com o mundo como um objeto; nem se pode conceber a motivação de ser ou fazer como uma representação da causalidade mecânica da estrutura social exercida sobre o agente. “Por intermédio das estruturas cognitivas e motivacionais postas em jogo [...] o *habitus* contribui para determinar as coisas a fazer ou não fazer, as urgências etc., que desencadeiam a ação” (BOURDIEU, 2001, p. 181). A ação tem origem, não simplesmente surge, tem elementos que a antecedem; de certo, entendê-la implica compreender não só sua base objetiva, mas também os aspectos subjetivos envolvidos. Isso faz do *habitus* um elo importante para a compreensão do processo relacional que se forma entre o subjetivismo e o objetivismo, das relações sociais que se formam entre o jogo, as regras do jogo e a disposição para jogar.

2.3 O capital simbólico e o reconhecimento social

O mundo social oferece o reconhecimento, a consideração, para que os agentes o tomem como a razão da vida cotidiana, fazendo-se presente na relação familiar, nos grupos

⁷ A corrente neomarginalista ou Nova Escola de Viena está baseada na “utilidade marginal” de demanda e oferta. A utilidade está associada à propriedade que os bens e serviços têm de satisfazer a necessidade e aos desejos humanos. Essa corrente enfatiza o poder da organização espontânea dos preços, que derivam da motivação racional da ação humana.

⁸ “todas as mudanças ocorrem segundo a lei do enlace da causa e efeito” (KANT apud PASCAL, 2011, p. 83).

sociais, nas diversas formas de poder simbólico. Mas o mundo social, em especial o mundo moderno, ao mesmo tempo que oferece, inculca, nos agentes, o reconhecimento como necessidade de vida⁹. A dinâmica da vida social, de acordo com o sentido prático, condiciona o agente a sentir que, para obter o convívio social, é preciso que sua existência esteja relacionada a uma função social conhecida e reconhecida. Esse sentimento não só dá sentido à vida, como também muitas vezes, pela ordem inversa, justifica a própria morte¹⁰. O mundo social configura e reparte o capital simbólico de maneira profundamente desigual. Daí diferentes percepções da importância social e das razões de ser. O reconhecimento social sofre uma dupla influência: de um lado, da apropriação do capital simbólico pela estrutura social; de outro, das experiências da vida social, que influem na formação do sentimento de prestígio social. Essa diversidade de formas de reconhecimento corresponde à diversidade de formas assumidas pelo *habitus* nos agentes.

O *habitus* primário é adquirido no seio da família, nas primeiras relações sociais, que constituem a base das disposições prévias que, por um prolongado e contínuo processo, transformam-se em disposições específicas nas estruturas sociais. Aos poucos, no decorrer da vida social, são acrescentados novos sentidos à percepção cognitiva, pelos *habitus* secundários¹¹. Pela diversidade dos processos da organização do trabalho, formam-se as relações constitutivas de produção, reprodução e circulação dos bens materiais e simbólicos, que interagem na formação da percepção cognitiva do agente. Os *habitus* secundários entrelaçam-se aos *habitus* originários (primários) do agente, em um processo prolongado de inculcação, resultante das experiências do cotidiano. Criam-se, assim, artifícios, quase imperceptíveis que transmitem novas informações cognitivas ao agente, assegurando-lhe a percepção, a apreciação e a consagração de outros elementos que, aos poucos, transformam-se em novas representações simbólicas. (BOURDIEU, 2011c, p. 86-107).

⁹ Erving Goffman (2013), em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*, recorre a conceitos da “teoria do teatro” para destacar a importância das relações sociais. Segundo Goffman, o ator social tem a habilidade de escolher seu palco e sua peça, assim como o figurino que usará para cada público. O objetivo principal do ator social é manter sua coerência e ajustar-se a cada situação. Isso é feito, principalmente, em interação com os outros atores.

¹⁰ Para Durkheim, o suicídio é um fato social ligado a motivações de natureza não estritamente individual, mas coletiva. É possível ampliar a abordagem de Durkheim ao construir uma relação entre o *habitus* e a estrutura social onde o sentido da vida e da morte resultaria da interação entre sociedade (objetividade) e indivíduo (subjetividade).

¹¹ Pode-se destacar em especial o sistema de ensino, as estruturas religiosas e recentemente as “modernas” formas de organizações de trabalho (por exemplo, o taylorismo) e também os meios de comunicação de massa, como citado por Bourdieu (1997).

Pela vida cotidiana consolida-se o *habitus* e as maneiras como são percebidas as necessidades de prestígio social, mesmo que só diga respeito a um único agente, ou se restrinja à estrutura familiar. Em nome do prestígio, admitem-se renúncias e sacrifícios, tudo tendo em vista o reconhecimento social em suas diferentes formas: glória, honra, gratidão, reputação, notoriedade etc. Essas diferentes formas do reconhecimento social estão relacionadas ao capital simbólico como representação subjetiva do agente.

Na busca da objetividade do subjetivo, deve-se levar em conta que os indivíduos não se definem somente por aquilo que são, mas pela maneira como supostamente são percebidos. Por isso, duas espécies de propriedades podem ser-lhes atribuídas: as materiais e as simbólicas. As segundas nada mais são do que propriedades materiais percebidas e apreciadas em relações mútuas, como propriedades distintas, por meio de recortes arbitrários de classificação, por exemplo, faixa salarial, etária, escolaridade etc., bem como a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social, ou melhor, o poder simbólico que lhe é tacitamente atribuído. Como tudo depende da representação social, do modo como o agente se vê e é visto pelos outros, podem existir casos em que a valoração social é diferente daquela que o sujeito reconhece em si próprio.

A luta pelo reconhecimento confunde-se com a luta pela obtenção de capital simbólico em seu espaço social. Essa luta não se restringe à busca de uma simples consagração da representação favorável que outros têm de si¹²; também há uma luta de violência simbólica¹³, o desejo de obter o poder sobre os outros, traduz-se em diversas formas, ainda que seja por atos subjetivos dos sentidos. Por exemplo, o poder simbólico assume as mais diferentes formas, está inclusive em atitudes comportamentais, como no charme, na sedução ou, como indicado por Weber, n

¹² Jacques Lacan (1901-1981), na esfera da psicanálise social, afirma que a subjetividade é fundada na “falta”: o indivíduo busca a diferenciação pelo reconhecimento do outro. Essa corrente de pensamento que toma como referência o “Outro” é adotada na atualidade por Slavoj Žižek. A consciência do indivíduo, funciona como um grande outro, como uma força repressiva moral, tanto no sentido cognitivo, quanto como um guardião das leis morais e códigos do comportamento social. Žižek (2012).

¹³ A violência simbólica expressa-se na produção de bens e representações simbólicas como instrumentos de dominação, como apontado por Bourdieu (2013a, 2013b).

2.4 O sistema simbólico como dominação e diferenciação

As representações simbólicas apropriadas pelos agentes, e por consequência o *habitus*, são interpretadas de forma distintas por duas grandes vertentes sociológicas. De um lado, a posição funcionalista de Durkheim, neste aspecto se apoia no pensamento kantiano¹⁴, que trata o sistema de elementos simbólicos como significações do mundo: os signos são tipos como representações de uma determinada realidade. De outro, a posição que relaciona as representações simbólicas ao processo de dominação, defendida tanto por Max Weber¹⁵, para quem os sistemas simbólicos são instrumentos de dominação e de legitimação do poder, como pelas correntes marxistas¹⁶, que salientam o caráter místico e figurativo (alegórico) dos sistemas simbólicos derivados da posição hegemônica na sociedade.

Bourdieu opõe-se à primeira concepção, que teve sua origem nos postulados de Durkheim que se limita a definir as representações simbólicas sociais como estruturas estruturadas, uma mera mensagem interna sobre comportamentos sociais, ao invés de tratá-las como estruturas estruturantes, instrumentos efetivos de relações sociais que fazem os signos subjetivos interagirem com a estrutura objetiva, alterando o mundo em que estão inseridos, e sendo por ele alterados.

Em relação à segunda concepção, que privilegia a interpretação da representação simbólica como mecanismo direto de dominação, Bourdieu (2001, p. 214-218) afasta-se da posição marxista e também da weberiana¹⁷. Interpela as correntes marxistas que apresentam a significação alegórica como sendo uma intenção consciente do seu criador e, portanto, esgota-se quando é revelada a influência inspiradora do sistema simbólico. Bourdieu critica o fato de, no marxismo, a alegação de que dominação simbólica perpetua-se por força da submissão da percepção cognitiva dos dominados às estruturas objetivas de uma ordem social. Nos

¹⁴ Em Kant, os sistemas simbólicos são analisados como representação.

¹⁵ Weber (2012, p. 139-198) aborda as representações simbólicas como processo de dominação, apontando os tipos ideais de dominação legítima – racional; tradicional e carismática. No que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, demonstra como os símbolos, por meio dos valores protestantes, influenciaram a ascense intramundana, estimulando a riqueza pelo trabalho e a racionalização da conduta prática dos indivíduos, conformando um modo metódico de vida (WEBER, 2004, p. 141-167).

¹⁶ Dentre os pensadores marxistas que defendem uma visão não economicista, abordando o poder exercido pela hegemonia por meio do sistema simbólico, como forma de dominação da sociedade civil, destaca-se Gramsci (COUTINHO, 2011, p. 290-299).

¹⁷ Diferente do marxismo, em que as questões simbólicas estavam relacionadas diretamente as estruturas produtivas, Bourdieu reconhece, a relevância dos estudos de Max Weber sobre produção simbólica, por exemplo, os agentes religiosos, e suas interações subjetivas na formação do senso prático na vida social.

postulados weberianos, a dominação seria um ato racional de consciência do indivíduo. Para Bourdieu, o processo de dominação simbólica não seria “um ato livre de consciência clara” do agente, mas estaria “enraizado no acordo imediato entre as estruturas incorporadas, convertidas em esquemas práticos, como os que organizam os ritmos temporais e as estruturas objetivas” (BOURDIEU, 2001, p. 215). Portanto a dominação simbólica efetiva-se nas relações entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas pelo *habitus*, que produzem formas cognitivas da vida cotidiana, que garantem a submissão “dóxica” à ordem estabelecida, por causa do senso prático.

A crítica central às posições, marxista e weberiana, é a de que ambas reduzem o sistema simbólico a uma representação cultural ajustada às relações socioeconômicas como forma de manutenção simbólica das forças vigentes. Para Bourdieu, os sistemas simbólicos influem como dominação e também na prática da diferenciação social¹⁸.

Seguindo a ampliação da divisão do trabalho, como em Durkheim, o processo de dominação e de diferenciação tende a afastar-se da solidariedade mecânica entre os poderes intercambiáveis para aproximar-se da solidariedade orgânica. O poder dispersa-se e diferencia-se, deixando de ser centralizado e monolítico para assumir maior capilaridade, de maneira invisível e anônima. A dominação simbólica na modernidade expande a sua influência ao conjunto das relações sociais, nas ações, reações e coações entre agentes inseridos na mesma conformação social e também na produção da distinção entre as diferentes instituições.

2.5 Poder simbólico

A dominação possui sempre uma dimensão simbólica¹⁹, traduzida em atos de submissão e de obediência, em atividades de conhecimento ou reconhecimento, instalando-se na relação de poder em todo processo social. A dominação resulta da autonomia das próprias instituições, o poder é exercido dentro de cada instituição e pelos dominantes dos diversos

¹⁸ Para Bourdieu, a representação simbólica tem uma dupla dimensão: dominação e distinção. Embora tenha dedicado a maior parte de suas obras ao aspecto simbólico da dominação, existe, no seu arcabouço teórico, uma forte preocupação com o sistema simbólico enquanto distinção. Isso é observado nos seus estudos sobre o fato social total de Marcel Mauss, na crítica da visão sincrônica do fato social de Lévi-Strauss e, principalmente, na sua análise seminal do processo de diferenciação social. Bourdieu (2013, p. 241-297).

¹⁹ O poder simbólico é exercido nas relações sociais, “mesmo quando repousa sobre a força nua e crua, a das armas ou do dinheiro, a dominação possui uma dimensão simbólica” (BOURDIEU, 2001, p. 209).

ambientes institucionais. O poder simbólico assemelha-se como dominação em diferentes estruturas. Há uma certa solidariedade objetiva entre a dominação simbólica e o poder, o que não significa ausência de conflitos, principalmente quando as contradições são inerentes à própria sociedade, resultantes das distintas formas de valorização simbólica de cada estrutura social. Com efeito, espécies divergentes de capital simbólico (social, cultural e econômico) fundamentam as diferentes formas de poder e de interesses.

O conceito de poder vai além da esfera política, *stricto sensu*. A disputa pelo poder regula a dinâmica de todos os espaços sociais, por meio da correlação de forças que é marcada pela distribuição desigual de capitais simbólicos. O agente luta pela conservação, pela ampliação ou pela subversão de sua posição nas estruturas sociais que compõem o seu espaço social. O conflito de interesses dos agentes reflete-se nas suas alianças e oposições, dentro das instituições ou entre elas.

Essa disputa envolve dominantes e dominados, principalmente quando certos elos ajudam algum segmento dominante a triunfar.

Inúmeros enfrentamentos históricos considerados momentos exemplares da “luta de classes” constituíram apenas a extensão, na lógica das alianças com os dominados, de lutas entre dominantes no interior do campo do poder – embora munidas de estratégias de universalização simbólica dos interesses particulares para fins de legitimação ou mobilização, tais lutas podem não obstante fazer avançar o universal e, por conta disso, o reconhecimento, ao menos formal, dos dominados (BOURDIEU, 2001, p. 125).

Para Bourdieu (2011, p. 3-26), é complexa a definição de condição de classe e de posição de classe. Estruturas sociais diferentes podem apresentar, em dado momento, certo número de propriedades comuns; a condição de classe não garante *a priori* uma posição, é necessário conhecer o *habitus* do agente e as relações objetivas e subjetivas que se estabelecem na disputa de posições no interior da estrutura social a que pertence. Dito de outra forma, o que define o agente na luta de poder não é necessariamente a classe social a que pertence, mas as motivações do senso prático. A predisposição em agir inclui, além de questões objetivas, um conjunto de variáveis subjetivas, que dependem de sua experiência vivida (*habitus*), da relação entre a busca de acúmulo de capital simbólico e o poder que o agente tem na sociedade.

Nas representações simbólicas a dominação²⁰ somente consegue impor-se de maneira durável na medida em que obtém reconhecimento social, que cada vez mais depende da eficácia legitimadora. A legitimação pressupõe o reconhecimento social. Como o uso indiscriminado e contínuo da força, bem como a simples autoconsagração, são frágeis, normalmente se recorre a outros mecanismos legitimadores, a fim de que a dominação seja respeitada. Assim, as instituições recorrem à credibilidade de organizações que tenham autoridade social para consagrar uma posição: quanto mais poderes simbólicos insuspeitos tiverem essas organizações, maior sua eficácia legitimadora. Para que a legitimidade de quem exerce a dominação seja verdadeiramente eficaz, aquele que a afiança deve gozar de autonomia em relação ao legitimado, mesmo que seja de forma aparente, para manter a posição socialmente reconhecida que lhe permite atestar a legitimidade da instância legitimada²¹.

Bourdieu salienta a relevância que têm assumido as atividades exercidas pela mídia como instância legitimadora, em especial pelo uso da televisão. Desde o final do século passado, a ação da televisão tem demonstrado que o que poderia ser um instrumento de democracia direta converteu-se em um extraordinário instrumento de opressão simbólica, tanto pela forma de produzir a notícia, na prática das urgências mantidas por conteúdos sensacionalistas pela busca da audiência, como também coisas menos visíveis:

[Isso mostra] como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Cada vez mais, como disse Weber, o avanço da sociedade moderna aprisiona não só a esfera econômica, mas toda a sociedade na lógica capitalista²²; concomitantemente, ampliam-se as ameaças de conflitos de legitimidade e também cresce o número de organizações nos circuitos de legitimação. Essa crise de legitimação, gradativamente, faz com que se

²⁰ O exercício do poder perpetua-se, mesmo nas formas tirânicas, se obtiver legitimação. Normalmente, como apontado por Maquiavel em 1513 no seu célebre escrito *O príncipe*, o dominante deve ser amado ou temido; pelo emprego da força ou da adoração, deve buscar obter a sua legitimação.

²¹ Na sociedade moderna, a técnica é um dos suportes da legitimação. Os pareceres técnicos, por sua isenção, são uma sentença legitimadora de ações dos agentes na sociedade.

²² A institucionalização burocrática da legitimação das relações sociais tende a manter-se e a ampliar-se por força das próprias instituições, levando a sociedade a um nível máximo de racionalização em todos os aspectos da vida humana (social, econômico, cultural etc.), gerando um “racionalismo da dominação do mundo” como uma jaula de ferro para toda a sociedade, como disse Weber (2004).

desenvolva um emaranhado institucional, que amplia os gastos com o capital simbólico para conseguir a eficácia simbólica da legitimidade. A pressão social cresce, inclusive dentro das próprias instituições, pela obtenção de uma legitimação baseada em posições “isentas”. “O efeito de legitimação atinge seu máximo quando desaparece toda relação real ou visível de interesse material ou simbólico entre as instituições ou os agentes envolvidos” (BOURDIEU, 2001, p. 127). Para conseguir do legitimador um juízo simbólico independente, o legitimado deve gozar de certo grau de autonomia, mas isso “tem como contrapartida quase inevitável um risco proporcional de que essa instância desvie em proveito próprio seu poder delegado de legitimação” (BOURDIEU, 2001, p. 127-128).

2.6 Legitimação, dominação simbólica e o comportamento dos agentes

A representação simbólica de dominação está presente em todas as ações de poder, desde aquelas mais visíveis, que utilizam a força das armas e a ostentação do capital econômico, até as praticamente invisíveis, como os atos de subserviência, que se naturalizam.

O poder exercido pelo domínio simbólico entre agentes e entre instituições não pode ser explicado de forma simplória, como efeito de manipulação ou como uma reprodução mecânica de estruturas, nem separando as ideias e o mundo prático em que os agentes estão inseridos. A ordem simbólica está relacionada ao poder (simbólico), ao espaço social e ao momento histórico em que se efetiva a dominação sobre os agentes.

Quanto mais sutil a dominação simbólica, mais eficaz ela é na formação cognitiva do agente. A autoridade é inculcada de forma invisível e insidiosa, em um mundo simbolicamente estruturado; é reforçada por meio da experiência prolongada de interações em estruturas de dominação. Expectativas e experiências são vivenciadas por intermédio de instituições na organização espacial e temporal da vida social cotidiana, como família, escola, religião, etc. A dominação simbólica efetiva-se em atos práticos do dia a dia, o que faz com que o reconhecimento de uma fronteira mágica entre dominados e dominantes seja aceito de forma tácita, como algo natural. A violência simbólica é diluída na experiência cognitiva resultante das diversas relações sociais.

As relações sociais vividas são internalizadas nos corpos (prática da vida social) como formas de visão e de divisão do mundo. São sentimentos, deveres, crenças etc., que, embora influenciados pelos processos de produção e reprodução social, mantêm uma relativa autonomia. Decerto, preserva-se, por muito tempo, em certas ações práticas, mesmo após o

desaparecimento das condições sociais objetivas de produção que as originaram. A mudança nas estruturas reprodutivas não apaga as experiências vividas, o processo de transformação provocado por novas estruturas estruturantes dá-se pela interação dialética entre *habitus* e as bases objetivas de reprodução: o novo não é uma simples negação do passado, mas transforma esse passado e é transformado por ele em um processo sistêmico contínuo e prolongado de atividades cotidianas²³.

A representação simbólica tende a exercer uma forte influência na configuração do ser; pelo *habitus*, são inscritos os esquemas de percepção prática da vida social. É possível afirmar que o poder simbólico só se exerce com a participação do dominado, que contribui para isso. Mas não se trata de um controle da vontade, de uma relação consentida de conhecimento e reconhecimento. A dominação simbólica não é uma questão de falta de consciência do agente.

Essa submissão tem muito pouco a ver com uma relação de “servidão voluntária”, e essa cumplicidade não é concedida por um ato consciente e deliberado; ela própria é o efeito de um poder, que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e de disposições (para respeitar, admirar, amar etc.), ou seja, de crenças que tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas, tais como as representações públicas do poder (BOURDIEU, 2001, p. 207-208). É inteiramente ilusório acreditar que a violência simbólica possa ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade: as condições de sua eficácia estão inscritas de modo durável nos corpos sob a forma de disposições (BOURDIEU, 2001, p. 218).

2.7 Violência simbólica e ideologia

Na análise sobre a dominação através de representações simbólicas surge dentro das correntes marxistas, através de Gramsci, a conexão entre a sociedade e a política, governo (Estado, no sentido restrito) e sociedade civil²⁴, que atua na elaboração e, ou, na difusão das ideologias (falsas consciências), que de forma hegemônica efetivam-se nas esferas da “superestrutura” da sociedade pela classe dominante, como instrumento de legitimação do poder (COUTINHO, 2011 p.20-32).

²³ “Em situações de crise ou de rápida mudança, certos agentes, frequentemente os que eram justamente os mais bem adaptados ao estado anterior do jogo, têm dificuldades de se ajustar à nova ordem estabelecida” (BOURDIEU, 2001, p. 197).

²⁴ De uma leitura restrita de Gramsci, surgiram correntes marxistas de cunho estruturalista, como na França nos anos 60 do século XX, com a retomada da relação entre a ideologia e o poder, e como a conexão entre a infraestrutura e a superestrutura. Esta teoria, defendida por Louis Althusser, indica que a dominação de classes baseada em uma visão funcional dos aparelhos ideológicos do Estado, como instrumentos de manipulação, a serviço da classe dominante.

Ao contrário da posição gramsciana, para Bourdieu “o suporte e o efeito da violência simbólica nos corpos [...] não é um ato de consciência visando a um correlato mental, uma simples representação mental suscetível de ser combatida apenas pela força intrínseca das ideias verdadeiras” (BOURDIEU, 2001 p. 208).

O equívoco do pensamento gramsciano estaria em reduzir as relações sociais a um processo de libertação política, traduzido em um efeito automático de consciência revelado por uma ação mental. Na “tomada de consciência”, o bom senso do dominado, que estaria inserido no seu senso comum, manifestar-se-ia. Dessa forma, os trabalhadores reconheceriam as condições objetivas de sua própria submissão. Ao contrário do defendido por Gramsci, a dominação não se resume às questões relacionadas em ter, ou não, consciência, o que há é um processo de ocultação da objetividade da exploração que fora incorporada, pela inscrição das estruturas sociais nos agentes por intermédio do *habitus*, pelo qual a dominação se efetiva sem ser reconhecida como tal (BOURDIEU, 2001, p. 169-173).

A divergência entre Bourdieu e Gramsci está na compreensão do modo como se processa a dominação. Pelo entendimento gramsciano da ideologia hegemônica, a dominação seria algo percebido, atribuído a uma ação mistificadora, a um ato deliberado e organizado por meio de “propagandas” colocadas a serviço da classe dominante; a dominação pode ser compreendida como um simples ato de representação de ideias sob o conceito de ideologia dominante. A percepção da dominação simbólica e a sua negação dar-se-iam da mesma forma, por um correlato mental. Portanto a dominação pode ser subvertida, por meio de uma “tomada de consciência”, segundo Gramsci. Diferentemente, para Bourdieu, a dominação dar-se-ia pela violência simbólica. A violência simbólica estaria inculcada nos corpos (nas disposições práticas dos agentes), não existindo uma separação entre corpo e mente, congregando a própria essência do ser. A dominação ocorreria por um processo sorrateiro, motivado por uma assimilação inconsciente, incorporada à experiência da vida social cotidiana. Dito de outra forma: enquanto, pela ideologia, a dominação fundamenta-se no consentimento, o fundamento da violência simbólica é o desconhecimento (BURAWOY, 2010 p. 49-79).

Ao imputar a dominação à ideologia²⁵, como uma simples construção de consciência, as correntes marxistas acabavam por atribuir a si mesmas uma visão idealista, uma percepção escolástica de separação entre mente e corpo, negligenciando a constatação de que o mundo

²⁵ Para a posição marxista, o conhecimento seria submetido a uma configuração restrita às ideias, levando a uma realidade distorcida, ou seja, a uma ideologia. Assim, as ideologias, pela análise marxista, são falsas representações da realidade.

social e o conhecimento desse mundo são unos, o ser humano não se encontra alheio, como espectador desinteressado, mas faz parte dele.

Esse equívoco de assumir uma visão do “ser” separada da situação de objeto da vida prática humana pela tradição das correntes marxistas já tinha sido apontado pelo próprio Marx (2010), nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*²⁶, de 1844: o processo de alienação seria algo que se originaria do estranhamento na atividade objetiva humana, não se restringido a uma questão da construção do pensamento.

Marx aponta o erro do materialismo apresentado por Feuerbach²⁷, que, ao criticar Hegel, adotou o conceito do “homem” como indivíduo, como ser isolado, com uma postura contemplativa perante o mundo, como um objeto isolado. Marx utiliza a compreensão que o *ser* se aliena ao não reconhecer a sua essência como parte de si mesmo²⁸. As relações sociais do indivíduo são inerentes à própria existência humana. (MARX, 2010, p. 79-102).

Marx, em seus *Manuscritos* (2010), afirma que o processo cognitivo é realizado por indivíduos reais, por meio de suas condições materiais de vida, tanto aquelas já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Essa concepção de Marx vai ser retomada por György Lukács em sua clássica obra *Para uma ontologia do ser social* (2010), que concebe o mundo social e o mundo do conhecimento como conexos. Para Lukács, o ser humano não é abstrato, nem isolado; é por essência um ser social, objetivado nas suas práticas cotidianas.

No enfoque de Lukács (2010), o ser desvincula-se do ser subjetivado, para ele um ser não objetivado é um não ser. Lukács²⁹ passa a considerar a objetividade a forma pela qual o ser se efetiva; a análise da vida cotidiana é o ponto de partida para explicar as formas humanas de objetivação, ou seja, como ser social. Assim como indicado por Marx, essa passagem do “humano em geral” para o “homem social” dá-se pelo trabalho concreto, como modelo ontológico de toda a atividade humana.

²⁶ Os *Manuscritos econômico-filosóficos* foram escritos pelo jovem Marx em 1844, mas a obra só foi divulgada em 1930, quase 50 anos após sua morte, e foi pouco analisada pelas principais correntes marxistas do século XX. Alegavam que aquela produção teórica era de um jovem Marx, ainda filósofo, sob influência hegeliana (idealista), que não refletia o seu pensamento maduro, científico e materialista, expresso após a publicação de *A ideologia alemã* em 1846, e do *Manifesto comunista*, em 1848. Entre os pensadores marxistas, podem-se citar algumas exceções valorosas que tentaram resgatar o conteúdo dos *Manuscritos* e do Marx “humanista”, como os trabalhos de György Lukács (1885-1971) e de Henri Lefebvre (1905-1991).

²⁷ *Teses sobre Feuerbach*, as onze críticas estão incorporadas como anexo à obra *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007).

²⁸ A alienação é produzida pelo homem como algo externo a si, ou seja, o homem separado do seu ser, (alienado).

²⁹ Como decorrência deste debate, Lukács considerou que a dialética pensada por Marx seria um método aplicável somente ao campo das ciências sociais, por ser uma condição essencialmente humana, e não poderia ser transportada como uma lei geral de funcionamento da vida natural.

Esse ser objetivado pela atividade humana, mais perceptível nos escritos do jovem Marx (2010), aproxima-se do pensamento de Bourdieu (2001). Para ambos, “o ser humano” é concebido em suas relações sociais vividas, enquanto ser social (Marx) ou pelo senso prático (Bourdieu). A consciência (pensamento) humana nasce das relações sociais práticas, ou seja, é um produto social concreto, construído por agentes concretos que interagem na vida cotidiana, no mundo em que estão inseridos.

2.8 O ser social através do senso prático

Para Marx (2010), o trabalho é o elemento central do processo da produção e do estranhamento do ser (alienação)³⁰. O objeto do trabalho é fruto da atividade humana, que, por sua vez, é a extensão objetiva de uma existência subjetiva, e o trabalho é a representação externa dessa representação. (MARX, 2010, p. 85).

O modo de como o processo de trabalho se organiza no capitalismo, para Marx, leva o ser humano a alienar-se da sua própria condição humana. O trabalho, nesse contexto, tem sua prática social mascarada, obscurecida pela relação de produção. Há uma reificação³¹ que implica a coisificação das relações sociais. Portanto a alienação, como estranhamento do ser, não pode jamais ser reduzida ao mundo da economia, nem é uma relação abstrata; é fruto de valorações simbólicas que pertencem à subjetividade do ser social, produzidas pelas relações sociais das atividades humanas da vida prática, objetivadas pelo trabalho.

O trabalho seria para Marx (2010) e Luckács (2010) a base da atividade humana, a extensão objetiva de uma existência subjetiva; a alienação e o estranhamento inserem-se nas “determinações reflexivas” sobre o conhecimento, tanto como uma supressão³², no sentido

³⁰ A alienação pelo estranhamento do trabalho humano foi apresentada por Marx a partir de quatro momentos: no primeiro, o produto do trabalho não pertence ao seu criador; no segundo, o trabalho não se reconhece em seu produto e não se apropria dele, portanto é um trabalho que não se reconhece, torna-se estranho ao próprio processo do trabalho; o terceiro momento, derivado dos outros dois que o antecederam, concretiza-se quando o ser social que trabalha não se reconhece como uma individualidade em seu próprio ato produtivo; no quarto momento, está a dimensão da alienação do trabalho, pois quem não se reconhece como indivíduo não se vê como parte constitutiva do gênero humano. (MARX, 2010, p. 84-86) (MARX, ENGELS, 2007, p. 27-30).

³¹ Com o capitalismo, as relações ficam cada vez mais complexas, e essa separação explícita do trabalho (necessário e excedente) tende a desaparecer. A produção do capital converte-se no propósito da humanidade, separando o valor de uso e o valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo, fazendo com que a relação social entre seres humanos transforme-se em uma relação entre coisas, no sentido de “coisificação” do ser

³² Marx vai se diferenciar de Hegel por empregar o termo “supressão” (Aufheben) não como uma consciência abstrata, mas como processo de auto-objetivação do ser (MARX, 2010, p. 131-134).

de uma segunda natureza ou de um saber incorporado, das condições materiais, como no pensamento dominante de uma visão de mundo.

A supressão e a visão de mundo são sínteses elaboradas pela realidade dos indivíduos comuns que se orientam por meio de atos práticos, indivíduos que, em última instância, não são necessariamente capazes de controlar os resultados concernentes aos referidos atos, uma vez que estes ultrapassam tanto as possibilidades, quanto as capacidades de compreensão teórica e decisão prática de tais indivíduos (RANIERI, 2011, p. 69).

A divisão social do trabalho é, decerto, um elemento de diferenciação na ampliação subjetiva do processo de objetivação do ser, na medida em que “a verdade subjetiva está tanto mais afastada da verdade objetiva quanto maior é o domínio do trabalhador sobre o seu trabalho” (BOURDIEU, 2001, p. 248). A aproximação da experiência subjetiva da sua conformação objetiva tende a ser maior quando todo o processo de produção, distribuição e apropriação dos bens materiais e culturais estão sob o domínio do senso prático do agente. Quanto mais as relações sociais tornam-se complexas, pelo acúmulo de informações e pela pulverização da produção e reprodução social, mais se distancia a percepção da experiência subjetiva do ser e sua objetivação, tanto no objeto do trabalho, como nas suas representações simbólicas.

O ser traz na sua essência o ser social, o que faz com que as representações simbólicas não possam ser entendidas como algo abstrato, a realidade da vida cotidiana deve ser analisadas pela objetivação das práticas dos indivíduos, a objetivação do ser na sociedade ocorre pelo senso prático, segundo Bourdieu.

2.9 Da ontologia do trabalho à ontologia do *habitus*

Uma ampliação no pensamento de Marx sobre a objetivação do ser é possível quando expandimos a dimensão ontológica do trabalho como essência humana, tomando por base as representações simbólicas de Bourdieu.

Em Bourdieu, a objetivação da dimensão subjetiva dos seres humanos na história não se limitaria ao resultado do processo social do trabalho, em que as crenças e os valores não podem ser interpretados como meras consequências das relações sociais do trabalho; essa objetivação seria inerente à vivência do ser, que envolve tanto o produto do trabalho, quanto as experiências culturais; assim, em lugar do trabalho, a concepção do *habitus* pode ser o conceito mais apropriado para caracterizar o processo de objetivação da essência humana.

O *habitus* abrange a dominação e a distinção que se fixam no inconsciente do ser, que se projetam por meio de sedimentos cumulativos da estrutura social, pelo senso prático do cotidiano, adquiridos nas vivências práticas das relações sociais, o que tende a fazer com que agentes aceitem a dominação sem necessariamente reconhecê-la como tal. A essência do ser seria um processo social objetivado, que engloba a produção, a reprodução e as condições da apropriação cognitiva. A essência e o desenvolvimento do ser incluem as suas representações simbólicas, conformando em um ser social com todas as questões históricas, econômicas, sociais, culturais que se objetivam pelo senso prático. As circunstâncias comuns da vida e as representações simbólicas que as regulam não podem ser dissociadas do *habitus* do agente e da sua relação com o mundo em que está inserido, como disposição de ser e de fazer (BOURDIEU, 2013a).

Contrariamente à posição marxista sobre o trabalho, em Bourdieu, o *habitus* é incorporado por uma introjeção do ser, feito uma segunda pele do ser e sua essência, tornando-se parte do próprio ser, de forma não perceptível, passando a ser assumido pelo agente como a sua própria essência. Dessa forma, a ressignificação do ser – como essência – teria como o objeto fundante não o trabalho, mas o *habitus*. O *habitus* não é algo que se possa retirar do ser, trata-se da objetivação do próprio ser como ser social, pois, um ser não objetivado deixa de existir como ser.

Embora Bourdieu não tenha tratado especificamente do conceito de alienação, pretende-se mostrar, aproximando a sua teoria do senso prático e do *habitus* da categoria do ser social adotada por Marx, com a objetivação do estranhamento do ser hegeliano (abstrato), que é possível relacioná-la com o processo mais amplo de violência simbólica por meios do *habitus*.

Pelo conceito de *habitus* o ser teria a sua abrangência como subjetividade objetivada, internalizada nos agentes pelo senso prático da vida cotidiana, em todas as suas relações sociais, do objeto do trabalho ao processo cultural. Essa concepção distingue-se tanto das correntes subjetivistas, como das objetivistas, que acabam tendo em comum a forma como percebem a alienação, como uma impossibilidade da verdade, como se fosse algo que por algum motivo impede a reflexão para se chegar à realidade, seja por entraves de ordem ideológica, seja pela interferência do método científico entre sujeito e objeto, contaminado pelo senso comum que coroe a racionalidade do pensamento. Pelo *habitus* o estranhamento do ser (alienação) é objetivado, transmudado nos corpos pelo sentido prático da vida. Por ser algo inerente ao ser, não é passível de revelar-se por um ato de consciência.

A dimensão ontológica do *habitus* na delimitação do ser está ligada a uma lógica inerente ao cotidiano do agente, ampliando a esfera da produção de bens, que no pensamento escolástico ficava restrita a um debate entre materialismo e idealismo. O *habitus* passa a conceber a “práxis” como prática social que vai além das relações sociais objetivadas pelo trabalho e bens materiais e culturais, incorporando a estas relações uma subjetividade objetivada. O uso do conceito de *habitus* possibilita ampliar as posições do jovem Marx expressas nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Pela ontologia do *habitus*, resolve-se um dos principais dilemas marxistas: como fazer o modo de produção refletir nas relações de produção, sem cair no determinismo da infraestrutura sobre a superestrutura; o indivíduo (agente) ganha personalidade e tem sua subjetividade objetivada no seu senso prático que é externalizada no *habitus*.

O conceito de *habitus* ganha uma amplitude maior do que a que lhe atribui o próprio Bourdieu, pois não se reduz, conforme a crítica de Sloterdijk³³, a uma percepção de classe dentro do ser, como apresentado em *A distinção* (BOURDIEU, 2013b), o *habitus* teria sido reduzido a uma forma somatizada da estrutura social através da visão de mundo do agente. Tal crítica, em nosso entendimento, não implica a negação da validade do *habitus*; muito pelo contrário, serve para ressaltar a sua grande capacidade interpretativa. O conceito de *habitus*, como parte de um sistema de dominação e de distinção do ser e do fazer do agente, torna-se um conceito ontológico da relação social e do funcionamento das instituições e das suas tensões verticais do espaço social. Pelo *habitus*, conformam-se as mediações do ser nas relações sociais, enquanto estruturas estruturadas que alteram as estruturas estruturantes, e vice-versa.

Pela noção de *habitus*, busca-se restituir ao agente um poder gerador e unificador, possibilitando que a compreensão das relações sociais do mundo ultrapasse uma percepção da coisa (materialismo mecanicista) e da consciência (idealismo construtivista), o que permitiria criar bases para “construir uma teoria materialista capaz de recuperar no idealismo [...] o ‘lado ativo’ do conhecimento prático abandonado pela tradição materialista” (BOURDIEU, 2001, p. 167). O legado de Bourdieu através do seu conceito de *habitus*, com o senso prático,

³³ “[...] de nenhuma maneira consegue compreender adequadamente aquilo que pretende explicar, isto é, a região dos ‘costumes’. A grande tradição da reflexão filosófica e psicofisiológica sobre o papel dos costumes no processo da formação da existência humana encolhem, neste autor, até um resíduo útil para o fim da crítica da dominação. Em vez de entrar no panorama da formação efetiva do sujeito através do exercício, do treinamento e da adaptação, a teoria de *habitus à la* Bourdieu contenta-se com o segmento estreito dos costumes, que são os sedimentos da ‘classe dentro de nós’ – ela engana o usuário e reduz a plenitude daquilo que o seu nome indica (SLOTERDIJK apud BRÜSEKE, 2012, p. 51).

representa uma possibilidade de efetivar o elo de conexão, através do qual se afetam mutuamente, agente e a estrutura, sem recorrer a conceitos determinísticos.

2.10 O sistema de disposições: a motivação de ser e agir do agente

O que leva um agente a tomar uma decisão? São as estruturas sociais ou sua característica pessoal? A racionalidade de uma ação não está só relacionada por uma decisão econômica, existem vários outros fatores, culturais, sociais, simbólicos que compõem a motivação de ser e agir do agente. Estes fatores subjetivos interagem com questões concretas do ambiente social em que o agente está inserido.

A disposição de ser e agir é uma objetivação da representação simbólica das interações sociais. A tomada de decisão se dá dentro de um ambiente de sínteses objetivas e subjetivas, de agentes e instituições, formada a partir da distribuição do capital simbólico (econômico, social e cultural) e de seus poderes correspondentes, relacionando as atividades práticas produzidas pelo meio e pelo *habitus*, conformando um processo de naturalização da dominação simbólica e de diferenciação entre agentes. Isso faz com que a tomada de posição do agente se dê em um sistema de disposições, que é, ao mesmo tempo, estrutura estruturada e estruturante.

A visão filosófica escolástica, ao criticar a dominação simbólica, acaba por legitimá-la.

Ao evocar a ordem das ideias, bem como da ação pelas ideias e sobre as ideias, esse termo [“ideologia”] tende a cancelar um dos mais potentes mecanismos de manutenção da ordem simbólica, qual seja, a dupla naturalização que resulta da inscrição do social nas coisas e nos corpos (BOURDIEU, 2001, p. 220).

A separação entre o corpo e a mente, por um processo erudito de *skholè*, faz com que as ideias abstraíam o sentido prático que naturaliza os efeitos da violência simbólica, por serem inerentes à realidade da vida cotidiana³⁴.

³⁴ O conceito de “dom natural” é um exemplo da descaracterização de existências práticas como conhecimento, só sendo reconhecido o fruto de uma formulação mental. Como não se pode explicar as características do corpo que iriam de encontro à crença de que o conhecimento seria gerado fora do mundo prático, no mundo das ideias, busca-se naturalizá-lo como algo dado, um processo social inscrito no corpo, ao invés de admitir a existência do conhecimento intrínseco ao corpo, por força de um processo prático objetivo do mundo. Sobre isso, ver “A dupla verdade do dom” (BOURDIEU, 2001, p. 234-246).

Logo, só se consegue descrever verdadeiramente a relação entre os agentes e o mundo sob a condição de colocar em seu centro o corpo, e o processo de incorporação, ignorado tanto pelo objetivismo fiscalista, como pelo subjetivismo marginalista. As estruturas do espaço social [...] modelam os corpos inculcando-lhes, por meio dos condicionamentos vinculados a uma posição nesse espaço, as estruturas cognitivas que esses lhes aplicam (BOURDIEU, 2001, p. 222).

Nos espaços sociais há diferentes e concorrentes pontos de vista e poderes, em uma mesma estrutura, que se relaciona de forma desigual com os distintos agentes e espécies de capital. Por conta de um conhecimento prático, os agentes buscam estratégias que são competitivas entre si pela ampliação ou pela manutenção de suas posições no ambiente institucional (espaço social). Essas disputas por posições fazem parte de um jogo que permanentemente está sendo jogado. Alguns agentes, valendo-se do seu acúmulo de capital simbólico, utilizam, inclusive, mecanismos para alterar os limites estabelecidos pelo *nomos* (regras estabelecidas), procurando criar novas normatizações para beneficiar seus interesses. Mas, para alterar as regras do jogo, precisam legitimá-las (*doxa*), recorrendo frequentemente à violência simbólica para “vencer” os demais jogadores. De forma quase imperceptível, a dominação simbólica naturaliza-se, e as regras criadas conformam uma nova ordem simbólica, que, paulatinamente vai sendo incorporada à prática da vida cotidiana.

O processo da tomada de decisão do agente são construções que transportam memórias de sua história, o que faz com que a margem de liberdade do agente na economia seja menor do que lhe é atribuída pelos discursos liberais. Tampouco a racionalidade dos agentes sociais se pauta por lógicas intransitivas direcionadas por racionalidades estruturais econômicas puras.

A decisão em desenvolver uma ação não necessariamente a caracteriza como advinda das diretrizes da racionalidade econômica. O parâmetro econômico não é o único modelo a seguir. A lógica de curto prazo poderá ser ou não correlata com a lógica de longo prazo do agente, as decisões são tomadas por um conjunto de fatores cognitivos e sociais, de ordem subjetiva e objetiva, diante de um dado momento que reflete a interação das relações sociais do contexto histórico espacial com as características culturais do agente (MARQUES 2003).

Nem sempre os agentes preferem pautar-se por uma racionalidade “de mais a menos”. As razões para escolhas encaminhados pelo agente, não necessariamente, seguem na direção dos modelos perfeitos. As razões cognitivas do agente estão relacionadas com razões sociais, mediadas também por lógicas culturais. O que se apresenta, sob uma ótica estritamente econômica, uma escolha que se aproximaria da irracionalidade, do ponto de vista

social pode fazer todo o sentido, como um comportamento inteligente e estratégico da sobrevivência daquele agente.

Não se trata de simplesmente rejeitar os paradigmas do *homo economicus* da teoria neoclássica da economia, ou minar as bases do *homo sociologicus* como referência da teoria da antropologia cultural econômica, mas compreender que não se pode reduzir a explicação de toda ação do agente na sociedade aos pressupostos de uma destas teorias. De certo que a decisão do agente esta relacionada à sua formação subjetiva. Entretanto, o aspecto da subjetividade do agente, não pode ser apresentada como uma mera decisão de atender às suas necessidades imediatas, nem pela funcionalidade da criação de utilidades.

A dinâmica social de criação das necessidades apresenta elementos dos desejos que vão além de formas utilitárias de consumo. As referências culturais exercem uma influência no padrão de comportamento, desejos e necessidades dos agentes. A ordem simbólica, extensão exercida pelas relações sociais continuadas, ganha aspecto objetivo dentro de relações constituídas na estrutura social como elemento motivacional dos agentes.

A ordem simbólica, para configurar-se como um poder simbólico, requer que as condições de sua eficiência estejam inscritas em uma conjuntura favorável e que haja meios (materiais e simbólicos) para fazê-lo, ou seja, “a transgressão simbólica de uma fronteira social [...] somente se torna possível, e simbolicamente eficiente, [...] quando são preenchidas certas condições objetivas” (BOURDIEU, 2001, p. 289).

Os agentes têm como referência uma ordem simbólica que, por meio de processos práticos, é socialmente instituída, moldada nos corpos, sob a forma de *habitus*. A vida social cotidiana (corporal) de cada agente proporciona-lhe um sentido da posição que ocupa no espaço social (ambiente institucional), um senso de localização atual e potencial, a experiência do lugar ocupado serve de referência e orienta suas condutas e ações.

[Esse sentido de localização social] constitui um senso prático (que não tem nada a ver com o que se costuma abrigar na noção de “consciência de classe”), um conhecimento prático que não se conhece como tal. [...] O conhecimento proporcionado pela incorporação da necessidade do mundo social, mormente sob a forma do sentido dos limites, é bastante real, tal como a submissão por ele acarretada e que por vezes se exprime nas constatações imperativas: “não é para nós” (ou “para pessoas como nós”) (BOURDIEU, 2001, p. 225).

As necessidades humanas são socialmente constituídas. Na modernidade, em especial com a globalização, busca-se cada vez mais impor uma homogeneização social, o que faz com que os interesses vão ao encontro da objetividade das disposições em ser ou fazer, que se

conformam pela busca do reconhecimento social. Essas situações não se fazem no vazio, nem são universais, ocorrem por relações sociais, dentro de um espaço delimitado (social e historicamente conformados). Portanto a vida cotidiana efetiva-se na relação entre a subjetividade das esperanças constitutivas do *habitus* e a objetividade das probabilidades constitutivas de uma realidade dada.

O mundo social não é um jogo de sorte, o *porvir* está inserido em uma realidade cotidiana que tende a ser contingente; embora o sentido prático busque criar mecanismos para tentar evitar que não ocorra um fato não desejado, sempre há o risco de ter algo não desejado, enquanto o fato não tiver ocorrido. Essa interação entre as necessidades e as esperanças (subjetivas) e as oportunidades (objetivas) é mediada pelo *habitus* e pela capacidade objetiva da realidade, conformando um sistema de disposições³⁵.

O agente, pelo seu sentido prático, busca criar mecanismos de proteção para conviver com a incerteza, pois se trata de um jogo social que é historicamente constituído, com dinâmicas internas, que funcionam independentemente das vontades dos agentes (jogadores), que se reproduzem dentro de situações objetivas. Portanto as decisões tendem (não de forma determinista) a ser influenciadas pela indução prática a uma tendência ao ajustamento, devido a dois fatores: de um lado, as intenções imanentes aos agentes sob a forma de *habitus* que normalmente se direcionam a suprir os desejos e necessidades do ambiente social em que

³⁵ Esse conceito de sistema de disposições aproxima-se da teoria elaborada por Costa (2012b) que critica a interpretação dominante (neoclássicos e marxistas) de que a racionalidade capitalista na sociedade moderna tenderia à universalização. Dois motivos são apresentados para explicar o comportamento do camponês que não utiliza a racionalidade capitalista: o primeiro é a capacidade decisória e adaptativa característica daqueles agentes; o segundo, consequência do primeiro, as expressões concretas de sua forma de existência e a sua racionalidade econômica. Para analisar a motivação produtiva e reprodutiva do campesinato, Costa recorre ao conceito de “eficiência reprodutiva” como uma racionalidade camponesa. A eficiência reprodutiva expressa-se pelo melhor aproveitamento da transformação do trabalho em meios, para atender às necessidades reprodutivas da família, englobando todas as variáveis representadas na interação das condições reprodutivas e produtivas com as suas dimensões interna e externa. A eficiência reprodutiva é representada pela relação entre a capacidade de investimento, que seria todo o esforço físico, intelectual, e também o uso de bens simbólicos e materiais que o camponês tenha ou que pode vir a adquirir, e as necessidades da sua estrutura familiar. Essa relação (capacidade de investimento e necessidades) gera o indicador de evidência reprodutiva (aqui adaptado como parte do conceito do sistema de disposições). O presente trabalho adotou o conceito de Costa de “eficiência reprodutiva” como explicação da racionalidade da reprodução social do agente familiar, acrescentando à teoria de Costa outros elementos culturais ligados aos conceitos de *habitus* e de capital simbólico, como a forma estrutural e cognitiva da vida cotidiana do agente e sua visão de mundo. A ação do agente é movida pelo *senso prático* em ser e fazer, que envolve outras variáveis subjetivas na conformação cognitiva, como, por exemplo, o processo de reconhecimento social, tendo como referência as necessidades, esperanças e oportunidades diante do mundo em que está inserido e suas referências culturais, advinda do *habitus*.

estão inseridos; de outro, as intenções imanentes ao mundo social configuram-se em regras, códigos que tendem seus esforços no sentido de manter as estruturas existentes.

Esse ajustamento entre necessidades, esperanças e oportunidades acaba por realizar-se segundo os parâmetros socialmente estabelecidos³⁶, como algo evidente, na forma de conservação de uma ordem social:

De um lado, ela [a “causalidade do provável”] garante a submissão dos dominados à ordem estabelecida mediante a relação dóxica com o mundo [...]. De outro lado, ela favorece a aquisição de disposições as quais, estando ajustadas a posições desfavoráveis, em declínio, ameaçadas de desaparecimento ou ultrapassadas, não oferecem preparo adequado para enfrentar as exigências da ordem social, sobretudo porque encorajam formas de auto-exploração (BOURDIEU, 2001, p. 283).

Dessa forma, por força da relação do sistema de disposições, inserido em uma ordem simbólica constituída, o arranjo social tende a ajustar-se às possibilidades, no limite do senso prático, no qual a disposição para ser ou fazer é balizada pelo *habitus* (subjeto) e pela realidade dada (objetiva).

À primeira vista, essa “tendência ao ajustamento” pode parecer próxima do conceito weberiano de “ação racional”, mas há diferenças substantivas entre as duas noções. A teoria da ação racional de certa forma retoma o modelo adotado na teoria econômica neoclássica, segundo o qual os investimentos buscam ajustar a taxas de lucro. O equívoco desse postulado do pensamento econômico torna-se ainda maior quando a corrente weberiana busca aplicar essa relação de causalidade à Sociologia. É um engano sugerir que existe uma objetividade média que se confrontaria com uma expectativa subjetiva média. As condutas humanas não são respostas abstratas a uma situação abstrata, elas se definem por solicitações datadas e socialmente inscritas no próprio mundo, que não podem ser universalizadas, pois não existe um padrão universal do comportamento do agente. As relações são heterogêneas, os agentes são dotados de capital simbólico e de *habitus* específicos, além de ocuparem posições diferenciadas no espaço social.

A ação racional pressupõe que a informação é completa e que o seu acesso é apropriado por todos. O que efetivamente se realiza é uma relação assimétrica, tanto pela impossibilidade de obter todas as questões disponíveis, como pelo acesso diferenciado à informação. O processo comunicativo não é homogêneo entre os agentes. Pode-se dizer que a “ação racional” encontra seus limites nos limites das informações. A ação racional, também, pressupõe uma universalização kantiana do agente, não levando em conta a diversidade dos

³⁶ O que não significa atribuir ao agente uma atitude passiva perante o mundo.

agentes e dos ambientes em que se formam. Portanto, a teoria da ação racional contém dois equívocos: os agentes, mesmo tendo processos similares, não podem ser vistos como iguais, guardam distinções entre si, vários outros fatores subjetivos podem influenciar nas suas decisões, não há como criar um padrão único de resposta entre eles; é impossível indicar uma objetividade racional como se houvesse um completo domínio da situação, um conhecimento de todas as circunstâncias e de todos os participantes.

As motivações dos agentes, por assim dizer, conformam-se no lugar de uma lógica movida pela “ação racional”, por uma lógica de uma “ação do provável”, que ocorre por uma racionalidade do sentido prático diante de situações, também práticas, da vida social, que são delimitadas pelas necessidades, pelas esperanças (subjetividade) e pelas oportunidades (objetividade) de cada agente no mundo em que está inserido.

A vida social está ligada ao presente percebido, histórica e socialmente constituído. O porvir efetiva-se no presente, que só pode ser entendido a partir do passado, não como uma simples lembrança, mas como um legado integrado ao corpo.

O *habitus* é essa presença do passado no presente que torna possível a presença do porvir no presente. Contendo nele mesmo sua lógica [...] e sua dinâmica [...] próprias, depreende-se, primeiro, que ele não está mecanicamente submetido a uma causalidade externa, sendo capaz de conferir uma liberdade em relação à determinação direta e imediata pelas circunstâncias presentes (BOURDIEU, 2001, p. 257-258).

O porvir, diferentemente do que é defendido pela teoria racional, que atribui ao projeto um cálculo previamente definido, ocorre por uma ação corriqueira que se forma na interação entre o *habitus*, as instituições e o acesso aos recursos. Este encontro entre as disposições (de ser e fazer) com a regularidade do mundo real faz com que a subjetividade se objetive em uma situação dada, através da relação entre experiência, expectativa e oportunidades práticas e o investimento necessário no jogo social.

Quando existe certa conformidade entre as necessidades, as esperanças e as oportunidades, não há uma pressão sobre a percepção do tempo. Essa harmonia, entre o que se faz e o que se espera, como na expressão “não vi o tempo passar”, dito comumente. Mas, quando existe um descasamento entre o que se objetiva e a impossibilidade de concretizar a disposição de ser ou fazer, uma defasagem entre a disposição “subjetiva”³⁷ e as condições

³⁷ O sentido de subjetivo é o desejo, e não uma construção mental.

“objetivas” limitantes, há uma insatisfação diante do presente, o que leva à negação do presente e à propensão³⁸ para buscar a sua superação no futuro.

Mas não se pode concluir que é impossível romper o círculo de necessidades, esperanças e oportunidades. Existe uma margem de liberdade que ampara a autonomia das lutas a respeito do sentido do mundo social que se exprime de diferentes maneiras diante da dupla incerteza: a parte objetiva, do lado do mundo, e a parte subjetiva, do lado dos agentes. A ordem simbólica pode abrir um espaço para a inserção de novos projetos, planos e até utopias, que a lógica das probabilidades tenderia a considerar como inexistentes ou inatingíveis.

[...] a autonomia relativa da ordem simbólica a qual, em quaisquer circunstâncias e, sobretudo, nos períodos de desajuste entre esperanças e oportunidades, pode deixar certa margem de liberdade a uma ação política desejosa de reabrir o espaço dos possíveis. Capaz de manipular expectativas e esperanças, sobretudo por uma evocação performática mais ou menos inspirada e exaltada do futuro (BOURDIEU, 2001, p. 287).

Vale ressaltar que esse ajustamento entre necessidades, esperanças e oportunidades que forma o sistema de disposições sofre a violência simbólica, como algo evidente na maior parte de sua existência, pelo *habitus*, que tende a reforçar o desejo de buscar a conservação da ordem social, o que é muitas vezes traduzido equivocadamente como fatores de resignação inerentes à essência do ser. Mas o sistema de disposições é um sistema aberto, influenciado por vários fatores subjetivos e objetivos, que formam o espaço-lugar apropriado³⁹, como síntese da oposição entre ambiente institucional interno e externo, espaço global e local, agente endógeno e exógeno, objetos naturais e artificiais etc., que podem tornar as decisões mais conservadoras ou evolucionárias.

³⁸ A vontade de fazer não significa necessariamente que a ação será realizada, tampouco se sabe qual será sua intensidade. De fato, para a tomada de decisão, além da propensão para agir, existem outros fatores, questões objetivas e subjetivas que influenciam a disposição para correr mais ou menos risco em agir, estando relacionadas ao descasamento entre necessidades, esperanças e oportunidades no limite do senso prático, que é balizado pelo *habitus* e pela realidade dada.

³⁹ O conceito de espaço-lugar é tratado no item 3.7 – Espaço-lugar: uma análise sociológica do espaço.

3 INSTITUIÇÕES E GOVERNANÇAS: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO CAMPO SOCIAL

3.1 As instituições como estrutura organizacional e de dominação

Além do *habitus*, outro elemento balizador da análise sobre os fenômenos sociais é o papel que as instituições exercem na conformação dos espaços sociais.

As instituições apresentam-se como representações simbólicas entre o agente e a estrutura. Assim como na conformação do pensamento sociológico, historicamente, no debate sobre as influências das instituições na organização das sociedades retoma-se a mesma polarização entre agente e estrutura, na relação do simbólico e o material: agora de um lado as correntes do pensamento weberiano e marxista que atribuem as instituições como organizações que exercem um processo de dominação; de outro as correntes referenciadas em Durkheim que compreendem que as instituições são representações sociais, ou seja, um conjunto de atos e ideias que se efetivam como procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, por onde se que conformam os fatos sociais.

Estas concepções polarizadas do papel das instituições entre a ação de dominação versus o papel de representação e coesão social acabam transformando os esquemas teóricos clássicos sobre as instituições em procedimentos atomizados. A conceituação sobre as instituições envolve a interpretação de como estas afetam as dinâmicas sociais, e são por elas afetadas. Concebidas nas diferentes representações simbólicas, as ações sociais guardam relações com as crenças e modos de agir dos agentes, atuando ao mesmo tempo: tanto na função normativa que possibilita os agentes a terem nexos sociais como representação da formação da sociedade; quanto no processo de dominação, enquanto autoridade constituída entre as relações sociais.

Durkheim (2001), em *As Regras do Método Sociológico*, ressalta o caráter conservador das instituições, valorosas para a manutenção da ordem. São fatos sociais que se constituem enquanto mecanismos de proteção da sociedade. As instituições, ao serem concebidas como estruturas sociais, são representações simbólicas específicas, baseadas em regras e procedimentos padronizados, socialmente reconhecidos, aceitos, sancionados pela sociedade e seguidos pelos indivíduos.

Embora sejam relativamente estáveis, as instituições por serem socialmente construídas trazem consigo elementos dinâmicos das relações sociais. Dessa forma, a noção aqui apresentada de instituição social expande a posição clássica de Durkheim, as instituições

sociais deixam de ser consideradas como meros processos conservadores em si, para também influir na formação cognitiva do indivíduo e nas relações sociais entre agentes. Incorpora-se, assim, à caracterização da instituição outro ponto fundamental: a subjetividade do ser.

A instituição também desempenha no âmbito subjetivo um segundo papel: atua na percepção do indivíduo perante o mundo, o que, para Weber (2008), em sua obra *Ciência como vocação*, constitui o papel da segurança subjetiva em relação à perda dos sentidos. No exemplo weberiano, o ser humano necessita sentir-se seguro, protegido e respaldado. Assim, o indivíduo, ao romper com a religião, sente falta da segurança que antes lhe era assegurada pela religiosidade. Essa noção de segurança pode ser estendida a qualquer outra instituição. Com efeito, a instituição tem o papel de suprir as necessidades humanas, de fazer o indivíduo sentir-se seguro sobre sua existência, podendo dar um sentido à sua vida cotidiana (religiosa, científica, financeira, reconhecimento social, etc.).

A busca de uma análise explicativa sobre o papel das instituições sociais levou a incorporar ao presente estudo as indicações de correntes derivadas do pensamento complexo, relacionando-as a um processo de incrustação em sistemas concretos e continuados de relações sociais. A construção, aqui organizada, de um conceito mais amplo sobre as instituições passa por admitir nas relações sociais o caráter objetivo de coesão social e também os aspectos particulares interferentes à formação cognitiva do agente. Relacionando, assim, os postulados de Durkheim sobre as especificidades da classificação social com normas e regras de funcionamentos bem definidas como fatos sociais, e incorporando à categorização das instituições sociais a percepção subjetiva do agente weberiano.

Pela operacionalização dos conceitos funcionais (Durkheim) e de representação simbólica (Weber), as instituições sociais caracterizam-se por uma dupla forma: de um lado, a sua forma socialmente delimitada, dotada de regras que se materializam nas atividades de organizações jurídicas (empresas, partidos políticos, clubes, sindicatos, igrejas etc.) ou convencionais (família, confraria e etc.) que privilegiam oficialmente uma determinada função social; de outro, a sua forma latente, sua representação simbólica, como elemento cognitivo na sua percepção do mundo e com a finalidade de satisfazer desejos e certas necessidades comportamentais do agente diante da sociedade da qual ele faz parte. Portanto as instituições sociais devem ser apreendidas na dualidade de seus efeitos, tanto advindos pela estrutura social instituída, constituída e sedimentada na sociedade, como também nas conformações simbólicas estabelecidas que influenciem os modos de pensar, de sentir e de agir, que atuam no ambiente enquanto regras sociais da formação subjetiva do ser.

Este processo de aproximação das correntes de representação e denominação sobre o papel da ação institucional ganha capacidade holística ao absolver o pensamento de Bourdieu, através de sua base explicativa, que integram as categorias do Campo Social, possibilitado, em um único processo, a análise dos sistemas de relações sociais de diferenciação e de dominação⁴⁰.

As instituições sociais são aqui classificadas, pela referência do conceito bourdieuano de Campo Social, por diferentes segmentos (jurídicos, políticos, financeiros, religiosos etc.), tendo normas e regras reconhecidas, legitimadas pela percepção social objetiva e subjetiva de sua existência, aceitos por todos os membros e sendo reconhecidos pela sociedade.

3.2 A instituição como Campo Social

Avançando na caracterização de instituição como Campo Social, é possível indicar que como Campo Social as instituições desenvolvem-se com base em um conjunto de categorias e procedimentos com a pretensão de que seus pressupostos estejam relacionados a uma lógica interna e, também, obtenham legitimação social. Quanto maior a legitimidade social da instituição, maior é a aceitação social sobre os princípios fundantes de sua existência.

Para compreender as instituições, na dualidade de sua conformação (de estrutura social instituída e de conformações simbólicas), é interessante que resgatemos os seus conceitos constitutivos. Como componente interno da conformação da instituição social pode-se identificar o *nomos*. O *nomos* diz respeito às normas gerais que governam o funcionamento de cada instituição, podendo ser descrito como o sistema de regras que delimita o jogo social, que se estabelece como um modo de pensamento específico derivado da experiência social. Enquanto Campo Social, cada instituição, tem um interesse característico, o que faz com que cada agente tenha uma disposição constituinte, um senso de pertencimento, uma adesão tácita ao *nomos*. Esse interesse está relacionado com a própria existência da instituição e influi na composição do capital simbólico e na estruturação das regras (*nomos*) internas do jogo institucional, que passam a ser legitimadas pela *doxa*, enquanto Campo Social.

⁴⁰ Ao caracterizar as instituições a partir das categorias de Campo Social de Bourdieu, além de manter o padrão de regras e normas da sociedade em que está inserida, reconhece nas instituições a ação da representação simbólica de dominação.

Há uma estrita relação entre a *doxa* e o *nomos* na conformação de uma instituição. Uma instituição, para estabelecer-se, precisa de um conjunto de regras e representações simbólicas que são fundadas no senso comum de cada espaço social. Uma instituição só permanece existindo quando a *doxa* e o *nomos* estão legitimados pelos seus ocupantes. As instituições criam em si a justificativa da sua existência por meio de representações simbólicas compartilhadas entre seus participantes, é de certa forma uma “crença” sobre a importância do sentido do jogo – a *illusio* –. Essa justificativa do jogo e de como é jogado torna-se um requisito para defender o funcionamento da instituição. A *illusio* seria um encantamento vivido como um produto não consciente de adesão à *doxa* de uma instituição. Esse processo dar-se-ia por via de uma violência simbólica, não evidente, não explícita, a partir da lógica fundante da composição do capital simbólico específico da instituição e de sua legitimidade perante a sociedade.

Portanto, a *doxa* e o *nomos* juntos levam à *illusio*, que é a adesão à necessidade da existência da instituição, ao mérito da sua racionalização, que muitas vezes justifica o fascínio de efetivar a ação para si e perante os outros. As questões relacionadas com o que se faz (rotina, ação etc.) são tidas como uma indicação racional institucional. Faz-se tal ação prática, pois outros fazem, porque sempre se fez assim, o que legitima a pertinência lógica da instituição a que se pertence. Não é preciso questionar os princípios explícitos ou as teses formuladas que justifiquem tal ação. Para entrar na instituição, deve-se necessariamente aceitar a sua *doxa*, que por sua vez legitima o *nomos*.

A toda instituição, mesmo tendo formas e características distintas, pode-se atribuir padrões constitutivos. Portanto, em torno de uma instituição, forma-se um conjunto de propriedades que estão estruturadas por seus respectivos *nomos*, *doxa* e *illusio*. Esses processos não são estanques. Cada instituição tem suas características próprias, transformadas pelas relações sociais em sua estrutura e pela ação dos seus ocupantes. Além disso, cada instituição utiliza uma conformação específica de capital simbólico (econômico, social e cultural) como representação simbólica⁴¹, o que faz com que exista uma valoração relativa das relações sociais entre os agentes dentro de cada instituição.

⁴¹ A base do entendimento aqui sobre capital simbólico é a mesma utilizada na definição de Bourdieu (2011:187-202). O capital simbólico se forma da noção retirada do conceito do capital econômico, como processo de produção, acumulação e de reprodução; as operações de investimento; ou ainda a possibilidade de se transferir por herança, etc. Além do capital econômico existem outras formas de capital simbólico. O capital cultural que pode ser entendido como aquele que compreende as qualificações intelectuais; as informações etc. O processo de produção, acumulação e de reprodução do conhecimento seriam advindos do aprendizado, pelas relações familiares, pelas formações

3.3 As instituições sociais, o capital simbólico e o poder

Os agentes (indivíduos e organizações) têm poderes diferenciados nas instituições. A disposição de suas ações está relacionada à disputa pela posição relativa que ocupam no espaço social e à concorrência com os demais agentes. A posição do agente depende de sua capacidade de acumular capital simbólico no espaço social em que se efetivam as disputas sociais.

Enquanto Campo Social, as instituições são sistemas de classificação que se estruturam através de uma dinâmica social relacional. A sua lógica de funcionamento é pautada pela forma de distribuição e de valoração do capital simbólico, estruturado sobre os atos de conhecimento e reconhecimento dos agentes no interior do espaço social. Portanto, o capital simbólico é elemento importante para explicar o funcionamento das instituições, a relação entre instituições e com a própria sociedade.

O capital simbólico tem diferentes formas de valoração, de acordo com as maneiras de composição relativa existente em cada instituição entre os capitais econômico, social e cultural, na distribuição do capital simbólico. Cada instituição em um determinado momento tem a sua repartição específica⁴². Essas diferentes formas de capital atuam como “fichas” dentro do jogo social em que o agente está inserido, que têm a motivação de manter-se na mesma posição que ocupa ou de alcançar novas posições; sua força é alterada em função do acúmulo do tipo de capital de que dispõe e da forma como a composição desse capital é valorizada nas instituições que atuam no espaço em que está inserido o agente.

O capital simbólico leva ao reconhecimento prático do agente que se faz representar em uma dada posição social, adquirindo, ao mesmo tempo, o reconhecimento e o poder de reconhecer. Cada instituição faz uma investidura simbólica conforme seus ritos (tácitos ou implícitos), usados para justificar quem pode ser consagrado, são regras aceitas pelos seus membros (contidas no *nomos*, legitimadas pela *doxa*), o que faz do “rito da investidura” um

escolares, ou pelas relações sociais de transmissão do conhecimento (tácito ou erudito); da posse dos bens culturais; ou por formas institucionalizadas, representado pelos títulos conferidos pelas instituições. E o capital social que corresponde ao processo de produção, acumulação e de reprodução da rede de relacionamentos, que possibilita o acesso social e a capacidade de mobilização, pela posição formal que ocupa na instituição ou pela liderança que exerce.

⁴² O capital simbólico seria a representação da posição social relativa em cada estrutura, determinada pela combinação do volume e da qualidade, a partir da síntese da forma de distribuição em cada instituição de diferentes espécies de capital (econômico, social e cultural) que atribuem ao agente o seu reconhecimento social interno (pelos seus pares) e influenciando o reconhecimento externo (pelos demais agentes e pelas instituições que compõem o espaço).

poder simbólico que só permanece como tal se for reconhecido socialmente como um ato legítimo capaz de consagrar e de ser consagrado. Embora tenha ares de impessoalidade, a ordem simbólica que se efetiva é sempre pessoal, pois se trata de um processo prático, entre agentes concretos, no mundo em que estão inseridos, ou seja, são relações conformadas socialmente por um processo de poder, de diferenciação entre agentes, em distintos espaços.

Os agentes são caracterizados pelo volume de seu capital em relação ao capital dos demais agentes, ou seja, sua caracterização depende de forças internas, dentro das instituições, e de forças externas, no espaço social em que estão inseridos. Existe, assim, uma correlação entre a capacidade de influência da estrutura social sobre o agente e a instituição, onde a pressão é maior quando o seu peso relativo for menor. Nesse sentido, a relação entre os agentes na vida social cotidiana acaba sendo afetada pela distribuição do capital em um dado momento. Não existe, entretanto, uma relação direta entre o peso exercido por uma instituição e o peso das demais. Com efeito, as instituições exercem suas atividades com certo grau de autonomia e com composições diferenciadas em ambientes institucionais diferenciados, estabelecendo relações objetivas e subjetivas no espaço em que se efetivam.

Vale lembrar que, embora tenha um peso fundamental, o capital econômico não é o único determinante para que se tenha prestígio e reconhecimento institucional. Há outras formas de acumular capital simbólico, que podem resultar de outras motivações mediatas e imediatas subjetivas, o que não significa que no futuro não venham a transformar-se em algum ganho objetivo. Muitas ações existentes são direcionadas para a mobilização da busca de reconhecimento ou prestígio perante os outros.

A disputa pelo poder exercido no jogo da vida social cotidiana jogado pelos agentes objetiva-se nas ações práticas em um dado momento. Essas certezas que se formam enquanto uma lógica interna são as regras de um jogo. Ao definirem os limites, dão sentido a quem está no jogo. De um ponto de vista externo, isso se torna completamente incompreensível: por exemplo, “as ambições de carreira do alto funcionário podem deixar o pesquisador indiferente, e os investimentos a fundo perdido do artista ou a luta dos jornalistas para ter acesso à primeira página permanecem quase ininteligíveis para o banqueiro” (BOURDIEU, 2001, p. 118).

No processo de formação do capital simbólico nas relações sociais, as representações simbólicas assumem posições tão poderosas que passam a exercer um conjunto de censuras silenciosas impostas por uma lógica moral que remete a sentimentos de fobia, culpabilidades, desejos etc.

O capital simbólico assegura formas de dominação, que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar: com efeito, ele exerce apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência (BOURDIEU, 2001, p. 202).

A conformação do capital simbólico está relacionada à estrutura de dominação simbólica, o agente tende a submeter-se à correlação de forças sociais. A sua capacidade de motivação para agir é proporcional a sua força dentro da instituição e da sociedade em que está inserido; o *habitus*, pelo senso prático, está ligado à posição que o agente ocupa socialmente, como representação simbólica, diante de questões objetivas dadas.

A busca do poder simbólico efetiva-se nas representações simbólicas que influem no reconhecimento pelas estruturas sociais das instituições. Essa relação entre as formas de dominação simbólica e o agente varia de acordo com o peso simbólico que for atribuído a cada instituição.

As instituições procuram manter uma autonomia dinâmica em sua própria evolução, têm uma racionalidade própria, mas acabam também aprisionadas dentro da mesma lógica sistêmica, gerando uma dependência institucional⁴³. Cada instituição tem suas especificidades nas relações práticas, em função da forma como se efetiva o poder simbólico nas decisões e nas ações de seus agentes.

As instituições, pelas interseções cotidianas, por atuarem duplamente na constituição específica do agente: na percepção cognitiva enquanto ser e nas regras e normas do ambiente social em que está inserido, pode-se recorrer a elas (as instituições) para delinear a formação do *habitus* do agente. A formação do agente deriva da vivência social, do senso prático, por meio da família, do clube social, da escola, da empresa, da religião e das demais instituições que fazem parte do cotidiano da vida prática. Cumpre lembrar que as instituições só se efetivam por serem relações sociais, de agentes (seres sociais) conectados entre si, em uma diversidade social, cultural, econômica, com diferente acúmulo de capital simbólico, inseridos

⁴³ Segundo Weber, o processo histórico de racionalização social, por meio da racionalidade material e formal pelos fins, na qual se baseiam as instituições modernas, faz nascer os principais atores da política moderna: os políticos profissionais e a burocracia estatal, com duas categorias de funcionários – os de carreira e os políticos. Logo é possível viver da política ou para a política. Por causa da complexidade dos problemas sociais, ganha força uma burocracia moderna, com a ascensão de um funcionalismo especializado, em um sistema ordenado e hierárquico que distancia o cidadão das decisões fundamentais. Essa irrefreável burocratização que aprisiona o Estado e a economia é descrita no capítulo “Sociologia da dominação”, em *Economia e sociedade* (WEBER, 2012, v. 2, p. 542-543).

em um espaço apropriado, geográfico e socialmente concreto, ligados por relações objetivas e subjetivas, mediadas pelo *habitus*.

3.4 A instituição é iminente social e historicamente constituída

A quantidade de dados gerados em uma sociedade acompanha a sua complexidade. Por não conseguir decifrar tantas informações a comunicação tende a tornar-se incompreensível. Para comunicação se efetivar é atribuído um significado à enorme quantidade de informações desconexas que chegam aos agentes, os dados, previamente, são transformados em informações sistematizadas; usando-se conceitos, símbolos, regras, códigos, etc. A aquisição do conhecimento torna-se, por conseguinte, um processo complexo. Daí o papel decisivo das instituições no processo de codificação e de decodificação da significação do conhecimento (tácito ou escolástico). A assimetria de informações entre os agentes gera uma forma de poder. Esse poder informacional incorpora-se ao processo de dominação simbólica da vida social do agente e sua visão de mundo.

A dinâmica da sociedade moderna aumenta cada vez mais a complexidade das relações sociais, ampliando a diversidade de funções sociais, que não podem ser descritas por uma forma classificatória simples. Consequentemente, as instituições tornam-se mais complexas. De fato, quanto mais complexa for a sociedade, mais complexas serão suas instituições, cada ambiente institucional é marcado por múltiplas relações que só são percebidas socialmente pelos seus efeitos.

Estas relações sociais (objetivas e subjetivas) de um segmento específico mantém uma relação dialética com as outras formas sociais constitutivas do espaço em que estão inseridas, interagindo com as contradições intrínsecas das relações sociais que animam os movimentos da sociedade. Ainda que isso não seja um processo mecânico, gozam de autonomia, e na sua atuação buscam deter elementos específicos que permitam justificar sua existência perante a sociedade.

A instituição busca sua autonomia perante a sociedade, mesmo que seja relativa, por isso, reivindica o monopólio erudito do seu saber diante do todo, afirmando a sua capacidade de reunir o conhecimento adequado para superar pontos de vista desprovidos de informação exclusiva, em especial do senso comum dos agentes e de outras instituições.

Cada instituição possui seu conjunto de leis fundantes, pela sua ambição escolástica, pretende trazer para a sociedade um pensamento de uma razão pautada em uma lógica a-histórica, que não tem pretérito, que se realiza no presente como algo dado; nasce ao atribuir

para si dogmas, portanto a sua fonte primeira é um princípio arbitrário, uma espécie de tautologia segundo a qual “a lei é a lei, e nada mais”.

Os pontos de vista de cada instituição tendem a representar uma abordagem específica, uma forma distinta de se constituir e, ao mesmo tempo, uma maneira única de se relacionar com o espaço em que está inserida. A partir desse processo de diferenciação do conhecimento, cada instituição constrói distintas formas de representações sociais e simbólicas. A realidade passa a ser segmentada em um conjunto de relações práticas, que se pautam por estatutos, regras e dinâmicas próprias formadas por dentro da sociedade levam a inúmeras esferas de atuação institucional, como a economia, a política, a cultura, a ciência, a arte, a área jurídica, e etc.

As instituições, por meio das organizações delas derivadas, são categorias relacionais que interagem com os fatores que motivam os sistemas de disposições e de objetos. As relações entre os agentes afetam as inúmeras instituições sociais dentro do ambiente institucional e são por elas afetados, alterando a composição do espaço (físico e social) em que estão inseridos. Embora, as instituições sociais possam preservar uma autonomia relativa entre si, não são alheios aos efeitos das relações sociais, e vice-versa.

O grau de independência está relacionado ao volume e à conformação do capital simbólico existente em cada instituição, que minimiza o impacto das pressões externas. A intensidade desses reflexos no funcionamento interior da instituição depende do nível de autonomia que cada instituição consegue ter na sociedade. Em particular, instituições mais eruditas, frequentemente, têm maior capital simbólico, buscam atestar a superioridade do seu domínio específico, mediante vários esforços de afirmação social em sua esfera de atuação.

As mudanças institucionais tendem a se fazerem lentamente, muitas vezes ocorrem descompassos entre a estrutura social e as representações simbólicas, o que pode levar a conflitos, resistências, e até casos em que certas alterações institucionais não sejam totalmente assimiladas socialmente.

3.5 O Estado moderno: proeminência de uma meta instituição social

A dominação e a diferenciação entre agentes da sociedade moderna têm como principal referência às relações de poder do Estado. Por meio do Estado ocorre a objetivação da ordem simbólica da legitimação do direito. O Estado, como instituição por excelência, detém o monopólio da violência, ele é conhecido e reconhecido por todos como legítimo,

inclusive para exercer atos de extrema brutalidade (física, psíquica, econômica, etc), cabendo-lhe, nas suas formas institucionalizadas, o poder de consagrar as coisas e os agentes.

O aumento da complexidade das relações na modernidade, com os processos sociais cada vez mais abstrusos, corroboraram para que o Estado, na sua forma institucional, seja cada vez mais reconhecido como a autoridade investida do poder de determinar o que é legítimo ou ilegítimo. Por exemplo, é o Estado que tem poder para conceder a propriedade (por meios de títulos), atribuir identidade (certidão de nascimento, carteira de identidade, motorista, passaporte etc.), atestar o reconhecimento social (certificado de capacidade escolástica, como técnico, engenheiro etc.); enfim, pelos seus atos, pode-se estabelecer uma fronteira legitimada socialmente, definindo os que são, ou não, detentores de direitos.

Assim, o Estado, pela sua institucionalidade política e jurídica cria um ambiente social para impor os limites da autonomia das demais instituições. O peso da política estaria relacionado, em dado momento, com a capacidade que o Estado consegue atribuir a si perante as demais instituições. O reconhecimento de exercer o seu poder, legitimado socialmente.

O Estado moderno, como detentor da autoridade de exercer a violência simbólica, ganha a proeminência de uma meta instituição social. Fazendo com que a luta pelo seu domínio tenha significativa relevância no contexto das relações sociais, em seus mais variados níveis e formas. Soma-se à luta política pelo controle institucional a disputa social subjetiva pelo conhecimento e pelo reconhecimento das representações simbólicas como forma de dominação.

A disputa pelo controle institucional não é apenas pelo seu comando direto, mas, principalmente, para ter influência sobre o direcionamento de suas ações. Daí duas disputas inseparáveis: a disputa pelo poder político das organizações de controle das instituições; e a disputa para exercer a influência como representação simbólica. O mundo social é ao mesmo tempo o produto e o móvel de lutas simbólicas pelo “poder de impor como legítimos os princípios de construção da realidade social mais favoráveis ao seu ser social [...], bem como à acumulação de um capital simbólico de reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p. 228).

Além do Estado, merece também destaque o papel de várias outras instituições que têm um peso significativo no desenvolvimento do capitalismo, destacando-se a atuação institucional na organização da produção e na formação cultural das representações simbólicas. Esse modelo burocrático de racionalização do mundo conecta-se com os sistemas de disposição. Na conformação subjetiva do agente, incorporam-se bens e valores culturais das experiências da vida cotidiana, formando *habitus* secundários, que de forma continuada alteram o senso prático dos agentes que estão inseridos nas diferentes instituições sociais.

Por exemplo, a influência exercida pelas instituições religiosas. Weber (2004) aborda as influências da religião no processo da formação capitalista, demonstra o peso simbólico das suas representações na conduta do agente. A religião, como representação simbólica, traz em si um duplo movimento: exerce pressões na sociedade e submete-se a elas, influenciando na conformação da visão de mundo de cada agente.

Outro exemplo, a organização institucional do trabalho, em especial as mudanças advinda da terceira revolução industrial que influenciou novas formas de institucionalização das representações simbólicas na esfera produtiva. O processo de modernização capitalista fez com que a estrutura produtiva sofresse influências não só das novas tecnologias fabris e fontes de energia, mas também dos novos modelos de organização social da produção e da assimilação de novos padrões culturais. Como demonstra Antunes (2011), o mundo do trabalho passou a incorporar à racionalidade capitalista, além da participação física, a participação psíquica do agente. Nesse período, instauraram-se sofisticados processos de autocontrole, com a adoção de modelos de gestão pós-fordista (como circuitos de qualidade, remuneração variável por metas, administração participativa etc.) que se refletem nas disposições adquiridas não só no trabalho, mas também na vida social.

Os eventos aleatórios exógenos e a multiplicidade de novos fatores modificam a organização das representações simbólicas. Os complexos arranjos institucionais conjugados com as alterações nas estruturas produtivas atingem não só a esfera econômica, mas a social e cultural, influenciando na forma de ser e fazer do agente. O agente passa a defrontar-se com novos simbolismos sobre a ação que realiza; aos poucos, tais mudanças deixam de ser vistas como algo externo, para ser paulatinamente absorvida, naturalizando-se como experiência vivida na vida social do agente, alterando os parâmetros da tomada de decisão, influenciados pelos *habitus* secundários que foram sendo incorporados à dinâmica da vida cotidiana.

As instituições, em níveis diferenciados, têm em si a capacidade de influenciar o ser e o meio. Subjacentes às regras e normas, formais e informais, que regem o sistema simbólico, há as representações simbólicas, cujos efeitos são percebidos tanto no espaço social (ambiente institucional), como na formação cognitiva de cada agente. As instituições, concomitantemente, geram símbolos que afetam a percepção do ser, influenciando na conformação do *habitus* do agente e atuando na representação da dinâmica social, definindo as regras do jogo a ser jogado.

3.6 Determinismo institucional do mercado

A primazia da economia sobre a dinâmica do enquanto processo histórico tem na conformação do mercado em sua forma institucionalizada a sua principal referência. Como um ente institucional, independente, o mercado é substantivado, passa a ser muito mais que trocas mercantis, e se torna a representação simbólica hegemônica da sociedade como meio inexorável para o desenvolvimento da humanidade. A supremacia do econômico sobre o social não seria algo natural na história da humanidade, como alertou Polanyi (2000), em seu conceito de incrustação, em que os mercados seriam construções sociais⁴⁴.

Originada nas questões apresentadas por Polanyi como uma formulação crítica aos aspectos de personificar o mercado como um ente natural a-histórico, a Sociologia Econômica apresenta a dinâmica das relações sociais e a formação dos mercados como um processo histórico da econômica e a sociedade, constituídos por interesses de segmentos sociais, formados a partir de relações entre agentes, muitos delas conflitivas. A base fundante da Sociologia Econômica de Polanyi está na desconstrução dos mercados como entes autônomos e abstratos, como querem crer as teses liberais que os camuflam pela sua personificação.

Através da tese de incrustação de Polanyi, na estruturação do capitalismo, a economia sobrepõe às demais relações sociais, e o acúmulo de capital econômico passa a ser o fator relacional primordial na interação com outros atores e suas instituições. A identificação do mercado como uma construção social é um importante delimitador na compreensão sobre as relações de poder exercidas pelo capital econômico na composição da formação do capital simbólico entre as instituições modernas.

Pela base teórica originária da sociologia econômica, através de Polanyi, pode-se perceber que a lógica de incrustação e desincrustação da economia no social é a forma dinâmica da composição transacional entre agentes e as sociedades. As trocas, além da mercantil, também podem ocorrer pelos sistemas de reciprocidade e de redistribuição, e que em ambos os casos continuam a coexistir com o mercado de trocas econômicas. As relações econômicas se efetivam em distintas formulas de regulação do mercado. O mercado é uma representação simbólica de complexas relações sociais. As trocas mercantis quando ocorrem simultaneamente, também estão se realizando trocas sociais, culturais e etc.

⁴⁴ Polanyi indica três formas sociais de distribuição da produção: a troca mercantil; a redistribuição, em geral feita pelo Estado; e a reciprocidade. O predomínio das trocas econômicas sob a égide dos mercados seria fruto de um processo histórico, e não natural, que da mesma forma como construído poderia ser alterado por uma grande transformação na humanidade.

O preço, enquanto valor monetário, nem sempre é a variável mercantil que é determinante na atividade desenvolvida. Os consumidores, não necessariamente, sempre escolhem o mais barato. As relações continuadas, por exemplo, tendem a ser fortemente valorizadas pelos agentes sociais envolvidos. As composições das trocas vão além da relação de oferta e procura, envolvem outras racionalidades de ordem socioculturais, relacionadas aos aspectos de poder, estrutura, cultura, formação histórica nas sociedades. As modalidades de trocas econômicas ao longo da história, dentre as várias sociedades, demonstram que as relações mercantis não podem ser consideradas como a única instância reguladora da vida social⁴⁵.

A dimensão das instituições e o nível de desincrustação do econômico no social não podem ser compreendidos fora do contexto de onde se efetivam.

O grau de desincrustação do econômico nas sociedades atuais é menor do que suposto pelos mais críticos e que o grau de incrustação do econômico no social nas sociedades primitivas é menor do que proclamado pelos apologistas das sociedades arcaicas, permanece a inequívoca centralidade do conceito e a necessidade de erguer uma sociológica econômica dos mercados. (MARQUES, 2003, p. 29).

Os mercados são representações simbólicas das condições objetivas e subjetivas que incorporam institucionalmente dentro das relações sociais. As instituições, em especial as econômicas que incidem o mercado, ao serem avaliadas pelo auxílio da tese de incrustação, assumem a premissa de que existem vários eventos que influenciam as motivações do agente em escolher uma posição diante das escolhas que se apresentam⁴⁶.

Para a elucidação das dinâmicas sociais e o mercado deve-se buscar qualificar a ação econômica. Para tanto, significa ir além desta constatação de que a pujança econômica sobre as relações sociais é fruto de uma construção histórica. As instituições não são formas abstratas, ao contrário, são representações socialmente situadas, diante de um conjunto de

⁴⁵ Vale destacar a posição da economia moral que apresenta os aspectos socioculturais na conformação dos valores na vida econômica. Esta corrente não descarta totalmente a lógica econômica, mas demonstra que, para além dela, existem diversas outras variáveis que compõem aquele contexto. O aspecto cultural é indicado como elemento da economia pela tradição moral (convenções sociais). A exemplo da origem dos motins (rebeliões populares inglesas do sec. XVIII). Por trás destes conflitos havia uma economia moral dos pobres, em que os desrespeitos a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real (fome, miséria etc.), eram o motivo habitual para a ação direta, Thompson (1998).

⁴⁶ Uma contribuição representativa para este quadro analítico está nos postulados advindos da Nova Sociologia Econômica (NSE) A NSE de acordo com Mark Granovetter, tem duas ideias básicas como ponto de partida: a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; b) as instituições são socialmente construídas (STEINER 2006: p x-xi).

relações sociais mobilizáveis como grupo de pressões conformados por referências mercantis e não mercantis, que objetivam rendimentos ou benefícios da representação social, que passam a ser distribuídos de forma assimétrica, de acordo com o nível de poder e do capital simbólico que detenham dentro da estrutura e entre os agentes sociais.

O entendimento social a partir da negação do determinismo econômico das relações sociais são conceitos significativos, quando analisados dentro de um quadro das dinâmicas civilizatórias, portanto é necessário um refinamento epistemológico, a fim de identificar sob que condições históricas e com que variáveis estas construções sociais (os mercados institucionalizados) são moldados e como atuam sobre as racionalidades dos agentes.

3.7 A pluralidade das governanças e os arranjos institucionais

O avanço do capitalismo na esfera global fez com que qualquer abordagem sobre o termo desenvolvimento ficasse indissociável da questão econômica. Apresentando-se como modelo irreversível, o capitalismo procura que a sua lógica de reprodução (relações mercantis) circule socialmente. Seus valores, símbolos e informações passam a influenciar o modo de ser e agir das pessoas e suas relações sociais.

Enquanto discurso hegemônico da institucionalização dos mercados, que atua sobre as racionalidades dos agentes, o conceito de desenvolvimento é apresentado pela capacidade em garantir virtuosidade na interação do local ao mercado global. O espaço é apreendido como mero receptáculo do fluxo mercantil.

Tal entendimento reforça a conformação da representação simbólica de ambientes “desterritorializados”, pelo olhar universalista da dinâmica capitalista, o crescimento econômico é apresentado como algo linear e predeterminado. Interpretando o processo civilizatório a partir de um único padrão de desenvolvimento, as propostas de planificação espacial fazem menção ao “mundo em desenvolvimento”, como uma situação em transição entre as sociedades. As características estruturais e simbólicas específicas do mundo subdesenvolvido são “desconhecidas”, ou simplesmente associadas a sistemas atrasados.

Neste contexto, adquire relevância à relação atribuída ao grau de desenvolvimento e o nível de organização e colaboração social, ou seja, a capacidade de agentes em estabelecer normas e redes com objetivos comuns de desenvolvimento. A organização dos agentes com vistas a um projeto comum estaria na composição primária para avaliar a potencialidade de uma sociedade, a partir de sua capacidade em promover ações coordenadas que visam a

umentar o desenvolvimento (eficiência colaborativa) de uma determinada localidade (PUTNAM, 2000).

Tendo como principal referência o trabalho de Putnam (1993), o conceito “cívico” de capital social⁴⁷ traz como lógica das relações colaborativas sociais na busca de um bem comum⁴⁸. O parâmetro de maior ou menor capital social estaria na amplitude da conformação do arranjo institucional.

Nos circuitos do planejamento do desenvolvimento, os métodos de como fomentar nas sociedades locais o aumento de capital social, em Putnam⁴⁹, estão baseados no termo concertação. Concertação passa a ser a palavra-chave para a construção de um pacto territorial, dentro dos diferentes segmentos extras e interclasses. As contradições sociais são relativizadas em favor de um apregoado desenvolvimento local⁵⁰, dentro de uma perspectiva em que o foco principal estaria no grau de organização e cooperação social dos agentes à integração ao mercado dinâmico. Assim a concertação não é desprovida de interesses, visa criar um ambiente (governança) institucional para o desenvolvimento de um projeto específico.

O uso do conceito de governança, em seu sentido amplo, é utilizado como a capacidade de gestão social colaborativa entre agentes e organizações em aderir ao um projeto de desenvolvimento local de mercado, estruturado na forma de um grande “consenso”, uma panaceia da garantia da inclusão social. O padrão monopolista do capital baliza o potencial de uma sociedade pela capacidade que esta tem em desenvolver mecanismos sociais de

⁴⁷ O conceito de capital social é polissêmico. O termo usado por Putnam é distinto daquele apresentado por Bourdieu. Bourdieu constrói uma conotação bastante diferenciada ao uso da expressão capital social como mensuração organizacional de uma dada sociedade, para ele, capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações e de inter-reconhecimentos mútuos, configurando enquanto capital simbólico. O *quantum* de ‘capital social’ de um dado agente depende da extensão da rede de relações por ele mobilizada, estas representações simbólicas representam o volume de capital simbólico do agente ou grupo de agentes ao qual se encontra vinculado. (BOURDIEU, 2011).

⁴⁸ O bem comum pela lógica capitalista refere-se a subjugação das relações sociais aos mercados dinâmicos globais.

⁴⁹ Para Putnam o uso atribuído ao capital social seria como sinônimo do quadro organizativo da sociedade.

⁵⁰ O grande problema desta literatura do desenvolvimento local baseado no “*up-to-date*” é que, de um lado, trata o local como se fosse único e consensual projeto, perdendo a percepção da diversidade sociocultural local, desconhecendo a existência das diferentes necessidades e desejos dos diversos atores locais, bem como as suas desiguais trajetórias tecnológicas; de outro, menospreza a questão da hegemonia e o poder político advindo por uma conjuntura extra localidade, de relações macroeconômicas, que envolve articulações financeiras e oligopolicas, levando a ter fortes reflexos na conformação das heterogeneidades estruturais com assimetria entre os agentes, com fortes consequências na mercantilização na organização social do trabalho, nas dimensões temporais e espaciais quando da interação entre as ações dos circuitos superiores com os circuitos inferiores.

normatização das relações entre seus agentes. Portanto, o fator de sucesso de uma sociedade estaria condicionado à gestão institucional, ter um “bom” arranjo institucional, ou seja, uma “boa” governança.

Desta feita, o termo desenvolvimento é associado a outro, o de governança. O aspecto de confiança atribuída à governança corresponde ao estoque de cooperação entre agentes que utilizam para resolver seus problemas comuns.

O problema desta análise é que parte do pressuposto que o termo confiança estaria associando à determinação do econômico sobre todas as trocas sociais. Não levando em conta que os espaços são conflituosos - sínteses de confrontos entre relações de poder, de interesses sociais, econômicos e culturais distintos - conformadas em lutas entre agentes para manutenção e apropriação de capital simbólico, que detém interesses sociais diversificados e que defrontam entre si⁵¹.

O processo acumulativo do capital avança na integração dos espaços à lógica mercantil, como uma forma contínua, de difícil reversão. Porém a dinâmica capitalista é incapaz de eliminar a diversidade das relações sociais advinda das múltiplas formações culturais e reprodutivas dos agentes. Esta relação de interação não é determinista e, normalmente, efetiva-se por um longo e conflitivo processo dentre os espaços circunscritos, conformados por uma diversidade de agentes, com interesses distintos e relações específicas, com fluxo sociocultural diferenciados, com características particulares das diversas frações do capital. Novas formas estruturantes da organização das bases produtivas e reprodutivas se relacionam com as relações sociais estruturadas, mercantis e não mercantis, promovendo processos complexos e distintivos inter e intraregional.

Há uma diversidade de relações sociais e diferentes dinâmicas institucionais, pode-se até falar em desenho hegemônico, mas não se pode atribuí-lo como único. Ao reduzir o termo desenvolvimento a um único projeto, restringe-se a percepção da existência de diferentes dinâmicas entre os agentes com padrões distintos de desenvolvimento, por conseguinte distorce-se a análise da diversidade dos modelos sociais como se estes tivessem organizados em apenas um único processo de governança.

⁵¹ Como já mencionado qualquer sistema produtivo, em qualquer escala, sejam nos setores mais ou menos dinâmicos, é influenciado pelas disputas sociais, pelas representações simbólicas, através da posição relativa do agente e seu acúmulo de capital simbólico. Em algumas destas relações sociais as motivações entre os agentes não é determinada exclusivamente pela produção e reprodução mercantil capitalista. Muitos destas relações são advindas de trocas sociais referenciadas no pressuposto da reciprocidade, como uma condição funcional da sua existência.

Nas relações sociais existem diferentes interesses e grupos que se efetivam em uma complexa conformação de conflitos sociais, disputando entre si recursos, espaços, redes, e etc.. Há diferenças, antagonismos, entre processos produtivos e reprodutivos que se refletem na conformação dos arranjos institucionais. As sociedades são relações sociais múltiplas, constituídas por complexas dinâmicas de vários processos, representados por diferentes trajetórias tecnológicas.

Às distintas trajetórias tecnológicas corresponde uma diversidade de governanças. Cada trajetória tecnológica tem historicamente a sua configuração institucional, ou seja, a sua governança. Governança é a capacidade de gestão sobre um determinado arranjo institucional, em um dado momento. A gestão institucional se estabelece em um cenário de disputa de interesses, diante de situações concretas da correlação de forças e de projetos entre os diversos agentes. Estes distintos processos constitutivos de relações sociais (agente e instituições) formais e informais atuam como elementos de confiança nos elos de consonância das ações.

Cada trajetória tecnológica busca desenvolver a sua governança, trazendo elementos constitutivos de confiança nas relações de trocas (sociais, culturais, econômicas, etc). Por conseguinte, as ações de governança criam elos sociais (formais ou informais) de conformidade para o desenvolvimento de padrões produtivos e reprodutivos de sua trajetória tecnológica.

As complexas interações das relações (horizontais e verticais) das ações do agente⁵², ou a ausência delas, trazem rebatimentos diferenciados em cada governança, atuando de forma específica no amoldamento do ambiente institucional. A busca de formar uma boa governança, que detenha a capacidade de governabilidade institucional, que ao mesmo tempo em que reforce, seja reforçada pela sua trajetória tecnológica, faz com que os atores atuem nas diferentes estruturas dos sistemas organizacionais.

Decerto não há como falar governança no singular. Cada trajetória tecnológica tem a sua governança específica. São distintas governanças de diferentes trajetórias tecnológicas, que se confrontam ou cooperam entre si de acordo com a realidade de cada momento histórico, que refletem na dinâmica da utilização dos recursos naturais e organização do espaço onde se efetivam, formando um ambiente (social) institucional.

⁵² Como já apresentado o sistema de motivação de ser e agir do agente traz diferentes racionalidades, não se trata apenas de seguir as orientações advindas do *homo economicus*, ou de determinações das estruturas sob o indivíduo, mas ocorrem pelo processo do senso prático na conformação *do habitus*, no qual se apresenta como modelo interpretativo para encontrar “ as paixões no interior da razão” .

A dimensão do ambiente institucional caracteriza-se por múltiplas interações sistêmicas, conformando uma relação de governança (de poder) referenciada nas forças sociais advindas pelo acúmulo de capital simbólico. A disputa entre agentes pelo poder no ambiente institucional visa, sobretudo, conseguir apoio das instituições aos seus propósitos, inclusive na elaboração e na mudança das regras que os beneficiem. Isso influi na reorganização do espaço onde se efetiva a ação, tanto na forma de valoração e de distribuição do capital simbólico, como na estruturação de redes entre os agentes.

No caso da Amazônia, como indicam Costa e Fernandes, sobre a conformação da dimensão institucional dos distintos padrões de desenvolvimento destaca-se o papel da governança territorial na orientação da dinâmica das trajetórias tecnológicas. Como síntese da disputa espacial reflete o confronto de dois modelos de paradigma tecnológico: de um lado o padrão tecnológico mecânico-químico, que se afirma por um conjunto de soluções selecionadas pela eficiência demonstrada no controle da natureza, buscando que corresponda às necessidades industriais e capitalistas; e de outro o “paradigma agroextrativista”. Como resultado se apresentam dois grandes arranjos institucionais, um que tem no “mercado de terras”, outro que tem nas regras de acesso aos recursos comuns de biomas e ecossistemas, respectivamente, seu fundamento central (COSTA; FERNANDES, 2016).

O ambiente institucional é o palco de disputa entre governanças e também síntese dessa disputa. São relações de poder apresentadas nas formas de representações simbólicas que levam as diferentes capacidades de governanças a interagirem nas disputas entre as mudanças tecnológicas e organizacionais, pela obtenção de capital simbólico (econômico, social e econômico), advindos do processo contraditório do sistema capitalista – com seus instrumentos de acumulação de capital que se processa de forma mutável, desigual e seletiva – que se constroem e ao mesmo tempo se negam em uma delimitação espacialmente concreta. Portanto, a ação do agente tem no espaço o elemento de objetivação desta conformação social heterogênea, onde se efetiva a interação entre externalidades locais e globais, nas suas diferentes escalas, objetivando as múltiplas relações entre agentes e instituições.

4 ESPAÇO-LUGAR E TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS: ELEMENTOS INTERPRETATIVOS DA OBJETIVAÇÃO DA DUALIDADE ENTRE AGENTE E ESTRUTURA

4.1 A dualidade do espaço como contraponto ao universalismo

O espaço é antes de tudo um sistema social, circunscrito por relações recíprocas entre o global e o local, com dimensões e zonas de influência distintas, é preciso conceber o espaço como *locus* em que os dois circuitos local e global se interagem, objetivando-se histórica e socialmente a partir de suas particularidades.

Cada espaço é diferente. Varia em quantidade e em qualidade; em distintas combinações. As forças da modernização acontecem de forma seletiva, e seu impacto não é o mesmo, em cada espaço existem variáveis cuja combinação é singular.

As tentativas de ocupação do espaço pelas forças da modernidade provocam repetidos desequilíbrios na organização espacial que pelos seus ajustes geram uma reorganização espacial. Estes movimentos são marcados por conflitos nos ambientes institucionais e nas especificidades do *habitus* dos agentes, trazendo alterações nas estruturas, que acabam por influenciar a dinâmica de uso do espaço. Decerto, enquanto sistema, o espaço é afetado tanto pelas disparidades nas relações sociais entre agentes, como também pela sua situação geográfica.

A diferenciação social da posição do agente, relacionada nas formas de apropriação de capital simbólico, resulta, também, em assimetrias de assimilação na reestruturação espacial. Essas heterogeneidades entre agentes e estruturas tendem a ser mais marcantes nos espaços com maior concentração de acúmulo de capital simbólico (econômico, social e cultural), particularmente em países subdesenvolvidos, onde as disparidades são mais acentuadas.

Assim, a seletividade e a diversidade são características basilares do espaço, principalmente no que concerne à análise de sua dinâmica que compreende a produção, a distribuição e o consumo de bens materiais e culturais como formas sociais. Envolvendo tanto a estrutura, o sistema de objetos naturais e artificiais, quanto o agente, sistema de disposições de ser e fazer.

O espaço, ao contrário do discurso dominante da modernidade, tende a ficar cada vez mais heterogêneo e complexo, à medida que se diversificam as atividades (materiais e simbólicas) da produção, que se caracterizam, ao mesmo tempo, pela descentralização e pela

concentração, em espaços especializados⁵³. O consumo tende a dispersar-se espacialmente, pois a seletividade social, pela disparidade de capital simbólico, atua como um processo de hierarquização na capacidade apropriativa (social e geograficamente) dos agentes, que relacionam o local e o global na racionalização do espaço pela ótica homogeneizante do capitalismo. Assim, as representações simbólicas díspares objetivam-se vários arranjos institucionais nos diferentes espaços, com distintos níveis de produção, distribuição e consumo de bens materiais e culturais.

4.2 Sociedade moderna: a noção do espaço comprimido pelo tempo

As tentativas de desconstrução do espaço pelas visões universalizantes, homogeneizadoras, fazem com que a ação seja diluída em um espaço abstrato. A ação perde a sua referência no concreto, e passa a ser vista como algo subjetivo, a partir de um espaço subjetivado. A modernidade torna o espaço como algo etéreo, dando a sensação que foi subjugado pelo tempo.

O espaço e o tempo são categorias que acompanham a existência humana. Diferentes sociedades têm sentidos de tempo e espaço bem distintos. Na sociedade moderna, há duas visões do tempo: de um lado, existem sentidos distintos de tempo que se cruzam no mesmo espaço; de outro, contra o avanço avassalador na dinâmica do tempo, há movimentos de resistência que defendem a preservação de ciclos repetitivos do cotidiano, com rituais sazonais que visam a obter uma sensação de segurança, um sentimento de controle sobre o desconhecido, diante do progresso que a modernidade impõe à sociedade, fazendo com que a circulação de bens e serviços aconteça de forma cada vez mais rápida e volátil.

Essas duas posições opõem-se na modernidade. Há múltiplos tempos, como o tempo da família – que garante a manutenção dos seus membros – e o tempo da indústria – que garante os lucros ao ritmo das mudanças tecnológicas. Há uma disputa entre racionalidades, movida pela incessante busca de acúmulo de diferentes capitais⁵⁴, o que faz com que a taxa ótima de exploração de um recurso (mão de obra, matéria-prima, conhecimento financeiro etc.) esteja relacionada cada vez mais com a contradição entre a lógica interna e a lógica

⁵³ Essa dinâmica pode ser observada na fabricação de vários produtos: a tecnologia vem de um lugar, a confecção dos componentes é feita em outro, e a montagem, em um terceiro. E algumas vezes a comercialização é concretizada em outro.

⁵⁴ O capital é tratado aqui em sua acepção ampla como capital simbólico (envolvendo a dimensão econômica, a social e a cultural). A forma como se dá a distribuição desse capital simbólico entre os diversos capitais está relacionada com o campo (institucional) em que está inserido. (BOURDIEU, 2001, p. 293-300).

externa dos processos de produção⁵⁵. No processo histórico do capitalismo, a produção e o consumo de bens materiais e culturais são a base do modo de reprodução social do capital (simbólico), essas relações acabam por alterar os conceitos de tempo e de espaço. Na sociedade moderna, há uma naturalização do ideário do progresso como a única percepção de tempo e espaço. A manutenção e a ampliação do capitalismo – historicamente ligado às relações sociais e à estrutura produtiva, mediada pelo avanço dos conhecimentos técnicos, científicos, burocráticos etc. – são garantidas pela reprodução perpetuada das representações simbólicas, expressadas nas análises escolásticas do mundo.

O espaço passou a ser parte integrante do projeto modernizador a partir do Iluminismo. Segundo o discurso então dominante, seria possível determinar o futuro por meio da previsão científica, do planejamento racional, da regulação e do controle social. A visão iluminista tinha como referência a conquista e a organização do espaço. Dessa forma, a sociedade moderna estabelece-se com base na concepção da conquista e do controle do espaço. O espaço seria, deveria ser, dominado pela ação humana. Os espaços passam a ser homogêneos e fragmentados, para que possam ser alienáveis como propriedade privada, para uso individual ou público, o que possibilita a sua comercialização, como uma mercadoria.

As influências da racionalidade kantiana, da visão mecânica, como padrão organizador do universo, oriunda do pensamento de Isaac Newton e do rigor matemático de Augusto Comte provocaram uma mudança qualitativa na interação entre os conceitos de espaço e de tempo. O conceito de tempo é vinculado ao espaço, e esse novo conceito tempo e espaço passa a ser absoluto e homogêneo. Tal conceito é uma das bases do capitalismo industrial, um axioma dominante nos dias atuais.

Assim, o tempo passa a ser universal e homogêneo, possibilitando ao processo capitalista mensurar a dinâmica da acumulação. Os investimentos podem ser comparados entre si, por meio da aferição do retorno do estoque de capital no tempo, o que possibilita a sua representação pela taxa de lucro, pela taxa interna de retorno (TIR), etc. O tempo serve ainda para mensurar os custos, o salário-hora, por exemplo. O tempo passa a ser contado de

⁵⁵ Embora o que determina um investimento seja a relação entre as esperanças subjetivas e as oportunidades objetivas; na modernidade, o interesse volta-se cada vez mais para demandas imediatas e para a capacidade objetiva de atendê-las. O tempo da vida social depende do presente percebido, pelo *habitus*, as decisões constituem uma “ação do provável” que ocorre por um sentido prático diante de situações. Mas não se trata de uma relação mecânica. Portanto a ação não é pautada por uma racionalidade determinística como quer crer a teoria neomarginalista, baseada na “utilidade marginal” da demanda e da oferta.

forma única, ignorando-se as diversas percepções do tempo existentes nas sociedades. A noção temporal vincula-se à hora, dia, mês, ano etc., e passa a ser aceita socialmente como referência universal. O cronômetro tem um sentido totalizante, a dimensão temporal é considerada em uma perspectiva linear, seja para o passado, seja para o futuro.

Por outro lado, a visão espacial foi disseminada pelo uso da cartografia, que permite uma percepção do espaço como algo homogêneo e contínuo da geometria. Os mapas possibilitaram uma abordagem totalizante, como instrumentos de uniformização da organização do espaço. O avanço tecnológico na cartografia garantiu um maior grau de precisão para estabelecer o controle do domínio das fronteiras e da administração dos territórios, bem como do direito de propriedade. Pelas representações da geometria espacial, o espaço é padronizado e recortado em pedaços que podem ser comparados entre si, possibilitando a adoção de uma escala de valor.

O espaço, no capitalismo, é compelido ao um padrão universal. A economia moderna capitalista forjou a produção e o consumo de bens materiais e culturais, que tratam o espaço como homogêneo e também fragmentado. Ao ser padronizado em uma esfera homogeneizadora e fragmentado em parcelas mercantilizadas, o espaço é, no capitalismo, um bem com todos os seus atributos, portanto, controlável pelo capital. Assim, a sociedade capitalista busca transformar o espaço, que deixa cada vez mais de ser fruto da vivência subjetiva, para ser estruturado por uma visão externa, objetiva de acumulação do capital. É a produção do espaço como mercadoria.

Na modernidade, domina o discurso do progresso contínuo da sociedade. O moderno está ligado à intensificação do tempo, por meio da racionalidade e da técnica. Assim, a ordenação e o controle do espaço-tempo fazem parte do ideário social, as mudanças sociais resultariam das relações estruturais. É preciso sujeitar cada vez mais o espaço ao tempo capitalista.

O acesso mais rápido e amplo aos novos mercados, graças à ampliação dos meios de transporte e de comunicação e aos avanços tecnológicos, levou à falsa crença de que o espaço estava perdendo o seu significado e de que o tempo passou a ser determinante na acumulação capitalista.

Na verdade, na atual fase capitalista, o tempo não comprimiu o espaço⁵⁶. São peças indissociáveis do mesmo cenário, não sendo possível pensá-las separadamente, nem subjugar-las. De modo que, o que houve foi uma ressignificação da relação entre o espaço e o tempo.

4.3 A dualidade da técnica e as transformações do espaço

As relações sociais na modernidade sofreram profundas mudanças em razão das transformações nas estruturas produtivas e nas relações de produção. O ser humano, embora criador, antes era subordinado à diversificação da natureza; com o avanço do capitalismo, em especial na sua fase industrial monopolista, a produção e o consumo fragmentaram-se cada vez mais, afastando mais os lugares, não existindo mais um mesmo local de origem. A força motriz de todo esse processo é a capacidade de inovação e de disseminação da técnica. Muda-se, assim, a realidade social: antes o “natural” dominava o “social”; essa realidade inverte-se, graças às novas formas de energia e às novas técnicas, o social passa a intervir, buscando dominar todas as fases da produção material e cultural, gerando uma nova configuração do território e uma nova percepção dos agentes no mundo.

O espaço está sempre mudando a sua estrutura e suas relações. A questão subjetiva da idolatria à ciência e os avanços objetivos tecnológicos criam um ambiente social (estrutural e cognitivo), continuamente alterado pela técnica. A dinâmica do sistema de inovação faz com que a tecnologia mais recente seja rapidamente trocada, revalorizada ou desvalorizada, e o produtor submete-se ao objeto produzido.

Objetos técnicos concretos, universalizados, sistêmicos, informados, intencionais são mais numerosos e diversos que em qualquer outro momento da história. O número e a qualidade de fluxos que os atravessam é exponencialmente superior ao que se verificava no período anterior (SANTOS, 2012a, p. 218).

O espaço em seu processo contínuo de transformação – bem como o tempo – não existe sem a materialidade. As técnicas tornam-se medidas de tempo, em suas mais diferentes formas, como o tempo do trabalho, o tempo da divisão da produção, o tempo da circulação e etc.. Da mesma forma, o espaço é formado de objetos técnicos: na dimensão espacial do

⁵⁶ A integração entre o espaço e o tempo efetiva-se em um espaço ao mesmo tempo global e local, por intermédio das ações sociais práticas, por meio dos objetos, das técnicas, do trabalho e de seus instrumentos de aprendizagem, por meio do *habitus*, de experiências vividas e de instituições, por meio de regras e normas formais e informais, que se tornam o fundamento da explicação do espaço como movimento.

“espaço trabalho”, que contém técnicas de organização da produção, no “espaço distância”, no processo produtivo e de circulação.

Essa relação entre a técnica e o processo de organização social aproxima-se da forma específica de organização da divisão do trabalho, como afirma Mandel (1982) em sua interpretação marxista do desenvolvimento do capitalismo. Para Mandel, há quatro distintos grupos de tecnologias e sistemas sociais de trabalho: o sistema de máquinas a vapor com funcionamento artesanal; o sistema de máquinas a vapor e a produção industrial; o sistema de motores elétricos e linhas de montagem fabril; as máquinas semiautomáticas ou automáticas, baseadas na eletrônica, adotadas no fluxo contínuo e flexível de montagem. O problema é que as análises marxistas ortodoxas⁵⁷ são limitadas porque consideram o espaço apenas como um encontro sistêmico de estruturas e de ações, as estruturas provocam as ações e as condicionam.

A questão é que as estruturas influenciam as técnicas, mas ao mesmo tempo são influenciados pelos comportamentos técnicos, por consequência, transformam-se por dentro das relações sociais.

Pode-se atribuir à técnica um duplo sentido: a técnica como tecnologia e a técnica como criadora e organizadora do espaço, configurada na relação social entre agente e estrutura, que se objetiva na ação, em um ambiente institucional, na interação entre os sistemas de disposições e de objetos. A técnica, assim como o *habitus*, é um elemento central na percepção da dualidade do espaço, possibilitando que o espaço transforme o tempo em um elemento concreto, empírico.

A técnica como tecnologia e a técnica como ação são pilares que consolidam o meio técnico-científico. A técnica assume um papel para além da estrutura produtiva, afeta toda a conformação do espaço. Assim, a técnica instala-se na estrutura do espaço como “tecnosfera”⁵⁸, integrada à vida moderna e a seu conjunto de valores sociais, por meio da “psicosfera”. A racionalidade técnica espalha-se por todas as esferas da sociedade

⁵⁷ O conceito do espaço e as correntes sociológicas é tratado no item 4.6

⁵⁸ O avanço da globalização motiva a tentativa de unificar os conteúdos da tecnosfera e os da psicosfera. Daí uma representação simbólica da existência de distintos lugares em diferentes espaços. Essa busca da universalização dos espaços pode ser percebida na tentativa de reunir a configuração (abstrata) e a densidade (empírica) dos conteúdos. A tecnosfera e a psicosfera são aparentemente contraditórias: a tecnosfera é o mundo dos objetos e a psicosfera é a esfera da ação. Mas não há existência real sem as ações, o espaço organiza-se no lugar pela sua existência corpórea e pela existência relacional, assegurando a interação entre agente e estrutura, objeto e ação (SANTOS, 2012a, p. 255-258).

(econômica, social e cultural), atingindo suas representações estruturais, por intermédio das instituições, e as formas simbólicas, por meio do *habitus* dos agentes.

Decerto que o espaço é inseparável da técnica na produção da percepção do mundo e também do tempo. “A principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais com os quais o homem realiza suas vidas, produzem, ao mesmo tempo cria espaço” (SANTOS, 2012a, p. 29). Mas não se trata apenas da transformação da técnica em si, mas de um conjunto social que se entrelaça com as novas técnicas. Há uma estreita relação entre o tempo histórico, o espaço social (as instituições), a experiência vivida (*habitus*) e as mudanças tecnológicas. Dessa forma, a técnica não aparece isoladamente, faz parte de um sistema (social) técnico.

A fase monopolista do capitalismo traz a incessante busca da racionalidade da estrutura de produção, que se constrói a partir da artificialidade de modelos a fim de obter cada vez mais o domínio sobre os meios e os sistemas produtivos, o que faz com que gradativamente se padronize os modelos técnicos, tentando alcançar o controle de todo o processo reprodutivo social sob o julgo da reprodução capitalista. Esta busca da eficiência produtiva se traduz na tentativa de homogeneização na organização do espaço e da sociedade, relacionadas às sucessivas alterações ocorridas nos sistemas de objetos e de disposições, influenciando na visão de mundo e no comportamento dos agentes. A análise das formas pelos modelos técnicos, como estes se constituíram e se desconstituíram são elementos para compreender o processo de redefinição espacial ao longo da história. Mas o papel da técnica na modernidade deve partir da premissa de que “a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada” (SANTOS, 2012a, p. 46).

Em um movimento dialético, as mudanças no espaço alteram os sistemas de objetos e são por eles alteradas; da mesma forma afetam o sistema de disposições e são por ele afetadas. A motivação do agente para praticar uma ação torna-se mais complexa na sociedade moderna. O agente antes tinha um maior controle da ação, pois estava relacionado diretamente com seus fins. Na sociedade capitalista moderna, em especial na sua globalizada, muitas ações que se concretizam num lugar podem ser fruto de demandas oriundas de outro local. Por isso, “frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor” (SANTOS, 2012a, p. 80).

Com o avanço do espaço universalizado, a tomada de decisão fica fora do controle do agente, normalmente passa a ser pautada por uma racionalidade externa, que, por sua vez,

defronta-se com uma realidade interna formada por experiências vividas. Essa nova relação faz surgir uma nova configuração social de ser e fazer, que, aos poucos, vai sendo inculcada ao *habitus*, e o agente incorpora-a e trata-a como se ela lhe pertencesse⁵⁹.

Altera-se a percepção social, cultural e econômica da vida cotidiana, estabelecem-se novos padrões do senso prático, incorporados à estrutura social pelas instituições e pela formação cognitiva do *habitus* do agente. A mudança é tida como algo inevitável.

Com todos os dias o mundo esta inventando uma novidade, cada dia somos ignorantes do que são e do que valem as coisas novas. Essa criação cotidiana do homem ignorante também leva regiões inteiras a ignorar o que elas são, sempre que não conhecem os segredos dos funcionamentos dos respectivos objetos e ações. Quanto menos dominam esses segredos, tem menos condições de comandar a sua própria evolução e mais dirigidas de fora tendem a ser (SANTOS, 2012a, p. 227).

Para a modernidade capitalista, “quanto mais artificial é o meio, maior a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade” (SANTOS, 2012a, p. 187). As forças exógenas assumem o papel de um sistema invasor, as novas técnicas expandem-se com maior rapidez do que outros sistemas preexistentes, o que explica a sua capacidade de hegemonizar os espaços em que se inserem. Mas o passado não é completamente destruído, a sua herança permanece pelo *habitus*, em proporções diferenciadas em cada grupo de civilização. Essa, alias, é uma das características do modelo do sistema técnico atual. “Cada nova família de técnicas não expulsa complementarmente as famílias precedentes, convivendo juntas segundo uma ordem estabelecida por cada sociedade em suas relações com outras sociedades” (SANTOS, 2012a, p. 193).

4.4. A busca de homogeneização do espaço pela técnica

A competitividade do sistema capitalista leva ao uso intensivo de novos processos⁶⁰, que são rapidamente substituídos por outros, por novos objetos e por novas formas de organização, o que conduz a um envelhecimento rápido das técnicas. Esse processo, portanto,

⁵⁹ Mas, como alertou Bourdieu (2001), não se trata de uma falsa consciência: o agente pratica a ação como fruto da sua essência, como algo que está incorporado ao seu corpo.

⁶⁰ Um conjunto de técnicas de um dado momento tende a dominar por um certo tempo, em um processo não linear, por mecanismos de seleção e de evolução, até o momento em que um novo sistema técnico passa a predominar em seu lugar. Essa mudança da técnica faz-se em eventos históricos, não se trata de uma escolha racional, envolve diversas variáveis (adaptação, descoberta, pesquisa, inovação), um conjunto de desafios e oportunidades. As mudanças podem ser pequenas ou profundas, pode até ocorrer uma troca de paradigma tecnológico (DOSI; NELSON, 1994).

não é técnico, ele é social. “Não é a técnica em si que leva ao envelhecimento rápido das situações, mas a política. Desse modo, podemos conceber um mundo onde não sejamos obrigados a considerar, como velhos, objetos recentes e que instalamos recentemente” (SANTOS, 2012a, p. 222).

Na fase atual do capitalismo, estreita-se cada vez mais a relação entre a técnica e a ciência, ocorre uma tecnificação da ciência. A técnica e a ciência tornam-se indissociáveis, ao ponto de fundirem-se em um só conceito, o de *tecnociência*, que incorpora uma dupla característica: a inovação acelerada, baseada não mais na descoberta ocasional, mas na pesquisa, com a construção antecipada de objetos técnicos em laboratórios; a difusão espacial extremamente rápida das informações, o que gera uma grande integração sistêmica da técnica.

Os sistemas integrados são representativos dos sistemas econômicos hegemônicos e buscam instalar-se em toda a parte, desalojando os sistemas autônomos, ou buscando incluí-los em sua lógica, segundo diferentes graus de dependência. [...] Mas, como nos períodos anteriores, sua generalização não significa homogeneização (SANTOS, 2012a, p. 179).

A diversidade das relações sociais não se enquadra em um único modelo, ocorrem diferentes padrões, em situações sociais distintas, por características específicas que envolvem as estruturas, instituições e necessidades dos agentes. As inovações técnicas defrontam com técnicas e *habitus* já existentes e passam a coexistirem. As instituições têm um papel de grande relevância na mediação da capacidade estrutural e na difusão do conhecimento, nesta proximidade entre novas formas e as já existentes (técnicas e *habitus*).

O avanço das relações de produção capitalistas em esfera global trouxe cada vez mais a busca pela técnica como processo de sua reprodução, em uma tentativa de aprisionar o espaço e de submetê-lo à lógica do capital através da predominância simbólica da sua capacidade técnica⁶¹. Ao considerar o desenvolvimento apenas advindo daquele que prevalece

⁶¹ A racionalidade capitalista tem na estruturação das técnicas um dos principais suportes da concorrência entre capitais, resultando na procura de novas técnicas a partir de uma dinâmica cada vez mais fluida. Essa fluidez de um mundo em constantes mudanças leva a alterações brutais no espaço, alterando a conformação das relações sociais de produção. No âmbito do desenvolvimento capitalista sobre o prisma das dinâmicas da acumulação de capital e das relações de produção e o aspecto de controle social na disputa de poder, e em especial, pelas alterações provocadas pelo avanço do capitalismo monopolista, dentre as contribuições, destacam-se os autores marxistas quando da caracterização do espaço como forma da produção e reprodução social, a exemplo dos trabalhos de Lefebvre (1972), com o entendimento de que as formas espaciais são representações das lutas sociais; na mesma linha do espaço como um ente social, também destaca o pensamento de Harvey (1973), em que as discussões do ambiente construído são fruto das relações de processos sociais de lutas de frações do capital e deste com o trabalho. Outro autor que exerceu forte influência na corrente marxista foi Lipietz (1977) com enfoque na estruturação do espaço a partir da análise dos modos de produção e sua complexidade nas formas das relações reprodutivas. Apesar de, para ele, não existir um

como fato inovador, a tecnologia moderna impõe-se como um elemento exógeno e homogeneizador do espaço. Essa percepção da realidade ganha força à medida que a produção material e simbólica dissemina-se pelo planeta. Os limites locais, regionais e nacionais não são mais considerados como determinantes, quando muito, são algo que deve ser dominado. A fé escolástica nas novas técnicas, que se objetivam no controle da produção, da reprodução e do consumo, tem como principal ponto o domínio sobre as técnicas, seja pela disparidade no aprendizado; seja pelas restrições nas condições objetivas de efetivá-las.

A desigualdade ao acesso técnico, como um dos pilares de sustentação do poder na sociedade moderna, se dá através da assimetria da informação⁶². Na organização capitalista, em especial na fase atual, o sistema de informações é mais centralizado e hierarquizado; por conseguinte, as estruturas sociais são cada vez mais dispare. As distinções de informações são fruto de relações sociais conflitivas, objetivadas em espaços social e historicamente constituídos, pela correlação de forças entre os diferentes níveis de acúmulo do capital simbólico e a posição em que os agentes ocupam no ambiente institucional.

Por causa da complexa estrutura capitalista dos dias atuais, a dinâmica do capital não se restringe à busca pela agilidade na esfera da produção material e cultural; para que a reprodução e a acumulação do capital sejam cada vez mais rápidas, é fundamental que se coloquem os produtos de forma quase instantânea em circulação. A circulação apresenta-se, desta feita, como uma relação sistêmica diante da lógica do capitalismo monopolista, atingindo tanto as esferas econômicas, como as sociais e culturais.

O sistema produtivo instalado tem uma estrutura organizacional própria (produção e circulação). Nestes espaços estruturados já existem sistemas instalados de objetos e de disposições, simplesmente não são anulados ao se defrontarem com novas técnicas, advindas de forças estruturantes. Há uma relação de forças estruturadas que interagem com novas forças estruturantes, gerando uma coexistência, em um processo conflitivo, de diferentes sistemas técnicos num dado espaço⁶³.

modelo puro de modo de produção, por existirem várias formas específicas de formação social que coexistem em diferentes ramos setoriais e estão sob a égide de um modo de produção dominante. Na tradição marxista, ainda, pode-se destacar Smith (1988) através da indicação da divisão do trabalho na sociedade como base da diferenciação espacial das condições do desenvolvimento como elemento explicativo para o conceito do desenvolvimento desigual e combinado.

⁶² Embora Habermas tenha abordado as assimetrias existentes no processo capitalista, o autor é criticado porque as condições econômicas, sociais e culturais não podem ser universalizadas por um tipo ideal do “agir comunicativo”. Essa mesma crítica é dirigida a Saussure, pois o acesso às informações está relacionado à objetivação dos agentes, pela posição que ocupam no espaço social.

⁶³ Para Milton Santos, há uma difusão desigual entre as técnicas. As técnicas novas e as técnicas preexistentes convivem dentro do mesmo espaço. Não há uma simples absorção pelo novo. O espaço

As forças estruturantes, ao instalarem em novos espaços, buscam conformar uma forte regulação a fim de favorecer sua implantação, o que faz com que os processos institucionais tenham um peso significativo: “ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (SANTOS, 2012a, p. 275).

A nova ordem mundial, apesar dos seus discursos liberais, é extremamente normativa, procura implantar uma forma normalizadora do espaço, um conjunto de leis e regras que também são adotadas em outros espaços mundiais. “ O espaço, por seu conteúdo técnico, é regulador, mas um regulador regulado, já que as normas administrativas é que, em última análise, determinam os comportamentos” (SANTOS, 2012a, p. 230). A finalidade de construir modelos normativos similares é para obter padrões mensuráveis que sejam precificados, e, por conseguinte, mercantilizáveis.

Tenta-se cada vez mais padronizar o espaço e o tempo, para obter modelos comparáveis entre as relações de produção e circulação de bens materiais e simbólicos. O processo de reprodução capitalista amplia a rapidez na circulação de bens e produtos. O que faz com que a legitimação do aprofundamento da divisão social do trabalho imponha formas inovadoras de cooperação e controle para viabilizar a mercantilização de tudo e em todas as esferas.

4.5 - O espaço homogeneizado: maior a artificialidade, mais racional

A difusão das relações mercantis provoca uma intencionalidade social, cultural e econômica onde se instalam alterando as conformações das trajetórias tecnológicas e governanças institucionais precedentes. O espaço cada vez mais é planejado e racionalizado quando, no sistema de objetos (naturais e artificiais), o território é usado para aumentar a produtividade e acumular capital.

O capitalismo como conformação da representação simbólica civilizatória organiza-se enquanto modelo social. Para tanto, busca modelar o espaço, homogeneizando-o, a partir de critérios únicos de eficiência e de racionalidade que comandam o atual quadro técnico-científico desde o pós-segunda guerra. O dogma da competitividade não se impõe apenas na economia, impõe-se também nas esferas políticas, culturais, sociais etc., ou seja, em toda a estrutura espacial.

não fica planejado, há mútuas afetações, a este encontro atribui o conceito de “rugosidade” (SANTOS, 2012a, p. 43).

Com a unicidade da técnica, aumenta a similaridade entre os objetos e também nos espaços. Os espaços sociais passam a ser tratados como unidades de negócios, que devem especializar-se em função de suas virtualidades naturais, da sua realidade técnica e das vantagens de sua organização social. Todos esses procedimentos objetivam-se em um território delimitado, em um *locus*. É no espaço concreto que se efetiva as relações entre agentes e estrutura. Assim, as técnicas, os *habitus* e as governanças institucionais preexistentes tornam-se “envelhecidos” quando surgem outros modelos mais “avançados”. Essa universalização da racionalidade monopolista do capital gera tensões sociais, há disposições e ações de racionalidades distintas, que se refletem na organização espacial.

O espaço racional capitalista, pelo uso da técnica, busca influir nas relações sociais anteriormente estruturadas entre a estrutura e os agentes. Nessa tentativa de racionalizar o mundo pela domesticação do espaço, os defensores da lógica capitalista monopolista, propagandeiam a fé na ciência como representação simbólica do progresso, tendo como referência a difusão de inovação tecnológica e organizacional da estrutura produtiva pelo padrão mecânico químico. Portanto, quanto maior for a artificialidade, mais racional será o espaço. Aliando a maior produtividade à maior rentabilidade econômica possível pela crença inabalada na tecnologia e em sua capacidade de domínio sobre a natureza ou sua reprodução artificial. A razão técnica, consagrada pela racionalidade moderna, legitima a invasão do espaço, impondo às diversas atividades novos usos e definições do tempo social.

A racionalidade do capital monopolista na atividade agrícola moderna segue diretrizes traçadas por vetores verticais⁶⁴. A produção agrícola fica mais sujeita a uma regulação comandada pelas forças hegemônicas do capital, por meio dos sistemas de *plantation*; as relações sociais dificilmente podem optar por outras alternativas que não o processo produtivo de larga escala. A racionalidade capitalista busca o controle total do processo produtivo agrícola, agarrando-se à fé tecnológica, como capaz de superar as contingências.

Diferentemente do processo fabril industrial, as atividades agrícolas ocorrem em sistemas de objetos espaciais rurais. O meio natural é mais sujeito à imprevisibilidade, o que aumenta os riscos de surgirem acontecimentos (ambientais e sociais) não previstos e não

⁶⁴ Essa reprodução do modelo industrial na produção rural foi analisada por David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson (1990). De acordo com o “apropriacionismo”, termo cunhado pelos autores, a incapacidade de verticalizar todo o processo produtivo rural, de dominar todo o fluxo agropecuário, da produção até o consumo final, fez surgir frações do capital, que passaram a intervir em diferentes pontos do sistema. Por isso, segmentos capitalistas adotam estratégias de acúmulo distintas entre si, até mesmo concorrentes, principalmente aqueles mais voltados para a produção rural e a transformação primária e aqueles que visam etapas posteriores do processo fabril, com o beneficiamento dos produtos rurais.

controláveis. As tentativas de impor às áreas rurais as mesmas regras permanentes de precisão e controle sob os efeitos aleatórios como ocorridos na indústria, nem sempre têm obtido sucesso, porque a racionalidade técnica na agricultura é limitada pelas imprevisibilidades de eventos colaterais não dominados totalmente (pragas, intemperes climáticos, etc.) pela apropriação homogeneizadora capitalista do espaço⁶⁵.

A racionalidade da modernidade capitalista, ao instalar-se nos espaços, cria novos mapas sociais e geográficos no território, tanto na esfera rural como na urbana. A solidariedade orgânica, que antes caracterizava o espaço racionalizado urbano-rural, tende a ser substituída, com a racionalidade monopolista, pela solidariedade mecânica, que resulta de novos arranjos (econômicos, sociais, políticos, culturais etc.) nos seus variados aspectos técnicos, de *habitus* e institucionais.

As finalidades exógenas, verticalizadas, confrontam-se com as horizontalidades, que podem ter outras lógicas nacionalizantes. Uma racionalidade orientada pelo capital monopolista instala-se no espaço localmente estruturado, tornando hegemônica a lógica acumulativa de capital econômico. As outras formas de racionalidade do capital simbólico, opostas ao modelo dominante, são consideradas irracionalidades, formas atrasadas, o que gera um conflito de racionalidades no espaço, entre o moderno (desenvolvido) e o passado (subdesenvolvido).

Assim como o espaço é um sistema heterogêneo, as suas formas racionais obedecem a lógicas diferenciadas de ocupação e de uso. A esses fatores limitantes da homogeneização racional, associa-se a incapacidade do pleno domínio por parte da questão ambiental e dos produtos gerados pela técnica moderna, o que leva à impossibilidade de conter todos os riscos provocados pelas tentativas de artificializar e de racionalizar o espaço segundo o padrão tecnológico da ciência orientada por uma ótica monopolista do capital.

4.6 A construção de um conceito sociológico do espaço

As correntes marxistas⁶⁶ ao abordarem o espaço, o fazem pela revolução tecnológica, pela difusão das inovações, pela modernização das estruturas produtivas. O espaço está ligado

⁶⁵ Na Amazônia, um exemplo de insucesso é o caso da Companhia Ford que, durante dezoito anos (de 1927 a 1945), plantou centenas de milhares de hectares de seringueiras, nos municípios de Itaituba e Aveiro, no Pará (COSTA, 2012c). Ou a perda de milhares de hectares de plantio de dendê pelo aparecimento da doença do amarelecimento fatal, tornando as plantas inertes.

⁶⁶ Em especial cabe destacar Henri Lefebvre (1991), como um dos principais pesquisadores materialistas sobre o espaço, Em seu livro *Direito à cidade*, Lefebvre afirma que uma das principais

às relações sociais, a ação é uma categoria que faz a mediação entre os aspectos materiais do espaço e as consequências sociais nas estruturas espaciais. Nas correntes sociológicas weberianas, o avanço capitalista se dá pela ação racional dos agentes. A subjetividade do agente é considerada como elo fundamental para explicar as mudanças espaciais e sociais da humanidade nos dois últimos séculos. Em ambas as correntes, porém, o tempo é o elemento central, que atravessa o espaço, mediante a força estruturante das ações que transformam; o tempo não se mistura com o lugar.

Embora as teorias marxistas e weberianas considerem o espaço como o resultado do processo social, elas distinguem-se pela maneira como veem a ação em relação ao espaço. Para a posição materialista (marxista), o objetivo das ações sociais está mais vinculado à conformação estrutural do espaço, ou seja, o espaço é um formato. Para as correntes da ação racional (weberianas), o espaço é tido como coadjuvante, como um mero *locus*. O espaço, em Weber, é secundário, é apenas o local das relações sociais, o foco de sua teoria está nas ações dos indivíduos e, conseqüentemente, nas suas repercussões sociais. Assim, a estrutura espacial seria um componente dos processos sociais, que se efetivariam pela dinâmica da espacialidade do próprio sistema, cujas regras e recursos persistem para além do espaço.

Ao buscar uma interpretação alternativa para a qualificação do espaço vivido, a presente proposta de construção conceitual apresenta o espaço objetivado como síntese das duas posições, das estruturas espaciais e da ação espacial. O que faz com que o conceito do espaço tenha como base interpretativa a sua condição de dualidade.

Esta caminhada conceitual parte inicialmente do pensamento de Bourdieu (2001), que sustenta a existência na sociedade de uma dualidade entre estrutura e ação, que não são excludentes, mas complementares. Essa mesma concepção social do espaço pode ser aplicada à compreensão dinâmica do espaço social e do espaço físico. Dessa forma, o conceito de espaço assume uma abrangência sistêmica, como uma multiplicidade estruturada modificada

preocupações da sociedade moderna é a tentativa de controlar e organizar o espaço. Cabe ainda lembrar David Harvey (2012), que se tornou o representante contemporâneo mais conhecido da corrente materialista. Em sua obra *Condição pós-moderna*, o espaço é explicado como espaço vivido. Mas, para ambos, a integração do tempo e do espaço dá-se pela historiografia do espaço. Nesse sentido, o espaço é conformado pelas relações sociais em um dado momento histórico. Portanto, nessas posições, o espaço não é pensado para além das ações, e que as ações estão circunscritas dentro de um espaço. Dito de outra forma, o espaço é considerado apenas uma estrutura estruturada que é alterada pela força estruturante da ação. A ação está vinculada à conformação estrutural do espaço, em que o espaço acaba sendo subjugado. O espaço perde sua amplitude como percepção de um sistema de disposições em ser e fazer, não incorpora elementos subjetivos dos *habitus* que são elementos de um espaço construído pela percepção simbólica do passado cognitivo do agente.

ao mesmo tempo pela sua força estruturante. O espaço, portanto, resultaria de uma ação prática de busca de um ordenamento, uma síntese dos conflitos entre estrutura estruturada e estrutura estruturante.

Como já foi dito, o espaço efetiva-se na estrutural social, a ação precede a estrutura social, mas também é a sua consequência. Da mesma forma que a organização espacial realiza-se pela ação, mas concomitantemente estrutura a ação. Logo o espaço se dá na conformação dos sistemas de objetos e de ações⁶⁷. Desta forma, a ação é meio e reprodução, simultaneamente, da estrutura social e da organização espacial.

O espaço objetivado apresentado na sua forma dualista, remete, também, a outro duplo movimento: a dimensão territorial na relação entre local e global. O espaço tem de ser compreendido como elemento concreto e dinâmico. O espaço é a representação das relações dos agentes e das coisas. As tensões provocadas pelas relações entre o singular heterogêneo e o universal homogeneizante traduzem a realidade: a coexistência de um dentro do outro. Os conflitos gerados pela conexão entre o local e o global são marcados pelas qualidades específicas de um dado momento em uma mesma divisão espacial. O lugar, enquanto espaço físico e social, apresenta-se como o encontro de uma multiplicidade de fatos sociais (internos e externos), o que faz da categoria espaço, na sua forma dualista, uma ferramenta analítica para conhecer e reconhecer as relações socioespaciais.

As conformações do espaço apresentam-se inicialmente como abstratas, mas se efetivam, e se efetivam através do lugar. O espaço ganha concretude na interação objetiva do local e do global, o que faz com que a dicotomia entre localismo e globalismo deixe de existir, pois são indissociáveis na composição espacial do lugar; como ocorre na capacidade interpretativa da realidade entre o agente e a estrutura, também o faz pela interação entre o local e o global. O lugar adquire, assim, uma dimensão holística que possibilita abrigar a dualidade em suas várias formas: o particular e o geral, o endógeno e o exógeno, o agente e a estrutura, o objetivo e o subjetivo, entre outras, o qual é aqui sintetizado no conceito de espaço-lugar.

⁶⁷ Esses sistemas de ações e de objetos fundamentam-se em categorias analíticas internas e externas. Dentre as categorias internas, destacam-se a paisagem, a configuração do território, a divisão social do trabalho, bem como os recortes espaciais, como a região e o lugar, em redes de escalas. Além disso, pode-se mencionar a relação com o tempo histórico e os seus conceitos operacionais. No que refere aos aspectos externos, o espaço traz algumas outras categorias relacionadas à ação, aos objetos e aos eventos, além de formar um conjunto de estruturas polarizadas, como a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização etc. (SANTOS, 2012a, p. 61-73).

4.7 O espaço-lugar: sistemas de objetos e de disposições

O espaço estrutura-se na interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de disposições, que não podem ser considerados de forma isolada. Em uma abordagem sociológica, portanto, a objetivação da conjunção da estrutura e do agente dá-se em um espaço-lugar.

O espaço-lugar não é algo passivo, vazio, onde a sociedade se instala e busca produzir sua história, é um espaço historicamente constituído por pessoas e objetos (artificiais e naturais), nas suas várias escalas. Por isso acreditamos ser possível através do espaço-lugar aproximar a apreciação dos conceitos espaço social de Pierre Bourdieu e o espaço geográfico de Milton Santos. Para Milton Santos, o território usado é um sistema relacional. Essa definição encerra a base do conceito de espaço geográfico: não se trata de um território em si mesmo, mas de um ator essencial na estruturação da vida social (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Por outro lado, as relações sociais não são etéreas, sem espaço, sem vínculos; ao contrário são concretas e objetivadas⁶⁸: “enquanto corpo e indivíduo biológico, eu estou, a exemplo das coisas, situado num lugar, e ocupo uma posição no espaço físico e social” (BOURDIEU, 2001, p. 160).

O agente (ação) está relacionado a um espaço social⁶⁹ que embora tenham uma profunda conexão entre o social e o físico, não necessariamente sempre terão o mesmo recorte do espacial, pois o agente pode também ser afetado por algo distante, ou até ausente. A referência espacial do lugar depende da maneira como se relaciona com o mundo social e físico. Para Bourdieu o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca das posições, enquanto o espaço social é definido pela exclusão ou pela distinção mútua das posições que o constituem:

o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e propriedades. Por conseguinte, quaisquer divisões e distinções do espaço social se

⁶⁸ Esta concepção do espaço – pelas ações práticas, as relações sociais (subjetivas e objetivas) objetivam-se no espaço como relação social – distancia-se do ponto de vista tipicamente escolástico, que trata separadamente alma e corpo, o espírito e a matéria. O conceito de dualidade de espaço-lugar é uno, estrutura e agente, físico e social, diferencia-se tanto da abordagem fisicalista, o corpo é como se fosse uma exterioridade, o corpo seria uma mera representação de uma coisa, só se podendo conhecer o que ele captar; quanto à abordagem mentalista, que defende a crença cognitiva na unicidade da pessoa, o conhecimento originar-se-ia da personificação como fundamento entre indivíduo e sociedade.

⁶⁹ Bourdieu define o espaço social usando o conceito de Campo Social. Aqui optamos por fazer uso da categoria de ambiente institucional, como já foi dito na subseção 3.3 deste capítulo.

exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado (BOURDIEU (2001, p. 164.)

Bourdieu, ao fazer essa distinção entre o espaço físico e o espaço social, explicita que o espaço físico teria como referência o local, aqui entendido como o espaço ocupado definido como extensão e superfície, ou seja, pelas suas dimensões (medidas externas); quanto ao espaço social, é definido por uma relação de justaposição de posições sociais, enquanto processo entre os agentes e também as coisas. Embora reconheça que:

o espaço social não é o espaço físico, mas ele (espaço social) tende a se realizar de forma mais ou menos completa e exata nesse espaço (físico). O que explica que tenhamos tanta dificuldade de pensá-lo (espaço social) enquanto tal, em estado separado (BOURDIEU 2013, p. 136).

Dessa forma, a relação entre espaço social e espaço físico ocorre quando “o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 133). Esse espaço social, fisicamente realizado ou objetivado, é um lugar (concreto), um espaço (físico e social) apropriado⁷⁰.

Esse esforço teórico (inicial) incorpora a dimensão espacial, onde se objetivam a dualidade do tempo (*vir-a-ser*) comprimindo o espaço (*ser*). Busca-se dar um significado sociológico ao espaço, inspirado na concepção de Bourdieu (2001, 2011c) de espaço social e na concepção de Santos (2008, 2012a) do espaço geográfico, categorias espaciais complementares, atuando de forma recíproca. O entendimento da realidade forja-se na síntese dessa tensão espacial (social e geográfica), na sua dualidade – passado e futuro, conservação e inovação, estrutura estruturada e estrutura estruturante.

A tentativa teórica de unificar as posições de Bourdieu e de Santos passa por qualificar o espaço como lugar, reunindo o senso prático de ações; o sistema de objetos naturais e sociais e o sistema de disposições de ser e fazer; o que faz com que todas as estruturas e também todas as relações sociais sejam interpretadas como realidades múltiplas e contraditórias entre si, que não podem existir separadamente. Tal posição tem aderência ao pensamento de Milton Santos que, na sua teoria, ao criticar a abordagem espacial como mera paisagem, amplia a definição do espaço como sistema de objetos e de ações, pelo conceito de

⁷⁰ Esse conceito foi inicialmente apresentado como a interação entre o espaço físico, o espaço social e o espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013).

espaço geográfico⁷¹. O espaço geográfico, para Santos, representa um conjunto de formas, em um dado momento, das relações entre ser humano e objeto, o espaço é tudo isso, e mais os sistemas de relações que constituem as ações sociais. Dessa forma, o espaço geográfico é um sistema relacional de ações (agentes) e objetos⁷² (naturais e sociais), uma relação dialética entre forma e conteúdo, que se traduz nas relações sociais e no espaço físico.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração de conteúdo (SANTOS, 2014, p.30-31).

Ao definir a conexão sistêmica entre as esferas física e social (interação local e global; agente e estrutura), o espaço-lugar passa a ser entendido como a síntese relacional das ações dos dois sistemas, de objetos e de disposições. Fazendo com que o conceito de Milton Santos de espaço geográfico fosse incorporado à noção do senso prático, de Pierre Bourdieu, objetivados pela ação.

Os objetos⁷³, enquanto conformação do espaço, são entendidos não apenas como coleções, mas como sistemas que atuam na formação simbólica e na funcionalidade da organização do espaço. Além do seu significado paisagístico, os objetos adquirem uma conotação social, pela influência das práticas sobre as técnicas e as atividades entre agentes. Os objetos ganham o caráter de realidade social concreta quando incorporados, em um lugar dado, à relação social que os constituem. Assim, em uma visão ampliada do espaço, é impossível conceber a ação separada do objeto.

Pelo sistema de disposições ocorre a motivação (subjéctiva) movida pela interação entre o *habitus* e a estrutura. As decisões dos agentes são relativizadas pelo *habitus*, torna-se assim uma “ação do provável”⁷⁴, não determinista, um ajustamento entre esperanças e

⁷¹ Descrito por Milton Santos em *A natureza do espaço* (SANTOS, 2012a).

⁷² No sistema de objetos, Milton Santos distingue os objetos (coisas), produto de uma elaboração natural, de outros objetos que seriam produto da elaboração social. O que antes, no princípio da sociedade, era coisa (natural), na atualidade tende a ser objeto social (artificial). Ironicamente o próprio movimento ecologista leva ao processo de desnaturalização da natureza, quando busca dotar de valor as coisas naturais.

⁷³ Os objetos têm em si uma autonomia social, sendo fruto de condições materiais, sociais e técnicas de um momento histórico. Essa autonomia, entretanto, é relativa, pois obedecem às condições sociais estabelecidas pelas relações sistêmicas em que estão inseridos.

⁷⁴ As ações não são pré-determinadas tanto na decisão como na execução. Por serem um sistema de relações, não há garantia de que seu resultado seja totalmente previsível, existe um grau de imponderabilidade, pois existe uma autonomia relativa do agente, pelo fato de que se defrontam com outras ações que atuam sobre o meio, formando uma combinação complexa, com uma quantidade infinita de variáveis em um ambiente institucional,

oportunidades, que ocorre por um sentido prático diante de situações, também práticas, da vida social.

A materialidade e o evento unem-se, na medida em que a ação do agente está relacionada com estrutura e, pelo conceito de dualidade do espaço-lugar, a estrutura estruturada e a ação prática estruturante são inseparáveis. O espaço é uno e múltiplo, simultaneamente, seja por suas diversas parcelas, seja por seus usos.

4.8 O espaço-lugar: a totalidade na dualidade

O espaço em sua dualidade traz consigo uma totalidade dinâmica. Recorremos mais uma vez a Milton Santos para caracterizar o espaço enquanto totalidade. Santos apoia-se, inicialmente, na concepção de Durkheim dos fatos sociais como objetos. Daí duas maneiras de classificá-los (os objetos): a primeira como coisa objetivada; a segunda refere-se aos fenômenos, objetivos que não foram materializados. De acordo com a divisão social proposta por Durkheim, as formas sociais não espaciais podem tornar-se formas sociais espaciais⁷⁵. Portanto é possível afirmar que todos os fatos sociais podem ser coisas, pois os objetos, ao se efetivarem como sistemas, passam a ter valor social reconhecido, na relação objetiva do sistema de ações (SANTOS, 2012a, p. 74-77).

Acrescenta, porém, ao entendimento de Durkheim a constatação de que fatos sociais, embora sejam de domínio real, necessariamente são objetivados dentro de uma totalidade. Para caracterizar todos os elementos que compõem o espaço em um dado momento e em um dado lugar, Milton Santos resgata os pressupostos de Marcel Mauss, para quem a totalidade estaria em um “fato social total”⁷⁶. Entretanto, Milton Santos reconhece que a teoria de Mauss pecava por dois problemas: é impossível abarcar todos os elementos e fatores, porque o espaço não é algo aprisionável; há uma relação dinâmica entre elementos e fatores, e a classificação com base no “fato social total” impossibilitaria vê-los como um sistema (SANTOS, 2012a, p. 113-118).

que se traduzem em características próprias de cada realidade concreta. Tudo isso pode modificar a ação originária, alterando o impacto produzido pela ação, que inicialmente foi desejado.

⁷⁵ Um exemplo dessa situação é a propriedade que é forma jurídica (escritura), mas também pode adquirir uma forma espacial (área).

⁷⁶ Bourdieu (2011c, p. 337-361), por sua vez, buscou incluir na relação do fato social total a memória subjetiva do agente na elaboração da estrutura objetiva, tomando como exemplo o aprendizado escolástico sobre as estruturas arquitetônicas góticas.

É impossível aceitar simplesmente a teoria de Maus, mas também não é possível adotar o conceito de totalidade-mundo⁷⁷, em que o mundo seria um espaço abstrato, definido por noções gerais, por análises externas, baseadas em analogias entre espaços. Todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte dessa unidade no todo, mas isso não significa dizer que a totalidade é uma simples soma das partes.

Considerando que o todo é maior que a soma de suas partes e que a totalidade encontra-se em movimento, é possível concluir que as partes não são as mesmas, as que são pertinentes na análise atual não são as que pertenciam ao todo anterior; por conseguinte, serão diferentes no próximo momento.

A sociedade muda, muda em qualidade e em quantidade, a realidade da totalidade é fugaz, é algo que está sempre se desfazendo para se fazer de novo em outro “todo”⁷⁸. Para entender a totalidade, duas constatações são fundamentais: “a primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe análise, e a segunda noção é a de que a análise pressupõe a divisão” (SANTOS, 2012a, p. 118). Dessa forma, o conhecimento da totalidade só será possível pela sua divisão; por meio dela, é percebido o movimento.

A concepção segundo a qual o todo pode ser conhecido por meio das partes e as partes podem ser conhecidas pelo todo é parcialmente verdadeira. Para tornar-se completa, importa agregar à totalidade a noção do movimento, pois é pelas relações sistêmicas (ação e objetos) que se dá o processo de totalização entre o todo e as partes. Assim, a totalidade pode ser compreendida como uma relação entre o real-abstrato e o real-concreto.

O real-abstrato seria a totalidade como possibilidade, e do ato surge o real-concreto. Portanto, o movimento da totalidade é também um movimento de busca da objetividade. Na concepção segundo a qual a “possibilidade” é uma tendência do real, os objetos e fenômenos estão ocultos; para que se transformem em realidade objetiva, precisam da ação e das condições propícias. É pela ação que ocorre a união entre o universal e o particular. “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento (ação efetivada), se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 1993, p. 204-205 apud SANTOS, 2012a, p. 125).

⁷⁷ Esse conceito baseia-se na interpretação de “sistema-mundo” de Braudel, segundo a qual o fato geográfico seria como um quadro preparado para ser emoldurado, é criticado por Milton Santos (2012a, p. 113-114),

⁷⁸ Quando não se leva em conta a dinâmica da sociedade e suas relações sociais e as interações com as estruturas, corre-se o risco de criar conceitos de uma totalidade tautológica, sem ter como referência a realidade. Tratar-se-ia de uma visão determinista, sob uma roupagem materialista ou uma representação idealista.

A dualidade do espaço é percebida como movimento que permite compreender o lugar como composição da totalidade dialética: uma relação entre o espaço local e o espaço global, que se forma pela conexão entre o endógeno e o exógeno. A totalidade como percepção abstrata da realidade, como algo universal, passa a ser uma realidade concreta a ser percebida no lugar, pelas manifestações do particular.

A totalidade espacial é relacional, deixando de ser real-abstrata para objetivar-se pelas ações dos agentes, em um espaço dado como real-concreto. Trata-se de uma visão ampliada do espaço, definido não como um conjunto de objetos, mas como um sistema de relações sociais entre as estruturas e agentes, em um processo contínuo e dinâmico que forma a totalidade, enquanto movimento.

As propostas teóricas de Milton Santos e de Bourdieu têm a mesma compreensão dinâmica, se ganha, porém, maior capacidade holística ao aproximar os conceitos de ambos os autores em uma mesma base teórica, em que a realidade é analisada pelas relações inerentes aos sistemas de objetos, pela técnica, pelo sistema de disposições, por meio do *habitus*. Desta forma a presente análise incluiu a subjetividade advinda das incorporações simbólicas, a fim de ampliar o enfoque de Milton Santos (2008,2012a), para que os circuitos econômicos não fiquem restritos à esfera da produção social, pela técnica, mas alcancem também as relações culturais envolvidas na reprodução das representações cognitivas, que se conformam no *habitus*, em uma economia de trocas simbólicas, conforme sugere Bourdieu (2001, 2011c, 2013). Pelas ações práticas, as relações sociais (técnica e *habitus*) objetivam-se no espaço real-concreto (espaço objetivado).

O espaço objetivado como uma totalidade dinâmica, físico e socialmente apropriado, é aqui atribuído ao conceito de espaço-lugar. Busca-se na interação das ações práticas o resultado de uma totalidade em movimento, o que supera a interpretação da realidade espacial como algo estanque. Essa abordagem faz do espaço uma síntese da estrutura estruturada (produzida) e da estrutura (em produção) estruturante, as duas convivem no mesmo lugar e no mesmo tempo, interagindo mutuamente. A estrutura está sempre em movimento, em um recorrente processo de totalização⁷⁹.

⁷⁹ Para Jean-Paul Sartre (2014), toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se.

4.9 O espaço-lugar e as redes (horizontalidades e verticalidades)

A dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na sociedade global, onde se instalam os vetores da modernização exógena, busca fazer com que os lugares se unam cada vez mais verticalmente, produzindo um reordenamento espacial, pois a racionalidade capitalista que se dissemina está relacionada com o exclusivo benefício da lógica de acumulação mercantil, que visa à coesão horizontal⁸⁰ em seus projetos.

Esse processo de unificação do espaço pela ação vertical não é simples e traz consigo um conjunto de tensões para garantir a sua eficiência. Para implantar-se, precisa dispor de regras rígidas, mesmo nos discursos mais liberais, a fim de garantir no território um suporte de redes que transportem suas verticalidades. Ao contrário das estruturas verticais, as uniões horizontais, que se dão de forma mais espontânea, não são ligadas somente ao domínio econômico, existem outras lógicas na esfera de produção e de consumo. A reprodução social horizontal é orientada por uma perspectiva definida pela estrutura e pelo sistema de disposições dos agentes locais.

No capitalismo global, os arranjos espaciais deixam de ser figuras marcadas por pontos contínuos e contíguos, os espaços passam a ser definidos por interligações de fluxos que incorporam as relações verticais e horizontais às estruturas sociais. As extensões voltadas para os pontos que se agregam sem descontinuidade, sobretudo no processo de produção (bens materiais e culturais) propriamente dito, podem ser consideradas como horizontalidades. Já aqueles pontos no espaço, separados uns dos outros, que objetivam mais o funcionamento global da sociedade e da economia relacionados a outros momentos da produção, como a circulação, a distribuição e o consumo, são verticalidades. O espaço-lugar é onde ocorre a interseção da união inseparável de ambas⁸¹.

Antes, a dificuldade de mobilidade e de recursos gera modos dependentes do entorno, havia uma quantidade grande de sistemas para diferentes lugares e grupos sociais. Com a interação dos sistemas mundiais de difusão tecnológica, as técnicas de alguns lugares dominaram as de outros, consolidando-se, assim, uma desterritorialização da técnica, o que reduziu cada vez mais o número de sistemas técnicos. Por conseguinte, o sistema técnico

⁸⁰ Essa coesão é um processo coercitivo, algumas vezes mais sutil, pelas representações simbólicas, outras mais evidente, quando são feitas pressões econômicas, institucionais, e não são raros os casos em que a coerção se deu por meio de forças militares.

⁸¹ A conjunção das formas de horizontalidades e verticalidades manifesta-se na interação do localismo e o globalismo, no circuito inferior e no circuito superior. O Espaço-lugar como dualidade espacial é a síntese da integração entre agente e estrutura, objetividade e subjetividade, ser (local) e vir-a-ser (global).

deixou de ser apenas horizontal para ganhar contornos verticais pela sua abrangência. O avanço da desterritorialização da técnica aumenta a tensão nas sociedades, subordinando as redes horizontais à lógica vertical. A nova ordem capitalista, ao buscar dominar as relações espaciais, reorganiza o uso do território em seu próprio benefício, utilizando-se de processos de homogeneização e de hierarquização, por meio da especialização funcional dos espaços.

A busca para redução da sociedade a um paradigma tecnológico, também se dá pela tentativa de criar uma compressão única do tempo; assim a unicidade de padrões tecnológicos para o desenvolvimento dos sistemas técnicos depende de uma visão de unicidade do tempo e do espaço. Para obter uma atividade hegemônica exige uma integração dependente que tem um efeito desintegrador nas solidariedades locais, com profundas mudanças na vida local, interferindo no *habitus* dos agentes, confrontando-se com as estruturas sociais localmente constituídas. Seguindo uma nova lógica, de complementaridade ou não, as trajetórias sociais e tecnológicas do local reagrupam-se no espaço-lugar, em uma nova realidade, uma nova composição de horizontalidades e verticalidades no espaço.

As redes são virtuais, mas tornam-se, ao mesmo tempo, reais, mantendo uma relação com os sistemas de objetos e de disposições. A rede é subjetiva, atua nas representações simbólicas na estrutura da reprodução das relações sociais, na conformação do ambiente institucional, na escolha do padrão tecnológico e na própria percepção cognitiva do agente.

Assim como não se pode falar em homogeneidade do espaço, também não se pode afirmar que existe homogeneidade nas redes relacionais que se configuram nesses espaços. O espaço se conforma na diversidade e as redes que neles se instalam são igualmente heterogêneas. Um espaço, ou uma fração dele, reúne redes principais e redes afluentes, formando-se uma complexa teia de relações, redes que se complementam, mas também redes concorrentes entre si.

A globalização das relações sociais e da economia mundial fez com que a circulação prevalecesse sobre a produção. Assim, os fluxos ganham um papel de destaque na explicação das redes na reprodução social e, por consequência, na própria configuração do espaço-lugar. Com os avanços nos transportes, na comunicação, na difusão de técnicas, na circulação financeira etc., as redes isoladas, que aparentemente poderiam ser consideradas como marginais, cada vez mais se integram ao processo de reprodução capitalista global⁸². Dessa

⁸² Segundo Castells o ritmo cada vez mais acelerado das relações sociais configuram a sociedade em rede. Economia, sociedade e cultura se organizam diante de uma era da informação. Os fluxos regulam e condicionam a um só tempo o consumo e a produção através de trocas de informações, capitais e comunicação cultural. (CASTELLS, 1999).

forma, as redes são incompreensíveis, se examinadas somente em suas manifestações isoladas, por serem indissociáveis e estarem inseridas na esfera global, nacional e local. Movimentos particulares e estruturais fazem com que se entrelacem as suas totalidades (SANTOS, 2012a, p. 270).

Nessa interpretação da totalidade, três dimensões devem ser consideradas: a esfera mundial, o território do país ou de um estado resultante de uma formação socioespacial limitada pelas fronteiras e o local, onde os fragmentos da rede ganham concretude. O local é uma dimensão socialmente concreta, em que se estabelece uma relação dialética: por um lado, o mundo opõe-se ao território e ao local, tentando incorporá-los à sua lógica reprodutiva; por outro lado, o local confronta-se com o território e o mundo como um todo, em suas relações sociais já estabelecidas. A existência desses três tipos de relações de redes (mundial, nacional e local) implica a existência de outros tantos níveis de contradições sociais, econômicas e culturais, que vão objetivar-se na dualidade do espaço-lugar, como síntese desses embates. A dualidade do espaço transmite-se às redes que são, concomitantemente, globais e locais, unas e múltiplas, estáveis e dinâmicas; integrando e desintegrando, destruindo velhos recortes e criando outros.

Nessa realidade de um duplo movimento, os sistemas técnicos são concentradores e dispersores, condutores de forças centrípetas e centrífugas que se efetivam na relação entre objetos e ações no espaço⁸³. O sistema de objetos é a representação, no espaço, dos embates das relações sociais constituídas, entre a estrutura estruturada e a estrutura estruturante, sempre com a atuação mediadora da técnica, envolvendo também o *habitus* e o ambiente institucional.

Essa relação dialética entre as redes sociais e o espaço aproxima-se das questões de poder. As conformações de poder nas relações sociais envolvem a integração dos processos funcionais com os espaciais. O exercício do poder concretiza-se nas relações entre agentes, levando em conta o peso social de cada um, o acúmulo de capital simbólico e a capacidade de controlar os recursos (tangíveis e intangíveis) necessários para a reprodução social no espaço social. No processo global, a dominação é exercida por grandes grupos econômicos por meio da formação de estruturas organizacionais, que encontram na estrutura do espaço-lugar a condição fundamental para exercer o seu poder.

⁸³ As forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, e as forças centrífugas levam a um processo de verticalização. Em todos os casos, porém, ambas atuam conjuntamente, com diversas capacidades de reestruturação e escalas (COSTA, 2012a, p. 218; SANTOS, 2012a, p. 286-287).

A forte dominação exercida na economia mundial pelas grandes corporações faz com que suas intervenções tendam cada vez mais a instrumentalizar os espaços onde se instalam. Daí o aprimoramento constante de mecanismos, em especial os econômicos, que possibilitam a expansão permanente da atividade econômica para a acumulação do capital simbólico. Isso influi na representação simbólica do ambiente institucional, como processo de legitimação das novas exigências da racionalidade capitalista globalizada no sistema espacial. A dominação e a legitimação ocorrem ao mesmo tempo. Trata-se de um processo sistêmico de representação simbólica que atua na estrutura social e na conformação cognitiva do agente para conhecer e reconhecer a realidade. Essa racionalização do espaço atinge a sociedade como um todo: além da economia, influencia a cultura, a política, as relações interpessoais, enfim, influi na formação do ambiente institucional e do *habitus*. As estruturas tradicionais submetem-se, assim, a uma racionalidade instrumental de uma sociedade obrigada a “modernizar” seus espaços. Há uma pressão permanente de institucionalização das relações sociais a fim de assegurar o progresso cumulativo de produção e a circulação de bens materiais e culturais ligados as relações mercantis capitalistas.

Na modernidade, os objetos técnicos cada vez mais se apoderam subjetivamente do espaço-lugar pelo sistema de disposições, fazendo com que as ações fiquem mais precisas para a “racionalização” do espaço, porém mais alienadas⁸⁴ dos agentes. As mediações capitalistas tendem a fazer com que a ação do agente seja aprisionada pelo discurso da racionalidade econômica, impondo a sua lógica como algo benéfico para toda a sociedade, que passa a ser apresentada como um efeito inevitável da modernidade no desenvolvimento social. As forças estruturantes da modernidade são presididas pelo nexo de exaltação do desenvolvimento capitalista por via de uma razão pragmática que se forma como justificativa para instrumentalizar o espaço, conformando o processo de homogeneização social como uma representação simbólica, que faz com que a racionalidade dos resultados sobreponha-se à racionalidade de valores⁸⁵.

No entanto, não existe uma territorialidade absoluta de uma ação, as estruturas estruturantes defrontam-se com estruturas estruturadas. O espaço-lugar forma-se na disputa entre racionalidades de distintos paradigmas tecnológicos. Esse processo da razão técnica moderna não é incondicional, “a força própria do lugar vem de ações menos pragmáticas e

⁸⁴ A palavra “alienação” é empregada aqui no sentido da separação do ser e da sua essência humana, como descrito por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

⁸⁵ “Essas ações racionais são movidas por uma racionalidade obediente à razão do instrumento, ação deliberada por outros, ação insuflada. Para a maior parte da humanidade, elas não são informadas de modo endógeno, mas informadas de fora” (SANTOS, 2012a, p. 223).

mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade” (SANTOS, 2012a, p. 228).

4.10 Trajetórias tecnológicas: o elo interpretativo do espaço-lugar

Se o lugar não é um fragmento, mas sim a própria totalidade em movimento, como apresentado por Milton Santos, e que o conhecimento da totalidade só será possível pela sua divisão; e que por meio dela, é percebido o movimento, como apreender a totalidade a partir das dinâmicas existentes na sua diversidade espacial?

As trajetórias tecnológicas são a opção epistemológica⁸⁶ a ser trabalhada: como modelo interpretativo capaz de identificar as mudanças que se efetivam no espaço-lugar. As trajetórias tecnológicas são o elo (categoria) capaz de ligar a coerência interna à coerência externa da conformação espacial, onde se efetivam as ações da técnica, do *habitus* e das governanças institucionais. O movimento da realidade do real-abstrato de uma totalidade espacial é analisado pela aproximação do real-concreto a partir da dinâmica das diversas trajetórias tecnológicas ocorridas no espaço.

Três aspectos iniciais são levados em consideração na identificação das trajetórias tecnológicas e das mudanças ocorridas na sociedade: o espaço não é um mero receptáculo; as trajetórias tecnológicas são necessariamente relações sociais; as trajetórias tecnológicas se efetivam por ações, em um espaço dado, concreto.

As trajetórias tecnológicas são objetivadas social e espacialmente, através das diferentes dinâmicas de produção da vida social, que implica distinguir padrões distintos de produção e reprodução social e técnicas que levam os agentes a se organizarem em diferentes redes relacionais, muitas vezes, ou melhor, quase sempre, por meio de conflitos. A diferenciação existente nas relações sociais entre os agentes, na forma como se relacionam com os sistemas de objetos e de disposições, levam ao uso de paradigmas tecnológicos como “um modelo e um padrão de solução de problemas tecnológicos selecionados, baseado em princípios selecionados derivados das ciências naturais e em tecnologias materiais selecionadas” (DOSI, 1982, p. 151). Esse padrão técnico comporta trajetórias que “são padrões usuais para resoluções de problemas no âmbito de um paradigma tecnológico” (DOSI, 1982, p. 152), dentro de um arranjo institucional historicamente constituído. O

⁸⁶ A análise das dinâmicas das diferentes trajetórias tecnológicas cumpre um duplo papel: epistemológico e também metodológico, como elemento analítico e interpretativo da realidade espacial

desempeno de uma trajetória tecnológica altera não só a correlação de forças das relações sociais, também interfere na conformação do espaço-lugar onde atuam.

Pelas representações entre as diversas trajetórias tecnológicas, as relações sociais continuamente desenham e redesenham a conformação do espaço, produzindo novas escalas e novos pontos críticos. Desta feita, pela identificação das trajetórias tecnológicas qualificam-se os agentes e os processos de complementariedades, hierarquias, antagonismos que atuam na conformação do espaço-lugar.

As trajetórias tecnológicas são ferramentas analíticas, pela dinâmica entre trajetórias concorrentes e dependentes é possível identifica-las como representações visíveis das pressões externas e internas que atuam no espaço-lugar. No que refere aos constrangimentos exógenos, em especial, são aqueles provocados pelas formas verticais advindas pelos agentes e instituições que possuem grande abrangência global; e os constrangimentos internos, por relações endógenas do local. Estes constrangimentos externos e internos se utilizam de representações simbólicas, por modos formais e informais moldam as percepções dos indivíduos e sua visão de mundo, influenciando modelo subjetivo da vida cotidiana, na conformação do *habitus* dos agentes. Esses processos não são determinísticos⁸⁷, as relações sociais estabelecem-se diante de uma estrutura estruturada (experiências e organizações vividas) enquanto uma ação estruturante (frequentemente por agentes externos), que se objetivam no espaço-lugar.

4.11 Instituições, rendimentos crescentes e dependência da trajetória

Na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, pode-se identificar a existência de eventos contingentes que atuam alterando a esfera produtiva, fazendo surgir retornos crescentes, ao invés de decrescentes⁸⁸; dessa feita, as vantagens iniciais não seriam anuladas,

⁸⁷ Ao contrário do determinismo neoclássico que transforma o indivíduo num prisioneiro das preferências exógenas e invariáveis, do que resulta um comportamento mecânico: o indivíduo reage de forma automática aos estímulos do ambiente econômico. Assim, a posição neoclássica reserva essencialmente às instituições, em especial ao Estado, a função de estabelecer o conjunto de organizações, regras, leis, tratados etc. Todos esses eventos teriam a finalidade de regular o jogo social e as atividades econômicas entre os agentes e a sociedade (mercado), fazendo das instituições algo exógeno, em que os processos de mudanças são conduzidos, pelo determinismo mecânico, sempre ao um ponto de equilíbrio.

⁸⁸ A explicação que as atividades econômicas tenderiam para o equilíbrio é interpretada, na corrente neoclássica, pela existência de ciclos de eficiência. Em um dado momento da curva de produção, as atividades produtivas são marcadas por retornos decrescentes de escala, ou seja, proporcionalmente, a produção cresceria menos do que o insumo, e a unida adicional produzida seria mais cara do que a anterior. Portanto as atividades econômicas teriam como regra um retorno negativo, e isso seria a

e sim ampliadas. A explicação para tal fato estaria na capacidade de governança institucional que, ao criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de certas trajetórias, desequilibram a disputa. Conseqüentemente, algumas trajetórias, por causa de um conjunto de processos não previstos (eventos aleatórios), levariam a retroações positivas, que as fariam vitoriosas.

Por exemplo, as trajetórias tecnológicas que têm como referência a organização produtiva pelo padrão mecânico-químico, a partir de meados do século passado, conseguiram aglutinar uma grande quantidade capital simbólico, gerando um autorreforço entre o modelo técnico (mecânico-químico) e as regras e representações mentais da sociedade, conformando um arranjo institucional favorável ao desenvolvimento de trajetórias vinculadas a este padrão tecnológico. As amplitudes do apelo social conformam um ambiente socialmente legitimado, o que torna favorável a modelagem de uma boa capacidade de governança institucional que a favoreça. A trajetória é antes de tudo um processo social, cuja representação é a relação indissociável entre a técnica e sua representação simbólica, constituídas economicamente e politicamente pelo e no ambiente institucional⁸⁹.

Ainda sobre a abordagem dos retornos crescentes e o processo de autorreforço em setores da economia, Arthur (1989) demonstra que algumas trajetórias vinculadas ao uso intensivo do conhecimento apresentavam ganhos em aspectos de mercados em relação a outras opções disponíveis gerando uma dependência da trajetória (*path dependence*)⁹⁰.

A dependência da trajetória é constituída gradativamente por uma sequência de eventos em pequenos acidentes históricos, por combinações de mercado, por normas e

razão de um equilíbrio dos preços. Essa máxima seria a tônica da economia das firmas. Uma empresa que se tenha destacado no início, com as mudanças temporais, sempre tenderia a retornos marginais decrescentes, ou seja, a vantagem inicial seria negada pelas forças opostas. Portanto, a economia estabilizar-se-ia inevitavelmente, promovendo um processo de concorrência perfeita. O problema é que esse ponto de equilíbrio, apregoado pelos neoclássicos, é a exceção, e não a regra. Existe um conjunto de fatos aleatórios internos e externos à produção que produziriam múltiplas possibilidades de equilíbrios dinâmicos. Não seria possível, *a priori*, determinar qual a melhor alternativa, ou seja, é impossível prever antecipadamente qual trajetória chegará ao ponto final como a mais bem-sucedida.

⁸⁹ A trajetória tecnológica mecânico-química contrapõe-se a trajetórias com padrões mais sustentáveis do uso dos recursos naturais, inclusive com práticas extrativistas de baixo impacto ambiental. As práticas extrativistas são relacionadas com o atraso técnico e o baixo capital simbólico, o que faz essa trajetória ter pouca capacidade atrativa nas instituições e nas pesquisas para elaboração de novas técnicas que reforcem seu padrão tecnológico. Os arranjos institucionais estão relacionados com as relações sociais de um dado momento. Essa correlação foi considerada por Francisco Costa (2012b, p. 111-235) como um dos elementos fundantes de sua teoria da evolução das trajetórias na Amazônia. Em especial, Costa destaca o papel que desempenham as formas institucionais e como elas são determinantes para o sucesso ou o retrocesso de diferentes trajetórias inseridas na dinâmica agrária, em particular a camponesa.

⁹⁰Na elaboração do conceito de *path dependence* destaca-se a contribuição de Brian Arthur (1989), pesquisador vinculado ao Instituto Santa Fé, no Novo México, EUA, e de Paul David (1985), pesquisador da Stanford University, EUA.

tecnologias. As instituições, ao favorecerem comportamento de uma trajetória, acabam por penalizar outras, corroborando, assim, com a dependência da trajetória. Todos esses processos podem ficar aprisionados por eventos contingentes, numa trajetória de evolução não desejável, da qual é muito difícil, se não impossível, escapar. O que possibilita explicar o porquê de uma trajetória poder destacar-se, não sendo necessariamente a mais eficiente, mas por ter maior capacidade de atratividade de eventos no sistema que a favoreçam.

Ainda indo de encontro à corrente neoclássica dos regimes decrescentes, Brian Arthur difundiu o conceito de regimes crescentes, utilizado para explicar o avanço de uma trajetória que passa a ter, como um dos seus fundamentos, a possibilidade de uma curva ascendente por um longo período. Pela ótica dos rendimentos crescentes, os eventos ocorridos na história não são eliminados e esquecidos pela dinâmica econômica, apoderam-se dela. Para Arthur (1989), rendimentos crescentes resultam, no lado da oferta, de custos iniciais elevados e de ganhos crescentes provenientes da rotina de operar tecnologias complexas e, no lado da demanda, de expectativas de autorreforço, como a cooperação, que propicia ganhos de competitividade, e os efeitos de coordenação, que levam os indivíduos a fazer as escolhas de outros, independentemente da sua vontade.

Os rendimentos crescentes devem-se à possibilidade de uma sinergia de custos, ao aprendizado, por meio da interação técnica entre componentes, e ao mecanismo de retroação positiva no ambiente institucional em que as ações são desenvolvidas. Esse conjunto de fatores é que possibilitam que uma trajetória sobreponha-se perante as demais⁹¹.

A dependência da trajetória advém da interação de eventos passados que influenciam a situação presente. Segundo Arthur, quatro características poderiam ter favorecido o desempenho de algumas trajetórias tecnológicas. A primeira seria a existência de altos custos de instalação que, após estabelecida a cadeia produtiva, geraria retornos crescentes que seriam

⁹¹ Para Bernardi (2012), além dos rendimentos crescentes, outros mecanismos explicativos podem ilustrar a dependência da trajetória. Um deles, segundo Arrow (2000), é a irreversibilidade de investimentos. Para Arrow, o alto custo já internalizado em capital fixo inviabilizaria abonar os valores já aplicados para trocar o padrão utilizado a fim de aderir a outra trajetória; portanto o que levaria à dependência da trajetória seria não apenas os seus retornos crescentes, mas também a irreversibilidade do investimento já efetuado. Page (2006) também nega que o mecanismo dos retornos crescentes seja o único elemento que estabeleceria a dependência da trajetória. Para ele, a dependência da trajetória resultaria também da existência de complementaridades entre os resultados que levariam ao reforço de uma trajetória o que, de forma inversa, diminuiria a atratividade para outras trajetórias, gerando uma externalidade negativa, fazendo com que um determinado padrão de trajetória se sobreponha às demais alternativas, o que favorece a dependência da trajetória. David (2000), embora tenha enfatizado os recursos crescentes como importantes mecanismos no processo de ajustamento da trajetória, também admitiu a influência das instituições na dependência das trajetórias.

incorporados ao custo marginal de produção, o que permitiria reduzir o custo da unidade posterior. A segunda está relacionada aos efeitos da aprendizagem que leva a um acúmulo de experiência que incentivam o uso continuado da produção. O processo da aprendizagem desenvolve habilidades, necessário tanto para o desenvolvimento do produto, quanto para aqueles que o utilizam. A terceira característica, apontada como motivadora da obtenção dos ganhos crescentes, estaria na compatibilidade entre produtos. A possibilidade de usar aparelhos amigáveis leva os agentes a buscar produtos compatíveis que possam desfrutar em rede. A quarta estaria nas expectativas adaptativas, a existência de uma alternativa mais difundida, portanto mais conhecida, apresenta-se como uma opção com maior credibilidade do que a trajetória com maior capacidade futura para desenvolver novas soluções para seus produtos.

North (1990) é um dos autores que mais ressaltou que as instituições tem um papel de destaque enquanto mecanismo que possibilita, por meio da construção de ambientes institucionais, o desenvolvimento da dependência das trajetórias. O aparato institucional desempenha um papel determinante na elaboração da dependência da trajetória. Douglas North, avançando em direção ao pensamento de Brian Arthur, defende, como fator determinante para explicar a questão econômica, o ambiente institucional:

Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica (GALA, 2003, p. 93).

Na dependência da trajetória, o processo tecnológico não se restringe a um padrão técnico deslocado da sociedade, é fruto de relações sociais constituídas, nas quais o peso institucional é um dos elementos definidores do sucesso ou do fracasso de uma trajetória. Os processos tecnológicos não são meros elementos passivos a serem influenciados, também interferem na conformação do ambiente institucional.

Assim, o ponto inicial de uma trajetória é extremamente relevante para compreender o seu incremento. O resultado de uma trajetória depende em parte das decisões e em parte dos fatores históricos de si derivados, que interagem de forma dialética: decisões influem na história e a história afeta decisões. Dessa forma, a posição dos agentes, os eventos historicamente contingentes e as instituições influenciam decisivamente a evolução de uma trajetória e os processos decisórios de mudança.

No processo da dependência da trajetória há casos em que uma determinada trajetória tecnológica se destaca de tal forma que fica inalcançável, fazendo com que todos os agentes não tenham alternativa, gerando um bloqueio para as demais trajetórias, o que Brian Arthur (1989) denomina *lock-in*. Essa barreira de eficiência é tão restritiva que, no processo de concorrência, impõe como única possibilidade de permanecer no sistema o vínculo à trajetória vencedora (COSTA, 2012a, p 118-127).

Costa adota a noção das trajetórias concorrentes e dependentes, mas critica Arthur por não se preocupar em qualificar o agente, limitando a análise da decisão do agente ao campo estritamente subjetivo, pela preferência da escolha. Costa propõe a existência (não cogitada por Arthur) de fatores objetivos (acesso a recursos naturais, disponibilidades sociais de trabalho, propriedades intangíveis do conhecimento, controle logístico de mercado etc.) que influenciam as escolhas advindas das relações estruturais (COSTA, 2012a, p. 129-130).

Pelo fato de Arthur não especificar e diferenciar os agentes, acaba por criar dentro das trajetórias um coletivo de equivalentes. Assim, por exemplo, ao não observar a existência do grau de monopólio, deixa de reconhecer que os agentes têm pesos diferenciados nos processos produtivos. Embora, a longo prazo, o tratamento da constituição por agentes equivalentes confirme ao final o desempenho de uma trajetória, com ganhos crescentes, não leva em conta que também existem domínios diferenciados de apropriação e controle de recursos, deixando, assim, de observar o papel dos recursos (materiais e simbólicos) e o papel das instituições como fatores determinantes na dinâmica de levar ao favorecimento ou à negação muito mais rápida de uma trajetória. Uma trajetória específica, mesmo sendo mais eficiente, por não ter tido tempo de mostrar suas virtudes, deixando de existir como possibilidade de desenvolvimento em uma dada sociedade, entrado em *lock-in* (COSTA, 2012a, p. 127-128).

Por isso, Costa acrescenta à teoria de Arthur a preocupação em qualificar os agentes⁹², a partir do contexto, e aponta a influência que eles exercem nos fundamentos estruturais do processo produtivo (domínio dos recursos naturais, capital, tecnologia etc.) e na forma como operam a produção (assalariado ou familiar).

⁹² Para superar a lacuna da teoria de Arthur – a não qualificação dos agentes e a falta de especificação dos domínios diferenciados de apropriação e controle de recursos fundantes –, Costa (2012a) elabora uma metodologia para classificar os agentes em função de sua relação com as trajetórias tecnológicas e a relação produtiva. Uma matriz de “Contas Sociais” (COSTA, 2012b) possibilita a interpretação das dinâmicas multifatoriais existentes na sociedade.

São muitos os fatores que levam o agente na sua ação prática a optar por utilizar uma determinada trajetória tecnológica⁹³. Os agentes são diferentes entre si, têm *habitus* e capital simbólico diferenciados. Além de que o acesso à informação ser assimétrico, e os tratamentos entre os agentes, pelas instituições, serem desiguais. As decisões, orientados por uma lógica de “ação provável”, inserem-se em um contexto histórico específico, influenciadas pelo senso prático, que leva em conta as necessidades, os desejos e as oportunidades, e pode ensejar, de forma intencional ou não, a procura da trajetória tecnológica que ofereça a melhor condição para atendê-lo em uma situação dada. Todos esses processos não são determinísticos, e o seu estágio corrente depende dos estágios anteriores. Portanto, não basta qualificar as trajetórias tecnológicas, é necessário, também qualificar quem pratica a ação.

Para usar a dependência da trajetória como uma ferramenta analítica, é preciso identificar as causalidades e os eventos contingentes que influenciaram sua existência, bem como qualificar os agentes que dela participam. Isso significa reconhecer e classificar os fatos aleatórios, os mecanismos que lhes deram origem historicamente e as condições relacionais necessárias para que uma dada trajetória representasse ser uma melhor alternativa em detrimento das demais.

4.12 Trajetória tecnológica: momento crítico e sequência de eventos

Decerto que a relação entre vários agentes, objetos e instituições, dentro do mesmo espaço-lugar, historicamente delimitado⁹⁴, afeta o sistema de disposições dos agentes para agir. Mas o que leva a incidir, em um dado momento, na protrusão de fatores (objetivos e subjetivos) que acabam influenciando as decisões dos agentes para optar entre as trajetórias tecnológicas? E como ocorrem os eventos para que garantam, ao longo do tempo, que seja estabelecida a dependência da trajetória?

⁹³ Para Costa (2009b, p. 229), uma trajetória é formada pela “articulação processada por agentes orientados por racionalidade semelhantes, entre padrões produtivos e razões reprodutivas, expressas em heurísticas que se materializam em combinações particulares de meios e produtos. A diversidade de formas técnicas (combinação de meios) e de formas de participação na divisão social do trabalho (combinação de produtos) que diferencia as trajetórias depende das dotações naturais e institucionais que marcam as bases territoriais locais sobre as quais evoluem e dos nexos (que se conformam com a mediação destacada do mercado) que as vinculam a territorialidades mais amplas, nacionais e mundiais (cadeias de produção e troca)”.

⁹⁴ A referência temporal é um elemento importante, mas a variável histórica é uma dimensão relacional. Quando se usa o conceito de dependência da trajetória, a fim de evitar definições por periodizações com categorias abstratas, deve-se especificar os agentes, as sequências de eventos e os momentos críticos de que participam, relacionando-os com a indicação da temporalidade.

A fim de entender em que circunstâncias e por que motivos ocorrem a dependência da trajetória, dois elementos devem ser considerados: a) o momento crítico, que está relacionado com a tomada de decisão inicial; b) a sequência de eventos, em que acontecimentos aleatórios favorecem a existência de um processo de autorreforço no curso da trajetória.

a) Momento crítico

Evolução significa uma mudança permanente, o tempo é irreversível, a história acontece e não “desacontece”, as consequências de um evento não podem ser desfeitas, não é possível voltar atrás e anular o fato que originou a cadeia subsequente. Dependência da trajetória não é sinônimo de fatalidade, ou de predestinação, muito menos de inevitabilidade. Trata-se de uma questão não determinística, uma relação estocástica que relaciona o passado com o futuro, o que significa dizer que as condições iniciais estão a variar continuamente, de tal forma que um processo evolutivo pode até romper a relativa estabilidade unidimensional exibida durante longo período de tempo na explicação da presunção do caos. Ilya Prigogine (2002), na sua teoria da complexidade, demonstra a evolução de sistemas não lineares, identificando a existência de pontos de bifurcação. A imprevisibilidade de comportamento e a grande sensibilidade a pequenas variações nas condições iniciais de um sistema dinâmico podem ser aplicadas à análise das formas evolutivas de uma trajetória.

A tomada de decisão, embora tenha um caráter aleatório, ocorre em uma estrutura estruturada pelo passado, que se conforma no espaço apropriado, por um ambiente institucional, social, cultural e historicamente constituído. Portanto, as decisões não se fazem no abstrato. Quando há mais de uma alternativa, a decisão de optar por uma trajetória tecnológica é tomada após a seleção de variáveis de elementos concretos (objetivos e subjetivos) num dado momento, que derivam de eventos que antecederam a escolha. Essas condições antecedentes formam o contexto no qual se instala o momento crítico. O movimento crítico é uma força estruturante, que atua na integração das relações sociais⁹⁵, em uma estrutura estruturada. Há uma síntese relacional entre condições antecedentes, momento crítico e eventos de contingências, que faz com que a mudança seja fruto dessa dinâmica estrutura estruturada e estrutura estruturante, que pode acontecer de uma forma abrupta ou por um lento processo.

⁹⁵ As relações sociais são fruto da relação entre os agentes (subjetividade) e a estrutura (objetividade), que resultam da combinação do sistema de objetos (naturais e artificiais, mediados pela técnica) com o sistema de disposições (condições estruturadas e disposições de ser e fazer, pelo *habitus*) que interagem em um ambiente institucional, objetivados na ação, em um dado momento, num espaço-lugar apropriado.

Como a estrutura estruturada é a representação de um dado momento do acúmulo da correlação de forças das relações sociais existentes, o que gera um ambiente social entre as instituições e os padrões tecnológicos já constituídos, as mudanças diante de um momento crítico⁹⁶ tendem a ocorrer pelo impacto inicial resultante do choque de forças externas com a participação de agentes exógenos⁹⁷. Esse impacto de uma nova ação estruturante não acontece de forma mecânica, é relativizado por um duplo movimento: na dinâmica dos ambientes institucionais e tecnológicos, do global e do local.

As ações iniciais que se efetivam no momento crítico configuram um rearranjo das forças políticas, sociais, culturais e econômicas e são por ele configuradas, estabelecendo novos parâmetros para o ambiente técnico e institucional. As decisões atuam como força estruturante e desestabilizam a trajetória existente; ao mesmo tempo mobilizam novos elementos que provocam a bifurcação da trajetória. Isso gera um legado tecnológico e institucional que leva a uma nova situação de continuidade, mas com rumos diferenciados a trilhar. A nova escolha distancia-se das condições iniciais, dificultando e, eventualmente, inviabilizando o retorno às situações antecedentes.

Após o momento crítico, a escolha provoca, ao longo do tempo, alterações que passam a moldar a trajetória por meio de um conjunto de eventos que, por sua vez, desencadeiam outros conjuntos de eventos, imprevisíveis, com resultados diferentes dos pretendidos no momento inicial, quando da intervenção no momento crítico. A dependência da trajetória não se encerra no momento crítico; antes, inicia-se. No seu curso, ocorrem outros eventos aleatórios, formando uma sequência de autorreforço da trajetória.

b) Sequência de eventos

A trajetória, pela ação de eventos aleatórios, ao longo do tempo, agrupa um conjunto de forças que interagem dentro do ambiente institucional e na conformação tecnológica. Esse ambiente favorável ao desenvolvimento a uma trajetória tecnológica gera consequências futuras⁹⁸, fazendo desta trajetória um polo de atração de novos eventos, cujos efeitos tendem a acumular-se. Como os recursos e os insumos são os mesmos, o movimento que potencializa

⁹⁶ O uso do conceito do momento crítico na análise do desenvolvimento das trajetórias engloba variáveis políticas e econômicas. A este conceito o presente texto acrescenta a noção de dualidade do espaço: físico e social, ação homogeneizadora (externa) e ação local (interna), conformando-se dentro da síntese sócio, econômico e cultural que é o do espaço-lugar.

⁹⁷ Pode-se evocar aqui o conceito de Milton Santos (2008, p. 40): agentes e dinâmicas em um circuito superior moderno, extrarregional, constituído por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos atacadistas e transportadores.

⁹⁸ Como não existe um determinismo sobre o futuro, as consequências não seguem necessariamente um processo linear de eventos positivos, podem também gerar situações negativas.

uma trajetória acaba restringindo o acesso às demais. Quando uma trajetória alcança sucesso, mostrando-se mais vantajosa ou uma alternativa possível, os agentes sentem-se incentivados a voltar-se para ela ou a continuar trilhando em sua direção, tendo em vista seus retornos crescentes. Com o acúmulo de retornos crescentes, forma-se um círculo de atividades, no sentido de existência de complementaridade, como indica Page (2006), entre os resultados que levariam ao reforço de uma trajetória. No futuro, pelo alto custo já internalizado em capital simbólico, seria criada uma barreira, que inviabilizaria a troca do padrão utilizado, conforme Arrow (2000). Decerto que não existe um único fator responsável; de fato, há um conjunto de eventos que se encadeiam, formando uma governança institucional e bases tecnológicas favoráveis ao desenvolvimento de uma trajetória em detrimento de outras.

Essa sequência de eventos não segue uma relação determinista e linear de causalidade, mas acaba por influenciar o caminho a ser seguido e atua na reorganização do espaço-lugar (social e fisicamente objetivados). A trajetória tecnológica que se destaca acaba por criar movimentos de autorreforço, o que dificulta a seleção por opções alternativas que estejam fora do padrão institucional, estabelecido como vitorioso. Esses eventos que induzem outros estão inseridos na relação social dialética que cotidianamente sofre alterações por causa da síntese da correlação de forças e das condições estruturais que se instalam.

Dessa forma, fazem com que, na disputa espacial, a consolidação de uma trajetória diminua a possibilidade de crescimento de capital simbólico de outra, por consequência reduz a capacidade atrativa para buscar uma alternativa social para contrapor-se. O capital simbólico é distribuído no conjunto das trajetórias tecnológicas estabelecidas. Aquelas com maior quantidade de capital simbólico (social, econômico, cultural) têm maior capacidade de governança, consegue atrair eventos a seu favor, o que possibilita que seu crescimento seja superior. A dependência da trajetória não determina necessariamente o colapso imediato de outras alternativas, que só acontece no *lock in*, quando as bases objetivas e subjetivas de uma trajetória não são capazes de conseguir sua reprodução⁹⁹.

As trajetórias tecnológicas, em sua evolução, tendem a buscar rendimentos crescentes, não necessariamente econômicos, mas como capital simbólico acumulado, no futuro, pode se transformar em ganhos financeiros, por exemplo. A conformação do arranjo social do

⁹⁹ Uma tarefa efetiva das instituições públicas seria a criação de políticas públicas que favorecessem o ambiente institucional e tecnológico de trajetórias sustentáveis concorrentes, para reduzir a probabilidade de que uma única trajetória seja vencedora e sufoque as demais.

espaço¹⁰⁰ desempenha um papel decisivo no sucesso ou no fracasso de uma trajetória, o que faz com que as ações estratégicas capitaneadas pelas formas institucionais do Estado¹⁰¹ tenham um peso decisivo na correlação de forças sociais para o sucesso no desempenho da governança institucional em pro da trajetória vitoriosa. A organização de um ambiente institucional e tecnológico permite que os agentes ajam em momentos de descontinuidade, tentando evitar ou aprofundar o quadro em que o sistema de objetos fica aprisionado numa trajetória tecnológica e institucional de evolução não desejável para um projeto de uma sociedade sustentável¹⁰². A conformação de um ambiente institucional que possibilita uma sequência de eventos, tanto combatendo as consequências aparentes de uma trajetória não desejada, por processos de comando e controle; como criando mecanismos sociais, em seus diversos aspectos (econômico, creditício, tecnológico, político, e etc.), de apoio às trajetórias que deseja reforçar, a fim de favorecer-las no sistema de concorrência entre as trajetórias.

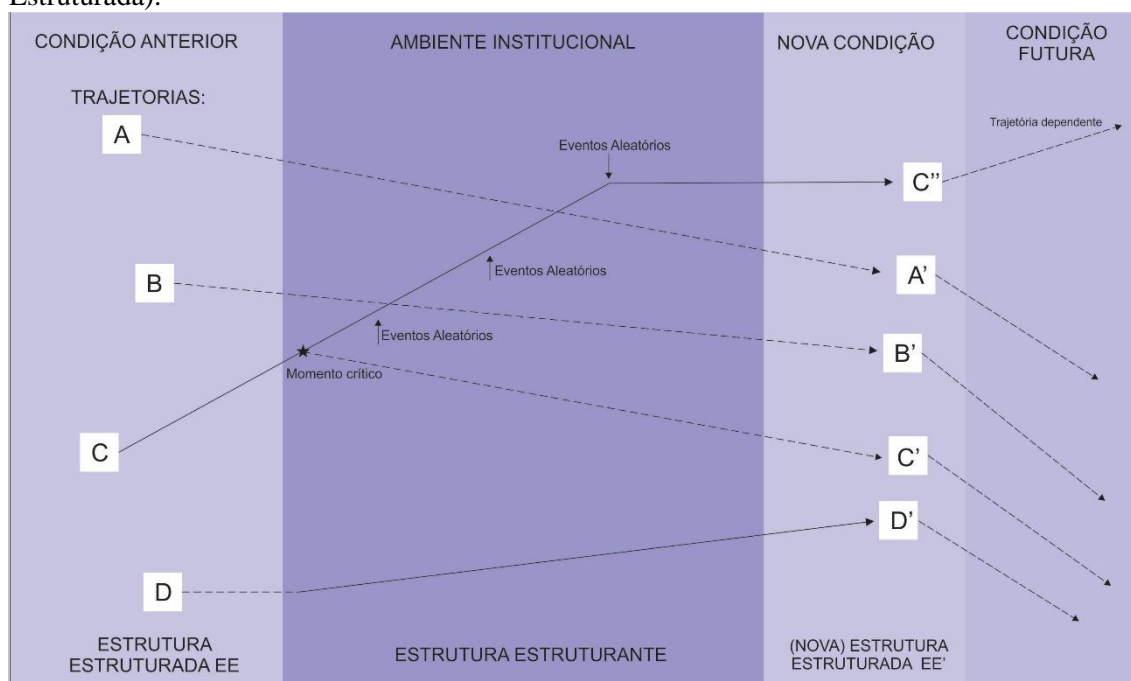
Há uma estreita relação entre o momento crítico e as especificidades da sequência dos eventos na conformação das trajetórias. As dinâmicas das trajetórias tecnológicas podem ser utilizadas como modelos interpretativos das condições antecedentes e futuras do espaço-lugar onde se instalam (Figura 1). O ponto de bifurcação das trajetórias – por exemplo, a trajetória C passa a ser C' e também C'' – e as atividades contingentes são elementos que formam a explicitação sistêmica de uma dada realidade, por meio da dinâmica da disputa entre as trajetórias. A estrutura estruturada (EE) defronta-se com a estrutura estruturante e reorganiza-se novamente em uma nova estrutura estruturada (EE'), em um processo contínuo movido pelas relações sociais, inseridas dialeticamente em um ambiente institucional.

¹⁰⁰ O ambiente institucional e tecnológico tem um papel importante na disputa entre trajetórias. Os processos tendem a ser estáveis, mas não imutáveis. A existência de dependência da trajetória não significa a impossibilidade de constituir-se outra ação estratégica alternativa, porém a dificuldade advém da incerteza quanto ao resultado exitoso da nova atuação pretendida.

¹⁰¹ As instituições públicas abrangem diversas esferas, suas atividades vão desde a normatização legal, passando pelo apoio creditício e infraestrutura, até o desenvolvimento tecnológico.

¹⁰² A importância do posicionamento institucional foi demonstrada por Costa (2012) no estudo sobre a carteira de empréstimos dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), no período de 1990 a 2000. Costa analisou a distribuição dos incentivos financeiros públicos (FNO) para o atendimento de demandas de uma trajetória não desejável T4 (trajetória baseada na produção da pecuária empresarial de corte). Em seguida, ocorreu uma redistribuição do crédito, beneficiando as trajetórias camponesas, em especial a T2 (trajetória vinculada à produção extrativista), durante um breve período, e novamente o crédito foi redirecionado para favorecer a T4. O referido estudo demonstra o papel da ação das organizações que podem apoiar ou fazer regredir as trajetórias, principalmente podendo ser o elemento decisivo para impedir a prevalência total de uma trajetória não desejável sobre as demais, o que tem fortes implicações na diversidade estrutural e na dinâmica evolucionária do agrário na Amazônia.

Figura 2 - Dinâmica das Trajetórias (Estrutura Estruturada, Estrutura Estruturante, Nova Estrutura Estruturada).



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A análise do momento crítico e das especificidades da sequência dos eventos serve para explicar a alteração e a reconfiguração espacial, detalhando a compreensão dos movimentos de disputa na relação entre agentes e estrutura. A dinâmica que envolve a dependência da trajetória não é uma evolução desassociada da realidade que a compõe e nem de sua história.

As trajetórias se desenvolvem, assim, em concorrência para apropriação de meios, tangíveis e intangíveis, e realização dos fins sociais e privados que as constroem e orientam. Da apropriação de meios tangíveis faz parte o acesso ao capital natural, que pressupõe o controle sobre os fundamentos – naturais dos territórios – mediante relações de apropriação, formalmente legítimas ou não, e o acesso a capital físico, mediado por capital dinheiro, de empréstimo ou não. Da apropriação dos meios intangíveis faz parte o acesso a conhecimentos e informações institucionalmente mediados, seja pelo ambiente cultural que detém os saberes tácitos sobre as especificidades locais, seja pelo ambiente laboratorial das organizações de produção e distribuição do conhecimento técnico e de gestão dos processos produtivos, seja, ainda, por interfaces entre aquelas e estas, organizadas na forma de assistência técnica, extensão ou fomento rural, governamental ou não (COSTA, 2009b, p. 229).

Para sua compreensão é necessário a qualificação dos mecanismos específicos da condição antecedente, que produzem a conformação inicial das instituições e das tecnologias que interagem com o objeto. Essa condição anterior se dá pela identificação dos agentes

(indivíduos e organizações); das instituições (formais e informais); da capacidade de governança (gestão sobre os arranjos institucionais), dos padrões tecnológicos (a técnica entendida como relação social) e de suas representações simbólicas (capital simbólico e cognitivo); como elementos heterogêneos e contraditórios que compõem a dinâmica entre estrutura estruturada e as ações estruturantes. Esmiuçando-se, assim, o que normalmente é universalizado, o que normalmente se esconde na obscuridade de um retrato simplificador de dominação de forças exógenas homogeneizadoras que subjagam forças endógenas heterogêneas. Não basta, para entender as trajetórias tecnológicas, apenas identificá-las; é preciso explicar a sua composição, as diferentes combinações particulares de meios e produtos, a diversidade de formas técnicas e de relações sociais dos agentes e, principalmente, como se objetivam espacialmente.

4.13 As trajetórias tecnológicas e a dinâmica do espaço-lugar

A posição que os agentes ocupam nas instituições interfere no sistema de disposições, no sistema de objetos, na capacidade de governança institucional, os quais, por sua vez, influenciam a estrutura do espaço-lugar. A movimentação entre as redes sociais configura e transforma as relações estruturais em que os agentes estão inseridos. A estrutura estruturada não é uma representação estática, é dinâmica e tende a ser alterada, por novos elementos que modificam a composição do espaço-lugar. A estrutura estruturante, ao interagir com a estrutura estruturada, leva a uma nova composição do espaço estruturado. A entrada de novos eventos provoca várias combinações objetivas e subjetivas que, para ganhar capacidade interpretativa, devem ser percebidos pelo enfoque de fatos sociais. A capacidade de alteração da realidade está relacionada à forma como esses fatos sociais atuam na redistribuição do capital simbólico; eles podem, portanto, modificar as posições relativas e o desempenho do ambiente institucional, mudando o meio e a correlação de forças nas relações existentes entre os diferentes agentes.

Ao contrário da visão neoclássica, os agentes, ao praticarem suas ações, não necessariamente fazem escolhas conscientes e deliberadas, pautadas por uma racionalidade prévia e intencional; a sua tomada de decisão está relacionada, como já mencionado, por um senso prático que relaciona elementos concretos da estrutura objetivada, a experiência vivida (*habitus*) e novos elementos advindos de um conjunto de eventos aleatórios que se formam pela dinâmica histórica das relações sociais.

Nos momentos críticos, diferentes eventos, nas suas diversas formas, podendo estar vinculados a diferentes mudanças, sejam tecnológicas, demográficas, ingerências políticas, processos externos, nível de organização social, representações simbólicas, estilo cultural de vida etc., tendem a potencializar transformações nas relações sociais e produtivas, o que pode alterar a dinâmica das trajetórias. Essas alterações mais profundas nas trajetórias, normalmente, acontecem quando os novos elementos que entram em cena detenham forte capacidade de influenciar na relação entre disposições e possibilidades na tomada de decisão dos agentes. O espaço-lugar reconfigurar-se com as mudanças das relações sociais, e com ele há uma nova distribuição do capital simbólico, e também uma nova correlação nas redes e na capacidade de governança diante do ambiente institucional.

Mesmo sendo impossível obter o controle de todas as suas variáveis, o que faz com que a ação de uma organização ou o simples ato de um agente, pela alta improbabilidade do completo domínio dos seus efeitos diante das relações sociais, ao se objetivarem, tenha resultados diferentes do imaginado. Os novos eventos, cuja origem normalmente tende ser de origem externa, passam para dentro da fronteira do espaço-lugar, conseguindo influenciar, agora já como elemento endógeno, as lutas intrínsecas que antes se estabeleciam na estrutura estruturada, que se objetivam na evolução das diferentes trajetórias tecnológicas. Por meio da adoção de novas tecnologias, essa (re)configuração do espaço-lugar modifica as redes e as governanças de relações sociais, altera a conformação do sistema de objetos, transformando as representações simbólicas e o *habitus*.

As trajetórias tecnológicas, ao serem analisadas, decompostas e qualificadas, constituem-se em um modelo interpretativo que possibilita compreender as dinâmicas espaciais (objetiva e subjetiva). Identificando os momentos críticos e os eventos aleatórios que ocorrem em uma dada situação, e como interferem nas expectativas e nas oportunidades da conformação de poder simbólico.

Para compreender as alterações ocorridas no espaço-lugar resultante de relações social e historicamente estabelecidas em função da distribuição de capital simbólico, da organização social da técnica e do *habitus* dos agentes, busca-se, através das trajetórias tecnológicas, obter a identificação do espaço-lugar como espaço objetivado¹⁰³. Formado por desiguais atores, por diferentes técnicas, de múltiplas relações entre local e global, pelos distintos níveis de

¹⁰³ Um espaço concreto, conformado pelas diferentes relações sociais entre agentes (indivíduos e organizações), pautadas por um sistema de objetos (naturais e sociais) e por um sistema de disposições (ser e fazer).

governanças, tudo isso, como síntese explicativa da totalidade na dualidade espacial, decodificadas a partir da análise da dinâmica das trajetórias tecnológicas.

5 CONSTRUINDO O MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO

5.1 Sem teoria é impossível interpretar a realidade

Sem teoria, é impossível regular qualquer instrumento de análise e interpretar a realidade. A pesquisa precisa apoiar-se em uma base teórica. Os fatos sociais serão aqui analisados, tomando como referência teórica a realidade dentro de um senso prático. Diferentemente do que apregoam as escolas escolásticas de conhecimento, os esquemas teóricos, ao construir sua interpretação de mundo, devem buscar explicar o objeto e a relação entre a lógica “das verdades da razão” da análise e a lógica das “verdades de fato” da realidade. A compreensão da racionalidade do agente a partir do senso prático visa a superar o dilema do pensamento escolástico que separa o erudito (mente) e o prático (corpo).

As principais correntes metodológicas, ao buscarem atribuir um caráter científico às suas pesquisas, acabam por separar, de forma mais ou menos declarada, a análise e o fato original. Tendem a ignorar o conhecimento adquirido, restringindo-o a um “local de fato” o escolástico, ou seja, a análise teórica deve afastar-se de qualquer conhecimento não científico. Para evitar essa impureza empírica e manter uma abordagem científica da epistemologia, criam-se regras. A pesquisa espelha a dissociação entre o mundo dado e o mundo pesquisado, objetivando garantir a independência da teoria e da experimentação metodológica. A análise científica sobre a técnica a ser utilizada restringe-se a escolher, dentre os estabelecidos, os procedimentos técnicos para a experimentação da pesquisa.

Decerto que o referencial teórico não é a mesma coisa que a técnica de pesquisa, mas não são distintos, são interligados, não se pode explicar um sem o outro, ambos estão relacionados à teoria do conhecimento. Portanto a reflexão sobre o método e as técnicas de pesquisa não pode ser reduzida a uma lógica formal das ciências. Não se trata de negar os instrumentos lógicos, é preciso constatar que a pesquisa, quando obedece incondicionalmente a uma estrutura de regras e técnicas, pode reduzir antecipadamente a análise sobre o objeto, o conhecer é dinâmico, deve evoluir com o conhecimento.

O uso de técnicas de pesquisa para legitimar os instrumentos lógicos do método constitui uma espécie de garantia do reconhecimento da cientificidade da análise, o que leva o pesquisador a não questionar a eficácia do método, utilizando-o em todas as situações. A padronização metodológica leva a um ritualismo dos procedimentos, limitando a capacidade crítica da pesquisa:

Assim, em vez de nos interrogarmos, por exemplo, sobre o objeto da medição e nos perguntarmos se ele merece ser medido, em vez de questionarmos as técnicas de medição e de nos interrogarmos sobre o grau de precisão desejável e legítimo, considerando as condições particulares da medida, ou até mesmo de examinarmos, mais simplesmente, se os instrumentos medem o que se pretende medir [...] a um ritualismo dos procedimentos que, sendo talvez a caricatura do rigor metodológico, é, com toda a certeza, exatamente o contrário da vigilância epistemológica. Particularmente significativo é o fato de a estatística – ciência do erro e do conhecimento próximo que, em procedimentos tão usuais quanto o cálculo do erro ou dos limites de confiança, coloca em ação uma filosofia da vigilância crítica – possa ser correntemente utilizada como álibi científico da submissão cega ao instrumento. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 19-20).

Outro aspecto a ser considerado é que a interpretação do conhecimento pautada pelos princípios defendidos por uma única corrente de pensamento sociológico, marxista, weberiana ou durkheimiana, por exemplo, constrange a pesquisa a uma submissão analítica daquela teoria social em particular, mas dá para quem usa seus métodos interpretativos um respaldo acadêmico, uma segurança metodológica¹⁰⁴. A adoção de procedimentos vinculados aos princípios de uma das teorias clássicas do conhecimento sociológico garante a pesquisa a sua legitimidade científica, mesmo que transforme os seus “preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 14), que se revela como uma teoria explicativa de uma parte, mas não consegue, de fato, traduzir a diversidade da realidade.

Para superar uma segurança dogmática, em que toda teoria do social está restrita a uma teoria clássica do conhecimento, busca-se construir uma teoria do conhecimento heterodoxa, que unifique a percepção do fato social e sua análise, na qual o projeto epistemológico permita aproximar, de forma não mecânica, mas dialética, o agente e a estrutura, a formação epistemológica e o método experimental, como forma interpretativa da realidade. Portanto organizar uma metodologia analítica está relacionado com a epistemológica de uma teoria complexa.

¹⁰⁴ A sociedade moderna exige que a pesquisa tradicional demonstre segurança, que tenha capacidade de dominar o desconhecido. A ciência deve ser capaz de conhecer a realidade, sua explicação deve ser verdadeira. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 38) citam Nietzsche: “Tornar alguma coisa desconhecida em alguma coisa conhecida traz alívio, tranquiliza o espírito e, além disso, proporciona um sentimento de poder”.

O método não pode ser considerado como uma etapa autônoma da pesquisa, pois a metodologia e a epistemologia atualizam-se mutuamente¹⁰⁵. A análise dos fatos sociais como elementos de uma totalidade deve fornecer uma explicação precisa e coerente sobre a realidade em que estão inseridos. As aplicações teóricas e metodológicas devem ser tratadas, simultaneamente, como procedimento único de análise do objeto.

A proposta epistemológica que se pauta pela teoria do senso prático pressupõe a existência de dois movimentos integrados e consecutivos das relações sociais: de um lado, a relação entre a estrutura e o agente, para que se tornem complementares; de outro lado, uma ruptura epistemológica com as condições práticas, a fim de reunir, em um único conceito teórico, tanto a objetivação das experiências subjetivas do mundo social, quanto a objetivação das condições objetivas dessa experiência.

Um método que tenha como base a relação entre teoria e prática deve necessariamente ter uma visão sistêmica da realidade, que só pode ser assim considerada quando for nutrida por uma relação empiricamente constatada. Nesse sentido, deseja-se que a hipótese formulada seja a mais controlável possível, para que, quando aferida, não deixe dúvidas quanto à sua validade. Para tanto, a hipótese deve ser apresentada de forma clara, para evitar uma decifração abstrata ou ambígua dos dados pesquisados. Mas, como obter uma hipótese bem estruturada em uma análise que incorpora a objetividade e a subjetividade ao mesmo tempo?

A resposta para essa questão metodológica está na conjunção de dois aspectos. Em primeiro lugar, a hipótese é construída segundo o princípio da teoria conceitual do espaço-lugar – que prevê uma dupla integração: das posições objetivas da estrutura com as disposições subjetivas dos agentes, e do local com o global. Em segundo lugar, o foco não é a formulação da hipótese, o foco está na gênese da hipótese: o problema¹⁰⁶. A elaboração do problema é parte da própria teoria, ou seja, a problematização insere-se no referencial conceitual à luz do qual está sendo analisado o objeto da pesquisa. O fato de a problemática fazer parte da teoria exige que a pesquisa tenha um rigor epistemológico muito grande, que se

¹⁰⁵ Em uma teoria complexa do conhecimento social, a pesquisa é tratada não como uma estrada de ferro, que segue um traçado fixo e progressivo, mas como um mapa de navegação que dá informações prévias sobre os elementos da realidade e indica a direção em que se pretende navegar; ao defrontar-se com a realidade, porém, esses planos podem ser revistos. Da mesma forma, afasta-se do empirismo descritivo que faz da pesquisa uma viagem às cegas, sem nenhuma ideia previa do que vai encontrar, esperando que o conhecimento se revele de forma indutiva.

¹⁰⁶ Essa inversão na pesquisa, em que os procedimentos buscam mais dar respostas do que lançar perguntas que *a priori* só se conhecem com o desenvolver da própria pesquisa, é criticada por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), em *Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*.

mantenha vigilante para evitar o fechamento *a priori* da pesquisa, a reprodução sem o devido tratamento de falsas revelações que os discursos façam ou o uso indevido de definições imprecisas ou de metáforas. A construção do problema faz parte do postulado teórico¹⁰⁷, os conceitos a serem constituídos devem seguir uma lógica sistêmica, unindo teoria e experimentação, conservando uma relação coerente entre as contradições da dinâmica do objeto e o modelo teórico explicativo da realidade.

A análise teórica das relações entre os agentes e o objeto parte da constatação da existência não abstrata do “ser”, mas de um “ser social” concreto, objetivado pela ação cotidiana do senso prático do mundo em que o agente está inserido. A análise faz-se pela objetivação do jogo social nas ações de quem está inserido no jogo, o agente empírico. Pela análise das relações sociais, busca-se explicar a interação entre a construção cognitiva da experiência prática (*habitus* e técnica) e as questões objetivas da vida cotidiana (estruturas). O agente, como ser social, é levado a agir pelo conhecimento relacional adquirido por meio de um senso prático, ou seja, a motivação das ações é resultado tanto da incorporação das estruturas sociais (objetivas), como das esperanças e antecipações (subjetivas).

Pelas relações sociais, reúnem-se a estrutura estruturante e a estrutura estruturada, a interpretação do local e a interpretação do global, fazendo com que a dinâmica epistemológica tenha um duplo movimento em um único ato: resgatar a subjetividade objetiva, em que o agente é desligado das estatísticas; considerar a objetividade subjetiva, recuperando, assim, o social no indivíduo. A ação do agente deve ser analisada por essa dualidade de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade, unindo o que a razão escolástica separou, o corpo e a mente - como elementos indissociáveis de uma percepção do senso prático da vida cotidiana do agente (BOURDIEU, 2011c).

Pelos procedimentos metodológicos que se entrelaçam com a teoria ao longo da pesquisa, busca-se captar a relação entre a estrutura estruturada do espaço-lugar e o conjunto de eventos que resultam das ações estruturantes. A diversidade das relações entre os agentes reflete-se na especificidade da interpretação cognitiva, influenciada pela formação distinta dos agentes, pelo *habitus* diferenciados; pelas diferentes posições e os papéis que desempenham nas esferas social e produtiva. Para conseguir aproximar o fato social e a realidade que estão

¹⁰⁷ A problematização da realidade faz parte do quadro teórico. Segundo Bourdieu, o problema de pesquisa deve pertencer a uma teoria, com estatuto próprio, com conformação sistêmica, com categorias analíticas constituídas. Não se pode utilizá-lo de forma fragmentada, ou parcial, pois tem uma coerência epistemológica e metodológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

inseridos, a análise da interpretação dos dados deve considerar as causas estruturais e as posições subjetivas dos agentes, objetivando-as no seu contexto histórico e espacial.

5.2 O método hipotético-dedutivo: do concreto ao concreto pensado

A presente pesquisa afasta-se do procedimento positivista de Comte, em que a amostra é uma forma espontânea de uma parte do todo. O empírico, pela teoria do conhecimento social aqui construída, é percebido como um recorte da realidade apreendida por uma interpretação teórica. Assim, a análise busca sua validação pela interface metodológica com a teoria, não se trata de uma mera abordagem passiva da empiria¹⁰⁸. A construção da realidade não ocorre somente pela descrição do objeto, mas por meio de uma análise estrutural das relações sociais alvo da problematização da pesquisa, que, por sua vez, está ancorada em uma base epistemológica¹⁰⁹. O que vai ser testado empiricamente não é um conjunto de dados, nem um modelo explicativo isolado, mas um referencial interpretativo de conceitos relacionais (sistema de disposições, sistema de objetos, governanças institucionais, espaço-lugar, trajetórias tecnológicas etc.) que se evidenciam pela coerência entre o modelo teórico e a explicação da realidade. A opção em interpretar a realidade, em um primeiro momento por abordagem concreta e em seguida transformando-a em concreto pensado se efetiva com a aplicação do método hipotético dedutivo.

Segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), uma abordagem hipotético-dedutiva¹¹⁰, na qual o modelo teórico, a hipótese e as variáveis são definidos previamente. Mesmo que a pesquisa obtenha um entendimento prévio do objeto por meio da construção

¹⁰⁸ A análise do fato social aplica os conceitos previamente elaborados. O trabalho científico, porém, não é uma operação linear, a problemática pode vir a ser alterada; a hipótese, modificada; e as variáveis, reconsideradas, pela confrontação da base empírica com a teoria.

¹⁰⁹ Faz-se aqui um esforço teórico para assumir uma diferenciação metodológica, uma posição crítica às correntes estruturalistas, como a de Lévi-Strauss, que tem como referência a descrição e a universalização. Também é uma tentativa de afastar-se do pensamento objetivista marxista – em que os indivíduos são determinados pelas estruturas –, das correntes subjetivistas – cujo foco é o sujeito do fato social – e ainda do individualismo metodológico – que considera os fatos sociais como mero resultado de escolhas individuais.

¹¹⁰ Antes de apresentar a metodologia adotada neste estudo, faço aqui uma consideração preliminar. Embora seja possível identificar no método de pesquisa de Bourdieu um “protocolo” de investigação, pela referência feita ao processo empírico na análise, no meu entendimento, Bourdieu propõe outro percurso epistemológico. O empírico não se limita a uma abordagem a ser testada, como nas ciências naturais, há uma interação entre a teoria e a realidade, conforme as considerações tecidas em *O ofício de sociólogo* (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010) e em *O senso prático* (BOURDIEU, 2011c), e em diversas outras obras. Acreditamos que Bourdieu ao utilizar o processo dialético - relação tese e antítese - entre o real e a teoria, o seu método sai “do racional para o real”, e não o inverso, do “real para o geral”, como na linha estruturalista de Durkheim.

teórica, mas, em um segundo momento da investigação, deve confrontar a hipótese com a realidade, pela análise indutiva e pela confirmação empírica. Contrariamente à tradição dos modelos clássicos (hipotético-dedutivos), admite-se a possibilidade de que os dados empíricos terem uma relativa autonomia na dinâmica da investigação, não sendo meros receptores passivos de uma validação teórica, reconhecendo-se neles a capacidade de intervir e de mudar a estrutura da pesquisa¹¹¹.

Como parte do método hipotético-dedutivo aqui proposto, a pesquisa construirá um modelo teórico que integre a elaboração epistemológica ao método de experimentação. A percepção prévia da dinâmica da realidade influencia desde a formação do objeto de estudo, originado pela condensação de elementos dispersos em eventos, que são organizados coerentemente em fatos sociais, formando, assim, uma noção preliminar do recorte social que será interpretado. Dessa forma, objetiva-se aproximar a macroteoria dos conceitos elaborados para delimitar e explicar os fatos sociais a serem estudados.

As explicações sobre a realidade devem manter a coerência com um quadro teórico (epistemológico e metodológico) capaz de elucidar a diversidade das relações sociais, tanto pela objetivação de sua objetividade, como pela objetividade da subjetividade.

Parte-se do entendimento de que a estrutura e o seu funcionamento são delimitados por uma dinâmica espacial que se revela pelos esquemas práticos do pensamento, da percepção e da ação, inscritos nas estruturas sociais e nas estruturas cognitivas dos agentes¹¹². Portanto o modelo teórico deve abordar o espaço em uma dupla dimensão: as disposições do agente e os objetos propriamente ditos. Esses dois conceitos sistêmicos interagem na caracterização e explicação do fato social, como representações complementares das relações sociais e das estruturas.

Como não há experimentação válida sem teoria, assim como não existe análise teórica sem base empírica, o modelo teórico hipotético-dedutivo, aqui proposto, procura, por meio de uma constante vigilância epistemológica, diferenciar-se do dogmatismo teórico que abriga seus estudos sob o guarda-chuva dos metadiscursos - através de razões proféticas ou programáticas que têm em si mesmo o seu próprio fim e que nascem e vivem da confrontação

¹¹¹ Dessa forma, a pesquisa consegue refinar o método hipotético-dedutivo tradicional que, em geral, se fecha em relações simplistas de causa e efeito, para construir simultaneamente o estudo empírico e a conformação teórica, ambos interagindo gradualmente, concretizando-se como um sistema de conhecimento (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

¹¹² Trata-se de não reduzir a questão ao embate do capital *versus* trabalho, mas de examinar o funcionamento do espaço, que é ao mesmo tempo econômico, social e cultural como um todo, envolvendo agentes, suas representações simbólicas, e as estruturas sociais.

com outras teorias - para elaborar uma teoria do conhecimento social que se apresenta como um programa de análise dos dados construídos pela pesquisa empírica, simultaneamente, utilizando o pensamento teórico. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

A investigação é, pois, orientada pelo quadro referencial dos conceitos teóricos com a delimitação prévia do objeto e do espaço-lugar que será analisado – a escolha inicial é livre, feita pelo próprio pesquisador, pois se trata de um recorte analítico do objeto¹¹³. A presente opção metodológica¹¹⁴ é ir além da indicação do objeto como aparência, é buscar a sua essência, como fato social, identificando as relações sociais que o compõem¹¹⁵. Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento é algo conquistado, a interpretação do objeto deixa de ser um processo descritivo, para ser uma realidade dinâmica constituída pelas relações entre os agentes, conhecida por meio de eventos. Decerto que em cada realidade ocorrem inúmeros eventos de forma simultânea, apresentando-se como elementos sociais dispersos. Para serem analisados, é preciso que sejam organizados, construídos como fato social.

Dessa forma, o quadro teórico do conhecimento social parte da análise que o objeto (a realidade a ser estudada) é percebido enquanto fato social objetivado, em que pelo método hipotético-dedutivo, o *ser*, ao ser caracterizado como *ser social* (objetivado), faz com que o objeto ganhe, pelas relações sociais, a natureza de objeto social (concreto) a ser submetido a uma formulação epistemológica, validada empiricamente, e retorna como objeto teórico (concreto pensado). O fato social é ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo. Com base nos postulados da dialética marxista, podem-se identificar as mesmas características de categorias utilizadas por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), a chamada epistemologia do racionalismo aplicado¹¹⁶, em que o objeto é compreendido por dentro do fato social.

O objeto de estudo deve ser analisado dentro do fato social que lhe deu origem, que no processo investigativo, simultaneamente, é conquistado, construído e constatado.

¹¹³ No presente estudo, escolheu-se como fato social a expansão do dendê na Amazônia, objetivado na particularidade de um recorte espacial, o Vale do Acará, Pará.

¹¹⁴ Bourdieu aborda a questão do pesquisador e sua relação com a construção epistemológica, o objeto de estudo é conquistado, paulatinamente revelado pela pesquisa, contra a ilusão de um saber imediato. Essa ruptura com noções prévias, que se baseiam em representações esquemáticas e sumárias, é tratada na primeira parte do livro *Ofício de sociólogo* (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 23-44).

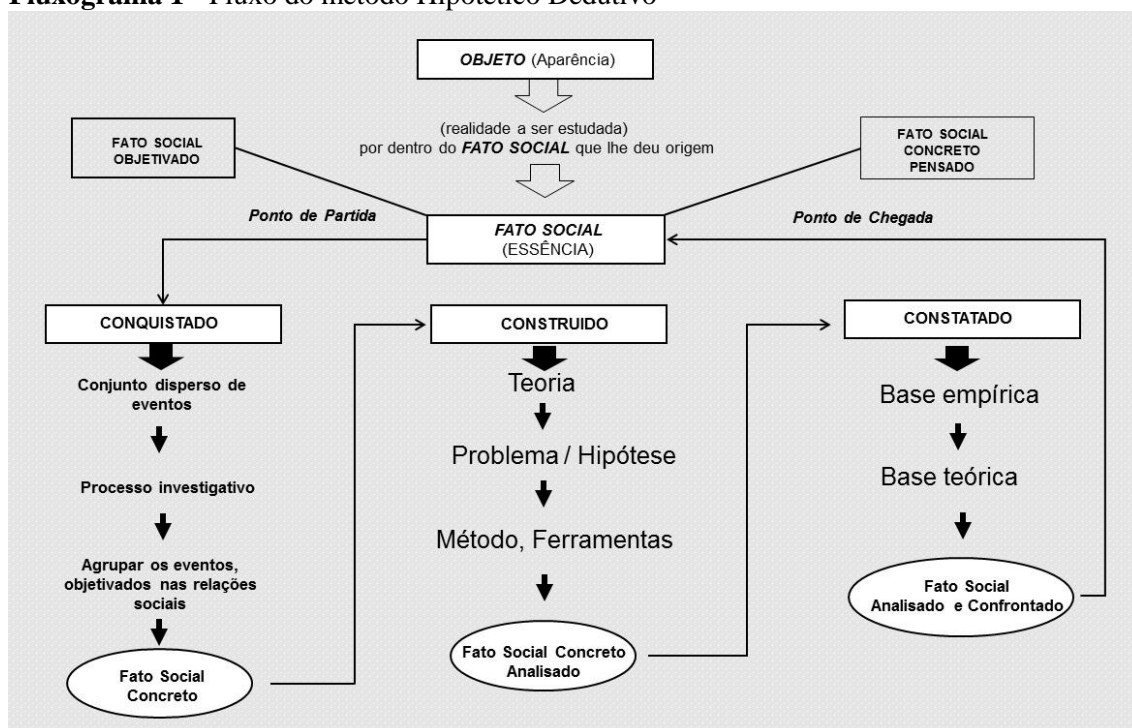
¹¹⁵ A interpretação do objeto de pesquisa deve buscar ir além de uma mera representação descritiva dos efeitos advindos do fenômeno, pois é insatisfatório para explicar a diversidade da realidade.

¹¹⁶ O “racionalismo aplicado” é abordado no livro *Ofício de sociólogo*. Há uma estreita relação entre os atos epistemológicos a serem seguidos: o objeto é conquistado, construído e constatado (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 73-86).

(BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 23-86). Enquanto método hipotético-dedutivo, a realidade a ser estudada (objeto) é percebida como fato social objetivado pelas relações sociais que lhe deram origem. Ao proceder à diferenciação e delimitação das relações que o compõem, desta forma, o fato social é conquistado, construído e constatado.

O fato social é conquistado, pois não há como absorvê-lo pela ilusão do saber imediato. O fato social necessariamente é conhecido e reconhecido pelo processo investigativo. O fato social é construído¹¹⁷, na medida em que ganha validade pela teoria (elaboração mental) e vale o que vale pela capacidade que a teoria tem de explicá-lo. Assim, o fato social não existe por si só, existe pela sua interação com a teoria. O fato social é constatado quando, defrontado com a realidade empírica, é analisado se sua explicação como elemento social é coerente. E retorna ao ponto inicial da investigação, agora como fato social concreto pensado (Fluxograma 1).

Fluxograma 1 - Fluxo do método Hipotético Dedutivo



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

¹¹⁷ Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 44-72), ao defenderem que o fato social é construído, afastam-se das análises do realismo ingênuo weberiano e também do empirismo determinístico das correntes estruturalistas.

5.3 O fato social: a interface entre a teoria e a realidade

A teoria não explica a si mesma, a teoria explica a realidade. O que remete a teoria – para explicar a realidade – analisar e decifrar o objeto, através das relações sociais, pelo fato social que o compõe, como representação da dinâmica da organização espacial.

O fato social é um elo explicativo entre a teoria e a realidade. O pesquisador estabelece relações entre a teoria e o fato social. Aquando da observação e da experimentação, os eventos - organizados, agrupados hierarquicamente - são delimitados como fato, fato este, que é socialmente construído, o que faz com que a construção do objeto não se reduza a uma leitura literal do real.

Por sua vez o fato social não é abstrato, é objetivado pela ação dos agentes, em um espaço concreto no qual o fato social está inserido. A ação que efetiva o fato social advém da decisão de agir do agente a partir de uma interpretação subjetiva - sobre o sentido prático em um determinado contexto objetivo – da conformação das relações sociais. Portanto o que se torna inicialmente aparente não é a forma subjetiva da estrutura cognitiva, mas a repercussão desta no espaço-lugar, objetivado pela ação do agente. A percepção do fato social deve ser analisada como um processo social “vivido”, como um movimento de transformação continuada, que tem na ação a síntese da interação deste conjunto de variáveis; a objetividade do subjetivo das decisões e representações simbólicas; a objetividade da objetivação das estruturas em que está inserido.

O fato social, ao ser observado, é pelos valores de quem o observa, pela percepção do observador. Esta é a primeira constatação a ser feita sobre a análise do fato social, não se pode ignorar a singularidade das ciências humanas: a apreensão do fato social é algo sistêmico, que abrange a percepção dos agentes que estão envolvidos na pesquisa, inclusive a do próprio pesquisador¹¹⁸. O recorte do objeto e a própria problematização da pesquisa têm uma relação com quem faz a análise. Esse pressuposto relacional da análise está presente na escolha dos fatos sociais a serem pesquisados, na forma como as informações são coletadas e até na sua interpretação, pois “não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas

¹¹⁸ A forma como são construídos os fatos sociais é determinante para o sucesso da pesquisa. Segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), é importante que o pesquisador evite o risco do empirismo de cair na armadilha de conhecer o fato social só pela expressão dos atores e das testemunhas. A posição dos agentes, se não qualificada, limita a pesquisa a uma análise descritiva, e o entendimento dos fatos sociais a relatos fenomenológicos, cujas caracterizações tendem a ser representações do pensamento dominante, reproduzidos pelo agente (indivíduo ou organizações), até mesmo de forma inconsciente. O empírico pode ser distorcido pelo *habitus* não só do agente, mas também do próprio pesquisador.

neutras” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 55). Logo, as próprias interrogações devem ser submetidas a uma dúvida sociológica.

A teoria do conhecimento social no âmbito do pensamento bourdieuano pressupõe, antes de tudo, que o fato social deve ser analisado, inicialmente, a partir de uma reflexão específica sobre a relação social que o constitui. Mas como o fato social se estabelece?

Dentro da análise sociológica tem variados matizes sobre a formação do fato social. A racionalidade weberiana dava uma abordagem ampla da subjetividade do agente, o sentido cultural como elemento motivador das ações humanas. Na visão materialista marxista, as relações da produção social estabelecem-se por determinações entre agentes, embora não dependa da vontade específica dos indivíduos. Na posição mais contundente, a de Durkheim, os fatos sociais não se subordinariam à arbitrariedade individual, o que o levou a tratá-los (os fatos sociais) como coisas. Até a posição mais extrema das correntes sociológicas ressalta o fato social como resultado relacional. Durkheim (2001) emprega a expressão “como se fosse” no segundo prefácio da sua obra *As regras do método sociológico*¹¹⁹: ele reconhece os fatos sociais como forma estrutural da sociedade, mas fruto das relações entre indivíduos. Portanto todos os autores clássicos da sociologia reconhecem nos fatos sociais formas constitutivas próprias. Daí uma segunda constatação sociológica sobre o fato social:

as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou “motivações” porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 28).

A proposta metodológica, aqui apresentada, busca ir além de uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo explicar as ações práticas dos atores sociais, localizadas no tempo e nas relações dentro do espaço concreto (lugar). Muitas das questões a serem analisadas não são explicadas somente pela regularidade das ações ocorridas nos fatos sociais, mas também podem ser explicadas pela não frequência, ou seja, a ausência da ação que só é compreendida pelo cruzamento de variáveis subjetivas e objetivas, que relacionam, em um dado contexto histórico e em um espaço delimitado, as estruturas sociais e a decisão do agente de não praticar a ação, por exemplo. No outro extremo há eventos que são identificados somente em

¹¹⁹ O fato social seria uma expressão relacional entre indivíduos dentro de uma forma estrutural da sociedade, o papel da sociologia não seria analisá-lo não pela ótica psíquica, mas tratá-lo assim como as coisas, só “consegue compreender na condição de sair de si próprio, por via de observações e de experimentações, das características mais exteriores e mais acessíveis às menos visíveis e às mais profundas”. Durkheim (2001, p.17).

momentos de grandes transformações, por resultarem em grandes mudanças, a conformação de um novo fato social.

Para garantir esta interface entre a teoria e a realidade, pela construção de uma interconexão do fato social e a experimentação, segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), são necessários três princípios que a pesquisa deve observar: a) a capacidade de vigilância epistemológica; b) as ferramentas técnicas do método coerentes com a teoria e o que se busca investigar; c) os esquemas teóricos com capacidade explicativa.

5.4 A vigilância epistemológica na teoria do conhecimento social

A relação da epistemologia com a metodologia não se limita à lógica da prova:

Diferentemente da tradição que se limita à lógica da prova, não consentindo por princípio entrar nos arcanos da invenção e que, assim, fica condenada a oscilar entre uma retórica da exposição formal e uma psicologia literária da descoberta, gostaríamos de fornecer os meios de adquirir uma disposição mental que é a condição, tanto da invenção quanto da prova (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 15).

Bourdieu; Chamboredon e Passeron (2010) rompem com as correntes tradicionais que fazem com que a metodologia seja submissa a um programa conceitual que exclui da pesquisa a reflexão sobre si mesma como condição de existência. A vigilância epistemologia se traduz na possibilidade de verificar a coerência da metodologia e a teoria do conhecimento referenciada.

O conhecimento das ferramentas técnicas do método por si só não é condição suficiente para definir como correto um procedimento metodológico a ser aplicado na organização dos dados (captura e análise) para explicitar o conteúdo do objeto. Para conceber uma metodologia das ciências da humanidade, distinta da ciência da natureza, que os seguidores do positivismo sociológico esforçam-se por imitar, os fatos sociais devem ser tratados em sua diversidade, como diferentes relações sociais que são sínteses de formas objetivas e subjetivas, que não são redutíveis aos métodos rigorosos da ciência natural. Os fatos sociais não podem ser definidos pela percepção externa do pesquisador; devem ser definidos a partir da interação entre sistemas de disposições do pesquisador e o objeto pesquisado. Daí a necessidade de uma vigilância crítica subjetivista da objetividade.

É preciso superar a tentação de indicar o que é verdadeiro ou o que é falso, para tentar alcançar um conhecimento mais verdadeiro e analisar os eventos concretos e sua relação na atividade científica. Neste sentido, para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), manter

uma vigilância epistemológica significa submeter a prática científica à sua própria reflexão, o que faz com que a análise científica seja um processo contínuo de se (re)fazer.

A manutenção constante de uma vigilância epistemológica é um dos princípios da teoria do conhecimento social, a fim de garantir que a análise dos fatos sociais mantenha, simultaneamente, a coerência teórica e a fidelidade ao real, rompendo com as oscilações das correntes sociológicas tradicionais¹²⁰, que oscilam “entre a ‘teoria social’ sem fundamentos empíricos e a empiria sem orientação teórica, entre a temeridade sem riscos do intuicionismo e a minúcia sem exigências do positivismo” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 86).

As análises empíricas acabam tornando-se rituais normativos - valorando mais os cálculos de inconformidades - para legitimar “cientificamente” a pesquisa, do que investigar se os procedimentos a serem utilizados fornecerão informações capazes de explicar a realidade. Assim, a tendência de concentrar a atenção da pesquisa nos controles formais dos processos e nos conceitos operatórios da análise pode ter como consequência o esvaziamento da reflexão sobre as condições teóricas prévias. O questionamento da própria utilização do método, acaba ficando em segundo plano, não procurando demonstrar como as ferramentas técnicas de coleta de dados interligam-se com a teoria. “A simples referência à prova experimental não passa de uma tautologia, enquanto não for acompanhada por uma explicação dos pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 22).

Portanto as relações sociais são mais do que caracterizações de indivíduos. Não é possível transformar as relações objetivas e reduzi-las às representações de uma relação pessoal de indivíduo a indivíduo. A formação epistemológica das ciências humanas deve buscar a vigilância para preservar uma teoria do conhecimento social, em que a descrição da

¹²⁰ Nos anos 50, a tentativa de conciliar a pesquisa empírica com a teoria levou a sociologia tradicional a queimar etapas na pesquisa. Para obter o reconhecimento científico perante a comunidade acadêmica, a pesquisa sociológica organizou-se em etapas, adotando o uso constante de técnicas estatísticas, como os cálculos matriciais ou grafos. A análise sociológica mundial é influenciada pela escola americana, que altera o conteúdo e a forma da pesquisa, em especial a apresentação dos resultados das pesquisas. Com a divisão técnica da organização profissional do sociólogo, a produção sociológica fragmentou-se em pequenas monografias empíricas ou publicações de *text books*, tendo em vista a concorrência acadêmica nas organizações universitárias. A esses fatos, soma-se a profissionalização da pesquisa, que passa a impor uma procedência, como nas ciências da natureza. “Vê-se que tudo leva a favorecer a dicotomia entre empirismo cego e a teoria sem controle, a magia formalista e o ritual dos atos subalternos da pesquisa. [...] Vê-se que pode ser útil tratar, por decisão de método, as profissões de fé epistemológicas como se fossem ideologias profissionais que visam, em última análise, justificar não tanto a ciência, mas o pesquisador; não tanto a prática real, mas os limites impostos à prática pela posição e passado do pesquisador.” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 90-91).

subjetividade seja objetivada. Objetivar a subjetividade significa dizer que a subjetividade deva ser percebida pela interiorização da objetividade em que os fatos sociais estão inseridos. O que leva a concluir que a explicação do fato social deve levar em conta tanto a formação subjetiva dos agentes, como também as relações objetivas nas quais eles estão envolvidos:

[Cabe à sociologia construir] o sistema de relações sociais que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas (BOURDIEU, 1965, p. 18-20 apud BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 29).

A abordagem epistemológica envolve a interação sistêmica das subjetividades do agente com as objetividades da estrutura, o que significa que as formações metodológicas não podem ser eternizadas, o social deve ser explicado pelo social.

Não se deve buscar a verdade nos dados que ressaltam as diferenças e semelhanças que mostram o homem social em uma universalidade. Com efeito, a sedução da explicação genérica leva a criar associações com os modelos preestabelecidos numa dada corrente de pensamento ou a transferir esquemas explicativos válidos no plano global para o plano de pequenos grupos, ou vice-versa. Da mesma forma, não se deve negar a capacidade interpretativa da teoria social para entender o fato social analisado. “Sem dúvida, o rigor científico não nos obriga a renunciar a todos os esquemas analógicos de explicação ou compreensão” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 35).

Elaborar uma teoria social do conhecimento significa construir uma identidade epistemológica que tenha capacidade de explicar os fatos sociais, em vez de adotar, de forma ingênua, os gestos metodológicos da prática de outras ciências¹²¹. O desafio de uma teoria do conhecimento é ir além das teorias sociológicas tradicionais que se fazem representar por um conjunto de leis experimentais que tentam justificar as contradições, as incoerências ou as lacunas das relações sociais. O sistema metodológico da representação sociológica positivista só alcança os fatos sociais por generalidades, por meio de padrões, ou explicando o fato não explicável pelo padrão estabelecido, como algo fora da curva, portando algo a ser desconsiderado na pesquisa.

¹²¹ Bachelar, segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 36), mostra que “a máquina de costura só foi inventada quando as pessoas deixaram de imitar os gestos da costureira”. A sociologia deveria inspirar-se em uma justa representação da epistemologia das ciências naturais para verificar se está construindo verdadeiramente sua própria forma teórica de experimentação – a sua máquina de costura (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 36).

A realidade, como produto do pensamento, deve ser concebida como um concreto pensado. Os fatos sociais são construídos por uma lógica mental e tornam-se fatos científicos. A capacidade elucidativa da realidade relaciona-se, assim, com os pressupostos teóricos, tanto para o conhecimento e a explicação do objeto em si, quanto para o tratamento que lhe é dispensado pelo método utilizado para adquirir o seu reconhecimento. Portanto, para reconhecer e analisar o fato social, o objeto científico deve ser consciente e metodicamente construído.

A teoria social do conhecimento está presente nos diversos momentos da pesquisa, desde a explicação da realidade até as formas mais implícitas, como a escolha das técnicas a que serão submetidos os dados relacionados ao objeto. Há sempre uma referência à significação epistemológica e à sua coerência teórica em todos os procedimentos adotados. Nesse sentido, os fatos sociais são examinados em um arcabouço epistemológico capaz de correlacioná-los com a realidade em que estão inseridos.

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 48).

Deve haver, necessariamente, uma coerência entre a construção do objeto de estudo e a teoria social do conhecimento e a metodologia aplicada. O uso de diferentes métodos e técnicas pode contribuir para o conhecimento e o reconhecimento dos fatos sociais, contanto que seja examinada a validade em cada caso. A metodologia deve buscar a renovação constante do método para que abarque os aspectos qualitativos e quantitativos que influem na formação dos fatos sociais. Esses procedimentos de tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas, pois toda taxinomia implica necessariamente escolhas em função de uma teoria (explícita ou implícita).

A interação entre o modelo teórico e a realidade possibilita tratar as diferentes formas sociais que se relacionam com outras tantas variáveis, que só se revelam quando se aborda o recorte do objeto e o sistema em sua totalidade. Logo a relação entre a epistemologia e a metodologia usada para (re)conhecer o objeto é dinâmica, determinadas propriedades e relações vão aparecendo no decorrer do trabalho de análise. As características que definem uma construção teórica:

forneem o princípio de indagações e questionamentos indefinidamente renováveis; como realizações sistemáticas de um sistema de relações verificadas ou a serem verificadas, obrigam a proceder a uma verificação

que, por si mesma, só pode ser sistemática; como produtos conscientes de um distanciamento em relação à realidade, voltam sempre à realidade e permitem medir em relação com essa realidade as propriedades que, em virtude unicamente de sua irrealidade, acabam sendo colocadas em completa evidência, por dedução. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON 2010, p. 72).

Dissociar os atos epistemológicos e sua representação teórica dos métodos e técnicas do tratamento das informações cria fases sucessivas, como se fossem momentos distintos entre si, separando o ciclo teórico (problematização, hipótese) do ciclo experimental (empírico), em que a integração seria realizada por força de uma hierarquia do primeiro em relação ao segundo. A separação da análise em etapas teóricas e empíricas pode aumentar o risco de engessar a pesquisa em uma dialética escolástica (hegeliana), em que o procedimento mental reduz-se a uma percepção idealista.

O fato social é questionado e, a partir da hipótese, é recolocado como fato social revelado, e a relação empírica restringe a confirmá-lo, ou não, como verdadeiro. Isso faz com que toda a movimentação conceitual fique restrita à elaboração no campo das ideias. “A dialética do procedimento científico não poderia ser reduzida a uma alternância, mesmo reiterada, de operações independentes, na medida em que a verificação é posterior à hipótese, limitando-se a manter com ela relações de confronto” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 78-79).

Não há como querer observar a relação empírica como uma força probatória desconexa, como se houvesse uma “hipótese *ad hoc*”, que se fundaria em justificativas de sínteses vazias, “procurar, em uma caricatura da prova experimental, a prova de sua aptidão para fornecer provas” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 85). A análise científica deve estar vinculada a um conjunto teórico, portanto o processo investigativo não deve tratar as hipóteses como isoladas, mas deve reuni-las em uma teoria sistêmica do real, coerente com as proposições estabelecidas e a explicação do objeto.

5.5 O espaço objetivado pelo lugar como método

O fato social não é algo abstrato, para ser analisado como concreto deve necessariamente objetivar-se em um momento delimitado e em um espaço específico. Ao contrário da visão idealista, a análise do objeto como concreto pensado faz toda a operação da pesquisa ter como referência a dialética totalizante entre a teoria (razão) e a verificação

(experiência). As representações advindas do fato social só conseguem ser conquistadas, construídas e constatadas quando percebidas na objetivação do espaço onde se realizam. O espaço objetivado apresenta-se como síntese dos movimentos endógenos e exógenos das relações sociais.

O espaço é o elemento de ligação entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, onde as relações sociais se efetivam. O que faz do espaço o método de análise para concretizar a interface do fato social como elo entre teoria e realidade.

Portanto a percepção do espaço como método¹²² objetivante resgata a coerência teórica do conhecimento social em evitar explicações da realidade por via de sínteses universalizantes. O fato social, quando não contextualizado histórico e espacialmente¹²³, apresenta-se como um procedimento escolástico que o reduz a uma percepção idealista. O espaço como ferramenta metodológica garante meios para a qualificação dos agentes (objetiva a subjetividade); para objetivar socialmente os processos técnicos; e objetivar as disputas de capital simbólico nas representações de governança institucional. A opção de tratar o lugar como síntese espacial, o espaço-lugar é entendido como totalidade que através da análise possibilita paralelamente dividi-los em partes, compreender a dinâmica de seus movimentos, e ao seu término retornar ao todo. A construção e reconstrução desse todo resgata a vigilância do método hipotético-dedutivo na objetivação das relações sociais.

O espaço como método assume um papel determinante na compreensão dos fatos sociais. A ação transformadora dos recursos – naturais, financeiros, conhecimentos, mão de obra, entre outros – não pode ser analisada por meio de conceitos separados. Milton Santos (2012a) ressalta que produtos, inovações, populações e dinheiro, embora possam parecer concretos, são abstrações fora de sua referência espacial (social e historicamente apropriados), só se tornam uma realidade concreta quando se manifestam no lugar onde se efetivam. “Por isso a formação socioespacial, e não o modo de produção, constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país” (SANTOS, 2012a, p. 132).

¹²² O espaço como método é apresentado nos postulados de Milton Santos (2012 a)

¹²³ Como exemplo pode-se citar o presente estudo sobre a expansão do dendê. Decerto que no mesmo período este mesmo avanço no plantio aconteceu na Ásia, África e América Central, que também é certo que se pode identificar características bem similares entre eles (padrões tecnológicos idênticos, motivação econômica advinda pela forte demanda mundial, etc) mas ao resumir as explicações em macro contextos, a realidade é só parcialmente compreendida, e deixa de ser válida, quando não reconhece a diversidade estrutural e as diferenças entre os distintos espaços onde se instalam o plantio do dendê no mundo. O que faz do espaço elemento metodológico fundamental na objetivação do concreto.

A difusão (social) da técnica como propulsor da vida social está necessariamente relacionada ao processo de diferenciação espacial. Portanto cada momento e cada espaço são atributos individuais que, ao se relacionarem, constituem movimentos específicos que fazem com que o lugar seja resultante do movimento concreto das relações sociais objetivadas no tempo e no espaço. Logo o espaço-lugar não é uma história de sucessivos encadeamentos de divisões de trabalho; é preciso reconhecer que é o espaço, na sua dualidade, onde ocorrem uma sobreposição de diferentes formas de organização social do trabalho.

Só faz sentido analisar a formação social por meio da divisão social do trabalho à luz de um conceito amplo que, além de considerar a distribuição do trabalho vivo, abarque o trabalho morto, compreendido como um meio construído artificialmente, e também as propriedades naturais do lugar. Em especial, os fatores naturais deixam de ser algo que deve ser dominado, para ser um elemento determinante na análise da composição da formação social. Portanto o espaço não pode ser um conceito geral; deve ser analisado a partir do lugar.

A chegada das novas técnicas¹²⁴ não exclui necessariamente as anteriores. Ocorrem combinações sociais dentro de uma mesma temporalidade. O tempo é uma realidade abstrata que ganha concretude na vida ativa, por intermédio dos agentes, em suas diversas formas de relações sociais. Ainda que na atualidade, em todos os lugares, predomine o tempo do capitalismo monopolista, não necessariamente exclui a relação de outros tempos que se baseiam em diferentes objetivos na reprodução social. O processo de produção dominante busca impor ao pensamento social o seu padrão de tempo externo, para que abranja todos os espaços; mas não é por si um tempo absoluto, existem outros tempos internos não capitalistas dos lugares. Portanto o tempo da divisão do trabalho está relacionado à sua estrutura, pela participação da técnica (conhecimento tangível e intangível), mas também aos fatores sociais ligados aos lugares e aos *habitus*. Técnicas e fatores sociais influenciam as ações dos agentes, as relações sociais e a requalificação do espaço e são por elas influenciados.

Dessa forma, a definição do espaço na sociologia implica necessariamente a identificação das relações sociais (objetivas e subjetivas) e da interação com os agentes no espaço em que estão inseridos. Os agentes, por sua vez, estão relacionados com os seus

¹²⁴ Em especial, a partir de meados do século passado, após a Segunda Guerra, a sociedade mundial assistiu a profundas mudanças nas estruturas produtivas e nas relações de produção. Antes era o “natural” que dominava o “social”, no atual estágio da modernidade, isso se inverte. Graças às novas formas técnicas, a relação social cada vez mais ganha relevância, o artificial tende a dominar todas as fases da produção material e simbólica. O sistema de objetos assume um caráter de realidade social concreta, objetivada pelas ações dos agentes.

sistemas de disposições e de objetos, em um ambiente institucional, em um momento dado, como síntese de um espaço apropriado física e socialmente.

O espaço deixa de ser um espaço abstrato, para ser um espaço-lugar concreto, palco de relações de trajetórias tecnológicas com interesses conflituosos que se objetivam na realização da ação prática dos agentes. Trata-se de uma realidade objetivada, historicamente constituída e modificada pela disputa de forças pelos agentes que alteram o espaço-lugar enquanto unidade entre a ação e a estrutura, estabelecendo uma interação entre o espaço social e o espaço físico.

Optar pelo espaço-lugar como método de análise do objeto da pesquisa implica considerar o espaço como representação de uma dualidade social concreta. O espaço-lugar não é uma simples referência de circunscrição geográfica como parte de um todo. O fato social é analisado em sua diversidade, como representação objetivada espacialmente, através do espaço-lugar. O lugar é a síntese espacial que contém em si diversas determinações da realidade. Para chegar ao concreto, ao contrário do que foi indicado pelas principais correntes positivistas¹²⁵, inicia-se a investigação, utilizando os conceitos mais gerais, porque eles contêm menos determinações; à medida que a investigação prossegue, outros conceitos permitem explicar a realidade com maior riqueza. Assim, por um processo dedutivo, que começa pelas determinações mais simples até chegar à rica diversidade da realidade e de suas relações diversas, o todo é apreendido pelo movimento das partes.

O espaço-lugar ganha relevância enquanto referência metodológica que possibilita objetivar a conquista, a construção e a constatação do fato social como elemento concreto, fazendo com que ele (fato social) seja ao mesmo tempo o início e ponto de chegada (como concreto pensado).

Tendo apresentado o espaço como base do método da análise do fato social, antes de avançar na definição sobre os procedimentos metodológicos, cabe algumas observações sobre o porquê da opção pelo espaço objetivado pelo lugar (espaço-lugar) como categoria metodológica a ser utilizada, ao invés de enveredar por referências derivadas dentro do

¹²⁵ A formulação filosófica do concreto pensado (MARX, 2010; MARX; ENGELS, 2007) distancia-se da lógica positivista. A epistemologia da lógica formal, para criar padrões universais, busca suprimir as diferenças, ao isolar as características gerais do objeto, separando-as dos outros elementos específicos que o constituem. Para tanto, vê na parte o elemento para chegar ao abstrato, que leva a investigação a concentrar-se na menor parte que caracteriza o objeto para conceituar à totalidade, na medida em que, segundo a lógica formal, as partes constituem o todo. Essa identificação abstrata, por um processo indutivo, é tratada como uma determinação material que age como força interpretativa da realidade. Dessa forma, a visão escolástica da teoria do conhecimento de Kant e Comte desprezam a diversidade do concreto, criando uma representação abstrata e universalizante da realidade.

próprio “Campo Social”, de Bourdieu, como por exemplo, o campo econômico, político, e etc.

O Campo Social como método, a realidade é analisada à luz de um olhar específico, o fato social é circunscrito a um recorte da realidade: “a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto” (BOURDIEU, 2001, p. 120). Cada campo, por perceber o mundo social de modo diferente, impõe um enfoque determinado à análise. Já quando a realidade é analisada a partir de um espaço-lugar, tem como referência o fato social total, por dentro de recorte espacial físico e socialmente objetivado pelas ações, que acontecem em um determinado momento histórico, enquanto *locus* de pesquisa. Portanto, busca-se não criar um objeto particular a partir de recorte de um Campo Social específico, mas identificar como as relações sociais interferem no objeto social (fato social)¹²⁶ a ser analisado, e vice-versa.

Além do que, ainda, sob o aspecto metodológico, a realidade a ser pesquisada é referenciada a partir de uma compreensão espacial, o uso do espaço-lugar, a área de abrangência da pesquisa pode ser delimitada pela percepção arbitral do pesquisador. O que não seria possível pelo Campo Social, pois o campo bourdieano tem descrição própria do seu espaço social. Não se constrói um Campo Social por uma vontade aleatória do pesquisador. Um Campo Social tem estatuto, características fundantes, qualidades demarcadas (*nomos, doxa, illusios*) e lógicas específicas de relações sociais que o delimitam socialmente. Daí a opção pelo espaço-lugar que dá a pesquisa a liberdade de construir seus próprios limites espaciais da área de estudo¹²⁷.

¹²⁶ Na presente pesquisa o fato social analisado é a expansão do dendê na Amazônia

¹²⁷ No caso desta pesquisa a área delimitada de estudo é o Vale do Acará no Pará, uma área compreendida entre as margens direita do rio Acará e esquerda do rio Capim.

5.6 Ferramentas do método: trajetórias o elemento mais abrangente

Decerto, a técnica, o habitus e as governanças institucionais são elementos epistemológicos que auxiliam a entender a dinâmica dos sistemas de disposições, de objetos e o ambiente institucional no espaço-lugar como totalidade. O espaço deixa a formação de real-abstrato que, por meio de ações, surge como espaço real (espaço-lugar). O desafio a ser superado é estabelecer ferramentas capazes de abarcar a diversidade subjetiva e objetiva do agente para analisar todas as intercessões que levam as configurações do espaço-lugar, que o faz ser específico. Ferramentas que assegurem a mesma base analítica, tanto de vetores de procedência global, como do local, possibilitando uma coerência interna e externa.

Tendo como referência o uso do espaço-lugar como base metodológica, buscou-se uma ferramenta analítica capaz de promover uma aproximação da dinâmica do espaço-lugar como totalidade que fosse capaz de simultaneamente dividi-la em partes, ao seu término, e reconstrua-a como todo. A opção recaiu nas trajetórias tecnológicas como ferramenta epistemológica, por serem o elemento mais abrangente, assume, também, a função metodológica de traduzir o fato social, pela especificidade da produção e qualificação dos agentes e suas ações, perante a dinâmica das relações sociais que se efetivam no espaço-lugar.

As ações dos agentes se objetivam por dentro de uma trajetória tecnológica. As dinâmicas das trajetórias tecnológicas reconfiguram o espaço-lugar. Desta feita, pela qualificação das trajetórias tecnológicas é possível explicitar o fato social, como síntese das interações sociais em um mesmo ambiente geográfico, histórico e socialmente constituído, onde se confrontam o local e o global; a estrutura e o agente, os desejos e as possibilidades.

Neste modelo teórico (epistemológico-metodológico) as trajetórias são o “elemento visível”, o que possibilita decompor a análise da pesquisa sobre o fato social, por um processo dedutivo lógico, passando-se do concreto ao concreto pensado. Pela caracterização das relações objetivas existentes entre os agentes e a estrutura, através da correlação entre a produção, o uso da técnica e a organização social do trabalho, cria-se elementos identificadores e delimitadores internos para reconhecer as distintas trajetórias e as relações sociais que nelas se efetivam. Ao buscar interpretar essa diversidade estrutural, por meio das trajetórias tecnológicas, faz-se a opção metodológica de construir um modelo que possibilite alcançar as dinâmicas multifatoriais existentes na sociedade, superando as limitações geradas por dados agrupados setorialmente que levam a uma análise verticalizada do espaço e das relações de produção.

A estruturação da análise pela organização produtiva parte do pressuposto de que toda produção faz parte de alguma trajetória tecnológica, o que faz dos produtos elementos analíticos para delimitação de suas trajetórias. Daí a necessidade de caracterizar os produtos e suas relações socioprodutivas classificando-os dentro de uma trajetória específica.

Tendo como referência as indicações elaboradas por Francisco Costa¹²⁸, em que a mediação entre produtos e agentes é feita, inicialmente pelas formas de organização da produção, como no caso do agrário (patronal ou camponesa). Em seguida, para qualificar estas relações produtivas que conformam as trajetórias tecnológicas, Costa busca a identificação da organização da produção, por meio da relação entre insumos e produtos e pelo uso das técnicas, como elementos que permitem compreender as dinâmicas evolutivas da diversidade estrutural da sociedade moderna (COSTA, 2012b).

A capacidade analítica das trajetórias tecnológicas amplia-se ao integrar, em um único processo, o conceito de governança institucional e o *habitus* do agente. Os agentes são considerados na sua diversidade, pela subjetividade cultural que se objetiva através do processo de (re)conhecimento do poder simbólico, a legitimidade que lhes é atribuída no ambiente institucional, ou seja, pelo reconhecimento social dos outros agentes¹²⁹.

A amplitude das trajetórias tecnológicas é estabelecida pela interação entre estrutura e agente. Qualificando tanto a posição do fato social em relação ao agente, da perspectiva produtiva, quanto a posição do agente em relação ao fato social, da perspectiva reprodutiva. Fazendo com que a integração do agente com o objeto seja estudado tanto na estrutura econômica, como na conformação cultural. Busca-se, pois, qualificar a ação do agente pela análise qualitativa dos segmentos quantitativos que compõem as diferentes trajetórias.

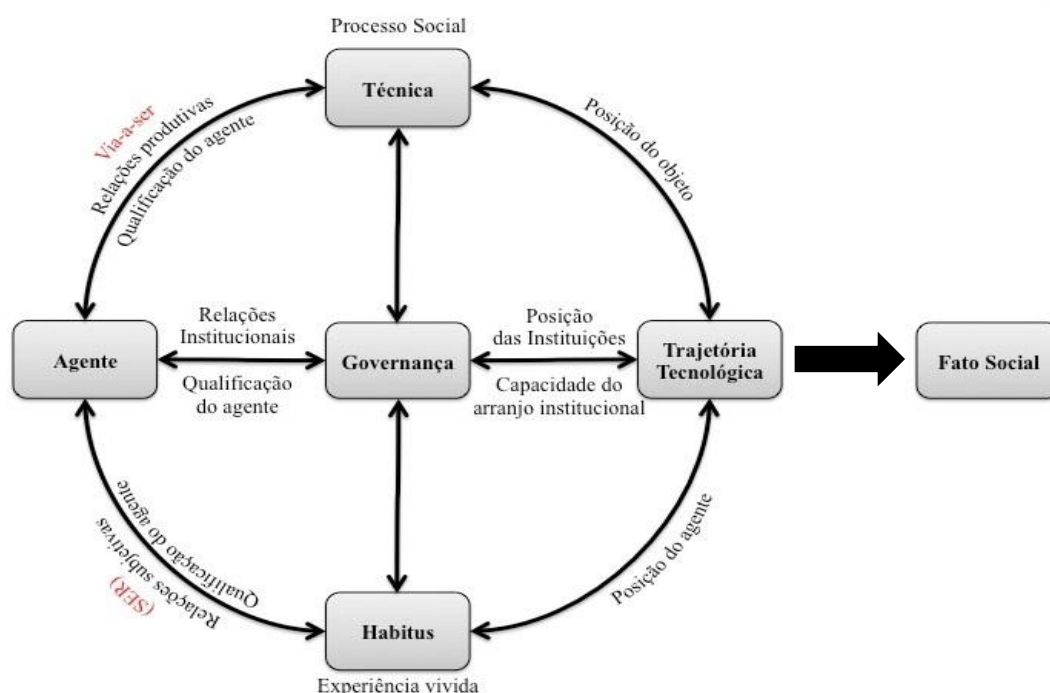
O desafio passa a ser de como dar concretude aos aspectos objetivos e subjetivos decorrentes da relação entre o agente e a trajetória tecnológica. Primeiro é necessária uma boa qualificação do agente para perceber como se manifesta a interferência das relações subjetivas (ser); produtivas (vir a ser) e institucionais (capital simbólico) na formação do fato social, a partir da diferenciação das estruturas produtivas e das técnicas, das principais redes relacionais da experiência vivida, e da distribuição de poder no ambiente institucional. A

¹²⁸ Na análise da cadeia de produtos, Francisco Costa decompõe e recompõe a teoria de Dosi sobre as trajetórias tecnológicas, acrescentando ao conceito de trajetórias concorrentes e dependentes a noção dos objetos naturais. A natureza é um dos elementos explicativos da dinâmica evolucionária, em especial no espaço agrário (COSTA, 2012b, p. 115-118).

¹²⁹ Em alguns processos relacionais, o que importa não é só o capital econômico, mas também a posição que o agente ocupa no ambiente institucional, pelo acúmulo do capital simbólico, em especial o capital social, que é mensurado pela capacidade de tecer redes de relacionamento.

trajetória tecnológica é a representação visível da ação do agente que passa a ser analisada (pela dinâmica das técnicas e dos *habitus*, qualificados pela interação da capacidade de governança institucional perante as instituições) pela objetivação no espaço-lugar, não como algo estático, mas em constante movimento, a realidade do fato social é explicada, como concreto pensado. (Figura).

Figura 2 - As trajetórias tecnológicas como capacidade analítica do fato social



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

5.7 O esquema teórico: a realidade dinâmica e objetivada pela ação

O mundo não é um objeto colocado diante de um sujeito, é fruto de uma relação social dos agentes entre si e com a realidade. Portanto a compreensão do real não é uma consciência conhecedora, mas um senso prático derivado de um sistema cognitivo empírico do ser social, o que faz com que a construção de um modelo teórico epistemológico e metodológico deva ser capaz de identificar os fatos sociais e de explicá-los diante da dinâmica da realidade onde estão inseridos.

Há uma interação fenomenológica do fato social pela teoria do conhecimento social¹³⁰, com o auxílio das categorias (trajetórias tecnológicas, técnicas, espaço-lugar, *habitus*,

¹³⁰ Conformou-se um modelo teórico do conhecimento do fato social através da elaboração do conceito da dualidade espacial pelo espaço-lugar, construído a partir das noções advindas de *habitus*,

governança institucional etc.), para interpretação do processo empírico. Pela operacionalização metodológica estes postulados teóricos são apropriados na análise da realidade na sua diversidade estrutural, como representação dos fatos sociais, por meio das relações produtivas e da rede de relacionamentos dos atores sociais.

O esquema teórico aqui apresentado utiliza o método hipotético dedutivo, tendo no espaço-lugar o elemento de objetivação da ação dos agentes sociais e as trajetórias tecnológicas, como elementos mais visíveis das alterações socioespaciais, as ferramentas condutoras do processo investigativo, integrando na análise de suas dinâmicas as demais categorias para conquistar, construir e constatar os fatos sociais.

Este procedimento teórico metodológico visa a possibilitar que a análise: a) das alterações no espaço-lugar sejam estudadas por dentro do fato social objetivado que lhe deu origem; b) dos fatos sociais estabelecidos sejam realizados pela identificação e qualificação das trajetórias tecnológicas; c) da qualificação dos agentes ocorra, por meio da representação simbólica do *habitus*, da composição do capital simbólico e das redes institucionais que constituem entre si, tanto na estrutura social produtiva, quando na reprodutiva; d) de como a capacidade das governanças institucionais em coordenar arranjos institucionais interferem na dinâmica das trajetórias e; e) da interação do sistema de objetos naturais e artificiais e as técnicas usadas na sua transformação com o sistema de disposições que motivam o agente a agir.

O esquema teórico visa correlacionar todos esses aspectos entre si e com a dinâmica das relações sociais, estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, que interferem nas alterações de um espaço-lugar, como síntese de uma conformação física, social, econômica e cultural apropriadas em um dado momento da história. Por intermédio de eventos sociais, como elementos propulsores da dinâmica da trajetória de estrutura estruturante, observa-se como interagem com as trajetórias tecnológicas da estrutura estruturada.

Através das demonstrações esquemáticas das relações existentes entre estrutura e indivíduos (seres sociais), concretizados pelas suas ações, objetivados pela integração de dois sistemas: de um lado, o sistema de disposições (ser e fazer) e, de outro, o sistema de objetos (naturais e artificiais) a dinâmica social é apresentada. Esta interação do sistema de disposições (o *habitus* e os recursos disponíveis) com o sistema de objetos (relação entre o

senso prático, espaço social, e campos social de Bourdieu (2001,2011c); na concepção de espaço como método e sistema de objetos de Milton Santos (2012a); e nas contribuições sobre a dinâmica e a qualificação das trajetórias tecnológicas de Dosi (1982), Arthur (1989) e Costa (2012a;b;d).

meio natural e o meio artificial pelo processo social técnico). Esses dois sistemas (objetos e disposições) são mediados pela governança institucional, os quais se efetivam no espaço-lugar.

Há um triplo movimento (sistema de objetos, sistema de disposições e governança institucional) que se expressa na conformação das trajetórias tecnológicas que, por meio das ações, atuam na configuração do espaço-lugar, um espaço dual apropriado física e socialmente.

O sistema de disposições¹³¹ é o conjunto de motivações para ser ou fazer que decorrem do senso prático em situações subjetivas e objetivas. Essas propensões, que podem, ou não, efetivar-se em ações, são determinadas pela realidade dada e pela experiência vivida, o *habitus*, formando uma relação sistêmica entre desejos, necessidades e possibilidades de cada agente no mundo em que está inserido. Portanto o sistema de disposições é fruto das esperanças e das oportunidades. A decisão é mediada pelo interesse subjetivo e pela capacidade objetiva de se realizar. Dois componentes estão associados: a) o *habitus*, como experiência vivida, incorporada à percepção subjetiva do ser; b) os recursos disponíveis, como esfera objetiva da representação do capital simbólico (econômico, cultural e social), que abrange a capacidade física, intelectual, relacional, financeira etc. já acumulada ou que pode vir a ser adquirida.

O sistema de objetos baseia-se na teoria de Milton Santos (2008; 2012a). Aqui é definido como uma relação social em que os objetos naturais e artificiais interagem com os agentes, pela intermediação de distintos processos técnicos que levam a interação entre os circuitos superiores e os inferiores que se objetiva nas ações dos agentes. Partindo deste entendimento, os objetos são incorporados como sistema, fruto da relação entre os agentes e o meio, relação que é mediada pela técnica. Ganham, assim, um papel de relevância as técnicas,

¹³¹ O sistema de disposições de Bourdieu define as motivações do agente para agir dentro de uma relação de desejos e de possibilidades. A propensão do agente para ser ou fazer deriva do senso prático da sua vida cotidiana, do seu *habitus*, da sua visão do mundo (desejos) e das relações sociais concretas que o cercam (possibilidades). A posição de Bourdieu diferencia-se do modelo weberiano, que se restringe à percepção subjetiva do sujeito. O conceito de sistema de disposições aqui proposto parte da noção de Senso Prático de Bourdieu (2001, 2011c) que incorpora a realidade objetiva na qual se insere o agente, ao mesmo tempo em que busca incluir de forma mais explícita a capacidade que o agente pode ter de usar os recursos tangíveis e intangíveis disponíveis em uma situação dada ou influir em situações futuras. O sistema de disposições passa a ser entendido não somente como algo retroativo, também como prospectivo, sem cair no dogma cognitivo de uma falsa consciência. Conforme crítica de Jessé Souza, é possível reunir o refletido e o não refletido. “Afim, se existe algo que possa ser articulado é porque existe algo para além do puro *habitus* irrefletido. Por conta disso, a ausência dessa dimensão na reflexão de Bourdieu faz com que a contraposição em relação à ‘grande ilusão’ do jogo social só seja possível reativamente, sem o questionamento das regras do jogo enquanto tais” (SOUZA, 2012, p. 86).

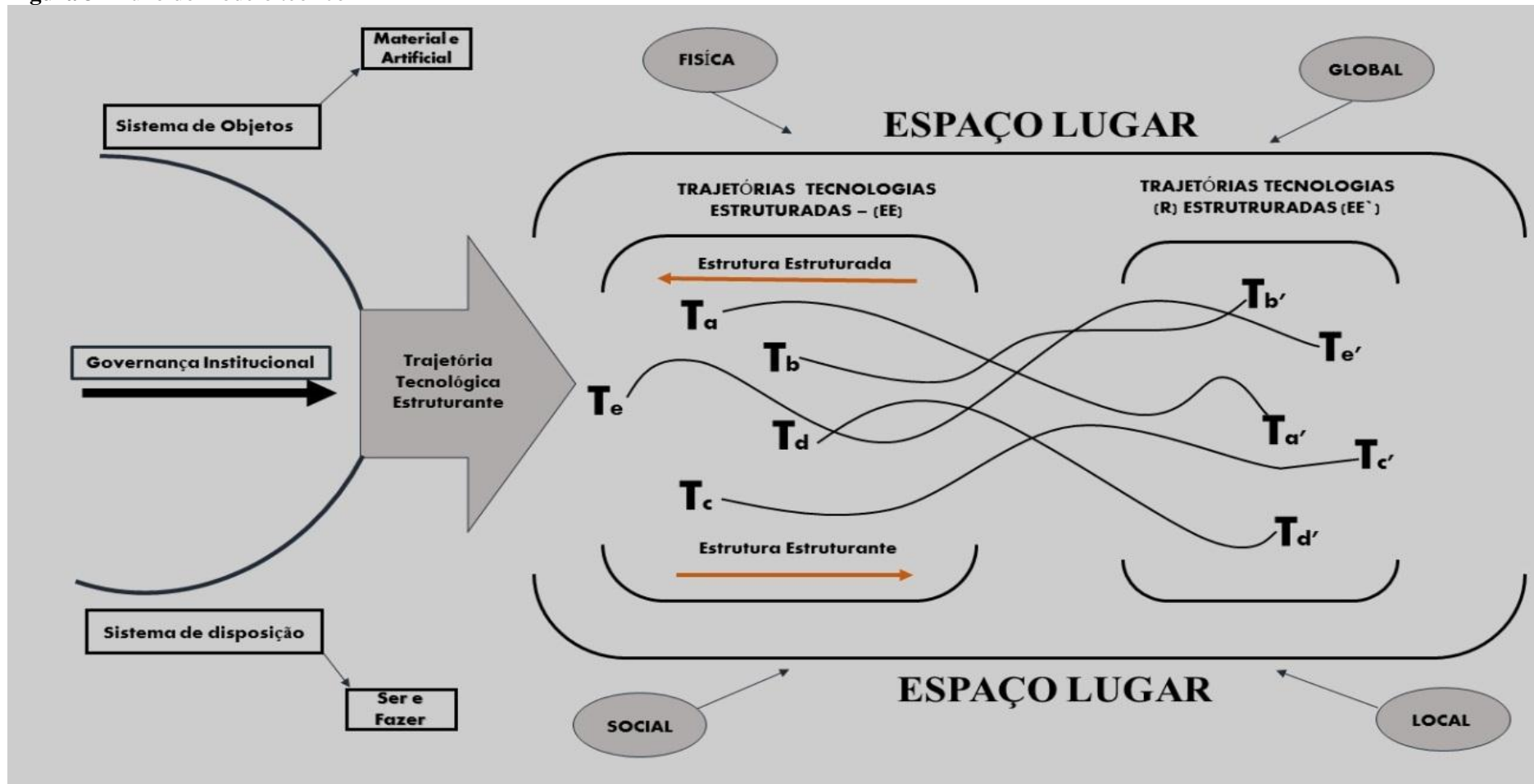
definidas como um conjunto de meios instrumentais pelos quais os agentes, ao mesmo tempo, alteram o espaço e realizam suas vidas. Mas a transformação do espaço é feita não pela técnica em si, mas por um conjunto social que cria uma estrita correlação entre o tempo histórico, o espaço, as relações de trabalho, a experiência vivida (*habitus*) e as mudanças tecnológicas. Dessa forma, a técnica não aparece isoladamente, faz parte de um processo (social) técnico. Isso faz com que o sistema de objetos (naturais e sociais) seja compreendido como fruto das relações sociais. Como as práticas influem nas técnicas e nas atividades sociais, os objetos não se restringem ao seu significado paisagístico, pois, quando são incorporados ao processo relacional que os constitui, adquirem a conformação de um sistema social.

A governança institucional, conforme já foi apresentada no capítulo anterior, é a capacidade de influenciar um arranjo institucional como representação aglutinativa de distintas instituições que, por meio de regras formais e informais, influenciam as relações dos agentes e da estrutura. As instituições têm um peso significativo na dinâmica das relações sociais, interferem no sistema de disposições e de objetos, na dinâmica das trajetórias tecnológicas, e como representações simbólicas legitimadas pelo senso prático dos agentes são estruturas sociais que tendem a serem relativamente estáveis.

Como elementos dinâmicos do sistema de disposições, sistema de objetos e governança institucional; o *habitus*, a técnica e as instituições, respectivamente, interagem entre si, por meio das relações sociais, em um *locus* concreto.

O lugar assume um importante papel no modelo teórico. O foco da análise tem o espaço como método. Através do conceito de espaço-lugar resgata a dimensão sociológica do espaço, representando a síntese do global e do local, da estrutura estruturada e da estrutura estruturante, a interação entre subjetividade e objetividade, endógena e exógena. O que faz do espaço a categoria síntese desta integração entre o *ser* e o *vir-a-ser*, como peças indissociáveis e complementares do mesmo cenário. Tudo caracterizado como *locus* dos fatos sociais nas suas mais diversas variáveis: sociais, econômicas, políticas, culturais e geográficas. A análise das dinâmicas das trajetórias como mecanismo interpretativo das relações sociais - na interface entre os agentes e a estrutura, o local e global - enquanto reconfiguração do espaço-lugarem que estão inseridos (Figura3).

Figura 3- Fluxo do modelo teórico



Fonte: Elaborada pelo auto (2016).

Na entrada do fluxo do modelo teórico, encontra-se a trajetória tecnológica estruturante, como um elemento visível, objetivo, propulsor das mudanças, que deixa de ser real-abstrato para real-concreto. A trajetória estruturante defronta-se com as trajetórias tecnológicas já existentes, estruturadas, a expressão desta disputa entre estas diferentes dinâmicas objetivam-se pelas suas ações, a realidade estruturada é confrontada com forças estruturantes.

A trajetória estruturante interage com as trajetórias estruturadas. Proporcionando novas interações de eventos que, por sua vez, levam a um novo reposicionamento das trajetórias tecnológicas, agora, já como trajetórias (r)estruturadas. Pelo movimento das trajetórias podem-se identificar as constantes a (re)organização do espaço-lugar. As trajetórias tecnológicas (estruturantes e estruturadas) constituem-se ferramentas qualificadoras da dinâmica espacial.

Ao se efetivarem pela ação, as trajetórias passam a alterar a dinâmica de quem a produz (os agentes) e onde ocorrem (espaço-lugar). Pela ação – quem, como, quando e por que agiu – possibilita a compreensão objetiva de como se forma a dualidade espacial e as relações sociais que delas derivam. A solução apresentada como elemento metodológico é identificar por dentro das trajetórias tecnológicas que as praticam (agentes) e onde ocorrem (espaço-lugar).

Pelas ações é possível qualificar os agentes e suas relações sociais de poder e, o papel que desempenham nas disputas institucionais que, por sua vez fazem com que as trajetórias tecnológicas sejam também qualificadas. Com o auxílio da técnica, do *habitus* e das governanças institucionais as trajetórias tecnológicas são interpretadas a partir de quem pratica a ação (agente) e onde esta se efetiva (espaço). Esses três elementos (a técnica, o *habitus* e as governanças institucionais) por possuírem ao mesmo tempo categorias internas e externas, são capazes de assimilar as coerências (internas e externas) do espaço-lugar e, quando analisados de forma integrada, permitem uma abordagem objetiva e subjetiva da dinâmica das relações sociais. Pela técnica (tácita e explícita) são caracterizadas as relações das diferentes formas produtivas; pelos *habitus* (primários e secundários) através dos aspectos culturais da experiência vivida; pelas governanças institucionais (regras formais e informais) que formam o ambiente social e as esferas de poder.

Portanto a técnica, o *habitus* e as governanças institucionais são compreendidos pelos seus efeitos, percebidos no espaço onde se efetivam, nas trajetórias tecnológicas¹³².

5.8 O uso de dados societários e comportamentais como método

A análise da dualidade espacial – local e global – não se reduz a um simples estudo descritivo do objeto para explicar o sistema de relações sociais; há um processo que envolve uma estrutura estruturada e uma estrutura estruturante que afetam as esferas econômicas, sociais, culturais do espaço onde se realizam as ações, em diferentes combinações.

O problema agrava-se pela dificuldade de obter dados sobre essa relação social estruturada. Faltam dados quantitativos representativos, pois basicamente os dados são quantificados e agrupados de forma restrita, buscam apresentar a realidade econômica setorializada para atender aos padrões comparativos da modernidade; e dados qualitativos, quando existem, são etnográficas e tendem a ser informações muito específicas, ou caricatas.

Os dados reunidos não distinguem as relações originárias que se entrelaçam na produção e no consumo dos bens materiais e simbólicos. O problema da ausência de informações qualificadas para se efetivar a análise do espaço-lugar tem um duplo aspecto. Na esfera epistemológica, os conceitos concernentes à interpretação da realidade são débeis, o que leva a uma categorização genérica das ações práticas da vida social e a uma classificação universalizada das relações sociais que as regulam.

Desse aspecto deriva o segundo, o metodológico. Os dados produzidos pelos institutos oficiais, ao absorverem essa premissa universalizante de classificação, produzem informações voltadas para atender aos modelos estatísticos gerais, a maioria de origem externa, que obedecem a um padrão que visa a permitir comparações, no plano internacional, com os elementos da economia moderna. Os aspectos sociais e econômicos “não modernos” da sociedade tendem a ser desconsiderados ou agrupados de forma errônea, ocultados, além de serem segmentados por enfoques distintos, ora na produção, ora na comercialização. Essas dificuldades comumente se apresentam no agrupamento dos dados estatísticos que impossibilitam uma análise da realidade na sua totalidade.

¹³² A presente pesquisa recorre ao auxílio das trajetórias tecnológicas como conceito mais abstrato para, a partir delas, chegar ao espaço concreto. Pelas trajetórias tecnológicas é possível identificar os elementos dinâmicos da realidade, qualificando as mudanças ocorridas pelo movimento de estrutura (forças) estruturante e estrutura estruturada na reorganização espacial.

O desafio é buscar alternativas que supram tais deficiências. É preciso elaborar modelos que deem conta das relações entre a produção e o consumo, para detalhar a estrutura produtiva material e a estrutura cultural, relacionando-as com as atividades da vida cotidiana do senso prático dentro do espaço-lugar.

A operacionalização dos procedimentos metodológicos consiste na definição dos instrumentos que serão aplicados na conquista, construção e constatação do fato social. A análise que abarca questões relacionadas tanto à estrutura, como ao agente exige que o ferramental de pesquisa seja capaz de dar coerência teórica ao método a ser aplicado para a caracterização das relações sociais. O pensamento complexo requer metodologias que conjuguem, em um único processo de análise, a objetividade e a subjetividade. A metodologia deve ser diferenciada, com o uso de técnicas quantitativas e qualitativas. Por um lado, um método meramente quantitativo não é capaz de abranger as contradições que estão presentes na ação, perceptíveis pela abordagem qualitativa, como a influência da gênese do *habitus* nas decisões dos indivíduos, que podem ser mais bem compreendidas por uma análise mais acurada da subjetividade do agente. Por outro lado, o uso somente de dados qualitativos não consegue abranger a significação do objeto na estrutura em que está inserido.

Assim como na interação entre agente e estrutura, a relação entre métodos qualitativos e quantitativos dentro de uma única pesquisa não é aceita pelas grandes correntes de pensamento, em especial por aquelas ligadas ao cientificismo positivista, no qual as informações não quantificadas são normalmente desprezadas, por interferirem na objetividade da análise. Mesmo as posições mais avançadas, críticas ao padrão tradicional de pesquisa, que admitem a pesquisa qualitativa, não acolhem tal integração, adotando uma única técnica de pesquisa para cada opção metodológica.

As estatísticas da pesquisa quantitativa podem fornecer elementos explicativos, mas não podem ser admitidas como absolutas, pois as variáveis no interior do espaço-lugar não são independentes, pelo contrário, são subordinadas entre si. O tratamento dos dados não deve ser feito de forma linear, pois, por definição, essas variáveis são relacionais e expressam a forte carga de subjetividade das representações simbólicas que compõem a realidade cotidiana do agente.

Seria inútil, também neste caso, esperar que a estatística pura produzisse os princípios de sua construção subjetiva. Somente uma análise estrutural dos sistemas de relações que definem um determinado estado do ambiente intelectual pode imprimir eficácia e verdade à análise estatística, fornecendo-lhe os princípios de uma seleção dos fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é, suas representações subjetivas da posição

social que o agente ocupa pelo seu capital simbólico e pelo espaço social (ambiente institucional) em que está inserido (BOURDIEU, 2011a, p. 186).

Na pesquisa, é necessário um segundo nível de aprofundamento, deve-se buscar a construção das relações entre relações, pois cada rede que se forma faz com que os agentes que a compõem sejam influenciados entre si e, por sua vez, também influenciam outros. Portanto a variável relacional constitui um complexo encadeamento das relações entre agentes, de eventos de complementaridade ou de concorrência nos diferentes processos que se objetivam no espaço marcado pela dualidade.

Como já exposto acima, a pesquisa, ao optar pela construção hipotético-dedutiva, traz como um dos pontos fundamentais a definição prévia do arcabouço metodológico e da caracterização do objeto de pesquisa, diferenciando-se, assim, do modelo qualitativo clássico, no qual o objeto é formado no decorrer da pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, o seu padrão metodológico admite o aperfeiçoamento desses conceitos, em um processo de vaivém entre a investigação empírica e a teoria, incorporando as dimensões de uma pesquisa relacional em que as condições reveladas na atividade empírica levam a correções e ao preenchimento de lacunas não previstas na percepção inicial do objeto.

Dessa forma, vencida a questão mais ampla sobre escolha pelo método hipotético-dedutivo, trata-se agora de direcionar o foco para o detalhamento metodológico, ou seja, para a instrumentalização da pesquisa em si, com a formatação dos procedimentos práticos para a definição das condições de coleta e de análise dos dados, por meio de um plano investigativo.

Para definir o plano investigativo, dois aspectos são relevantes. Primeiro, a pesquisa deve delimitar o seu grau de amplitude; segundo, definir a natureza das variáveis. No que se refere às opções da verificação de delimitação da amplitude da pesquisa, a proposta de pesquisa terá como procedimento investigatório o “estudo de caso”¹³³. E no aspecto das variáveis, a opção é pelo uso em conjunto das formas qualitativas e quantitativas.

Definido o procedimento metodológico – “estudo de caso” – e a natureza dos dados – uso de informações qualitativas e quantitativas -, passa-se, então, para indicar como se dará os níveis de integração dos dados coletados e os procedimentos da análise. O plano investigativo vai detalhando estes processos, especificando inclusive as ferramentas metodológicas a serem utilizadas em cada procedimento.

¹³³ A pesquisa proposta tem como objeto as transformações do espaço, analisado por dentro do fato social da expansão do plantio de dendê, através do estudo de caso no Vale do Acará, Pará.

Na construção epistemológica do objeto, por meio do objetivismo e do subjetivismo, como exposto acima, os procedimentos metodológicos a serem executados recorrerão ao uso de técnicas quantitativas e qualitativas. Parte-se do entendimento de que os métodos qualitativos são compatíveis com os quantitativos, pois sua interação é possível na medida em que seguem a mesma conceituação fundante na elaboração do projeto de pesquisa.

O pesquisador se propõe uma questão e colhe informações para respondê-la, ele trata os dados, analisa-os e tenta demonstrar como eles permitem responder ao seu problema inicial. De fato, num delineamento de pesquisa qualitativa, encontram-se os elementos comuns a todo projeto de pesquisa (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 127).

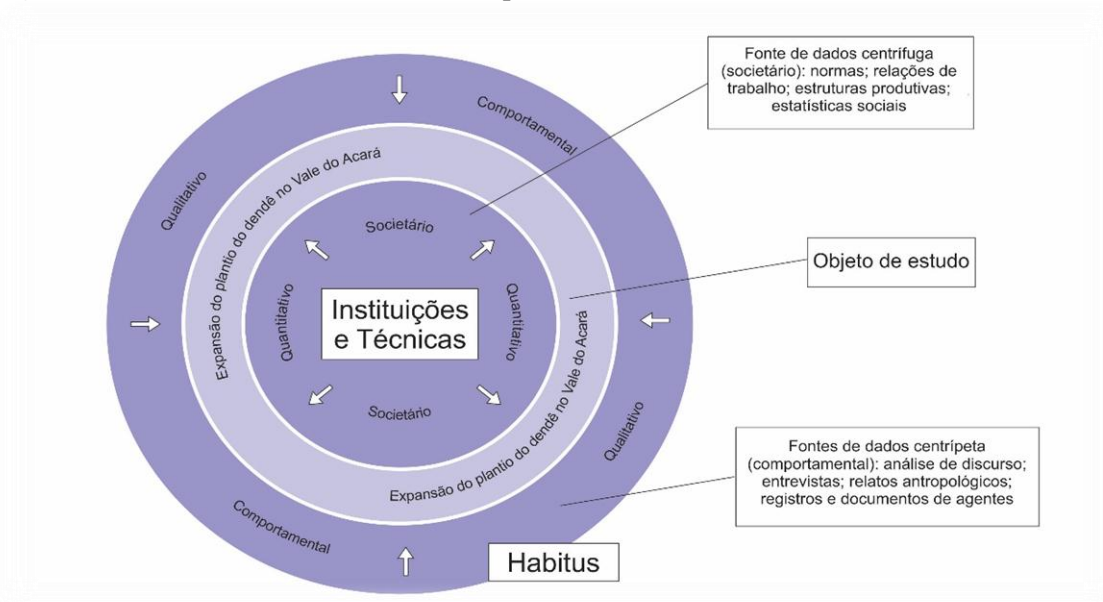
Para melhor delinear o quadro teórico e metodológico Álvaro Pires distingue dois modelos teóricos de coleta de dados para um caso de estudo: o modelo societário, em que a sociedade é o objeto de estudo e o ator representa a fonte de dados; o modelo comportamental, em que a sociedade é a fonte de dados e o objeto de estudo é o comportamento do ator (PIRES, 2010, p. 186-189).

O modelo metodológico aqui proposto não tratará como excludentes os modelos indicados por Pires (2010), pois os dados societários e comportamentais complementam-se entre si, abarcando as diversas variáveis - objetivas (estrutura) e subjetivas (agentes) - que interferem nas relações sociais, dando uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo. A posição societária e a influência comportamental do passado no presente tornam crível a identificação da estrutura estruturada, e, ao mesmo tempo, possibilitam uma análise que qualifique as mudanças ocorridas na organização da sociedade e nos comportamentos dos indivíduos diante do porvir estruturante.

O objeto de estudo ao ser compreendido através de dois eixos de coleta de dados, societário e comportamental, possibilita a integração de eixos que focam aspectos diferenciados, agente e estrutura, do objetivo do estudo. Como já indicado, a técnica, o *habitus* e as instituições são conceitos que assumem uma dimensão ontológica na pesquisa, quantificando e qualificando as ações e quem as praticou. Ao relacioná-las com as coletas de dados é possível identificar que pelas técnicas e pelas instituições obtêm-se informações sobre a estrutura da sociedade, coletam-se dados do modelo societário como as relações produtivas, as regras e normas, a organização do trabalho etc., atua-se por uma análise de ter na perspectiva a explicitação da dinâmica da sociedade; pelo *habitus* as informações a serem tratadas terão como indicação a forma de dados comportamentais dos agentes, no sentido de

qualificar as relações sociais e as representações simbólicas da vida cotidiana do agente no espaço-lugar (Figura 4).

Figura 4- Método societário e método comportamental



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A pesquisa, ao integrar as fontes societárias e comportamentais, busca elaborar um modelo que reúna os dados quantitativos e os qualitativos em uma única metodologia de explicação do objeto de estudo. De um lado, a estrutura social é traduzida pela coleta de dados em um movimento centrífugo (de dentro para fora): no centro, está a fonte dos dados, que é o meio onde se efetivam as ações, o espaço-lugar, a partir do qual se difundem as informações sobre o objeto. De outro lado, buscam-se informações sobre a forma comportamental do agente, caracterizando sua cultura, seu sistema de valores, a representação simbólica da dominação, as interações informais etc. Essas informações são coletadas por um movimento centrípeta (de fora para dentro).

A integração dos modelos de amostragem comportamental e societário no estudo de caso possibilita uma amplitude de informação, integrando as estruturas objetiva e subjetiva, qualificando os elementos sociais que fornecem o conhecimento sobre o fato social objeto de estudo.

6 EFETIVANDO A PESQUISA: RELEVÂNCIA, PERGUNTAS NORTEADORAS, HIPÓTESES E RESPOSTAS PRELIMINARES

O estudo sobre a expansão do plantio do dendê na Amazônia, como um fato social relevante, advém da constatação que a utilização de bioenergias está no topo da agenda ambiental mundial e a compreensão de que a dinâmica regional ganha relevância como elemento elucidativo do desenvolvimento, daí justifica a importância em avaliar o modelo energético por um enfoque dos seus impactos onde estes projetos se efetivam, em especial, entender a essência dos fatos que contribuem para o incentivo da produção do biodiesel e as alterações ocasionadas nas conformações espaciais deles derivados.

Ao verificar que os padrões produtivos do óleo de palma¹³⁴ em áreas da Malásia e da Indonésia, responsáveis pela expansão mundial do plantio do dendê, quando se relacionam com distintos sistemas existentes de organização reprodutiva, geram processos desiguais de desenvolvimento endógenos na conformação dos espaços onde se instalam. Verifica-se que esses padrões produtivos exógenos reproduzem e até amplificam os conflitos existentes nas relações sociais. Estes conflitos ocorrem entre forças da estrutura estruturante e da estrutura estruturada que se estabelecem pelas ações dos diferentes, objetivados em um espaço-lugar apropriado física e socialmente.

Por meio das trajetórias tecnológicas inseridas na dinâmica regional, o presente trabalho de pesquisa analisará como este modelo de incremento do plantio do dendê e da produção do óleo de palma no mundo afeta e são afetados pelo *habitus* e pelas instituições, e como este modelo de produção altera a conformação do espaço-lugar, nos seus múltiplos aspectos econômicos, sociais e culturais.

A propósito da expansão do óleo de palma na Amazônia, pela capacidade de governança que consegue atrair arranjos institucionais que atuam para favorecer eventos relacionados ao cultivo do dendê, existem muitos questionamentos sobre quais trajetórias tecnológicas são reforçadas no agrário pela alteração do uso do solo, reorganização da força de trabalho e quais trajetórias são restringidas.

Diante das distintas dinâmicas regionais ligadas ao plantio do dendê, que envolvem tensões entre as trajetórias sustentáveis e as trajetórias expansionistas, esta última caracterizada por significativos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das

¹³⁴ Os padrões utilizados mundialmente nos grandes projetos de óleo de palma são de *plantation* que correspondem ao modelo reprodutivo agrário da sociedade moderna, baseado na utilização intensivo dos avanços científicos e tecnológicos, da mecânica e da química e na perda da biodiversidade com a formação de sistemas botânico e biológico homogêneos.

plantações de óleo de palma registrados no sudeste asiático, quais serão as implicações sociais, ambientais e econômicas da expansão do plantio do dendê em áreas da Amazônia Oriental?

Todas essas reflexões levaram ao questionamento principal que motivou a elaboração do presente estudo. Assim o problema proposto pela pesquisa é: por que, historicamente, as trajetórias expansionistas sobrepõem-se às trajetórias sustentáveis, interferindo nas relações sociais e na reorganização do espaço-lugar, fazendo com que o plantio do dendê e a produção do óleo de palma estejam associados à ampliação de trajetórias que, embora menos eficientes, acabam obtendo ganhos maiores, ampliando os riscos sociais, ambientais e econômicos nas áreas nas quais se instalam?

Esses riscos estão relacionados à perda de biodiversidade, ao desenvolvimento de vulnerabilidade pela relação assimétrica de poder, ao aumento de conflitos fundiários, a relação desigual dos pequenos agricultores e as empresas, além de colocar em risco as práticas culturais das comunidades tradicionais.

Como hipótese principal, sustenta-se que o fato social da expansão do cultivo do dendê na Amazônia, mesmo com a ampliação dos riscos sociais, ambientais e econômicos, conformou em torno de sua trajetória tecnológica uma governança institucional que através de um processo de vários eventos possibilitou seu autorreforço enquanto trajetória, restringindo a possibilidade do estabelecimento de dinâmicas voltadas às trajetórias mais sustentáveis.

Os questionamentos iniciais resultam de ponderações teóricas derivadas de dados empíricos, combinadas com análises de exemplos de produção de óleo de palma em áreas da Malásia e da Indonésia, confrontados com as particularidades da diversidade estrutural da realidade amazônica. O projeto de expansão do cultivo do dendê, embora prevesse a inclusão de pequenos agricultores, beneficiou trajetórias baseadas em um modelo reprodutivo voltado para o mercado nacional e internacional, no qual predominam as grandes empresas, que buscam três vantagens comparativas: acesso a grandes extensões de terra, captação de recursos institucionais e mão de obra abundante.

Busca-se analisar a conformação do arcabouço institucional em torno do favorecimento ao modelo técnico-político dos sistemas de *plantation*, que por sua vez cria relações assimétricas com parte significativa de trajetórias tecnológicas na produção vinculadas à agricultura familiar, alterando a relação da estrutura produtiva do espaço-lugar com a transformação de agricultores em assalariados rurais, criando novos *habitus* secundários no senso prático dos trabalhadores de origem campesina.

A pesquisa procura analisar a capacidade de governança da trajetória estruturante, que não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, mas atingem padrões de articulação e de cooptação de governança de outras trajetórias que fizeram com que os espaços na mesma região fossem ocupados de forma diferenciada. Um conjunto de eventos favoráveis, dentro de um recorte espacial delimitado, possibilitou que em alguns espaço-lugares a lógica imposta pela dinâmica de uma trajetória pautada por sistemas patronais voltados para plantações de culturas permanentes em forma de monocultura, marcados pelo uso intensivo do solo, com homogeneização da paisagem tivesse uma grande êxito.

Analisa-se, também, como o modelo produtivo de *plantation* para a produção do óleo de palma, por meio da expansão do dendê, tem reflexos na questão agrária, amplia a concentração fundiária e altera as relações das representações simbólicas. Mudam a conformação geográfica e também alteram a composição do capital simbólico, que sintetizam na reorganização do próprio espaço-lugar. Surgem novas redes de representação social, em todos os segmentos, inclusive na dinâmica sindical, reduzindo a representatividade da organização dos sindicatos tradicionais de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) para a conformação de novas organizações sociais, como o sindicato dos empregados assalariados rurais (SINTER) como organismo de representação dos trabalhadores das agroindústrias.

Por fim, a hipótese central é reforçada pelo entendimento de que a alta rentabilidade do empreendimento potencializa os interesses econômicos das corporações que atuam como uma força restritiva no processo de governança de outras trajetórias sustentáveis, e operam na consolidação de grandes empreendimentos, aumentando a exposição a riscos ambientais, sociais e econômicos, alterando as relações sociais e promovendo um reordenamento do espaço-lugar.

O modelo epistemológico e metodológico aqui proposto possibilitará testar e aprimorar a problemática e a hipótese por meio da delimitação das trajetórias caracterizadas pela estrutura produtiva, pela formação cognitiva do agente e pelas estruturas institucionais. O fenômeno da expansão do óleo de palma, no processo investigativo, é conquistado, construído e constatado, como fato social, através das alterações materiais, culturais e de estruturação do poder provocadas pela implantação do plantio do dendê.

Pelo estudo de caso no Vale do Acará, Pará a pesquisa, pelo método hipotético dedutivo, busca constatar as bases hipotéticas inicialmente apresentadas. Pela categoria do espaço-lugar, como referência especial objetivada, através da dinâmica das trajetórias tecnológicas nelas inseridas, constroem-se relações entre *habitus*, técnica e instituições para identificar e qualificar os agentes; configurar as novas relações sociais técnicas e

institucionais; conhecer e reconhecer a nova estrutura comportamental, pela percepção da alteração de costumes; acompanhar, por meio de uma série histórica de imagens georreferenciadas, as alterações no reordenamento da ocupação do solo, a fim de compreender como se deu a reorganização fundiária, onde se estabeleceu a expansão do plantio.

6.1 A construção do plano investigativo

O plano investigativo buscará, por meio da análise dos dados, aproximar-se continuamente dos procedimentos gerais da pesquisa, a fim de que sejam realizados de forma simultânea, confrontando, validando ou refazendo o quadro teórico, a problematização e a hipótese estabelecida.

A conjunção da teoria e da base empírica apoiar-se-á nas alterações das trajetórias tecnológicas dentro de uma série histórica e na análise subjetiva da relação entre o objeto e os agentes. Assim, para decompor a análise teórica, o espaço-lugar será estudado pela qualificação dos agentes e na caracterização das trajetórias, por um processo dedutivo lógico, do concreto ao concreto pensado, onde os fatos sociais são objetivados diante no espaço-lugar em que estão inseridos.

a) A trilha metodológica da pesquisa

A pesquisa terá como objetivo utilizar as amostras probabilísticas para delimitar uma série histórica, da dinâmica da estrutura, por via de uma matriz delimitadora das trajetórias tecnológicas agrárias, identificando a movimentação das distintas composições produtivas e seus impactos na organização social da produção. As modificações ocasionadas no espaço-lugar, objetivadas pela ação estruturante do dendê, que será estudada pela análise das dinâmicas evolutivas das trajetórias tecnológicas.

A análise tem como referência as características da estrutura produtiva, Ao incorporando as diferentes trajetórias tecnológicas delimitadas a partir da utilização de diversas variáveis: composição da mão de obra, volume e características da produção, acesso a crédito, etc, conforme conceito e modelo desenvolvido por Costa (2009a, 2012a e b).

A partir daí, a evolução da dinâmica das trajetórias é observada, particularmente o confronto da trajetória tecnológica do dendê (estruturante) com as demais trajetórias originárias (estruturadas) do espaço-lugar do estudo de caso.

Com a caracterização e identificação entre agentes e trajetórias tecnológicas evita-se uma generalização das categorias dos agentes e das inúmeras variáveis da esfera da produção, permitindo que a análise seja abrangente, porém com capacidade de síntese ao identificar a dinâmica da estrutura socioprodutiva. Os agentes, ao serem relacionados com as trajetórias, podem ser qualificados por meio dos vários elementos que compõem as técnicas utilizadas na produção e na organização do trabalho, possibilitando correlacioná-los com o fato social – a expansão do óleo de palma no Vale do Acará e suas relações com as trajetórias em evolução naquele espaço-ligar.

I - Mapeamento de áreas

a) Foram mapeadas aproximadamente duas centenas áreas de plantio. Após a validação da classificação do dendê na carta imagem, através da confrontação de alguns pontos de coordenadas *in loco* de áreas de plantio do dendê, foram validados os 174 perímetros de dendezaís, totalizando 42.562,4 hectares com cobertura de 100% de dendezaís como áreas de plantio no Vale do Acará.

Com uso de imagens óticas LANDSAT 5 e 8, com carta imagem imagens da superfície do ano 2015, 2008,2003,1997 e 1989, buscou-se superar a análise descritiva de identificação e quantificação, e gerar informações que abarcassem a dinâmica do uso do solo e a classificação na vegetação, através dos recursos de sensoriamento remoto, com auxílio de ferramentas tecnológicas capazes de oferecer leituras com perspectivas do uso do solo do espaço delimitado do estudo. Objetivando, assim, a realização da análise da ocupação do solo nas áreas selecionadas com as dinâmicas históricas de outras trajetórias tecnológicas que antecederam o dendê.

Para tanto, utilizou-se o modelo desenvolvido por Tancredi (2014) de classificação de uso e cobertura da terra, via sensoriamento remoto, com base no tratamento de imagens e dados secundários provenientes do projeto TerraClass, executado pelo INPE. Tancredi parte do método de classificação *isodata* como um meio de interpretação de imagens assistida por computador. O programa de classificação identifica padrões típicos nos níveis de cinza. Neste tipo de classificação, as classes são determinadas pela análise de agrupamentos "*cluster analysis*". Os *pixels* nas áreas de treinamento são, então, submetidos a algoritmos de agrupamento "*clustering*" que determinam o agrupamento natural dos dados, considerando sua distribuição num espaço de dimensões (no caso, bandas espectrais). As classes de uso do solo são definidas ao se classificar uma imagem, assume-se que pontos diferentes apresentam propriedades espectrais diferentes e que cada ponto pertence a uma única classe. Além disso,

os pontos representativos de classificação de uma classe ocorrem por delimitação de padrões próximos de tonalidade, cor e textura.

Por opção do presente estudo, as classes finais de uso e cobertura do solo foram definidas em oito¹³⁵, que são: água, corpos d'água indistintos sendo agrupadas as seguintes classes: rios, lagos, igarapés, ou outro corpo d'água registrado nas imagens; agropecuária, incluindo as seguintes classes temáticas: agricultura, pastagem e solo exposto; três níveis de capoeira, que é a regeneração da floresta anteriormente antropizada, em que foram categorizadas em capoeira inicial (capoeira 1), com idade entre 1 e 5 anos, formada por pequenas árvores de troncos finos, capoeira intermediária (capoeira 2), com idade entre 6 e 10 anos, e capoeira avançada (capoeira 3), com idade acima de 10 anos, vulgarmente conhecidos como “capoeirão”, constituindo-se em sucessão ecológica mais avançada; floresta, incluindo todos os “tipos de vegetação”, apresentando poucos ou ausência de vestígios de interferência humana; e as classes de nuvem e área urbana.

A classificação das referidas imagens se deu pelos procedimentos computacionais inerentes à *isodata*, através da execução do software ENVI 4.6 (Environmental for Visualizing Images). A interpretação e refinamento da classificação foi utilizada no ambiente gráfico do *ClassEdit* do ENVI 4.6, que possibilitou corrigir pontos nas áreas que foram interpretadas incorretamente no processo de classificação¹³⁶. A imagem reanalisada sempre aparece com a combinação de bandas escolhida na inicialização do *ClassEdit*, após aplicado um realce linear de 2%. O objetivo do uso do *ClassEdit* foi poder refinar o resultado de classificação. Permitindo a seleção de um fundo (por exemplo a imagem original R,G,B; a imagem filtrada; uma banda só, etc.) um máxima eficiência na combinação de classes para ser sobreposta ao fundo.

Estes procedimentos foram trabalhados nos 192 perímetros de áreas empresariais, delimitados nas imagens de satélite como áreas que apresentam a cobertura de 100% de dendê em 2015. Através de um estudo comparativo de classificação de como a vegetação estava nestas áreas, aplicou-se uma regressão, utilizando como referência os perímetros delimitados em 2015, foram classificadas as imagens dos anos de 2008, 2003, 1995 e 1989. Este procedimento possibilitou identificar as dinâmicas do uso do solo e a diferenciação das dinâmicas de ocupação pelas diferentes trajetórias tecnológicas, construindo em uma série histórica de mais de 25 anos, na área de estudo.

¹³⁵ Conforme delimitadas pelo estudo de Tancredi (2014)

¹³⁶ Para cada classe foram atribuídos valores digitais, representado pelo valor numérico do *pixel*, e esse *pixel* pode ser atribuído à outra classe, simplesmente mudando o seu valor numérico.

b) A mesma metodologia de análise de imagens através dos procedimentos computacionais inerentes à *isodata*, via a execução do software ENVI 4.6 também foi utilizado no mapeamento, após plotagem de pontos de coordenadas, de 25 propriedades abaixo de 50 hectares, caracterizados pelo uso de agricultores familiares com plantio integrados à trajetória tecnológica do dendê, observando o uso do solo em uma série histórica de 25 anos, e o estudo do percentual ocupado das áreas para o plantio do dendê.

c) Mapeamento a partir da plotagem de coordenadas de pontos de registro produção pecuária da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA) na área de estudo, e em áreas do entorno na mesma região.

d) Mapeamento após plotagem de pontos de coordenadas de registro fundiário de 122 áreas que foram adquiridas pela empresa Biopalma, classificando em categorias de maiores e 100 hectares, e uso do solo em série histórica regressiva em 25 anos.

II - Dados socioeconômicos

Foi realizado o levantamento de dados secundários a partir do Censo 2000 e 2010, Censo Agropecuário de 2006, Produção agrícola municipal (PAM), índice de desenvolvimento humano (IDH/ PNUD) todos através do IBGE; os dados de emprego via Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); informações sobre os programas de assistência social, pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); levantamento do Cadastrado Ambiental Rural (CAR) pela Secretaria Estadual do Pará de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA); e informações junto as empresas produtoras, e etc.

b) Integração de informações quantitativas e qualitativa.

Na coleta de dados, tanto a técnica quantitativa como a qualitativa usam amostras. A diferença está no tipo da amostragem. A escolha das amostras requer um procedimento previamente delimitado, lógico, que vai sendo ajustado pela dinâmica da pesquisa. Por exemplo, nas entrevistas, as amostras não forma acidentais, foram intencionais, utilizando as informações iniciais observadas na estrutura de produção das redes sociais que compõem o objeto de estudo (expansão do dendê) visando a abranger um dos principais segmentos que compõem o fato social pesquisado, os assalariados rurais do dendê. O objetivo foi ter maior amplitude nos dados coletados, com o máximo de informação, mas levando em conta o acesso às informações também pelo método comportamental.

A análise do *habitus* dos assalariados agrícola foi feito através do levantamento de dados de pesquisa de campo, como instrumento metodológico para obtenção das informações

de qualificação destes agentes, utilizou-se entrevistas, com perguntas fechadas e abertas. Apesar de uma quantidade expressiva de questionários aplicados, as amostras não tinham objetivo de serem probabilísticas. O objetivo do conhecimento estava circunstanciado na vida social a fim de obter um melhor entendimento da subjetividade do trabalhador agrícola do dendê. Os quesitos investigativos foram relacionados a um segmento (assalariado rural) fortemente impactado diante do objeto pesquisado, a expansão do óleo de palma, tendo como referência o estudo de caso no Vale do Acará, Pará.

A análise das informações visou traduzir a história de vida e a visão que o entrevistado tem sobre o mundo, examinando como este se relaciona com outras instituições (família, religião, política etc.) e como vê o poder exercido pelos outros agentes e as formas de percepção implícitas ou explícitas de relações advindas com a trajetória do dendê.

Foram entrevistados 372 assalariados rurais do dendê que trabalham no Vale do Acará. O conjunto das entrevistas traçou o perfil destes agentes. As entrevistas estavam estruturadas em dois tópicos: com perguntas fechadas, para obter a identificação pessoal e social do entrevistado, apreender sobre a sua origem sociocultural, conhecer as relações sociais em que está inserido e sua identificação com o objeto, as impressões sobre si e mudanças advindas do emprego assalariado do dendê.; e com perguntas abertas, para identificar as alterações ocorridas na visão subjetiva do agente diante de eventos estruturantes, qualificando os impactos (positivos e negativos) sociais, culturais e econômicos e como estes lhe afetou, relacionando ainda com a indagação caso tivesse oportunidade, mesmo estando como assalariado rural, gostaria de ser agricultor.

As perguntas abertas visam dar uma amplitude das respostas, para além da percepção do pesquisador, para que seja possível observar a motivação do senso prático do agente, a influência dos aspectos exógenos na tomada de decisão e a relação do agente com o objeto estudado e seu *habitus* primário. Os temas subjetivos abordados, a partir das mudanças ocorridas e a percepção sobre o futuro, respondidos pelo agente se relacionam com as características pessoais de quem respondeu.

Nesse sentido, para obter uma análise científica dos dados coletados (entrevistas), os discursos foram problematizados, para entender o sentido das palavras do entrevistado, recorrendo-se aos princípios teóricos da inteligibilidade, da interpretação e da compreensão, tendo como pontos de observação: a linguagem, o agente, o contexto e a percepção de mundo, que passam a ser objetivados quando confrontados com os dados existentes do agente, ou seja, a origem, a família, a idade, etc, do entrevistado. As diferentes inter-relações da identificação relativa do agente com a representação simbólica do fato social feita pelo

cruzamento de informações o que possibilitou identificar o relacionamento (grau de importância, proximidade, contradições) entre os agentes e o fato social. Para tanto se fez necessário a construção de um banco dados único, para o cruzamento, por tabelas dinâmicas, das respostas abertas com a qualificação do entrevistado.

Desta feita as perguntas abertas, foram classificadas, e agrupadas em tópicos fechados¹³⁷, para serem lançadas em uma base de dados, a fim de possibilitar a análise do *habitus*. Tendo como principal referência à indagação feita ao entrevistado se o mesmo, enquanto assalariado naquele momento, desejaria, ou não, caso tivesse oportunidade, atuar como produtor rural. Os dados das respostas foram relativizados com a sua origem, atividade exercida pelos pais e informações mais gerais (sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, e etc.) apuradas pela declaração dos agentes em respostas anteriores.

As respostas dadas pelos entrevistados tendem a refletir a posição daquele agente sobre a sua situação naquele momento. O olhar subjetivo do entrevistado sobre as alterações ocorridas no contexto espacial e o seu histórico de vida permitiram a análise dos elementos sociais, que conformam o objeto de estudo, afetaram a vida do agente, em particular o aspecto cultural, e como a percepção do *habitus* justificam respostas aparentemente contraditórias.

Os fatos sociais, como fenômenos, são percebidos pelos seus efeitos. Para compreendê-los faz-se necessário correlacionar a posição relativa, vivenciados pelo senso prático do agente, como a gênese familiar, laboral e social, com as mudanças causadas pelas ações estruturantes na estrutura estruturada. Estas alterações capitalistas no espaço-lugar são relacionadas com a memória cognitiva do agente. As possíveis mudanças na expectativa e percepção de mundo são relacionadas com perfil (origem, idade e etc.) do entrevistado. Portanto, a meta não se resumiu na quantidade de entrevistas, mas na capacidade de correlacionar os dados objetivos de vida do agente com a sua subjetividade.

¹³⁷ Mas a objetivação das informações subjetivas não é algo simples de ser feito, sempre recairão em um conjunto de aspectos subjetivos na análise, não há pesquisa “pura”, neutra, as interferências subjetivas estão presentes desde a elaboração das perguntas, que constam nos questionários das entrevistas, elaboradas pelo pesquisador; passando pela subjetividades daquelas que a aplicam, os entrevistadores, como estes fazem as perguntas, e, principalmente, como relatam as respostas; o próprio entrevistado e seu grau de abstração perante os questionamentos a ele feito; além da subjetividade na fase da análise das entrevistas, seja, nos critérios utilizados para criar as opções fechadas, que as repostas abertas serão agrupadas, seja, como estas respostas abertas são classificadas dentro dos parâmetros estabelecidos, por quem insere os dados. A preocupação da pesquisa recai na análise da linguagem, já que se deve levar em conta quem fala, para quem se fala, de onde se fala e do que se fala. Portanto, a análise do discurso vai além da interpretação hermenêutica, pois não se limita à interpretação dos símbolos, teoriza a interpretação, aborda os sentidos e limites, articulando-os com os componentes simbólicos, na relação entre significante e significado, que se traduz por meio da significação.

. 7 A EXPANSÃO DO PLANTIO DO DENDÊ COMO FATO SOCIAL

Vários eventos, que correspondem a sucessivas operações, trouxeram recentemente mudanças significativas na paisagem da Amazônia. Alterando relações sociais, atividades econômicas e culturais. Um fato social relevante se revela pela capacidade de aglutinar eventos, aparentemente distintos entre si, dentro de uma mesma integração, a partir de uma base originária em comum. No caso estudado, este conjunto de eventos que podem ser classificados como pertencentes a um mesmo fato social, a expansão do dendê na Amazônia.

O quadro teórico ajusta-se ao metodológico no objeto da pesquisa: em um espaço-lugar, em que havia uma dinâmica já estabelecida (estrutura estruturada) em uma dada conformação regional, surge um novo fato social (expansão do dendê) que, pela sua capacidade de atrair um arranjo institucional com forte acúmulo de capital simbólico, passa a interferir enquanto uma nova trajetória tecnológica (estrutura estruturante), transformando a realidade onde se instala. Altera-se a estrutura paisagística, a organização produtiva, a percepção subjetiva dos agentes e as configurações das redes sociais que anteriormente existiam no espaço-lugar, agora como síntese das afetações entre forças estruturantes e estruturadas.

De certo que a expansão das áreas de plantio, como fato social, apresenta-se como um fenômeno complexo de múltiplas facetas, tendo rebatimentos nos diferentes eventos nos seus mais variados aspectos: ecológicos, com a homogeneização da paisagem; no territorial, com a concentração da malha fundiária; na organização da produção, com alterações nas trajetórias das estruturas produtivas; nas configurações sociais, com reordenamento das relações entre os atores; e também no cultural, com transformações dos valores e costumes, em especial nas populações tradicionais.

Enquanto um processo fenomenológico, a expansão do dendê para ganhar uma amplitude explicativa não pode ser analisada em si mesma, mas pelas suas representações, pois, o fenômeno é conhecido (revelado) pelos efeitos dele decorrente. Assim o que é analisado são os efeitos. Efeitos, estes, decorrentes de uma nova trajetória tecnológica, tendo como referência da objetivação entre agentes e estruturas, advindas da ampliação do plantio do dendê, no espaço-lugar, a dimensão onde suas consequências se sucedem.

Através da análise das trajetórias tecnológicas, enquanto elemento mais abrangente, é possível a qualificação dos agentes e seus diferentes modelos de dominação existentes, refletida nas disputas sociais, por meio da caracterização do acúmulo do capital simbólico, entre trajetórias existentes e a que se instala, dentro de uma mesma organização espacial.

A partir da dinâmica espacial como elemento concreto, a expansão do plantio de dendê deixa de ser algo abstrato e passa a ser analisado na sua forma concreta, enquanto fato social objetivado no espaço-lugar. O plantio ocorre em uma dada conformação espacial (espaço-lugar) onde já havia uma dinâmica estabelecida (estrutura estruturada) que, se defronta com um novo fato social (expansão do dendê), impulsionado por um conjunto de eventos que, pelo acúmulo de capital simbólico, adquire uma forte capacidade de governança, conformando um arranjo institucional que passa a interferir na evolução da nova trajetória tecnológica, alterando a conformação espacial e as redes sociais que anteriormente existiam.

A estrutura estruturada existente recebe novos jogadores que, ao entrarem na partida, ocupam posições relativas nas redes sociais e influem na reconfiguração da estrutura do espaço-lugar onde o plantio do dendê se estabelece. As ações dos novos agentes vinculados ao óleo de palma são estruturas estruturantes que alteram a composição das relações sociais e de poder, transformando as regras de concorrência anteriormente instituídas. Pela capacidade de acúmulo de capital simbólico conformam uma governança institucional de autorreforço à sua trajetória tecnológica, atraindo, em especial, o próprio Estado com o fomento de vários eventos, dispondo-se no auxílio do desenvolvimento desta nova ação estruturante. Como estrutura estruturante, conforma-se em estrutura estruturada reconfigurada.

O objeto da presente pesquisa visa decompor como estas novas relações sociais modificam e são modificadas pelas dinâmicas espaciais. A alteração da realidade, não é afetada somente no aspecto da dinâmica da economia regional, mas também gera significativas mudanças sociais e culturais, além de provocar um forte impacto na composição da paisagem e nas relações simbólicas estabelecidas. Para compreender como a realidade foi alterada, analisa-se a expansão do plantio do dendê pelas relações entre os agentes. Como fato social, a expansão do plantio do dendê é analisada pelos seus efeitos decorrentes, cuja sua identificação se dá pela evolução das trajetórias tecnológicas no espaço-lugar, mediada pelo uso da técnica, pela modificação dos *habitus* e pela influência dos arranjos institucionais.

7.1 Uma expansão de abrangência mundial

Desde 2008, tem havido uma aceleração nas taxas de crescimento das áreas plantadas. O Estado do Pará passou a ser o foco da expansão do dendê na Amazônia brasileira.

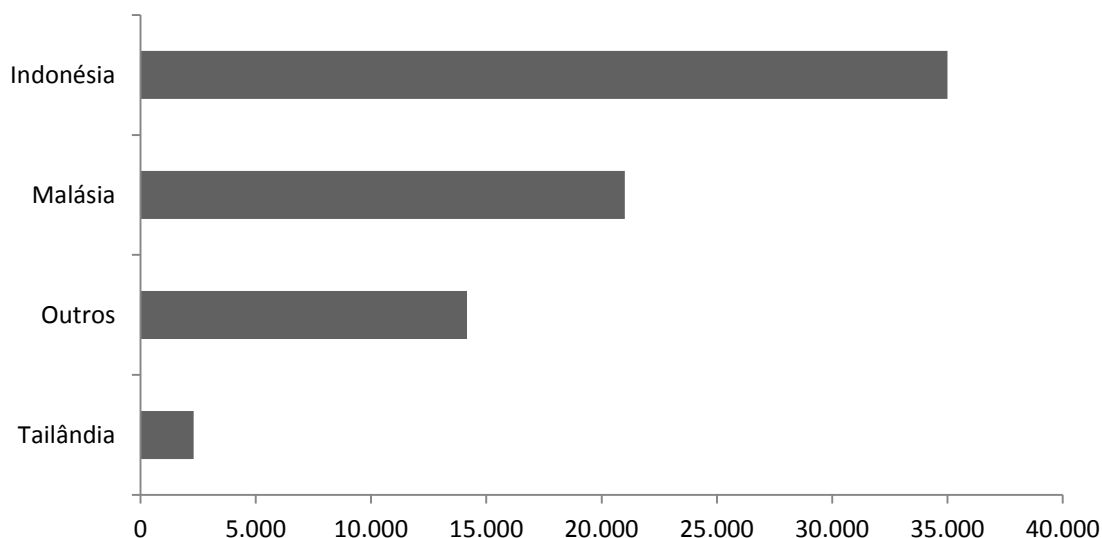
Decerto que o processo de expansão na Amazônia não foi um fato isolado, teve forte influência do cenário mundial. O contexto global de ampliação da demanda, impulsionado pela elevação dos preços de biodiesel, influenciou a tomada de decisão dos agentes

empresariais, a fim de atender um forte pleito por biocombustíveis, o plantio do dendê no mundo é ampliado, em especial nas áreas equatoriais, como no caso da Amazônia.

Embora, a recente demanda por óleo de palma foi impulsionada pelo crescente apelo mundial por bioenergia, vale ressaltar a multiplicidade do uso que o óleo de palma, extraído do dendezeiro (*Elaeis guineensis*). O óleo extraído do dendê é utilizado em um conjunto de produtos, como na elaboração de produtos alimentícios, detergentes, cosméticos e, cada vez mais, em biocombustíveis. Além de sua versatilidade, o óleo de palma tem grande produtividade: a quantidade produzida por hectare/ano é muito maior do que a de outros óleos vegetais, tendo custos de produção mais baixos. A produção mundial de óleo de palma dobrou na última década. Em 2000, o óleo de palma foi responsável por 40% de todos os óleos vegetais comercializados internacionalmente. Em 2006, esse percentual subiu para 65% (FAO, 2008). Nos últimos 20 anos, a área cultivada de dendê cresceu e já ultrapassa 14 milhões de hectares. A maioria das árvores de óleo de palma do mundo é cultivada em algumas ilhas da Malásia e da Indonésia – onde se localizam florestas tropicais com uma das maiores biodiversidades encontradas no planeta (USDA, 2008).

Os números sobre óleo de palma são expressivos, em 2016, chegaram a mais de 65.390 mil toneladas produzidas mundialmente de Óleo Cru de Palma (CPO¹³⁸). A Indonésia e a Malásia mantem a supremacia da produção, juntas foram responsáveis por 86%. (Gráfico 1).

¹³⁸ Sigla em inglês para *Cru Palm Oil*

Gráfico 1 - Indicação da origem da produção mundial de óleo de palma, em mil toneladas (2016).

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados do Index Mundi (2016a).

Estes números expressivos refletem o aumento da demanda mundial ocorrido nas últimas décadas, vários países firmaram compromissos para o uso de biocombustíveis. A União Europeia (UE) estabeleceu que seus membros aumentassem, gradualmente, o consumo de biocombustíveis no dispêndio total para transportes e alcançar pelo menos 10% de biocombustíveis em 2020. Nos Estados Unidos, a meta estabelecida, em 2002, foi o uso obrigatório de 48 bilhões de litros de biocombustíveis, e em 2022, chegaria a 136 bilhões de litros de biocombustíveis. No Brasil, desde 2010, passou a ser obrigatória a adição de 5% de biodiesel ao diesel. Assim, a mistura de combustíveis de origem renovável no transporte trouxe uma nova demanda que levou à expansão da produção de biocombustíveis no mundo.

A adoção desse conjunto de medidas para ampliar o consumo de biocombustíveis dá-se em estreita ligação com o debate sobre as mudanças climáticas. Foi no âmbito desse debate que ganhou força a prescrição do uso de biocombustíveis, neste contexto a expansão do dendê foi favorecida, sob o apelo de ser uma fonte de energia alternativa para o mundo.

Portanto a decisão dos países desenvolvidos, em especial os da União Europeia, de incentivar a substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis provocou uma forte ampliação da demanda planetária por biodiesel, o que aumentou a pressão pela expansão da área de plantio do dendê, cultivado, em maior escala, na Ásia, mas passando a abranger expressivas áreas tropicais da América e da África.

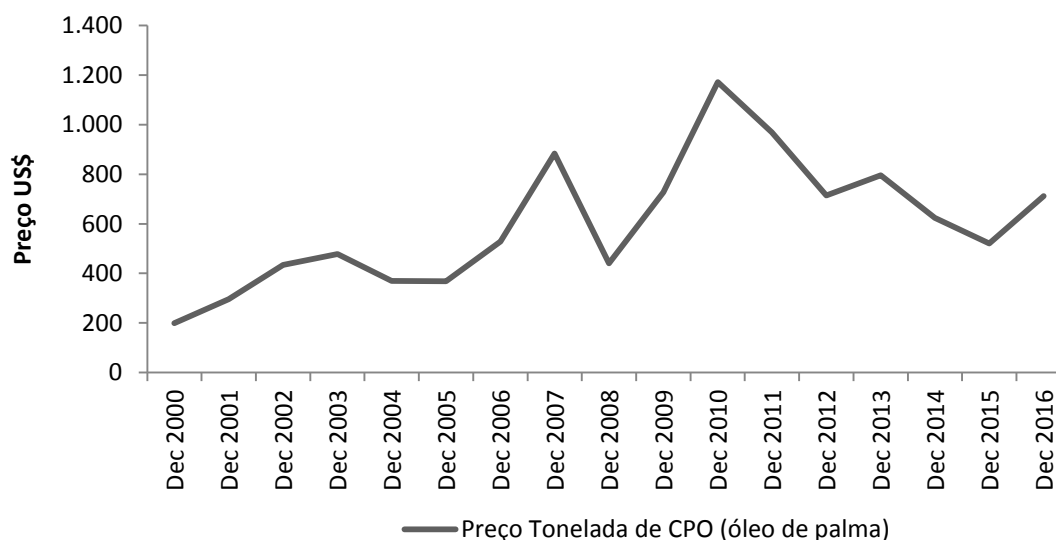
O cenário internacional aponta para uma nova fase de expansão do dendê. A produção constante e crescente do óleo de palma, nos últimos dez anos, tende a aumentar, impulsionada

pela demanda do mercado internacional. Até 2020, o óleo de palma deverá duplicar a sua produção. As especulações sobre a necessidade da produção de óleo de palma estimava que, para atender a demanda mundial, para os próximos anos precisará de 20 milhões de hectares plantados (COLCHESTER et al., 2006). Dentre os argumentos e forças que favoreceram as tendências para a expansão no final da década dos anos 2.000, destaca-se uma demanda crescente por biocombustíveis.

Esta tendência crescente, em especial os países industrializados, em ampliar a participação de biocombustíveis na sua matriz energética, contribuiu para o aumento do preço do Óleo Cru de Palma (CPO). O crescimento nos preços está muito relacionado aos ataques especulativos de agentes financeiros nas cotações de *commodity* da produção de biodiesel, o que faz do dendê o seu principal alvo, assim, a tonelada de CPO, que, em 2006, era cotada em 400 dólares, em 2008, ultrapassou a barreira de 1.000 dólares.

Com o início da crise mundial em 2008, há uma inflexão no preço do CPO. Recuperou-se em 2011, em seguida, nos três anos subsequentes, houve uma nova retração preço, chegando em 2015, a ser comercializada por U\$ 575 dólares, a tonelada regrediu aos valores praticados em 2009. Em 2016, apresenta-se como fim de uma tendência de queda, a curva de preço retoma a um patamar mais estável, com valores acima de U\$ 700 dólares a tonelada (Gráfico 2).

Suscetível a crise mundial de meados dos anos 2.000, e com fortes variações devido aumento da demanda pelos biocombustíveis e aos ataques especulativos, o preço do óleo de palma mantém-se acompanhando a dinâmica dos preços das *commodities* de combustíveis e da agricultura, a perspectiva é que a tonelada do CPO permaneça em um valor expressivo, bem acima dos U\$ 266 dólares praticados no ano de 2.000 .

Gráfico 2- Série histórica do preço do Óleo Cru de Palma (CPO), em dólares, 2000 a 2016.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados do Index Mundi (2016b).

Outro aspecto que influencia a procura de dendê, em especial para a produção do biodiesel, está associado a suas vantagens agrônômicas, pois a produção média do seu óleo por hectare é 9 vezes maior do que a da soja, e representa um rendimento médio de 4,5 toneladas de óleo/ano por hectare (**Tabela 1**). Além da alta produtividade, o dendezeiro tem uma vida útil de 25 anos, começa a produzir já no terceiro ano e pode chegar a 25 toneladas/ano de Cachos de Frutos Frescos (CCF) por hectare, (Tabela1).

Tabela 1- Comparação da produção de óleo: soja e dendê.

Oleaginosa	Teor médio de óleo (%)	Rendimento médio (t óleo/ha)	Ciclo
Soja (grãos)	19	0,5	4 meses
Dendê (cachos de frutos frescos)	20	4,5	25 anos (perene)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2010).

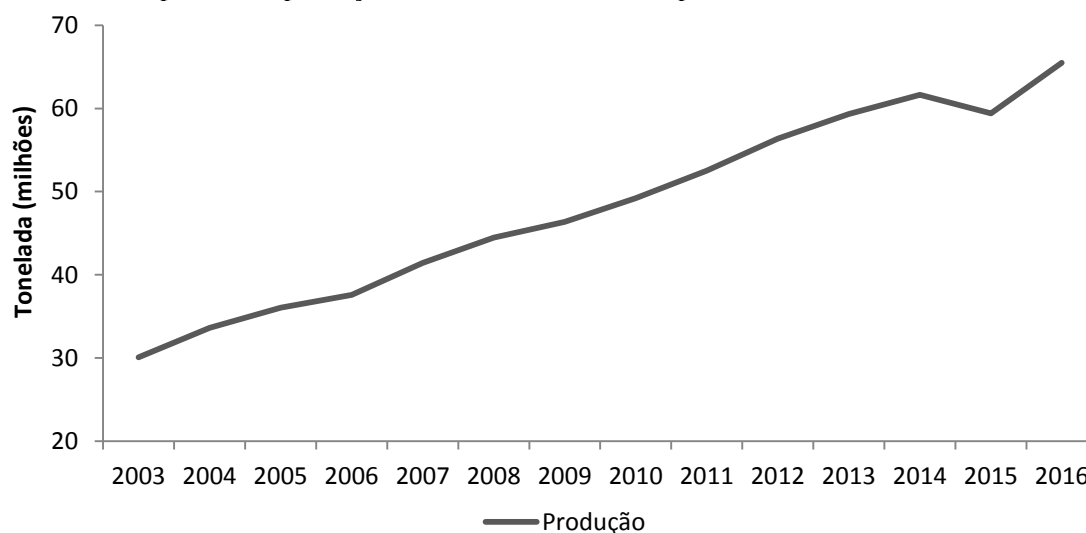
Tabela 2 - Ciclo de produtividade do dendê.

Idade de plantio (ano)	Produtividade (t CFF/ha)	Rendimento óleo t/ha (teor médio de óleo 20%)
1	0,0	0,0
2	0,0	0,0
3	7,2	1,4
4	14,4	2,9
5	18,0	3,6
6	21,6	4,3
7 a 9	25,2	5,0
10 a 20	22,0	4,4
21	20,0	4,0
22 a 23	15,0	3,0
24	12,0	2,4
25	8,0	1,6

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em Marzullo (2007).

O aumento do preço médio e a alta produtividade constituíram um incentivo para a expansão das plantações do dendê, verifica-se uma constante, mesmo com a variação do preço, no aumento da produção mundial de óleo de palma, com uma leve retração em 2015, mas já em 2016, a curva de crescimento mante-se inalterada (Gráfico 3).

Gráfico 3- Expansão da produção mundial do óleo cru de palma em toneladas.



Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados Index Mundi (2016a)

O crescimento contínuo da produção do CPO pode ser analisada não só para atender a demanda pelo biodiesel, mas há uma conjunto de outras destinações. O óleo de palma por vários usos, como o emprego na área alimentícia. Uma das demandas, como base nutricional,

advém do crescimento da demanda da Índia¹³⁹ e da China, por exemplo, que fez aumentar a procura de óleo vegetal para ser usado na indústria de alimentos; ressalte-se ainda o aumento do consumo de óleo de palma nos Estados Unidos (EUA). O uso de gorduras de origem vegetal tende a aumentar ainda mais no EUA, em razão da proibição naquele país de alimentos com gordura “*trans*”¹⁴⁰.

Somado com as demandas alimentícias, o destaque para o uso do óleo de palma na produção de biocombustível é determinante para o crescimento da demanda, em especial na Europa¹⁴¹, gerando um grande debate nas áreas tropicais do planeta de onde originam a produção do dendê.

No aspecto econômico, a defesa do biodiesel oriundo do dendê apoia-se no argumento de que a sua implantação não requer grandes investimentos, em especial, com equipamentos, se comparada com a indústria petrolífera. Além disso, apresenta um imediato retorno do capital empregado e a existência de incentivo à produção agrícola, à agroindústria e aos demais segmentos da sua cadeia produtiva. Os defensores ainda indicam o óleo de palma como um produto ambiental e de contribuição para inclusão social.

a) A defesa pelo viés ambiental

Com forte apelo sobre os ganhos ambientais, os biocombustíveis apresentam como uma estratégia necessária para a redução de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE).

¹³⁹ A Índia só no ano (2013/14) precisou de meio milhão de toneladas para atender a demanda por óleos comestíveis. A população Indiana, de 1,2 bilhões de pessoas, está aumentando em média 1,3% ao ano e a economia do país está se desenvolvendo, aumentando a renda e permitindo que as pessoas comprem óleos mais caros e de melhor qualidade para cozinhar. (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS 2013).

¹⁴⁰ Em 2015 a decisão da Administração de Remédios e Alimentos (FDA, na sigla em inglês) dos EUA de que o uso de gordura *trans* nos alimentos não é seguro e que os produtos que possuam esse componente em sua composição sejam retirados do mercado em um prazo de três anos (CRNUTRI FSP USP 2015)

¹⁴¹ As importações de óleo de palma para a Europa para uso como combustível aumentou em mais de três vezes desde 2006, 80% de aumento no consumo de óleo de palma pela União Europeia entre 2006 e 2012 deveu-se ao aumento do uso de biocombustíveis. O seu uso em alimentos e cosméticos permaneceram praticamente o mesmo durante o período. O consumo total de óleo de palma por parte da UE-27 subiu 41 por cento, de 4,51 milhão de toneladas em 2006 para 6,38 milhão de toneladas em 2012. O consumo de óleo de palma para biodiesel aumento em 365 por cento, de 402 mil toneladas para 1,87 milhão de toneladas. A Holanda, o maior consumidor de óleo de palma na Europa, viu o seu uso do óleo de palma para biocombustíveis aumentar vertiginosamente em 9.500 por cento, de 5.000 toneladas para 480 mil toneladas no período. Com 300.000 toneladas métricas em 2012, a Alemanha é o segundo maior consumidor europeu de biocombustíveis para consumo de biodiesel, seguida pela Itália (220.000 toneladas), Espanha (200.000 toneladas) e Finlândia (200.000 toneladas), (BUTLER 2014).

Os recentes debates sobre mudanças climáticas e ameaças de aquecimento global concentram-se nos argumentos mundiais para a adoção de biocombustíveis que substituiriam, de forma parcial ou até totalmente, os combustíveis de origem fóssil, e seriam utilizados nos transportes, fornecendo um combustível renovável capaz de reduzir tais emissões. Haveria, portanto, uma consequência positiva para o meio ambiente (BERGHOUT, 2008; GBEP, 2011; GNANSOUNOU, 2009).

O biocombustível é um combustível de queima limpa, derivado de fontes naturais e renováveis como os vegetais. Trata-se de uma alternativa capaz de reduzir as emissões poluentes, como o dióxido de carbono. Na utilização do biodiesel, estabelece-se um ciclo fechado de carbono – desde a cultura da matéria-prima até a produção do combustível –. Nesse processo fechado, o CO² é absorvido durante o crescimento da planta e é liberado quando o biodiesel é queimado na combustão do motor. Estudos mostram que o biodiesel reduz em 78% das emissões líquidas de CO² e em 20% nas emissões de enxofre (GOES et al., 2010).

Outro argumento ambiental favorável à expansão do dendê é o fato de que sua implantação não ocorreria em áreas de florestas, não aumentando, desse modo, o desmatamento. Os governos nacionais passariam a autorizar novos plantios para a produção de óleo de palma em áreas já alteradas, o que impediria o avanço do óleo de palma sobre as florestas tropicais.

Pelos argumentos do aquecimento global a expansão do óleo de palma é fortemente influenciada pelos biocombustíveis. Assim a ampliação de sua área de plantio traria ganhos à política contra o desequilíbrio climático. Representaria uma junção de várias políticas públicas de incentivos a um empreendimento vantajoso em relação aos combustíveis fósseis, por se tratar de uma fonte renovável de energia com menores níveis de emissão de GEE.

b) Justificativas de ganhos sociais

Somaram-se aos argumentos que favorecem a eficiência econômica e também ambiental, outros argumentos enaltecem a adoção dos biocombustíveis como um trunfo para os países mais pobres, pois permitiria a formação de um mercado mundial no qual essas nações teriam vantagem comparativa em relação aos países mais ricos, possibilitando a inclusão de agricultores.

Portanto a expansão de uma fonte energia limpa é defensável pelo argumento de que sua produção ocuparia dezenas de milhões de hectares “não utilizados” na África, na Ásia e nas Américas Central e do Sul, e ainda seria um instrumento de revitalização das estagnadas

economias rurais destes continentes, gerando emprego e renda para os agricultores e possibilitando uma verticalização da produção, por meio das agroindústrias.

De fato, a agricultura familiar nos países em desenvolvimento tem persistido na pobreza, e as políticas sociais não conseguem promover a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores que, nas últimas décadas, com a crise mundial, tiveram sua renda diminuída (MITCHELL, 2010). Pelo viés social a defesa da aplicação do biocombustível justifica-se pela necessidade do aumento da renda dos agricultores empobrecidos destes países do terceiro mundo, por meio de uma nova atividade agrícola. Esse apoio à implantação dos biocombustíveis está relacionado à convicção de que uma ação exógena pode gerar desenvolvimento na área rural.

A produção de biocombustíveis pode contribuir para a alteração desse quadro, visto que o rendimento por hectare supera o das culturas tradicionais tropicais; além disso, a produção de matéria-prima requer terra e trabalho intensivo, e grandes extensões de terra e mão de obra abundante são encontradas nos países em desenvolvimento.

7.2 Um modelo historicamente criticado pelos seus riscos

Os antecedentes da expansão do plantio em outras áreas no mundo trazem vários argumentos que questionam os tão apregoados ganhos ambientais, econômicos e sociais. Este modelo de produção do óleo de palma no mundo foi bastante criticado por vários organismos internacionais e organizações não governamentais. Para avaliar os problemas que as mudanças associadas à nova expansão do dendê, os críticos a esse modelo de produção de óleo de palma, buscaram-se como referência os processos já ocorridos na Ásia, em particular na Indonésia e na Malásia. Relatam a existência de grandes perdas e riscos econômicos, sociais, políticos e ambientais como: concentração fundiária, pouca aderência à economia local, perda da identidade cultural das comunidades locais, crise de alimentos e degradação ambiental. (ABDULLAH et al., 2009; CASSON, 1999; COLBRAN, EIDE, 2008; MONGABAY, 2007; THE ECONOMIST, 2010; WAKKER, 2005; WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 2001).

a) Riscos econômicos: ampliação das desigualdades regionais

Um dos maiores riscos econômicos é a possibilidade do biodiesel do dendê seguir os mesmos padrões agroindustriais já existentes de produção da expansão do biocombustível, com ênfase na monocultura e baixo valor agregado endógeno na área agrícola. Esse modelo

da estrutura agrária parece repetir-se: concentração de terra (por aquisição ou desapropriação) e incorporação desigual dos pequenos agricultores às cadeias globais das *commodities* (DAUVERGNE, NEVILLE, 2009; WHITE, DASGUPTA, 2010).

O “novo” modelo distinguir-se-ia pela roupagem “ambientalmente correta”, mas, conforme algumas pesquisas, a expansão do plantio de dendê tem contribuído para o aumento das emissões de carbono, por ter maiores custos ambientais do que os combustíveis fósseis (SCHARLEMANN; LAURENCE, 2008). Os biocombustíveis de primeira geração – como o óleo de palma, a cana-de-açúcar e a soja, entre outras – o seu balanço energético, pelo uso intensivo de defensivos, passa a ser ineficiente, e sua matéria-prima tenderá a ser substituída por outras tecnologias de reutilização de óleos dentro de duas décadas (ERNSTING, 2007). Portanto, não se justificaria o incentivo a uma grande expansão, com plantações em milhões de hectares em novas áreas. Os biocombustíveis de segunda geração, que resultam da reciclagem de óleos já utilizados, são mais intensivos em tecnologia. Por isso, as economias desenvolvidas, em especial as da União Europeia, podem continuar a aumentar a sua produção; em pouco tempo, essa tecnologia teria seu custo reduzido, o que se somaria aos ganhos ambientais propiciados pelo reaproveitamento, evitando o descarte dos resíduos de óleos e graxas (CLANCY, 2008).

Dois aspectos passam a ser centrais na abordagem da dinâmica econômica da produção do biodiesel: os riscos inerentes à concentração fundiária, já que a terra é destinada ao uso do biodiesel, e os riscos referentes ao processo de produção do óleo de palma, principalmente no que concerne às relações de trabalho e à melhoria da economia local. De fato, o biocombustível tem um impacto maior que as outras formas de agricultura intensiva, devido à rentabilidade da sua produção, em especial do óleo de palma. Tal situação implica uma tendência para que a maioria da produção seja realizada em plantações de grande escala (COLBRAN; EIDE, 2008), aumentando a concentração fundiária e, conseqüentemente, os conflitos pela posse da terra. Dessa forma, a expansão do biocombustível demanda grandes áreas de terras que, na sua maioria, não estão amparadas pelas leis que regem as relações privadas de propriedades porque possuem o estatuto de terras “públicas” ou do “Estado”, e garantem a subsistência de milhões de agricultores pelo mundo, com inúmeras formas de ocupação e pluralismo jurídico de domínio (COLCHESTER et al., 2006; SATO, 2000). Por outro lado, a produção de biocombustível teria pouca “aderência” à economia local, porque os pequenos produtores tendem a ter uma participação menor no sistema de produção. Isso se deve às estruturas da produção do biodiesel: há uma relação desigual entre as economias de escala e o mercado local.

Ainda sobre a economia regional, cabe ressaltar que a rentabilidade do óleo de palma não decorre da produção agrícola, mas do controle da cadeia produtiva, do valor agregado na conversão após a colheita, do fornecimento dos insumos (mudas, adubos etc.) e, em especial, os ganhos maiores são decorrentes do processo fabril da extração do CPO e das demais etapas de produção do biodiesel. Por conseguinte o valor retido na zona rural é pequeno e tem efeitos multiplicadores baixos, pois o sistema produtivo não é direcionado para os mercados locais e sub-regionais. Por ser uma grande produção comercial, a produção de óleo de palma insere-se na dinâmica dos mercados nacionais e global (DUFEY, 2007).

Caso não exista um forte controle do processo de fornecimento dos insumos e da comercialização dos biocombustíveis, pode ocorrer o efeito “cavalo de Troia” – uma referência à história mitológica – conforme explica Shattuck (2009): a sociedade, em especial os pequenos agricultores, inicialmente se encanta com o presente e depois são aprisionados por ele. A pesquisadora reporta-se à dependência do agricultor dentro da cadeia produtiva dos biocombustíveis, que vai desde o fornecimento das variedades geneticamente modificadas até o preço fixado para os insumos químicos, chegando a estabelecer o valor de comercialização do produto (SHATTUCK, 2009). É muito provável que o plantio do dendê, como já ocorre no plantio da cana-de-açúcar, por força do ganho em escala, se efetive em grandes propriedades e que os agricultores sejam transformados em assalariados das grandes empresas agroindustriais.

b) Riscos sociais: perda de identidade cultural e aumento de conflitos

Na Indonésia, por causa do avanço do plantio de dendê, as terras da agricultura tradicional e florestas foram convertidas em plantações. Houve um declínio do número de agricultores a serviço da agricultura tradicional; em contrapartida, registrou-se um aumento do número de pequenos produtores que se dedicam ao cultivo do dendê. Com a monocultura do dendê, além da perda da biodiversidade, ocorreu também a perda da identidade cultural dos agricultores. A identidade das populações tradicionais está diretamente ligada a uma referência espacial. As relações sociais e os espaços geográficos locais são ameaçados pela dinâmica da economia da implantação dos biocombustíveis. A existência de conflitos contra o padrão da biodiversidade denota que as populações tradicionais estão vulneráveis, sujeitas à perda de sua identidade sociocultural (MARTI, 2008).

O plantio do dendê introduz um novo processo agrícola, pelo cultivo permanente, que necessita de um gerenciamento intensivo. Isto altera consideravelmente os hábitos de muitas

comunidades, afastando-as da prática tradicional da lavoura temporária, a base de sua subsistência (MARTI, 2008).

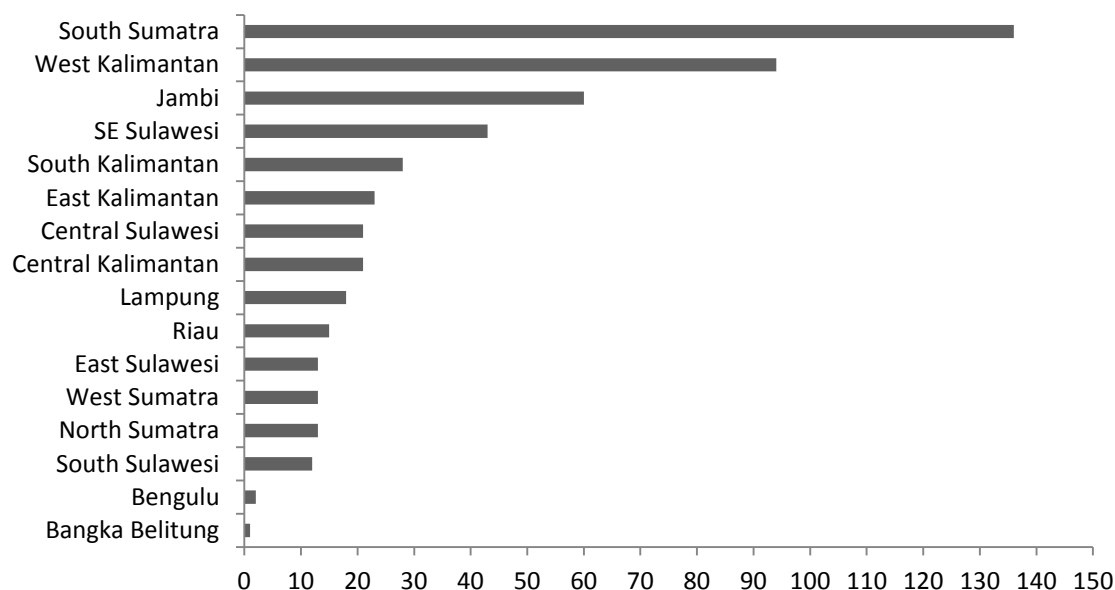
Este fator contribui para a mudança no padrão produtivo do agricultor. A diminuição da área para o cultivo da agricultura de subsistência altera a tradição dos agricultores. A agricultura deixa de ser praticada por meio do sistema de rotação de áreas da floresta natural que fertiliza os solos pobres tropicais para o plantio de culturas de ciclo curto (MARTI, 2008).

Além da alteração de *habitus*, por força de transformações em alguns padrões culturais, a monocultura do dendê traz também riscos de insegurança alimentar, pela mudança nas rotinas do trabalho da população. Essa mudança tira a soberania da comunidade que deixa de plantar a sua própria produção alimentar, o que exige recursos financeiros para garantir sua subsistência, colocando-se na dependência total da venda da sua produção agrícola do dendê. A comercialização do dendê passa a regular e a aumentar o custo de vida nas comunidades. Os demais produtos passam a ser indexados pelos preços do óleo cru de palma (CDESC, 2002; DOWN TO EARTH, 2001; VEL, 2009).

A monocultura em larga escala leva à marginalização dos pequenos proprietários, transformando-os em assalariados mal remunerados, aumentando o inchaço da população urbana e reduzindo a produção da agricultura familiar, base da segurança alimentar das comunidades locais. Isso contribui para a redução da produção e, conseqüentemente, para o aumento do preço dos alimentos (COLCHESTER et al., 2006).

A perda da identidade cultural é também uma consequência da retirada das comunidades locais que deixam de ter acesso à terra. O avanço da ocupação das áreas destinadas ao dendê tem levado a uma grande redistribuição de terras e de recursos naturais. Em nome da expansão do dendê, criou-se um processo especulativo de terras, que tem efeitos diretos no aumento dos conflitos sociais. Na Indonésia, a expulsão de pequenos agricultores de suas terras foi facilitada pela fragilidade do ordenamento territorial e fundiário, com leis ambíguas no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos habituais das comunidades, e pela legislação que permite ao governo redistribuir terras para o setor privado de acordo com os planos nacionais de desenvolvimento (COLCHESTER et al., 2006).

Em 2008, a organização não governamental *Sawit Watch* monitorou 513 conflitos ativos entre as empresas e comunidades no setor de plantio de palma na Indonésia (Gráfico 4). As províncias de Sumatra Sul e Kalimantan Ocidental tiveram o maior número de conflitos e foram as que apresentaram recente expansão do plantio do dendê na Indonésia (MARTI, 2008).

Gráfico 4 - Conflitos provocados pela expansão do óleo de palma na Indonésia.

Fonte: Sawit Watch (2008) apud Marti (2008, p. 40).

c) Riscos políticos: aumento da crise alimentar

Um dos contrapontos institucionais à política de apoio ao uso de combustíveis renováveis de origem vegetal é a crescente preocupação com a crise alimentar. Essa crítica à política de expansão dos biocombustíveis é feita pela *Food and Agriculture Organization* (FAO). Esse organismo internacional sustenta que o aumento da desnutrição no mundo é causado, principalmente, pela forte tendência de aumento dos preços dos alimentos, sem correspondente aumento da renda, o que gera uma situação de insegurança alimentar no planeta. Dentre as causas dessa crise, destaca-se a produção de biocombustíveis. A substituição do petróleo por biocombustíveis revela uma nova batalha mundial “comida versus combustíveis”, relação que se estabelece porque ambos concorrem pelos mesmos insumos: o uso do solo e da água (DOORNOSCH, STEENBLIK, 2007; FAO, 2008a, 2008b, 2008c, 2010; GERMAN, 2010; VON BRAUN, 2007).

Para encher um tanque de 50 litros com biocombustível produzido a partir de 200 kg de milho, o proprietário de um carro de um país desenvolvido utiliza o suficiente para alimentar uma pessoa por um ano, conforme nota do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o direito à alimentação (ONU, 2007). Em um mundo onde a regulação é feita pelo mercado, com fortes distorções de renda entre o proprietário do carro e uma pessoa de um país pobre em situação de insegurança alimentar, não há dúvida sobre quem terá maior capacidade de compra.

Em 2007, os biocombustíveis líquidos representavam apenas 0,36% do consumo da energia total do mundo e, para atingir essa percentagem, só nos EUA foram consumidos 23% da produção de grãos daquele país. A Academia Nacional de Ciências americana apresentou um estudo, usando o ano de 2005 como referência, demonstrando que todo o milho e toda a soja produzidos nos Estados Unidos, em 2005, substituiriam apenas 12% da gasolina consumida no país, naquele ano (FAO, 2008c).

Com o agravamento, nesta última década, da crise alimentar no planeta, os biocombustíveis foram tomados como um dos principais responsáveis pelo aumento dos preços de alimentos, em virtude da política mundial da substituição energética. Esse debate também se refletiu na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que apresentou críticas aos benefícios da implantação das políticas de apoio aos biocombustíveis (DOORNOSCH, STEENBLIK, 2007; FAO, 2008a).

d) Riscos ambientais: perda da biodiversidade

Há diversos estudos que correlacionam a produção de óleo de palma, na Indonésia, à perda da biodiversidade (DANIELSEN et al., 2008; FITZHERBERT et al., 2008; WAKKER, 2005). A Indonésia é um país que tem 120 milhões de hectares de floresta tropical, a maior floresta no Sudeste da Ásia, e a terceira maior floresta tropical do planeta, precedida do Congo e da Amazônia. Isso torna a Indonésia um dos dez países mais diversos. Em 2008, a Indonésia foi o país que teve a maior taxa de desmatamento do mundo, registrando-se o desmatamento médio de 1,8 milhão de hectares por ano, entre 2000 e 2005. Nesse cenário, as plantações de óleo de palma são apontadas como as principais causas dessa ação (COLCHESTER et al., 2006; FITZHERBERT et al., 2008).

A relação direta entre o crescimento do plantio do dendê e o desmatamento das florestas tropicais asiáticas é também apresentada por Wicke (2008). Ele aponta o dendê como uma das causas da destruição das florestas: entre 1990 e 2005, mais da metade da expansão de óleo de palma na Malásia e na Indonésia ocorreu em áreas até então ocupadas por florestas (WICKE et al., 2008).

A conversão em larga escala das florestas tropicais em plantações de óleo de palma tem um forte impacto nos ecossistemas, com a perda de um grande número de espécies vegetais e animais. Em florestas preservadas na Malásia, são encontradas cerca de 80 espécies de mamíferos. Em contraste, as florestas já alteradas têm pouco mais de 30 espécies de mamíferos, enquanto as plantações de dendezeiros têm apenas 11 ou 12. Reduções semelhantes ocorrem em espécies de insetos, aves, répteis e microrganismos do solo

(SIMAMORA, 2008; WAKKER, 2005), além de colocarem em risco espécies como o tigre de Sumatra e orangotangos. Só no ano de 2006, foram mortos 1.600 orangotangos para que se implantassem plantações de dendezeiros (GREENPEACE, 2008).

O modelo de produção do plantio do dendê, em expansão no planeta, por si só, já cria um processo de vulnerabilidade ambiental. O aspecto central é que o padrão de plantio de monocultura não admite consórcio de outras espécies florestais, reduzindo a plantação somente à *Elaeis guineensis*.

Após a derrubada da floresta, os incêndios florestais são usados como técnica de limpeza da área, o que economiza cerca de 20% dos custos para estabelecer a plantação de dendezeiros. A falta de controle das queimadas ampliou ainda mais os riscos ambientais e fez da Indonésia o caso mais emblemático de incêndio florestal do planeta: no período de 1997 a 1998, foram cerca de 5 milhões de hectares tomados pelo fogo (WAKKER, 2005).

Esse modelo agrícola, implantado a partir da revolução verde, baseado na mecanização e na quimificação, provocou consequências irreparáveis no ecossistema das florestas tropicais do planeta, pois normalmente está associado ao emprego maciço de produtos químicos que contaminam não só o solo, mas as águas do subsolo e dos rios.

O risco ambiental da atividade é ampliado pela contaminação hídrica. O cultivo de dendê requer pesticidas e fertilizantes para aumentar a produtividade, mas isso, muitas vezes, com o processo de lixiviação, contamina as águas. Cerca de 20 diferentes agrotóxicos são usados, e a falta de um monitoramento efetivo facilita o uso de agentes químicos. Um dos herbicidas utilizados é altamente tóxico – *paraquat dicloreto* –, impossibilitando a utilização do solo para o plantio de alimentos e contaminando a água subterrânea. A erosão é outra consequência do plantio de dendê: com a retirada de toda a vegetação do solo, há uma perda da parte superior do solo que provoca a erosão e, conseqüentemente, cargas de sedimentos nos rios (WAKKER, 2005).

Os riscos ambientais não se restringem à área agrícola, são ampliados na produção fabril de óleo de dendê. Associados aos danos decorrentes da inadequada destinação dos resíduos industriais, denominados *Palm Oil Mill Effluents* (POME), que é a mistura de água, frutos esmagados e resíduos de gordura, que normalmente são depositados em tanques a céu aberto. O volume de resíduos industriais (POME) é muito alto: uma prensa esmagadora de dendê, com capacidade para processar sessenta toneladas de CFF por hora, produz 1.200 metros cúbicos de resíduos por dia, o que equivale ao esgoto produzido por uma cidade de 75.000 habitantes. Estima-se que a relação é de uma prensa esmagadora para cerca de 12 mil hectares plantados de dendê (COLBRAN; EIDE 2008).

Outro aspecto de risco ambiental é a mutação genética. Para a produção em larga escala e com alta produtividade, o cultivo é realizado com plantas geneticamente modificadas, embora a maioria dos consumidores na União Europeia assumam uma posição crítica quanto à utilização de plantas geneticamente modificadas como fonte de alimentação humana e animal. Porém é provável que a aplicação da engenharia genética na produção de energia de origem vegetal ganhe maior aceitação, devido às promessas de que essas plantas não entrarão na cadeia alimentar. As grandes corporações do agronegócio já utilizam plantas geneticamente modificadas para a expansão da produção de agroenergia (MISEREOR, 2007).

Duas consequências futuras já se delineiam: em primeiro lugar, espera-se que a diversidade genética de sementes seja ainda mais limitada, que as características geneticamente modificadas sejam transferidas também para outras plantas, fazendo com que os agricultores se tornem ainda mais dependentes das grandes corporações do agronegócio em consequência do patenteamento e da proibição de reprodução das sementes transgênicas; em segundo lugar, é provável que, após a aplicação nos biocombustíveis, as plantas transgênicas, uma vez aceitas para a produção de energia, sejam introduzidas furtivamente na produção de alimentos (MISEREOR, 2007).

O “balanço energético” positivo dos biocombustíveis é relativizado pela espécie vegetal de que o óleo é extraído e também pelo processo utilizado, conforme estudos de 2007, dos Laboratórios Federais Suíços para Teste de Materiais e Pesquisa, mantidos pelo Centro Comum de Investigação da União Europeia. Estes estudos apontam que as altas quantidades de fertilizantes sintéticos utilizados no sistema produtivo das plantas bioenergéticas contribuem para a emissão de óxido nítrico (N^2O), um gás de efeito estufa muito potente (MISEREOR, 2007). Ademais, a produção do biodiesel a partir de óleo de palma envolve o risco de destruição de florestas. Isso teria mais um impacto negativo no balanço dos gases de efeito estufa, porque as florestas são um grande reservatório de carbono. Dessa forma, o desmatamento e as queimadas, como observado nas florestas de *turfa* na Indonésia, para as plantações de óleo de palma, contribuem significativamente para as emissões de CO^2 (MISEREOR, 2007). A Indonésia é a terceira maior produtora de gases de efeito estufa do planeta, só perdendo para os Estados Unidos e a China. Essas emissões na Indonésia devem-se principalmente a sua alta taxa de desmatamento, que equivale a 2.563 milhões de toneladas de dióxido de carbono – cerca de 85% das emissões ($3.014 MtCO^2e$) daquele país -. Onde a maior parte do desflorestamento foi feita para o plantio do dendê (COLBRAN; EIDE, 2008).

O combate ao desmatamento por meio de políticas de valorização da floresta não tiveram o resultado esperado. A alta rentabilidade do óleo de palma eleva o preço da terra e

torna inviável o pagamento de serviços ambientais para evitar o desmatamento ou incentivar usos mais sustentáveis. A conversão de um hectare de floresta para a produção de óleo de palma será mais rentável, o rendimento do valor presente líquido (VPL) varia entre US\$ 3.835 a US\$ 9.63. Enquanto para pagamento de créditos de carbono é de US\$ 614 a US\$ 994, e ainda estando restritos aos mercados voluntários de carbono. Para ter uma paridade de preços da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) negociada em mercado, os créditos teriam de aumentar a rentabilidade do desmatamento evitado para patamares superiores de US\$6.605. Caso não ocorra uma mudança nas atuais políticas climáticas globais para legitimar a negociação de créditos de carbono de desmatamento evitado, o REDD não será capaz de competir com a agricultura do óleo de palma ou outras atividades humanas igualmente rentáveis economicamente e mais atraentes para a opção de conversão do uso da terra. Nesse caso, o REDD não será capaz de cumprir a sua função primária de evitar o desmatamento (BUTLER; LAURANCE, 2009, p. 67-73).

Embora todos os questionamentos sobre esta estratégia do avanço do plantio do dendê, a posição advinda da conjuntura mundial de fomentar uma nova matriz energética no planeta, baseada em combustíveis renováveis atuou no favorecimento das forças estruturantes da trajetória tecnológica do óleo de palma no recente processo de uma nova fase de expansão de plantio de dendê na Amazônia Oriental brasileira, em especial no Pará.

7.3 O dendê no Pará: ciclos diferenciados da mesma trajetória

O contexto global de ampliação da demanda e de elevação dos preços de biodiesel impulsiona o plantio do dendê no planeta, provocando profundas alterações onde se instala. Embora seja fruto de uma conjuntura mundial, a recente expansão da produção do óleo de palma na Amazônia Oriental brasileira tem suas especificidades, enquanto espaço-lugar.

Não obstante que a atual ampliação de plantio de dendê apresente-se como um fato social novo, mas a produção de óleo de palma tem uma história de existência de mais de 60 anos no Pará, o que inclusive pode ter influenciado para a decisão dos vários agentes em agir na conformação dessa nova fase de expansão do plantio do dendê na região.

O plantio do dendê em esfera empresarial na Amazônia, em especial no Pará, não é algo recente, remete à década de 1960. A trajetória tecnológica empresarial do dendê no Pará mesmo que em seus processos técnicos mecânico-químicos não sofreram grandes alterações nestes anos, os arranjos da governança institucional se alteraram, principalmente, os agentes que estão à frente desta trajetória.

Ao traçar uma linha histórica ampla do dendê no Pará, pode-se indicar que, ao longo de cinco décadas, ocorrem transformações impactantes nos espaços em que se implantam. São alterações ambientais, econômicas, sociais e culturais que se afetam mutuamente, porém não se pode deixar de analisar as diferentes minúcias que se efetivaram dentro destes processos da dinâmica da expansão do plantio. Dentro de um contexto de abrangência temporal, a atividade do dendê no Pará pode ser caracterizada em três momentos.

O primeiro ocorreu entre a década de 1960 e meados de 1970, tendo como principal referência as iniciativas de criar um polo dendezeiro na Amazônia, ocorrido em 1965¹⁴², como o plantio pela própria Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na estrada do distrito de Mosqueiro, hoje município de Santa Bárbara, com a colaboração do *Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux* (IRHO). Os pesquisadores do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) trouxeram as primeiras sementes da Bahia, para testes na formação de cultivares híbridas de dendê. Dentro de uma cronologia, em 1972, o Ministério do Interior aprova a transferência do plantio de dendê da SUDAM para a iniciativa privada, em 1973, a Secretaria do Estado do Pará de Agricultura (SAGRI) atua no incentivo ao plantio de óleo de palma junto aos pequenos produtores para viabilizar o Projeto Dendê da SUDAM. Em 1975, o Projeto Dendê da SUDAM passa para a holandesa HVA e torna-se DENPAL, em seguida para Dendê do Pará S.A (DENPASA), e já em 1976 é inaugurada a usina de processamento de óleo da DENPASA.

A partir do empreendimento pioneiro da DENPASA, pode-se destacar uma segunda fase de expansão, ocorrida na década de 1980 até meados dos anos 2000. Os plantios foram inicialmente alavancados por médios empreendimentos familiares, em seguida pela incorporação de empresas e uso de incentivos creditícios, via políticas de renúncia fiscal, pelos Fundos Setoriais (FISSET) e do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), este administrado pela SUDAM. No início da década de 1980, este modelo de incentivo fiscal foi marcado pelo surgimento de vários projetos com dendê na Amazônia, como foi o caso da Reflorestadora da Amazônia S.A (REASA), tendo como sua sucessora a empresa MARBORGES, que obteve apoio do FINAM e do FISSET para fazer reflorestamento com dendê em Moju. Ainda 1981, a Mendes Júnior Agrícola do Pará (Agromendes) com projeto aprovado pela SUDAM, através da renúncia fiscal da Construtora Mendes Junior, instala-se em Moju. Depois este empreendimento foi repassado para a AGROPALMA. Neste mesmo período a DENPASA compra 27.500 hectares no município do Acará e cria a COACARÁ.

¹⁴² Sobre a história do desenvolvimento da cultura do dendezeiro na Amazônia ver Homma 2000

Outro projeto aprovado pela SUDAM, em 1982, foi o do Banco Real S/A, para a Companhia Real Agroindustrial de dendê (CRAI), que mais tarde passa a ser a AGROPALMA.

O grupo AGROPALMA foi-se construindo em um processo de aquisição e fusão de empresas, capitaneado inicialmente pelo então Banco Real S/A, a partir da empresa CRAI, localizada no município de Tailândia (PA). Nos anos seguintes foram incorporadas outras empresas à antiga AGROPALMA; AGROPAR; AMAPALMA e a COACARÁ. Ainda na década de 1980, empresas menores também se organizaram como a Agroindustrial Palmasa S.A, em Igarapé-açu (PA). E no final da década de 1990, outro grupo familiar cria a Refinaria Yossan Ltda, que entra em operação em Santa Isabel do Pará, com o plantio no município de Bonito, também no nordeste paraense.

No final da década de 1980, começam a aparecer alguns casos da doença do amarelecimento fatal (AF). Com a disseminação do AF¹⁴³, no início dos anos 2000, houve um arrefecimento na expansão de áreas para plantio pelas empresas, com uma significativa redução de médios e pequenos empreendimentos agrícolas.

Além do problema de adoecimento nos dendezais, outro fator que, naquele momento, influenciou negativamente o desenvolvimento da trajetória tecnológica do dendê foi a redefinição do arranjo institucional. Em 1992, ocorre um enfraquecimento da governança de apoio à trajetória tecnológica do dendê, o governo Collor traça uma política econômica liberal que reduziu a zero a alíquota de importação de óleo de palma, causando prejuízo aos produtores nacionais. Tais eventos (doença do AF e perda de governança) levaram a uma redução na taxa de expansão do plantio do dendê na Amazônia. Ao final desta segunda fase, a dendecultura caracteriza-se pelo fechamento de pequenas indústrias e abandonos de varias extensões de plantios¹⁴⁴.

A segunda fase da produção do dendê no Pará consolidou-se em torno de uma grande empresa, a AGROPALMA, além da participação de alguns médios empreendedores que permaneceram ligados a grupos familiares, dentre os quais alguns de descendência nipônica, como os instalados no município de Santo Antônio do Tauá, Dendê do Tauá S.A.

¹⁴³ O AF é uma doença relativamente recente, ocorreu nos últimos 30 anos, e que dizimou milhares de plantas, levando a grandes perdas econômicas às empresas vinculadas ao agronegócio do dendê e à eliminação de centenas de postos de trabalho no Pará. Apesar de todos os esforços de pesquisa já efetuados, o AF ainda tem etiologia desconhecida, o que impossibilita a elaboração de medidas de controle mais precisas. O que tem buscado como alternativa são plantas híbridas de dendê resistente à doença. (BOARI, 2008).

¹⁴⁴ O Assentamento Abril Vermelho com 6.800 hectares é advindo de parte da área de plantio da empresa Dendê Pará S/A (DENPASA), e iniciou-se como ocupação em 2004, foi oficialmente destinada à Reforma Agrária em 2006, estando assentadas atualmente 370 famílias em estabelecimentos rurais de 10 e 20 ha.

(DENTUÁ), no município de Igarapé-açu, PALMASA Agroindustrial S.A., além de outros grupos familiares, como em Moju, MARBORGES Agroindústria S.A. e no município de Bonito, MEJER Agroflorestral Ltda.

O atual e terceiro ciclo de expansão do dendê no Pará inicia-se em meados dos anos 2.000, não se diferencia das demais fases em relação aos padrões técnicos de monocultura e ocupação de grandes áreas para plantio e, por conseguinte, gerando profundas alterações na dinâmica espacial onde se implantaram.

Mas se distingue pelas especificidades de sua rápida implantação, pela capacidade de construir um amplo arranjo institucional de apoio e pelo porte de capital simbólico dos agentes envolvidos que por um conjunto de eventos internos e externos, se somaram às propriedades físicas locais, reforçando, assim, a opção pelo dendê, e pelo Pará, como um dos espaços de expansão da produção de óleo vegetal na Amazônia, diante de novo contexto mundial de demanda crescente.

Dentre as características que favoreceram a expansão desta trajetória tecnológica, observam-se as: 1) propriedades fitológicas do dendê, alta produtividade oleaginosa, como já mencionado o dendê produz por hectare nove vezes mais óleo que a soja; 2) condições agronômicas favoráveis, as áreas tropicais são altamente propícias à produção do dendê devido: a) ter tolerância à acidez, pode ser plantado em solos ácidos (ph 4.0), como são os da Amazônia; b) desenvolver em altas temperaturas, características do clima nestas regiões; c) necessitar de bom nível de chuvas, na Amazônia existem microrregiões com altos índices pluviométricos adequados; d) existir na Amazônia áreas com topografia plana, o que facilita a implantação da infraestrutura para a produção; 3) base tecnológica em desenvolvimento, o que possibilita maior controle das doenças patogênicas, como a mangra (doença do AF)¹⁴⁵; 4) ganhos econômicos atrativos, devido à alta rentabilidade do investimento; e 5) Forte atuação institucional com adoção de políticas de incentivo do governo brasileiro. Todos esses fatores criam um ambiente favorável à expansão da plantação dos dendezaís na Amazônia (BUTLER; LAURANCE, 2009).

Neste contexto, o Pará, pela já existência de plantios, passou a ser o foco da expansão do dendê na Amazônia Oriental. No final dos anos 2000, este conjunto de fatores agronômicos, econômicos e institucionais favorecia a expansão da plantação, o que propiciou

¹⁴⁵ Inicialmente foi anunciada a utilização de mudas híbridas – Híbridos Interespecíficos *Oleifera x Guineensis* (HIE) resistentes ao AF (HOMMA et al (2016), mas como o híbrido necessitava de polinização manual, aumentando muitos custos de produção agrícola, só foi utilizado em áreas já infestadas pelo AF, os principais plantios novos continuam sendo da variedade *Guineensis*, apenas há um controle mais sistemático em campo de pragas em seu processo inicia.,

uma rápida instalação desta trajetória tecnológica no nordeste paraense, modificando a estrutura espacial, com um acelerado incremento de áreas plantadas.

O modelo tecnológico desta trajetória está baseado no mesmo padrão mecânico-químico de homogeneização de paisagem com arbóreas de ciclo longo, baseado na utilização intensivo de adubação química e de herbicidas. Este paradigma agrário de silviculturas corresponde ao processo reprodutivo da sociedade moderna. Apropria-se, com rapidez, do conhecimento gerado pelo desenvolvimento científico da mecânica, da química e da formação de sistemas botânico e biológico homogêneos. Caracterizada, neste caso, por mudas resistentes, ou um controle precoce, da doença patogênica conhecida como AF. Este mesmo padrão tecnológico se replica em todas as áreas, inclusive nas integradas com a agricultura familiar. Mesmo com forte aparato mecânico, com o uso de máquinas e implementos agrícolas, os principais tratos culturais e a colheita são realizados manualmente, o que requer o uso intensivo de mão de obra¹⁴⁶.

Através da capacidade de efetivar uma boa governança, a trajetória tecnológica do dendê, por uma disposição institucional de reforço à expansão do óleo de palma, foi diferente dos momentos anteriores. Embora as fases antecedentes tivessem apoio institucional governamental, a primeira com execução direta pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a segunda por meio indiretos, via os incentivos capitaneados e direcionados ao Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM); neste novo ciclo, a expansão do dendê passa a ter uma disposição mais abrangente das ações institucionais, em especial do governo federal. A governança institucional da trajetória tecnológica do dendê teve a capacidade de construir um amplo arranjo de apoio ao seu desenvolvimento, inclusive constituindo-se como política de governo.

O governo brasileiro já vinha tratando a expansão do biodiesel como política pública governamental, em 2005, com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); o Ministério de Meio Ambiente brasileiro reafirmou, na Conferência das Partes (COP 16), em Cancun, a sua intenção de reduzir em 36% as emissões de GEE até 2020, tendo como referência a redução em 80% do desmatamento na Amazônia. Para isso, criou o Fundo Amazônia, por meio do Decreto n.º 6.527, de 2008, usando 1 bilhão de reais doado pelo governo da Noruega (BRASIL, MME, 2011). Para o dendê, cria-se um recorte específico desta política governamental, a fim de incentivar a ampliação da produção do óleo de palma.

¹⁴⁶ As empresas estimam que a proporção do uso da mão de obra seja na razão de um trabalhador para cada oito a dez hectares plantados. Esta variação de 8 a 10 hectares/trabalhador é justificada de acordo com os tratos culturais, idade da planta, atividade agrícola, etc

Pela coordenação direta da Casa Civil da Presidência da República, o governo brasileiro formalizou um conjunto de ações de apoio institucional, científico, fiscal e creditício à produção de dendê no âmbito do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo¹⁴⁷ (PPSPO) (EMBRAPA, 2010). Uma das primeiras ações do PPSPO foi o zoneamento do dendê que registrou 4,1 milhões de hectares de áreas degradadas propícias – a maior parte na Amazônia – para o plantio do óleo de palma destinado à produção de biodiesel (Mapa 1).

Mapa 1- Zoneamento agroecológico do dendê na Amazônia.



Fonte: EMBRAPA (2010).

Outro aspecto desta atual trajetória tecnológica do dendê está na característica dos seus agentes. Talvez o perfil do agente seja a maior diferença das ações da atual fase de expansão do dendê de outras épocas. A posição do agente fez a diferença na formatação da trajetória. Neste terceiro e atual momento, no final dos anos 2000, ressurge um novo ciclo de ampliação do óleo de palma pela ação de agentes com forte acúmulo de capital simbólico, como as grandes empresas multinacionais, Archer Daniels Midland do Brasil (ADM), Belém Bioenergia Brasil (Petrobras/Galp Energia) e Biopalma da Amazônia S.A (Companhia Vale).

¹⁴⁷ O governo federal criou o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com a participação dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia e do Meio Ambiente. O Programa foi oficializado pelo presidente Lula da Silva no dia 06 de maio de 2010, na Associação Agropecuária do Vale do Acará, em Tomé Açu/PA.

A conjunção de eventos (internos e externos) com a participação de agentes dotados de grande representação de capital simbólico, com disponibilidade de intervenção de recursos financeiros e políticos, aliados à capacidade de organizar uma boa governança, capaz de cooptar um arranjo institucional de autorreforço, favoreceram a implantação da atual fase do dendê no Pará, com o desenvolvimento da trajetória tecnológica caracterizada pela robustez da sua ação estruturante. Distinguida pela grande amplitude das áreas ocupadas e rapidez no plantio agrícola.

Este crescimento expressivo de ocupação espacial é uma das especificidades da ação estruturante diante de estruturas estruturadas no espaço-lugar onde se implantaram. Houve um incremento exponencial na área plantada. Em intervalo de quatro anos, 2008 eram 65 mil hectares, 2012, já existiam 153 mil hectares plantados para a produção de óleo de palma no Pará. Em menos de dez anos, as áreas ocupadas para plantio de dendê mais que triplicaram, com crescimento superior a 318%. No ano de 2016, há 207 mil hectares de dendê, entre plantio próprio das empresas e áreas integradas, todos localizados no nordeste paraense.

7.4 Novos atores entram em cena: a ação estruturante do dendê

Sob a influência da mediação do mercado de *comanditeis*, através das demandas de produção e comercialização, a expansão do óleo de palma avança e promove ampliação do plantio do dendê na Ásia e também alarga com novas plantações em outras territorialidades. Neste novo contexto de crescimento do óleo de palma no cenário mundial objetiva-se em bases locais, alterando a disputa dos recursos naturais e institucionais do espaço-lugar onde se instalam. Pelos processos associados à produção do óleo de palma, a implantação do dendê afeta a dinâmica espacial, seja pela ação direta, nas áreas onde sua trajetória tecnológica agrária se efetiva, seja de forma indireta, quando restringe o desenvolvimento de outras trajetórias concorrentes no mesmo espaço-lugar. Tratam de ações que ao se efetivarem reorganizam o espaço, nos âmbitos físico, econômico, social e cultural.

A organização do espaço depende da posição dos diversos agentes em uma dada estrutura de capital simbólico. Na sua gênese, há um duplo movimento: agente e estrutura; local e global. Marcados por características específicas do local onde estão inseridos, os fatos sociais ligados à expansão do dendê, fizeram com que agentes capitalizados (social e economicamente) passassem a atuar de forma mais incisiva na expansão de áreas plantadas em faixas equatoriais do planeta e, no caso analisado, a região do nordeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira.

A estrutura estruturada do nordeste paraense recebe novos jogadores que, ao entrarem na partida, ocupam posições relativas no ambiente institucional e influem na reconfiguração do espaço-lugar onde o plantio se estabelece. As ações dos novos agentes vinculados ao dendê são estruturas estruturantes que alteram a composição das relações sociais e de poder, transformando as regras de concorrência anteriormente instituídas, inclusive conformando novos arranjos institucionais advindos de uma governança favorável ao desenvolvimento de sua trajetória tecnológica, em especial, a forte atuação do próprio Estado com a produção de eventos de reforço ao incremento da trajetória do dendê.

Como elemento característico da formação estruturada no nordeste paraense está a predominância da agricultura familiar na organização da produção regional. A relevância da participação familiar pode ser constada pelos dados da produção municipal agrícola agregada nos principais municípios produtores de óleo de palma no Pará¹⁴⁸. Neste recorte específico dos principais municípios produtores de dendê, em 2006, mais 96% da produção agrícola estavam vinculadas às atividades camponesas (**Tabela 3**).

Tabela 3 - Produção agrícola nos principais municípios produtores de óleo de palma (dendê) Censo 2006

Origem da produção	Área colhida em hectares
Agricultura familiar - lei 11.326	89.255
Agricultura não familiar	2.870
Total Geral	92.125

Fonte: Censo Agropecuário (2006), Tabela SIDRA 949

A fim de ter um parâmetro das organizações produtivas anteriores ao avanço desta terceira fase da trajetória do dendê no Pará¹⁴⁹, busca-se delimitar o quadro das relações já existentes, pela análise da conformação das trajetórias estruturadas. Para a apreciação das estruturas estabelecidas optou-se pela caracterização da adequação regional pelas trajetórias tecnológicas agrárias, descrita por Costa¹⁵⁰ (2012b, capítulos 8, 9 e 10), tendo como referência

¹⁴⁸ Para efeito deste estudo consideram-se os municípios: Acará, Bonito, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Açu, Moju, Santo Antônio do Tauá, Santa Barbara, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu - todos localizados no nordeste paraense, como os principais produtores de dendê no Pará.

¹⁴⁹ Optou-se pela referência do Censo de 2006, à medida que as ações da expansão do dendê ocorrem a partir da metade dos anos 2.0000 com a compra de terras e os novos plantios que começam a partir de 2007.

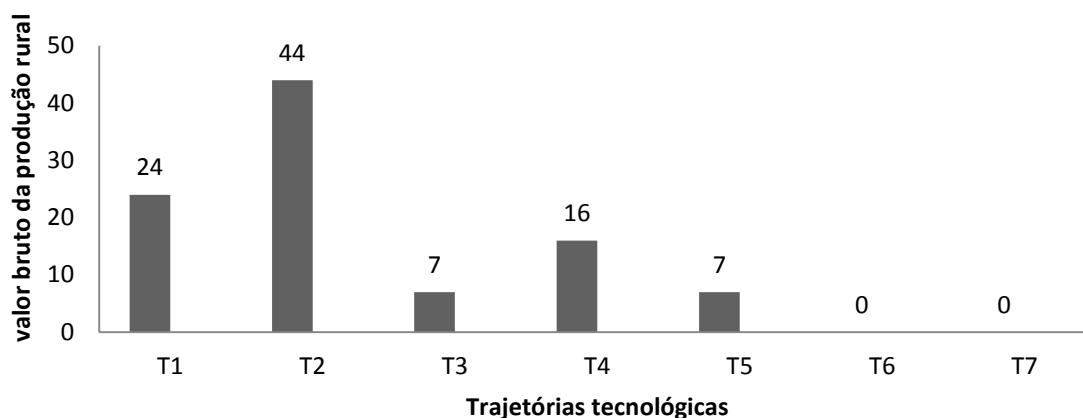
¹⁵⁰ Classificação elaborada por Costa para qualificar as diferentes trajetórias tecnológicas agrárias quanto à estrutura produtiva e à organização do trabalho rural na Amazônia - *Trajetoária Camponês T1* reúne o conjunto de segmentos camponeses que convergem para a dominância da interação entre

a composição do valor bruto da produção rural (VBPR) da mesorregião nordeste paraense, na qual estão inseridos os municípios produtores de dendê. Segundo o levantamento feito por Costa (2012b), abrangendo o período de 2004 a 2006, o sistema agrário do nordeste paraense é o quinto maior da região Norte, produzindo 6,6% do seu VBPR, e as trajetórias camponesas dominavam a produção rural. A liderança era dos camponeses vinculados à trajetória camponesa T2, com 44% do VBPR do nordeste paraense, que atuavam em especial nas áreas de várzea – uma formação de camponeses de origem bastante antiga – e em terra firme – uma formação mais recente. Os agricultores da trajetória camponesa T1 representavam 24% do VBPR, e os da T3 eram responsáveis por 9%. No que se refere às trajetórias patronais, a T4 respondia por 16% e a T5, por apenas 7% da produção rural.

A produção existente e a ampliação do óleo de palma estão dentro desta mesorregião (nordeste paraense) que tem uma predominância da produção familiar; as três trajetórias camponesas familiares juntas eram responsáveis por 77% do valor bruto da produção rural (Gráfico 5).

culturas permanentes, em composições de diversidade variável, e a produção de leite. Marcada por uso intensivo do solo, com sistemas diversificados (baixo impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor. *Trajétória Camponês T2* reúne o conjunto de segmentos camponeses que convergem para sistemas agroflorestais com dominância ou forte presença de extração de produtos não-madeireiros. Observe-se que essa seria uma trajetória expressão do paradigma extrativista — no qual os processos produtivos pressupõem, em algum nível, a preservação da natureza originária. *Trajétória Camponês T3* reúne o conjunto de segmentos camponeses que convergem para sistemas com dominância de pecuária de corte. *Trajétória Patronal T4* reúne o conjunto de segmentos de produção agricultada em operação em estabelecimentos patronais que convergem para a pecuária de corte. Marcada por uso extensivo do solo, homogeneização da paisagem (alto impacto na biodiversidade) e formação intensa de dejetos. *Trajétória Patronal T5* reúne o conjunto de segmentos patronais que convergem para plantações de culturas permanentes em forma de plantation. Marcada por uso intensivo do solo, com homogeneização da paisagem (alto impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor. *Trajétória Patronal T6* reúne o conjunto de segmentos patronais de silvicultura. Marcada por uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem (alto impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor. *Trajétória patronal T7* reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas de ciclo curto em forma de *plantation*, em especial soja e milho; esses sistemas são marcados pelo uso extensivo do solo, com homogeneização da paisagem. Costa (2012b).

Gráfico 5 - Composição média do valor bruto da produção rural no Nordeste Paraense (de 2004 a 2006).



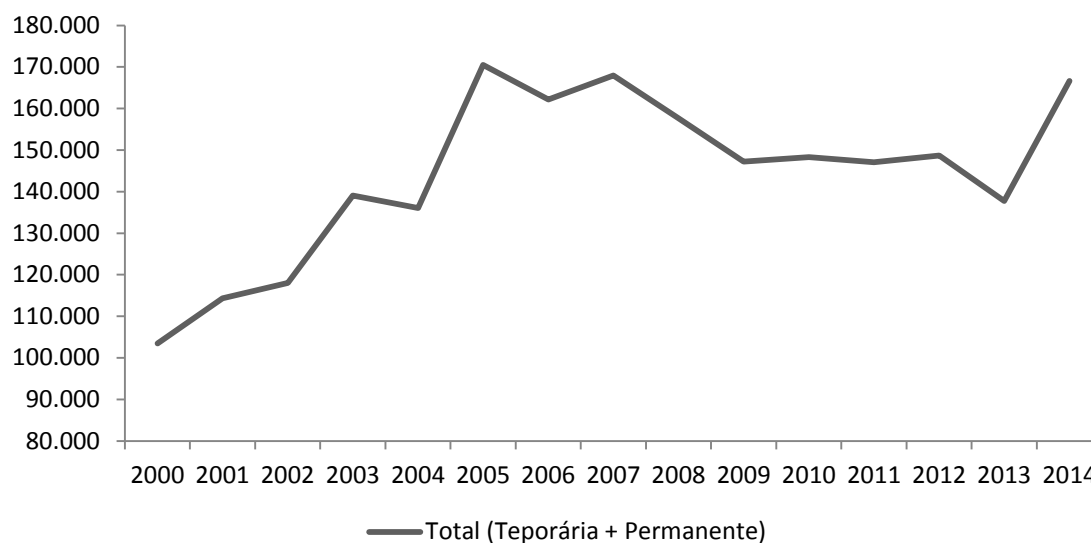
Fonte: Costa (2012b, p. 277).

Os dados da **Tabela 3** que indicavam a expressiva participação da agricultura familiar na produção agrícola nos municípios do dendê ganham consonância com o estudo de Costa (2012b). Costa demonstra, ainda, que no nordeste paraense aproximadamente 90% dos estabelecimentos são de agricultura familiar paraense. Mas indica que apesar da predominância das trajetórias tecnológicas camponesas, em especial a T1 e T2, serem responsáveis pela maior parte da composição do valor bruto da produção rural, detêm 77% do VBPR, ocupam apenas 42% da área agrícola daquela região.

Portanto a ação da trajetória estruturante do dendê se defronta com uma estrutura estruturada marcada por forte participação das trajetórias da agricultura familiar e com um processo grande de concentração fundiária.

Em um recorte mais específico, sobre as alterações advindas da expansão do óleo de palma nesta recente fase, observa-se que a ocupação das áreas - nos municípios do nordeste paraense produtores de dendê - pelas lavouras (temporárias e permanentes) apresentavam um crescimento contínuo nos primeiros anos na década de 2000, mas verifica-se uma redução na parábola de crescimento, e nos anos subsequentes há variações, normalmente em interstícios de crescimento sazonal e queda a cada dois anos (2002, 2004 e 2006) em 2008 o fluxo de sazonalidade não se repete, porém volta a apresentar uma variação cíclica em 2010 e 2013 (Gráfico 6).

Gráfico 6- Área plantada em lavouras nos municípios paraenses do dendê, em hectares, 2000 a 2014.

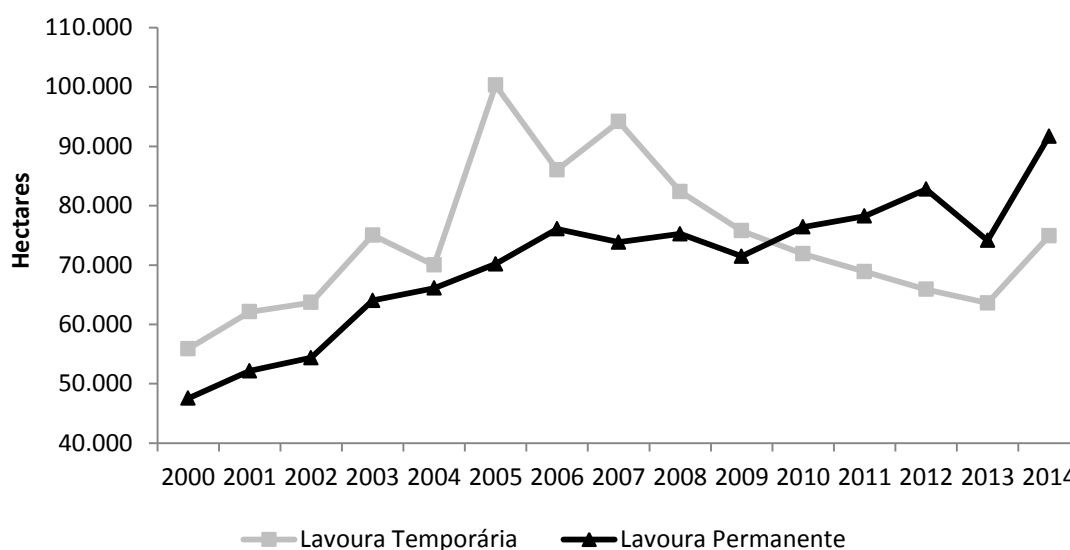


Fonte: IBGE (2014) – SIDRA

Ao detalhar ainda mais a produção agrária, nestes municípios produtores de dendê no estado do Pará, através de uma análise comparativa entre os fluxos de crescimento entre as lavouras permanente e temporária (Gráfico 8), verificam-se curvas de crescimento diferenciadas entre elas. As parábolas das lavouras perenes e temporárias apresentam dinâmicas diferenciadas, há uma inversão na conformação da produção. Em 2009 a curva de crescimento da lavoura permanente ultrapassa a temporária.

Por se tratar de municípios de produção de dendê, justifica-se a existência de participação relativa e crescente da lavoura permanente, o que leva a considerar a existência de um movimento de incremento de áreas na trajetória tecnológica do dendê, mas há de se considerar também que existe uma redução significativa desde 2007, só apresentando uma retomada em 2013 das lavouras temporárias, estas com predominância de trajetórias da agricultura familiar (Gráfico 7).

Gráfico 7- Taxa de crescimento na área plantada da lavoura permanente e temporária nos principais municípios de produção de dendê, no Pará, em hectares, nos anos de 2000 a 2014.

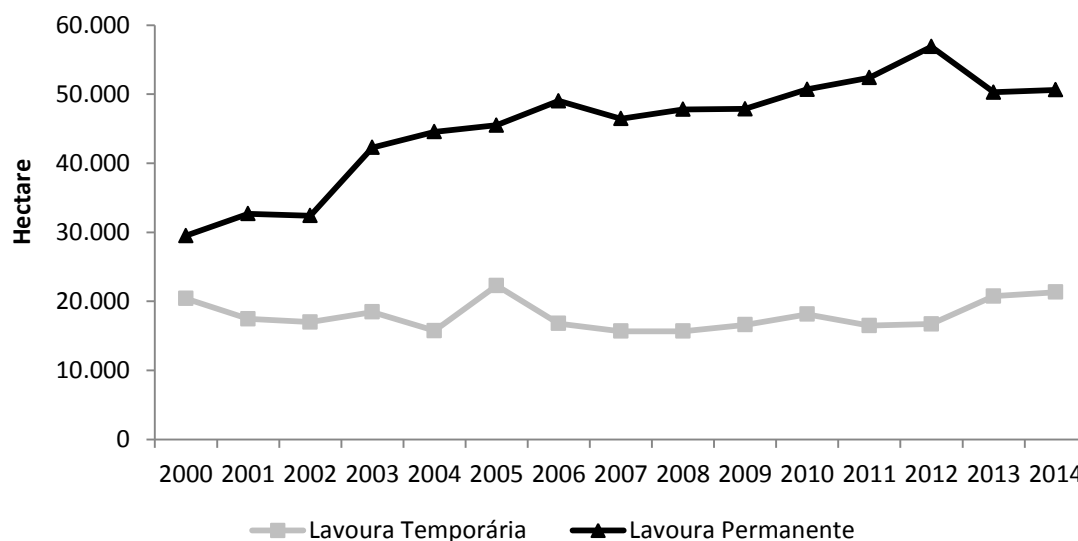


Fonte: IBGE (2014) SIDRA

A diferença entre as dinâmicas da lavoura temporária e a lavoura permanente se evidencia quando se aprofunda o detalhamento das áreas plantadas e a expansão agrícola do dendê. Para tanto, buscou-se desmembrar a análise dos municípios produtores de dendê, em dois grupos. Um grupo é composto por aqueles municípios que já tinham uma ação mais consolidada com a trajetória tecnológica de produção de dendê na sua estrutura estruturada, ou seja, a existência de um plantio mais estabilizado, advindos de outras fases da história do dendê, ocorridas em Bonito, Igarapé-Açu, Moju, Santa Bárbara, Santo Antônio do Tauá e parte do município de Tailândia; e o segundo, grupo de municípios em que o plantio do dendê está em franca expansão, como trajetória estruturante, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, São domingos do Capim, Tomé-Açu, onde o Vale do Acará está localizado, e parte do município de Tailândia.

No caso do primeiro grupo de municípios onde o dendê se instalou nas décadas de 1980, há uma clara predominância da lavoura permanente. A influência do dendê se consolidou enquanto estrutura estruturada. A lavoura temporária mantém padrões constantes, mas uma participação proporcional reduzida em relação às áreas ocupadas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Crescimento na área plantada da lavoura permanente e temporária nos municípios com produção de dendê já consolidada, no Pará, em hectares, nos anos de 2000 a 2014.

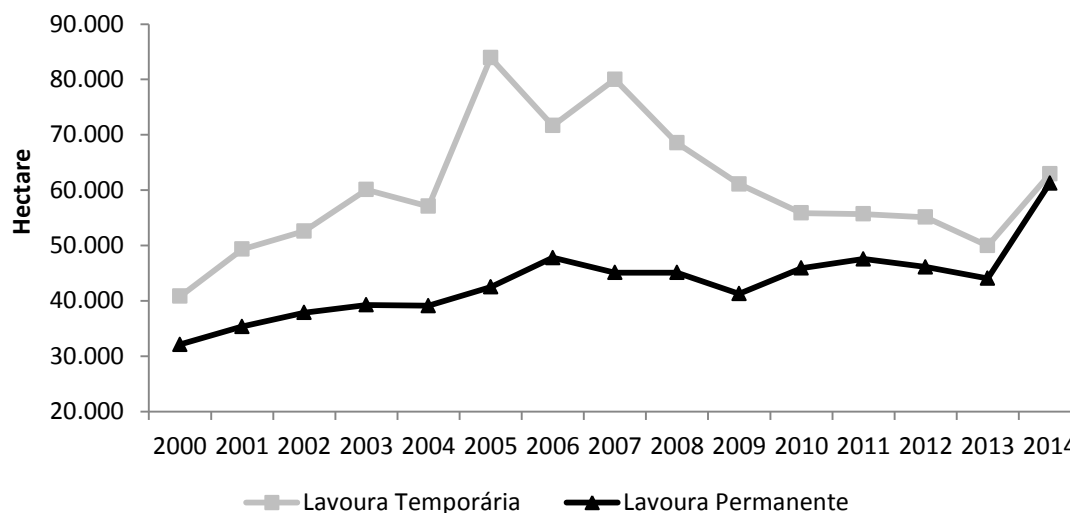


Fonte: IBGE (2014) SIDRA

Diferente da situação nos municípios onde a trajetória tecnológica do dendê já estava instalada; onde ocorre a expansão do plantio, como no Vale do Acará¹⁵¹, a lavoura temporária ainda é predominante. Mas pode-se observar que, diferente nos municípios do dendê consolidado em que a lavoura temporária se manteve constante, nos municípios de expansão do dendê há um declínio da curva de lavoura temporária e um crescimento na curva de áreas de lavoura permanente (Figura 9).

¹⁵¹ Neste caso além dos municípios do Vale do Acará foi incluído o município de Tailândia, embora tenha um plantio consolidado da AGROPAMA existe uma ação expansionista de plantio da empresa BBB.

Gráfico 9- Crescimento na área plantada (hectares) da lavoura permanente e temporária nos municípios com produção de dendê em expansão, no Pará, nos anos de 2000 a 2014.



Fonte: IBGE (2014) SIDRA

A participação do dendê na dinâmica da produção agrária é significativa. Percebe-se que a lavoura temporária seja menor naqueles municípios paraenses em que o plantio do dendê esteja em processo consolidado (Gráfico 8). Esta tendência se confirma com a redução gradativa da participação da lavoura temporária nos municípios paraenses em que o dendê está expansão (Gráfico 9).

Portanto a organização da produção do dendê tem demonstrado uma ação estruturante diferenciada, com influência sobre as demais trajetórias tecnológicas existentes. O cultivo de dendê em larga escala altera as participações relativas da composição do VBPR tanto nos segmentos familiares como nos patronais, ocorrendo um duplo movimento, há uma queda nas áreas de plantio da lavoura temporária e um crescimento constante da permanente, no espaço-lugar onde a trajetória do dendê passa a se estabelecer de forma mais consolidada. O dendê enquanto trajetória concorrente modifica aquela estrutura anteriormente estabelecida¹⁵².

a) A expansão da trajetória do dendê e da mandioca

Esta correlação inversa nas dinâmicas evolutivas entre lavoura permanente versus temporária pode ser expandida para a relação do dendê e da mandioca. Devido grande participação da produção de óleo de palma na composição da cultura permanente e a da

¹⁵² As relações sociais foram alteradas por vários eventos que tornaram a expansão do plantio do dendê um fato social relevante. Esta alteração da realidade não só afeta a dinâmica econômica regional, mas também gera significativas mudanças sociais e culturais, além de provocar um forte impacto na composição da paisagem e nas relações simbólicas estabelecidas.

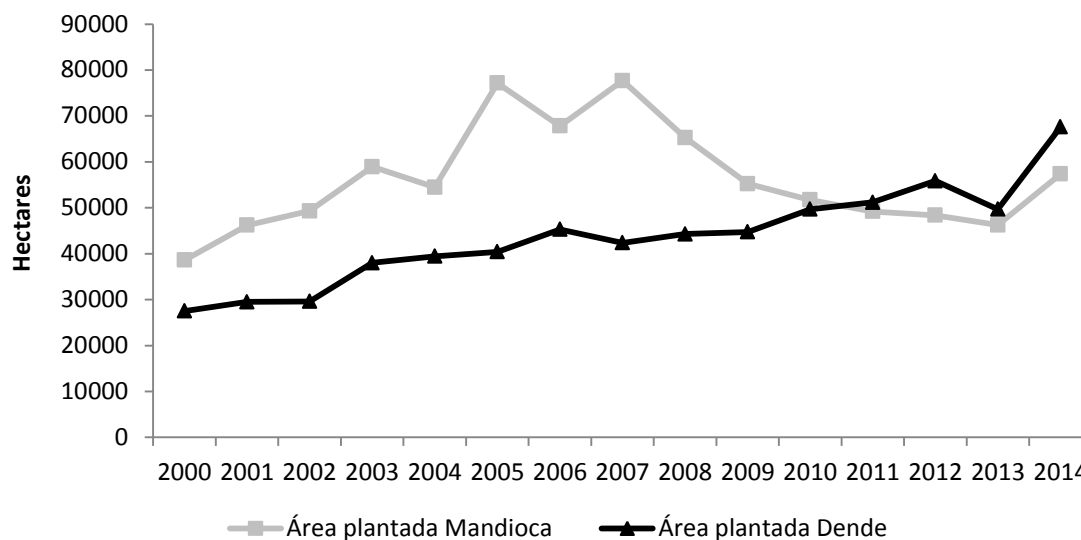
lavoura temporária que tem como predominância na agricultura familiar, a cultura da mandioca.

Pela característica da base produtiva (técnica e agentes) é razoável criar uma correlação entre a lavoura temporária e a mandiocultura, bem como, entre a mandioca com as trajetórias tecnológicas da agricultura familiar¹⁵³. Da mesma forma, pode-se indicar a participação relevante do dendê com a trajetória tecnológica empresarial de sistemas de silvicultura. Observa-se, assim, que há a predominância do dendê como cultura que compõe de forma expressiva a lavoura permanente e a mandioca na lavoura temporária, nos municípios produtores de dendê no nordeste paraense.

Ao proceder a uma série histórica entre os anos 2000 a 2014, nos municípios produtores do dendê, o quadro de ocupação das áreas plantadas demonstra um declínio da lavoura da mandioca e um crescimento do dendê. Portanto, onde o plantio do dendê se instala, é possível detectar mudanças nas dinâmicas entre as trajetórias da silvicultura do óleo de palma e as trajetórias camponesas da mandiocultura. A dinâmica da curva de áreas destinadas à mandioca aponta, em 2007, um processo descendente, já a curva de áreas ocupadas pelo dendê, desde 2000, um crescimento contínuo. As curvas (dendê e mandioca) chegam a se cruzarem em 2010. (Gráfico 10).

¹⁵³ É plausível indicar que tendo sua produção concentrada na produção da agricultura familiar, a mandioca tem uma importância nas trajetórias camponesas, tanto economia, como cultural. A mandioca que origina a farinha, um dos principais produtos da dieta na Amazônia, contribui para segurança alimentar do produtor familiar é fonte de comercialização do excedente, sendo um dos principais elementos na composição de renda familiar do agricultor. A explicação para a produção está na facilidade de comercialização do produto, pelo forte hábito alimentar da população. No Estado do Pará, está a maior produção brasileira de farinha e o maior consumo *per capita*, chegando a 33 kg/ano (GROXKO, 2011).

Gráfico 10- Evolução da área plantada com mandioca e dendê, nos municípios produtores de dendê (2000-2014).



Fonte: IBGE (2014) SIDRA.

Esta mudança também pode ser relacionada com alterações na composição do valor bruto da produção rural (VBPR) nestes municípios. Este declínio da produção da mandioca chegou a ser atribuída basicamente à substituição de áreas agrícolas. Esta relação direta mandioca versus dendê ganhou apelo social pelo paralelo feito entre quantidade de áreas disponíveis para produção de cada cultura¹⁵⁴.

À primeira vista, pode-se pensar que esse seja o fator determinante para explicar o fenômeno da diminuição do plantio da mandioca, sobretudo quando se observa a inflexão na quantidade de hectares destinados à produção agrícola a partir de 2008, data que coincide com o “boom” do dendê no Estado, a curva de crescimento do plantio do dendê.

Desta análise superficial, dendê versus mandioca, deriva o indicativo da existência de uma relação direta de causa e efeito entre a concentração fundiária para o plantio do dendê e a redução da área plantada da mandioca. Esta explicação pela questão fundiária é, em nosso

¹⁵⁴ Conforme foi noticiado na imprensa local: “Farinha de mandioca já é ‘artigo de luxo’ – A farinha de mandioca é um dos alimentos prioritários na mesa do paraense e ninguém duvida disso. [...] Entre o avanço da monocultura do dendê para produção de óleo de palma e consequente o biodiesel, [...] além de problemas para escoar a produção, a farinha de mandioca de cada dia do paraense está cada vez mais escassa e mais cara” (FARINHA..., 2013); “Farinha de mandioca: da subsistência ao consumo de luxo – Expansão do cultivo de palma de óleo contribui com a redução da oferta de farinha. O monocultivo de dendezeiro está se expandindo nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Bonito, Bujaru, Castanhal, Concórdia do Pará, Igarapé-Açu, Moju, São Domingos do Capim, Santo Antônio do Tauá e Tomé-açu no Estado do Pará [...]. Atualmente, a área plantada com dendê é de 140.000 ha [...]” (MODESTO JUNIOR; ALVES; NASCIMENTO JUNIOR, 2012).

entendimento, insuficiente, pois leva a uma compreensão errônea da dinâmica de ocupação de terras da agricultura familiar pelo dendê, nesta terceira etapa de expansão do óleo de palma no Pará.

Decerto é presumível relacionar a dinâmica de ocupação de trajetórias empresariais de óleo de palma com o processo de concentração fundiária. O avanço da produção de dendê necessita de grandes áreas para o seu plantio. Como também é possível indicar que o perfil da organização agrária dos municípios paraenses produtores de óleo de palma já detinham uma malha fundiária com histórico de concentração.

Em especial pela dinâmica da expansão da dendeicultura¹⁵⁵, seria mais plausível aceitar que os novos plantios ocorreram em áreas obtidas por meio de arrendamentos ou da compra de médias e grandes propriedades rurais, não acontecendo uma substituição direta de propriedades da produção familiar para produção empresarial de dendê. Esta possibilidade do dendê ocupar grandes áreas já estabelecidas, além do perfil fundiário da região (existência de grandes propriedades), ganha conexão com as informações declaradas institucionalmente de que a expansão não atingiria áreas florestadas e de pequenas propriedades, sendo indicado que as áreas a serem plantadas seriam as degradadas, com destaque às pertencentes às trajetórias empresariais de pecuária. Desta forma a motivação que levou a diminuição de áreas da lavoura da mandioca¹⁵⁶ fica sem uma explicação aceitável.

O decréscimo da produção da farinha, nos municípios produtores de dendê, deve ser analisado com maior cautela, pois existem outros elementos que podem interferir nesta redução de área plantada da mandioca. Alguns pontos muito específicos da mandiocultura, por exemplo, a sazonalidade da sua produção. A característica cíclica da lavoura da mandioca está relacionada a distintos fatores, como climáticos e a própria curva de oferta e demanda da farinha.

Portanto ao admitir por um lado que as áreas de atividade das trajetórias camponesas não foram ocupadas diretamente pela expansão do dendê, mas, por outro, faz-se necessário admitir, também, que ocorreu uma diminuição de lavoura plantada de mandioca, no mesmo período, nos principais municípios paraenses produtores de dendê, em especial aqueles que estão em expansão.

¹⁵⁵ O deslocamento do plantio no nordeste paraense no sentido leste oeste é uma característica desta terceira fase de expansão do dendê no Pará.

¹⁵⁶ A lavoura de mandioca como já citado tem como característica a estrutura produtiva voltada às trajetórias de base familiar.

Indiscutivelmente os dados sobre a redução da produção da mandioca, principal produto da atividade agrícola familiar e sua relação com o avanço do plantio do dendê deve ser investigado. A pesquisa deparou-se, assim, como uma aparente contradição, se o dendê não ocupou as áreas da agricultura familiar, como explicar esta dinâmica de redução da mandioca¹⁵⁷ nestes municípios?

É preciso considerar, que embora não exista uma relação de substituição de áreas de mandioca pelo plantio do dendê, não se pode descartar por completo o papel da trajetória do dendê como elemento que possa ter influenciado na redução da produção de mandioca em áreas onde se instalam a expansão do óleo de palma.

b) A expansão da trajetória do dendê e o emprego

Além da presunção de que houve uma incorporação de áreas da trajetória tecnológica da pecuária pela trajetória empresarial do dendê, a expansão do plantio do dendê pode ser atribuída, também, à captura da mão de obra local para sua atividade agrícola. Esse fator indireto, talvez, seja de grande relevância para entender a contribuição do dendê, dentre outros fatores que influíram, na redução da produção da mandioca na atividade familiar.

Quando detalhado o quadro de emprego por atividade, verifica-se que ocorreu uma mudança significativa nos setores da concentração de ocupação da mão de obra. Há uma inversão, antes, em 2000, era a indústria da transformação que detinha 33% da participação dos empregos, tendo como principal segmento a indústria madeireira, mas sua posição relativa na composição dos empregos cai para 10%, em 2014. Já na área agrícola, ocorre o inverso, em 2000, era 13% dos empregos, e 2014, passa ocupar a posição de maior relevância, com 38% da mão de obra formal ocupada. Destaca-se também que os setores públicos, em especial as prefeituras, e o setor de serviços, embora representativos como um importante segmento empregador nestes municípios, mantiveram-se com os mesmos patamares de participação relativa na contratação de mão de obra (Tabela 4).

¹⁵⁷ Esta relação é ainda reforçada com o destaque do município do Acará, localizado no Vale do Acará, região que teve grande ampliação do plantio de dendê, No Brasil, o município de Acará chegou a ser responsável pela maior produção nacional de mandioca, pelos dados do IBGE/SIDRA em 2007 eram 45 mil hectares plantados, nos anos subsequentes, houve uma forte redução na área de plantio, em 2013 passou a ter apenas 20,2 mil.

Tabela 4 - Distribuição das principais áreas de emprego nos principais municípios produtores de dendê 2000 a 2014

Setores	2000		2014	
	Empregados	Participação Relativa	Empregados	Participação Relativa
Indústria de Transformação e Extrativa Mineral	4.023	33%	4.926	10%
Construção Civil	409	3%	1.740	4%
Comércio, Serviços Gerais e Serviços de Utilidade Pública	1.764	15%	7.265	15%
Administração Pública	4.336	36%	16.088	33%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.586	13%	18.029	38%
Total	12.118	100%	48.048	100%

Fonte: Brasil (2014b) MTE/RAIS.

Esta mudança na redistribuição entre setores dos empregos formais nos municípios produtores de dendê entre os anos de 2006 e 2014 tem uma participação efetiva da cadeia produtiva do óleo de palma, em especial na sua área agrícola.

A primeira evidência está na curva do crescimento do emprego formal na região, que indicou um deslocamento do emprego da indústria de transformação para agropecuária, como indica na tabela 4, pela contratação de mão de obra para atividade agrícola, tendo forte participação de empregos gerados pelo dendê¹⁵⁸.

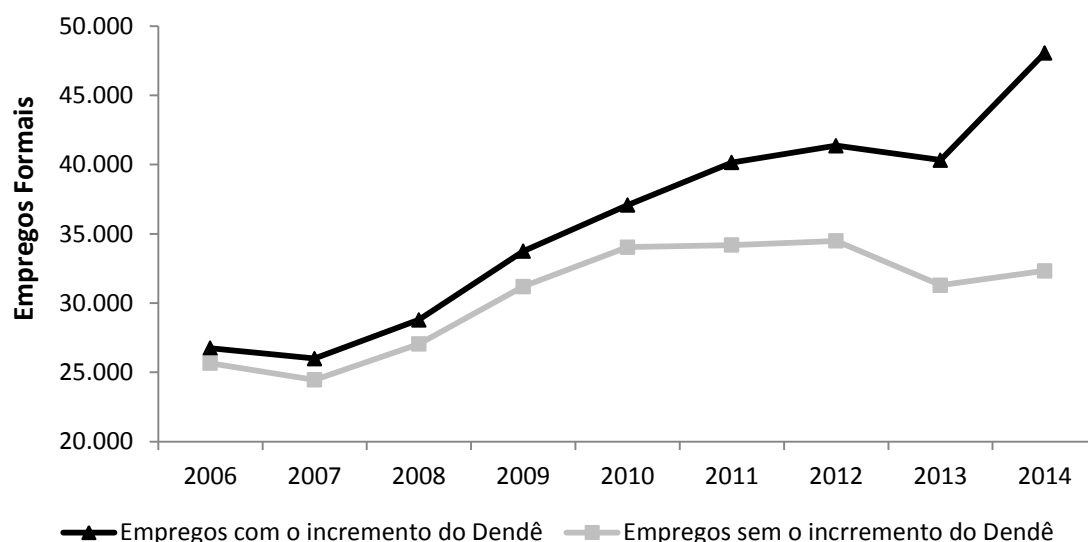
A especificidade da cultura do dendê (plantio, tratos silviculturais e colheita) traz a necessidade de grande quantidade de mão de obra local na atividade agrícola. Convém

¹⁵⁸ Para verificar os números dos trabalhadores em áreas agrícolas do dendê, foram utilizados os dados de empregos formais apurados com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. Embora não haja um enquadramento específico do cultivo do dendê, a RAIS inclui essa cultura em uma classificação mais geral - Classe CNAE 0139-3, juntamente com o cultivo de plantas de lavoura permanente, não especificadas anteriormente. Então, junto com o dendê, constam o chá-da-índia, a erva-mate, plantas para condimento – espécies que não são cultivadas na região amazônica –, a pimenta-do-reino – embora seja cultivada na região estudada, os dados da pesquisa mostraram que, na declaração de informação social, o empregador descreve essa cultura como atividade agropecuária – e a seringueira – que não é mais cultivada na área do Vale do Acaraú. Assim, foi possível considerar os dados de empregos formais, apresentados na classificação da RAIS, vinculando-os à atividade agrícola do dendê (CNAE Sub Classe 05).

ressaltar que, a partir de 2007, houve um crescimento dos empregos agrícolas acima da média dos demais setores, e em 2010, esta taxa de crescimento da curva de emprego vinculada ao dendê se destaca ainda mais. Assim se evidencia que a tendência do crescimento do trabalho formal no setor agropecuário tem sua relação com os empregos agrícolas gerados pelo dendê, que passam a ser bastante representativos na composição geral de ocupação de mão de obra local.

Há uma profunda transformação nas relações de trabalho, em 2014, por exemplo, na média nestes municípios analisados, aproximadamente um terço dos empregos formais estão associados ao dendê, como indica a diferença entre as curvas de empregos, com e sem a participação do dendê (Gráfico 11).

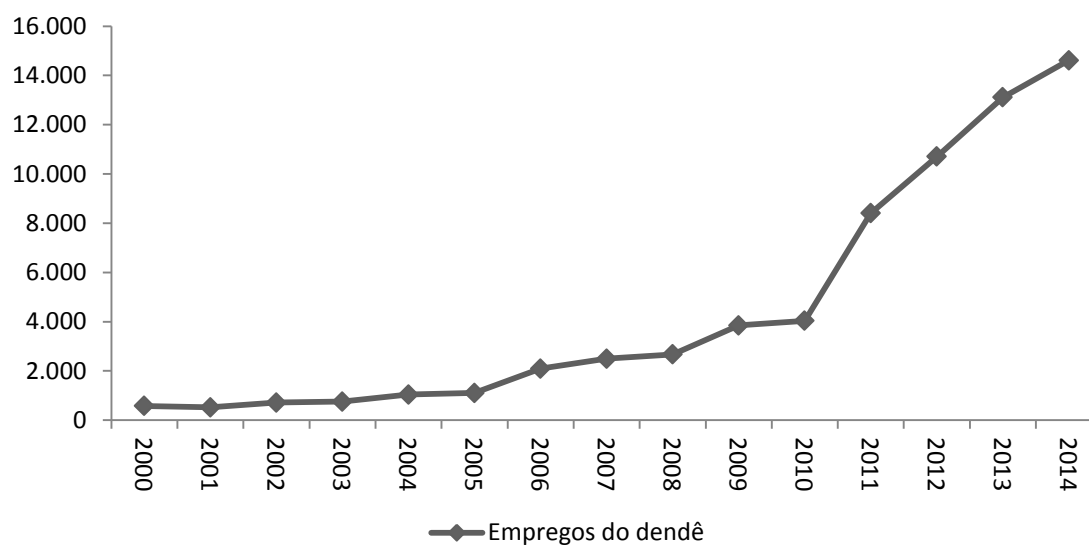
Gráfico 11- Curva de crescimento do total geral de empregos e curva de crescimento dos empregos resultantes do incremento do dendê, nos municípios produtores de dendê no Pará, 2006 - 2014.



Fonte: MTE (2016) RAIS

O quadro evolutivo dos empregos formais no dendê é bastante ilustrativo pela sua dinâmica de captura de mão de obra local. Os empregos do dendê, que eram praticamente residuais antes de 2005, tiveram um crescimento significativo já em 2006. Mas a partir de 2010¹⁵⁹, houve um incremento exponencial na taxa de crescimento nos postos de trabalho, chegando em 2014 com mais de 14,6 mil empregos diretos (Gráfico 12).

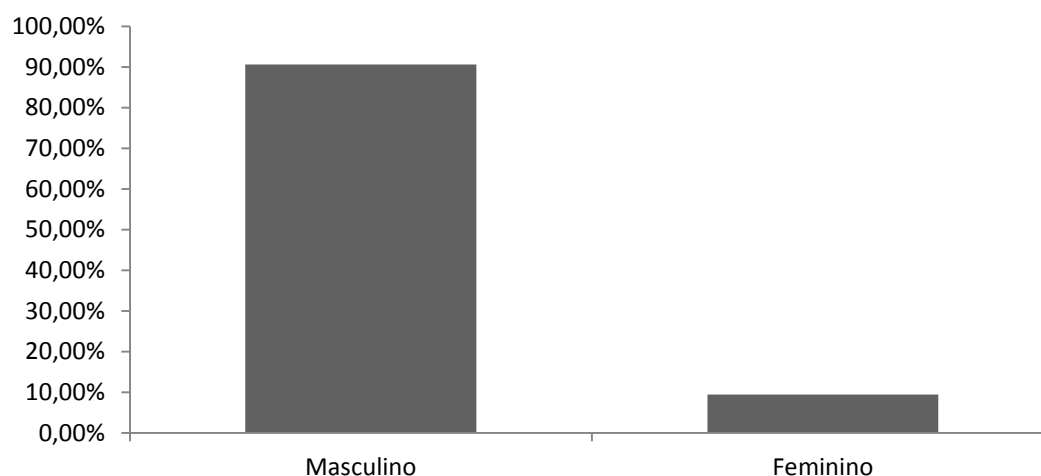
¹⁵⁹ Uma questão a ser indicada sobre os dados de empregos do dendê que se destacam a partir de 2010, embora já existisse uma evolução grande de empregos desde a implantação dos projetos agrícolas do dendê. Desde 2006, foram contratados trabalhadores para as atividades de viveiros, preparação de área e plantio, porém tais atividades eram realizadas por firmas terceirizadas, relacionadas como setor de serviços ou de engenharia e não da atividade agrícola, Todos estes fatores fizeram com que os dados

Gráfico 12- Variação de empregos formais do dendê no Pará, 2000 a 2014.

Fonte: Brasil (2014) MTE/RAIS

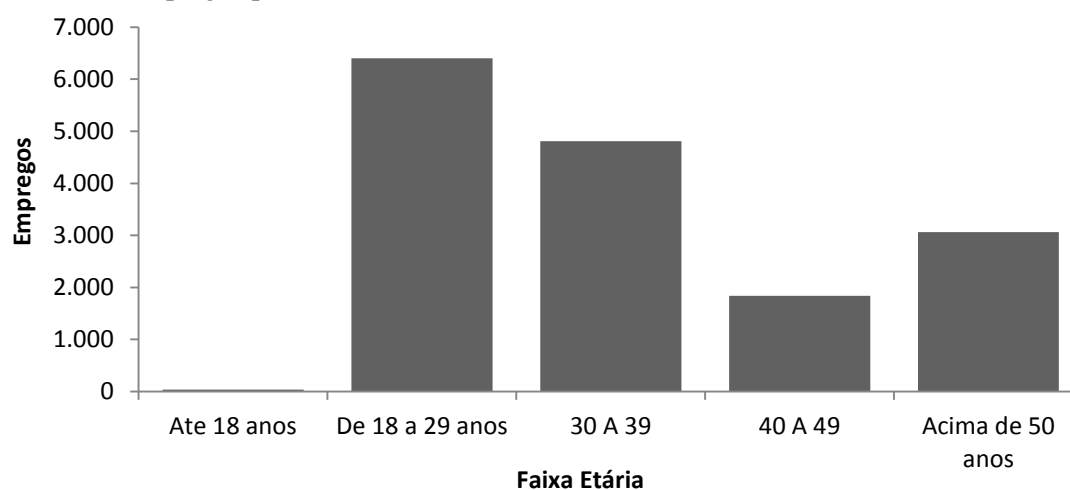
Outro dado relevante diz respeito à distribuição de gêneros na atividade formal no cultivo de dendê no Pará. Em 2014, o perfil da mão de obra contratada foi predominantemente masculino: homens ocupavam 13.237 postos de trabalho, o que representa mais de 90% dos 14.615 empregos formais apurados, com base nos dados ponderados a partir da referência da RAIS, logo, pouco mais 9% dos postos de trabalho são ocupados por mulheres (Gráfico 13).

de emprego agrícola não fossem computados pela estatística do MTE, nem como emprego do dendê e nem para os municípios onde ocorria o plantio. Entretanto a partir de 2010, com o desenvolvimento da mudas, houve a necessidade de um número maior de empregados agrícolas na atividade fim. Com o início da produção no campo – que ocorre a partir do terceiro ano - surge a demanda por contratação de mão de obra direta para manutenção e colheita. Por se tratar de empresas agrícolas, os trabalhadores passaram a ser computados no cadastro de ocupação do MTE/RAIS como empregados agrícolas do dendê.

Gráfico 13- Distribuição por gênero dos empregos do dendê, em 2014, no Pará.

Fonte MTE (2016) RAIS

Além da forte predominância do gênero masculino na mão de obra do assalariado agrícola, soma-se a concentração por faixa etária: a quase totalidade dos trabalhadores tem entre 18 e 39 anos de idade. Isso significa que 76,72% dos empregos são preenchidos por trabalhadores que estão na faixa etária com maior potencial físico, fato de extrema relevância, dado o caráter intensivo da atividade agrícola (Gráfico 14).

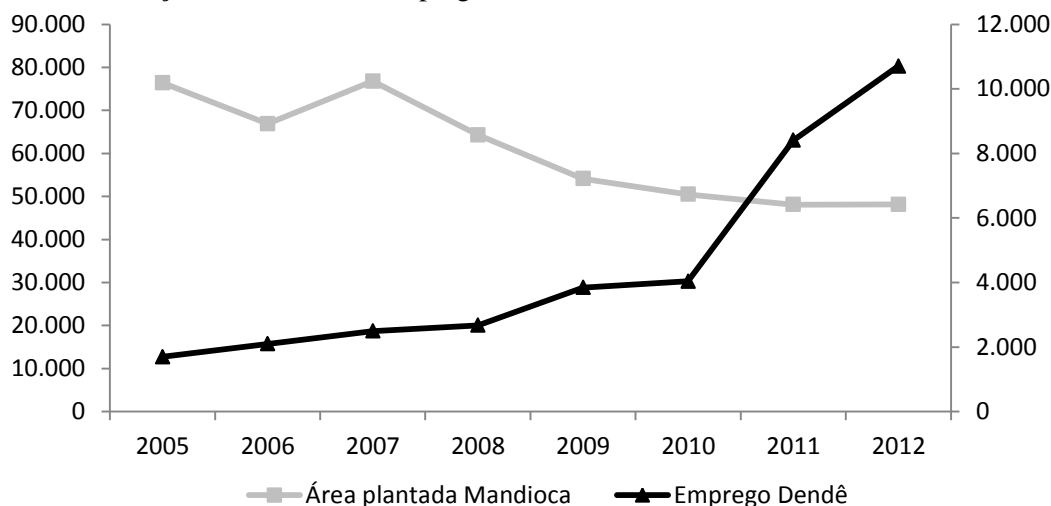
Gráfico 14- Empregos por faixa etária no cultivo do dendê no Pará (2014).

Fonte: Brasil (2012b) MTE/RAIS.

É possível constatar a existência de uma correlação entre os empregos formais do dendê e a produção da mandioca. A absorção de um número expressivo de mão de obra jovem e masculina pelas empresas de dendê na região, em um primeiro momento, pode ter reduzido a força de trabalho nas atividades produtivas da agricultura familiar, e ter contribuído, dentre

outros fatores¹⁶⁰, para a diminuição da produção da mandioca. As curvas ascendente, parábola emprego, e descendente, parábola da produção de mandioca, em especial a partir de 2007, indicam esta possível referência (Gráfico 15).

Gráfico 15- Produção de mandioca e emprego do dendê no Vale do Acará (PA) (2005-2012).



Fonte: Brasil (2012b) MTE/RAIS; IBGE (2013) SIDRA.

Uma ampla parcela dos empregados nas empresas do dendê tem origem na agricultura familiar da região. Os filhos dos agricultores deixaram de trabalhar com suas famílias, abandonando a sua trajetória de agricultores tradicionais para serem assalariados¹⁶¹, o que pode ter gerado impacto na capacidade produtiva de algumas unidades de produção de base familiar. Dadas as tensões entre as trajetórias tecnológicas que atuam no mesmo espaço-lugar, a expansão do plantio do dendê exige uma ação intensiva tanto na ocupação de áreas, como na disputa da mão de obra, o que faz com que a ação estruturante do dendê afete outras estruturas produtivas estruturadas antes de sua chegada.

c) A expansão da trajetória do dendê e a produção familiar

Além da captura da mão de obra das trajetórias da agricultura familiar, a trajetória empresarial do dendê tem outras interfaces com o processo produtivo familiar. Uma de forma

¹⁶⁰ Embora exista uma correlação temporal entre aumento do emprego no dendê e a redução da produção de mandioca no Pará, deve ser levado em conta o complexo processo agrícola da mandioca, além do fator da mão de obra, vários outros eventos podem ter influenciado na redução da sua produção, como a própria sazonalidade da cultura, intempérie climático, redução de oferta de áreas, diminuição do crédito, importação da farinha de outros Estados, etc.

¹⁶¹ Um estudo preliminar apontou a possibilidade de que o plantio do dendê tenha exercido impacto indireto na produção familiar na região, tendo como um dos fatores responsáveis a grande redistribuição da mão de obra local, ver Monteiro (2013).

direta, com a participação de agricultores no plantio do dendê como produtores integrados, o outro, indireto, com a absorção do crédito do Fundo Constitucional Norte (FNO) para o financiamento da lavoura do dendê reduzindo a possibilidade de financiamento de outras culturas¹⁶².

Este processo de integração com a agricultura familiar quase era inexistente nas fases anteriores, apenas com a participação da Agropalma, já na atual fase de expansão do plantio, por estar voltada à produção de biocombustível, houve interesse de incorporar a produção familiar para garantir o selo social, a fim de garantir vantagens competitivas nos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP)¹⁶³, além do aspecto de reforço da imagem social dos empreendimentos do dendê. Com o avanço da implantação a participação ficou muito aquém dos dados estimados, a participação de integrados foi sendo deslocada para médias e grandes propriedades. No que se refere ao aspecto de agricultores integrados, estima-se que sua participação é bastante restrita. Em 2016 representavam próximo de 1.400 famílias participantes, com cerca de 14 mil hectares de área plantada, o que corresponde a menos de 7% do total de 207 mil hectares das áreas ocupadas pelo dendê no Pará.

Os estudos iniciais apresentam a viabilidade da atividade em pequena escala do cultivo do dendê através da produção familiar¹⁶⁴. Entretanto nestes desenhos microeconômicos não são abordados o nível de dependência dos integrados na comercialização do produto, e os aspectos relativos à mão de obra, em especial sobre a precarização do trabalho, tais como a ausência de uso de equipamentos de proteção individual (EPI), a exaustão física do agricultor, a subcontratação informal de terceiros pelo agente familiar e a redução na produção de produtos de subsistência que elevam os custos para manutenção da segurança alimentar das famílias envolvidas.

¹⁶² No aspecto do crédito, é possível indicar uma participação do dendê em detrimento de outras culturas – ver no capítulo de governança da trajetória.

¹⁶³ O Selo Combustível Social é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos produtores de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de empregos e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar). A empresa deve originar um percentual mínimo - que varia em função da região e da oleaginosa - de matéria-prima para a produção de biodiesel pela compra da produção agrícola dessas famílias. O Selo Social é exigido da empresa pelo Governo Federal para que ela (empresa) possa ter uma participação diferenciada nos leilões de venda de biodiesel da ANP (Agência Nacional do Petróleo) pelos quais é comprado pela Petrobrás todo o biodiesel necessário para dar cumprimento ao B7. O B7 é a mistura obrigatória de 7% de biodiesel ao diesel mineral usado no país.

¹⁶⁴ O estudo da Embrapa no seu Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 102 sobre produção em pequena escala, mesmo com os uso do dendezeiro híbrido interespecífico que a polinização representa 23 % do custo da produção, as receitas superam em 32% os custos estimados (EMBRAPA, 2016)

8. O ESTUDO DE CASO: A EXPANSÃO DO DENDÊ NO VALE DO ACARÁ – O FATO SOCIAL CONSTATADO

A análise sobre a expansão do processo de produção do óleo de palma como fato social, após ser conquistado, agrupando os eventos que compõem esta nova fase de ampliação do plantio, foi construído, através de uma base teórica, que, pela hipótese inicialmente delineada, indica que, com a chegada da ação estruturante do dendê, provoca uma modificação na organização espacial, o espaço-lugar se altera por uma força estruturante do dendê. Tendo três elementos – a necessidade de grandes áreas para plantio, a absorção de mão de obra e apoio institucional – refletem diretamente nos efeitos positivos desta expansão, portanto são disputados com outras trajetórias existentes onde se implantam.

O fato social da expansão do dendê passa a ser então constatado. Através do estudo de caso, no Vale do Acará, região Nordeste do Pará, busca-se identificar como a dinâmica estruturante do dendê vem alterando as áreas que estavam anteriormente vinculadas a bases tecnológicas e produtivas da trajetória empresarial da pecuária de corte¹⁶⁵, mas também como atinge diretamente as trajetórias tecnológicas de base familiar, seja com a captura de sua mão de obra, seja com o processo de integração produtiva.

A atual expansão do plantio do dendê está vinculada a uma trajetória tecnológica de padrão mecânico-químico que, atua com a homogeneização de paisagem, apoiado em um complexo arranjo de governança institucional, com a participação de agentes externos com amplo acúmulo de capital simbólico e com uma grande capacidade de alavancagem, demonstrados na rapidez da ocupação de grandes áreas e da captura de mão de obra local.

No presente capítulo – tendo como referência o espaço-lugar e suas alterações advindas das relações entre os agentes sociais, pelo apoio metodológico da trajetória tecnológica estruturante do dendê e do estudo de caso do Vale do Acará – procura-se fazer com que a hipótese das transformações espaciais advindas pela expansão do dendê possa ser confrontada com a base empírica, buscando, assim, que o fato social seja constatado¹⁶⁶.

A referência analítica é a evolução das trajetórias no espaço-lugar, mediada pelo uso da técnica, pela modificação do *habitus* e pela influência das governanças sob o ambiente institucional. O espaço-lugar é físico, social, cultural e historicamente delimitado, com seus

¹⁶⁵ O que na delimitação estabelecida por Costa (2012b) seria a Trajetória T4.

¹⁶⁶ O fluxo metodológico Hipotético-Dedutivo aqui trabalhado, procede à análise do objeto, como fato social, que é conquistado, construído e constatado, ver **Fluxograma 1** - Fluxo do método Hipotético Dedutivo.

respectivos agentes, devidamente qualificados, a fim de possibilitar entender como a expansão do dendê afeta as relações dos agentes e da estrutura onde o cultivo se instala.

Por meio do estudo de caso no Vale do Acará, Pará, a análise do espaço-lugar é objetivada pelas dinâmicas das trajetórias tecnológicas, onde os agentes e suas relações sociais são qualificados pelas categorias do sistema de disposições, sistema de objetos e governança institucional¹⁶⁷.

A escolha pelo Vale do Acará se deu pelo fato de que nesta microrregião ocorre o epicentro da terceira fase de expansão do óleo de palma na Amazônia. A partir da metade dos anos 2000 há uma grande concentração de áreas redirecionadas para o plantio de dendê. Desta feita, busca-se constatar como a ação estruturante do dendê afetou as trajetórias da pecuária de corte na apropriação de suas áreas, e as de produção familiar – na alteração de sua organização tecnológica – seja pela perda da diversidade produtiva, com os plantios integrados, seja pela redução da capacidade reprodutiva, com retirada da mão de obra¹⁶⁸. Além de indicar como o processo estruturante da trajetória tecnológica do dendê, dentro de uma dinâmica de *habitus* primários e secundários, altera a percepção do pertencimento dos agentes com as suas referências de origem familiar agrícola, em especial os trabalhadores assalariados rurais.

8.1 O Vale do Acará: uma conformação heterógena

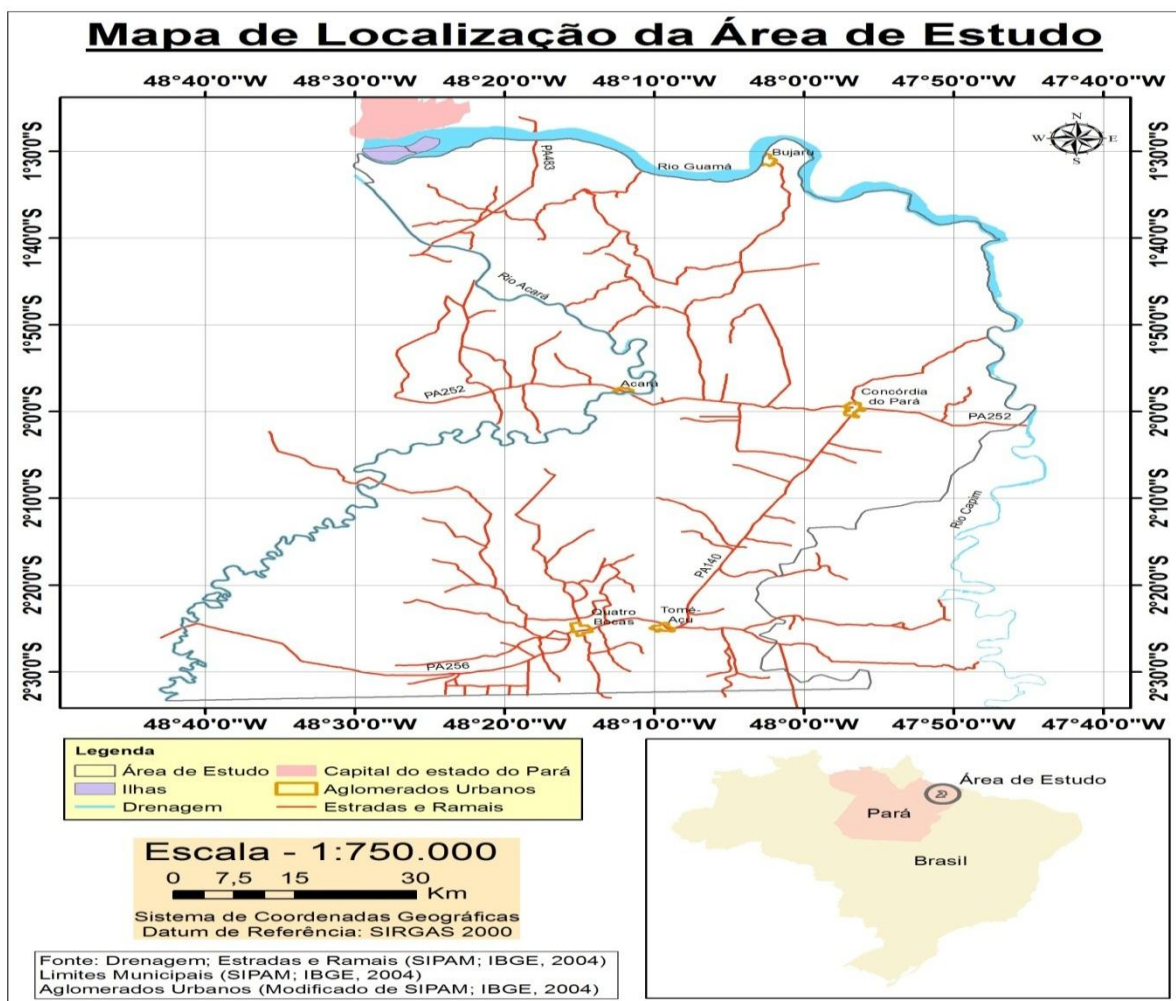
O Vale do Acará localiza-se no nordeste paraense, com a delimitação geográfica caracterizada a oeste pela margem direita do rio Acará e seu afluente Acará-Mirim, e a leste pela margem esquerda do rio Capim, com drenagem no sentido Sul-Norte, conformando a bacia hidrográfica do rio Guamá, assinalada por um relevo plano e planaltos de baixa altitude. O Vale do Acará tem na abrangência os municípios de Acará, Bujaru e Concordia do Pará, além de parte dos municípios de Tomé-Açu e São Domingos do Capim¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Conforme Figura 3- Fluxo do modelo teórico

¹⁶⁸ Só no âmbito do plantio empresarial a partir de 2006 foram capturados mais de 44 mil hectares da trajetória empresarial da pecuária de corte, e milhares de empregos foram retirados da força de trabalho de trajetórias de base produtiva da agricultura familiar, além de mais de mil unidades de produção familiar passaram a exercer sua atividade integrada à cadeia do óleo de palma.

¹⁶⁹ O recorte do Vale do Acará não está contemplado em uma única divisão regional do IBGE, na configuração do recorte do estudo corresponde a municípios pertencentes à microrregião de Tomé-Açu (Tomé-Açu, Acará e Concordia do Pará), também é constituída por municípios da microrregião de Castanhal (Bujaru) e da microrregião do Guamá (São Domingo do Capim).

Mapa 2- Vale do Acará, Pará Brasil



A dinâmica de ocupação econômica e social no Vale do Acará inclui fases distintas ao longo de quase quatro séculos de atividades de povoamento nesta microrregião. Pelo enredamento de sua formação histórica derivaram diferentes modelos de organização cultural e econômica de produção e reprodução social, o que faz com que a população do Vale do Acará seja na sua essência heterógena dentro de uma mesma referência espacial. Momentos distintos e agentes diferenciados, influências culturais e econômicas diversas, fizeram do Vale do Acará uma conformação de relações sociais bem peculiar e complexa. Peculiar devido estarem no mesmo recorte geográfico com trocas constantes entre os agentes, constituindo uma formação específica das demais regiões, e complexa, por terem uma diversidade de segmentos sociais que mantêm suas características culturais originárias.

Ao longo da sua história, o Vale do Acará conforma uma composição social diversa, são descendentes de indígenas, quilombolas, caboclos ribeirinhos, japoneses, nordestinos, em especial maranhenses, gaúchos, paranaenses, e etc.. Todas essas características culturais

influenciam, e são influenciadas, as distintas decisões dos agentes nas trajetórias da agricultura familiar e empresariais¹⁷⁰.

Estas diferenças das formações culturais dos agentes advêm de momentos históricos distintos no processo de povoamento da microrregião do Vale do Acará. A primeira dinâmica da concepção socioterritorial do Vale do Acará vem do século XVII, fomentada pelas cartas de doação do rei Felipe III, originando a capitania particular de Camutá com a fundação da Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá, hoje Cametá. Cedida a Feliciano Coelho de Carvalho. O mesmo Feliciano de Carvalho solicitou a doação da capitania do Gurupy, no outro extremo do nordeste paraense, mas lhe foi negada por ser parte da capitania do Cayté, destinado ao Álvaro de Souza. O que fez com que o povoamento inicial ocorresse pelos rios Tocantins, Moju, Acará, Capim e seus afluentes.

Um segundo momento histórico inicia-se com o fim do sistema de capitanias, em 1753, com o advento da era pombalina (1750 – 1777), quando o Vale do Acará teve sua primeira reorganização territorial, houve uma retomada das áreas para a coroa portuguesa, e ocorreu uma tentativa de controle do comércio de mercadorias, com a fundação da Cia de Comércio do Grão-Pará

A ocupação continuada, na década 1750, pelas margens do rio Acará, fez com que, em 1758, se elevasse da condição de aldeia para vila, com passou a ser denominada de São José do Rio Acará. A primeira atividade comercial organizada pela colônia se deu na exploração de madeira, através da Fábrica Real do Acará, que destinava madeira de lei para construção de navios. Em 1796 a fábrica inviabilizou-se pela distância da matéria-prima e as serrarias, além da falta de mão de obra, devido à constante fuga dos índios que eram escravizados para aquelas funções.

As atividades que prevaleceram foram fazendas de médio e pequeno porte que destinavam a sua atividade ao plantio de cana de açúcar. O processo do cultivo da cana de açúcar foi a principal estrutura da reprodução social na época. Os engenhos de cana conformavam uma relação entre cultivadores de cana e donos de engenho, e também no uso do trabalho escravo que teve uma utilização numerosa de mão-de-obra negra¹⁷¹. A expressiva

¹⁷⁰ Mesmo tendo as mesmas características reprodutivas, por terem origens culturais distintas, as influencias dos *habitus* dos agentes podem interferir na forma de ser e agir, ou seja, a formação cultural pode influenciar na conformação de decisões distintas sobre a reprodução social, por exemplo, um agricultor familiar de origem nipônica pode ter disposições diferenciados do que um agricultor familiar maranhense, e vice-versa.

¹⁷¹ Em virtude da proibição pela Coroa, desde 1729, ficou impedido de utilizar mão de obra escrava indígena nas lavouras.

presença de escravos africanos possibilitou um forte povoamento em áreas do Vale do Acará, dando origem a vários quilombos na região¹⁷². Outro fator que contribuiu na formação social de ocupação do Vale do Acará, pela sua proximidade com a capital da província, foi ter sofrido grande influência dos conflitos da Cabanagem (1835–1840), sendo afetada pela perda considerável de população, dizimada na sangrenta guerra entre os cabanos e as tropas do governo central¹⁷³; bem como, ao final da revolução em 1840, após a derrota dos cabanos, com medo de perseguições, algumas famílias adentraram na região formando pequenos povoados dispersos nas margens do Acará e seus afluentes, conformando uma economia de base familiar agroextrativista. Já no aspecto das médias propriedades como formação econômica, os engenhos prevaleceram até ao final do século XIX, quando o cultivo da cana de açúcar entra em decadência e deixa de ser a principal atividade reprodutiva social.

O terceiro recorte histórico de ocupação socioespacial do Vale do Acará ocorre a partir do início do século XX. A busca do povoamento nas terras firmes, em especial entre os rios Acará e Acara-Mirim, levou a existência de dois processos de colonização dirigida, uma no início do século, que se iniciou em 1929 com apoio do governo japonês, quando centenas de famílias fizeram a imigração com objetivo de desenvolver a agricultura de culturas perenes, em especial a pimenta do reino¹⁷⁴. O segundo caso foi nas décadas de 1970 e 1980 com a política de colonização, formada com migrantes nordestinos. Inicialmente, através do governo federal, pelos governos militares, que começaram dirigindo projetos de ocupação territorial com a migração de agricultores, denominados de Projetos Integrados de Colonização (PIC), e posteriormente, os militares mudam a diretriz, deixam de atuar com agricultores, e passam a direcionar o processo de colonização para atender a grandes projetos agropecuários,

¹⁷² Os aspectos sobre a dinâmica de povoamento e a diversidade das organizações sociais nesta região foram analisados nos trabalhos da professora Rosa Acevedo. Acevedo Marin (2000)

¹⁷³ As estimativas feitas por historiadores apontam que cerca de 30 mil pessoas morreram durante os cinco anos de combates. Os principais líderes da Cabanagem tinham relações diretas com a região do Acará. Celso Malcher, era proprietário da Fazenda Acará-Açu, situada à margem esquerda do rio. Foi nesta fazenda que conheceu e dele foi patrão, Eduardo Francisco Nogueira, ou Eduardo Angelim, que mais tarde se tornaria uma das principais lideranças da cabanagem. Também outras lideranças, como os irmãos Vinagre, vinham da mesma região e eram pequenos proprietários no Vale do Acará. Ver RICCI, MAGDA 2007.

¹⁷⁴ A dinâmica imigratória nipônica foi bastante intensa, o Pará chegou a ser a terceira maior comunidade japonesa no Brasil, ficando atrás só de São Paulo e Paraná. O governo do Pará, através do governador Dionísio Bentes pela lei 2.746 de 1928 concedeu a Hachiro Fukuhara para imigração japonesa 600 mil hectares no Vale do Acará. Além da produção da pimenta, os camponeses de origem nipônica buscaram como alternativa o cultivo de hortaliças e o plantio e processamento de frutas tropicais, com a formação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu – CAMTA, com início de sua atividade na década de 1950. A imigração japonesa na Amazônia e sua contribuição na atividade agrícola no Vale do Acará são detalhadas por HOMMA (2016).

vinculados a incentivos fiscais. Paralelo a estes processos de colonização dirigida, ocorreram várias colonizações espontâneas na região, através da ocupação da fronteira por pequenos agricultores e extrativistas que começaram a ocupar os vales dos rios Moju, Acará e Capim.

O quarto momento de ocupação ocorreu mais recentemente, a partir do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, marcados pelo forte fluxo voluntário de famílias do Sul e Sudeste do país para exploração madeireira. O grande fluxo de segmentos madeireiros no Vale do Acará teve como fatores: o declínio do estoque de madeira na região sul e sudeste; baixo valor das terras e abundância de recursos florestais na região; e acesso para obter a matéria-prima e escoar a produção. A acessibilidade dos rios possibilitava que o transporte de toras pudesse ser feito pelo uso de balsas e embarcações de médio porte, nos rios Acará, Acará Mirim e Capim, e já a comercialização da madeira serrada seguia via os eixos rodoviários sentido norte-sul¹⁷⁵. Estes modais de transporte (rodovias e rios) permitiram o fluxo e conexões dentro e fora do Estado, o que possibilitou uma ampliação de frentes de exploração madeireira conjugadas com a ocupação da pecuária extensiva. Em um processo de autorreforço, os agentes empresariais que atuavam na trajetória madeireira também passam a atuar na pecuária que foi expandida paulatinamente pela ocupação de grandes fazendas, estabelecendo uma trajetória de pecuária empresarial extensiva, ampliando a sua participação na configuração reprodutiva da região.

O resultado desta dinâmica madeireira alterou a conformação do espaço-lugar no Vale do Acará, com destaque para a conformação de um grande polo madeireiro, em Tome-Açu. Além da ocupação de áreas para a exploração de recursos naturais, a indústria madeireira constitui uma cadeia de transformação atrativa para agentes empresariais madeireiros do Centro Sul do país e para migração de mão de obra de outros municípios paraenses e de outros estados, em especial do nordeste.

Tais mudanças trouxeram consigo uma drástica reconfiguração do espaço-lugar, pela apropriação de terras e recursos naturais, gerando transformações na paisagem do meio natural, grandes áreas de florestas foram substituídas por pastagens extensivas, e ampliaram os conflitos ligados ao domínio da terra. Mesmo com toda esta ação estruturante de trajetórias vinculadas ao avanço da exploração madeireira e pecuária, vale ressaltar a existência de uma

¹⁷⁵ Destacam as rodovias PA 140, PA 150 e BR 010. A PA 140 liga Tomé-Açu à região do Capim; a PA 150 serve de eixo para interligar Tailândia com o Sul do Pará, e a BR 010 (Belém- Brasília) articula o nordeste paraense com o Centro Sul do país e com a BR 316 (Pará-Maranhão). Esta malha rodoviária era completada pelo eixo leste oeste, representados pelas rodovias PA 252 (Mãe do Rio – Acará) e PA 256 (Paragominas-Tomé-Açu).

forte economia camponesa, extrativista e de produção de culturas temporárias, em especial a mandioca.

Como explicitado acima, a dinâmica da ocupação do Vale do Acará iniciada pela ocupação de extração de recursos naturais, passando pelo cultivo de cana de açúcar, com a participação de portugueses, caboclos ribeirinhos, indígenas, e quilombolas que adentraram para estas áreas pelas margens dos rios. No final da década de 1920, com a instalação da colônia japonesa, e posteriormente, na década de 1980 e 1990, a ocupação do Vale do Acará foi intensificada, através da ocupação espontânea, em especial demandada pela expansão madeireira, culminado com o desmatamento e uso do solo para formação de pastagem. Mesmo com o declínio das serrarias ocorridas em meados da primeira década 2000, permaneceram ainda ativas as trajetórias de pecuária extensiva e madeireira extrativa, através de ganhos indiretos advindos dos setores de produção de carvão vegetal, impulsionados pela demanda de abastecer as indústrias de ferro-gusa em Marabá¹⁷⁶, à medida que a maioria dos agentes empresariais atuava em ambas as trajetórias.

Em contraponto as trajetórias tecnológicas de madeireira extrativa e de pecuária extensiva, o Vale do Acará pela sua conformação social de camponeses, caracteriza-se, ao longo da sua história de ocupação, pela forte presença da agricultura familiar, em especial na produção de farinha, e em casos específicos da comunidade de descendentes nipônicos pela fruticultura e pimenta do reino.

No Vale do Acará, especificamente, a cultura do dendê¹⁷⁷ registrava apenas a existência de áreas de médio porte que pertenciam a membros da família Yamaguchi e outros produtores que faziam, via arrendamento¹⁷⁸, a exploração dos dendezaís, recentemente, buscam construir um condomínio agrícola com o seu próprio grupo empresarial, detentores da DENTAUA. Mas, em meados da década de 2000, ocorre outro momento da ocupação espacial, por uma grande expansão de áreas de plantio do dendê nesta região. Esta mudança se deu basicamente através da chegada de empresas de grande porte que passaram a atuar na disputa pelos recursos naturais (grandes áreas), sociais (mão de obra) e institucionais (crédito

¹⁷⁶ Sobre as frentes de ocupação e exploração econômica no século XX na região de Tomé-Açu ver em MONTEIRO, M.A.; COELHO, M.C. e BARBOSA, E.J (Org.). 2009.

¹⁷⁷ A cultura do dendê já existia em outras regiões circunvizinhas desde meados da década de 1980, com grandes plantios, em especial o empreendimento da Agropalma, principalmente no município de Tailândia, e também a empresa Marborges que atuava em Moju.

¹⁷⁸ Utilizando através da empresa Roso Teixeira LTDA a intermediação da coleta dos CCF e a empresa DENTAUA.

e incentivos governamentais) na região, influenciando diretamente na reconfiguração do espaço-lugar do Vale do Acará.

8.2 O Vale do Acará: por dados secundários

a) Análise demográfica

O censo de 2010 indica que a distribuição da população no Vale do Acará tem uma densidade populacional pouco elevada, são apenas 12 habitantes por quilometro quadrado. Tendo como exceção o município de Concórdia do Pará que, pela sua pequena área territorial, apresenta uma maior concentração populacional, com mais de 40 habitantes por quilometro quadrado, (**Tabela 5**).

Tabela 5 - População e área dos municípios do Vale do Acará (2010)

Municípios	População 2010	Área territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Acará	53.569	4.343	12,33
Bujaru	25.695	1.005	25,56
Concórdia do Pará	28.216	691	40,80
São Domingos do Capim	29.846	1.677	17,79
Tomé-Açu	56.518	5.145	10,98
Total	193.844	12.863	15,07

Fonte: IBGE, Censo (2010).

Além da baixa densidade populacional, outro dado peculiar que se destaca na análise da demografia do Vale do Acará é a divisão espacial entre a formação urbana e rural. Enquanto a tendência nacional e no Estado do Pará é de ter uma dinâmica de forte redução da população rural. No Brasil consolidou-se a extrema concentração urbana, em 2010, chega a ter 84% da sua população residente em algum tipo de aglomerado urbano. E no Pará, esta mesma tendência de urbanização de sua população também se mantém, o que antes era uma distribuição equilibrada em 1991, o censo de 2010 indicou que mais de dois terços da população vivendo em cidades. No entanto, no Vale do Acará, a população permanece majoritariamente em áreas rurais (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição em percentual da população urbana e rural, 1991, 2000 e 2010.

Lugar	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Vale do Acará	24,83%	75,17%	35,94%	64,06%	38,15%	61,85%
Pará	52,45%	47,55%	66,55%	33,45%	68,48%	31,52%
Brasil	75,59%	24,41%	81,25%	18,75%	84,36%	15,64%

Fonte: IBGE Censo (1991, 2000, 2010).

Esta característica da organização demográfica revela uma dinâmica socioespacial específica do Vale do Acará, além dos números absolutos que caracterizam a sua baixa densidade populacional, soma-se à configuração da distribuição da população, que é historicamente rural. Esta tendência diferencia o Vale do Acará das demais curvas demográficas do Brasil e do Pará. Enquanto população rural, desde 1991, no Brasil já existia uma grande predominância do urbano, e no Pará já se consolidava a população urbana como maioria; no Vale do Acará, nas últimas três décadas, o crescimento urbano se deu de forma bastante lenta. A predominância do rural prevalece como um dos elementos-chave para evidenciar a formação social do Vale do Acará.

b) Dinâmica econômica do Vale do Acará e políticas públicas

Diferente da distribuição demográfica que pode buscar uma possível relação com as dinâmicas agrárias, a composição das receitas municipais guarda uma maior aproximação com as políticas públicas. Marcadas a partir de 2003, caracterizadas pelo aumento de crédito dos programas assistenciais de combate à pobreza e de repasses de verbas federais para saúde e educação, as políticas governamentais têm um forte impacto na dinâmica econômica dos municípios do Vale do Acará.

No que se refere, ainda, ao detalhamento das receitas correntes dos municípios do Vale do Acará, pode-se observar um aumento da participação dos impostos, como fator de arrecadação, mesmo que os valores sejam pouco representativos na composição geral das receitas, mas concebem um crescimento significativo, principalmente a partir da metade da primeira década de 2.000. Como há de se observar pelo crescente incremento da participação da distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre 2004 a 2015 (Tabela 7).

O que representou um aumento nominal de mais de R\$ 13,1 milhões de reais, entre 2004 e 2015. A arrecadação da cota parte em ICMS teve um crescimento percentual absoluto

de 187%, que representa um incremento real de 77%, abatido a inflação com base no IGP-M do período (109,55%),

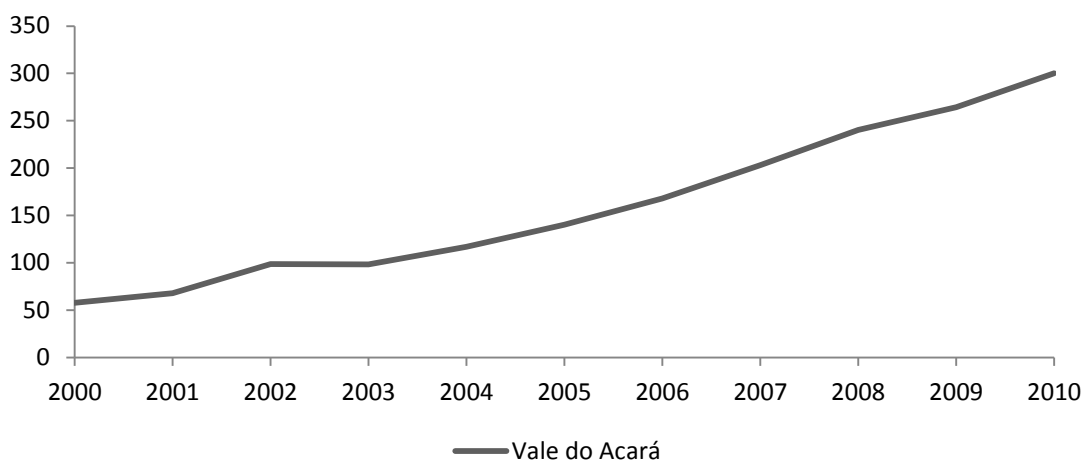
Tabela 7 - Valores de repasse de ICMS nos municípios do Vale do Acará nos anos de 2004 a 2015

Anos	Acará	Bujaru	Concórdia do Pará	São Domingos do Capim	Tomé-Açu	Vale do Acará
2004	1.433.770	768.091	870.503	768.091	3.225.981	7.066.436
2005	1.636.781	909.323	969.944	909.323	3.455.427	7.880.798
2006	1.822.135	1.051.232	1.121.314	1.051.232	3.994.680	9.040.591
2007	1.986.728	1.146.189	1.222.602	1.146.189	4.202.694	9.704.401
2008	2.296.835	1.276.019	1.531.223	1.276.019	4.423.533	10.803.629
2009	2.177.573	1.270.251	1.451.715	1.360.983	4.173.681	10.434.203
2010	2.158.366	1.438.910	1.541.690	1.438.910	3.905.614	10.483.491
2011	2.285.714	1.600.000	1.714.286	1.600.000	4.000.000	11.200.000
2012	2.975.696	1.983.797	2.125.497	2.125.497	4.959.493	14.169.979
2013	3.258.571	2.221.753	2.369.870	2.221.753	5.332.208	15.404.155
2014	4.169.018	2.537.663	3.081.448	2.718.925	6.887.943	19.394.998
2015	4.478.869	2.531.534	3.115.735	2.921.001	7.205.137	20.252.276

Fonte: Pará (2016) SEFA

No Vale do Acará há um significativo crescimento nominal da receita corrente na última década, em 10 anos as somas das receitas municipais dos cinco municípios que compõem o Vale do Acará tiveram um incremento de 58 milhões para 300 milhões de reais (Figura 24). Pelos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), fica demonstrado que o Vale do Acará teve taxas de crescimento das receitas correntes superiores ao Pará e ao Brasil. O Crescimento da receita dos municípios do Vale do Acará representou um aumento nominal de 418%, valor surpreendente ainda mais quando comparado com a taxa nominal de crescimento de receita corrente do Pará, que foi de 396%, a do Brasil, 290%. Também é relevante a posição do Vale do Acará quando abatida a inflação (IGP-DI), no mesmo período (151,05%), pode-se obter uma taxa real de crescimento de 267% para o Vale do Acará, ficando o Pará com 245%, e 139%, o Brasil, na década de 2.000 (Gráfico 16).

Gráfico 16- Arrecadação da Receita Corrente dos municípios do Vale do Acaraú nos anos de 2000 a 2010, em milhões.



Fonte: Brasil (2013) STN (Secretaria do Tesouro Nacional)

Independente de qualquer análise de mérito qualitativo entre as demandas e a forma de aplicação dos recursos repassados, o que se apresenta é uma constatação objetiva que ocorreu a partir de meados da década de 2.000 - um processo que abrangeu a todos os municípios do país - um aumento expressivo de recursos repassados aos municípios, através de uma significativa ampliação dos repasses da União. A título de ilustração, pode-se indicar o volume de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁷⁹ e, principalmente, na educação, via o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Fundamental (FNDEF), substituído, posteriormente pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (FNDEB). No caso específico do Vale do Acaraú estes valores somados passaram de 51,3 milhões em 2004, para 260,7 milhões em 2015 (Tabela 8)

¹⁷⁹ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são os recursos destinados aos Municípios via transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujo percentual de repasse aos municípios é regulado pelo Decreto-Lei nº 1.881, são variáveis em 16 faixas, cada faixa de população determina os coeficientes de distribuição do FPM.

Tabela 8 - Valores de transferências da União aos municípios do Vale do Acará, 2004 a 2015.

Ano	FPM	FUNDEF/FUNDEB*	Total
2004	23.612.758	27.713.080	51.325.838
2005	30.263.448	33.594.474	63.857.922
2006	33.908.473	37.178.072	71.086.546
2007	38.046.934	56.375.079	94.422.013
2008	42.107.657	68.473.430	110.581.087
2009	39.183.434	82.877.619	122.061.053
2010	41.797.041	90.465.864	132.262.904
2011	55.504.387	135.806.507	191.310.894
2012	56.550.125	153.046.208	209.596.333
2013	58.784.504	143.498.181	202.282.685
2014	61.416.613	158.459.955	219.876.568
2015	71.959.604	188.822.882	260.782.486

Fonte: Brasil (2015) MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). *Transferência para a educação FUNDEF até 2006 substituído pelo FUNDEB.

Mas estes valores tornam-se mais representativos quando analisados pela ótica do incremento real, abatida a inflação, os repasses do FPM cresceram 96%, e na educação foram 472%, ou seja, um aumento real de mais 130,9 milhões. (**Tabela 9**).

Tabela 9 - Incremento de transferência da União para os municípios do Vale do Acará.

Vale do Acará	FPM	FUNDEF/FUNDEB
2015	71.959.604	188.822.882
2004	23.612.758	27.713.080
Incremento Nominal	48.346.847	161.109.802
Incremento Real*	22.608.941	130.902.545
Taxa de crescimento real	96%	472%

Fonte: Brasil (2015) MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).

* Foi considerada a taxa de inflação pelo IGP-M (109,55%) no período de 2004 a 2015.

c) A concentração de renda no crescimento do PIB e a Bolsa Família

No período de 2000 a 2012, o Vale do Acará teve taxas expressivas de crescimento, com 322% de incremento nos valores correntes do seu Produto Interno Bruto (PIB). Embora o PIB tenha crescido três vezes e meio, o Vale do Acará teve uma taxa de crescimento menor que o Pará, no mesmo período, que foi de 378%, mas bastante superior ao do Brasil, com

272%. Em termos nominais, o PIB do Vale do Acará, sai de pouco mais de 233 milhões de reais em 2000, e em 2012 ultrapassava R\$ 982 milhões de reais, o que representava 1,08% do PIB paraense que era de R\$ 91 bilhões em 2012. (**Tabela 10**)

Tabela 10 - Percentual de Crescimento do PIB.

Variação	2000-2003	2000-2006	2000-2009	2000-2012
Vale do Acará	69%	136%	206%	322%
Pará	56%	133%	207%	378%
Brasil	44%	101%	175%	272%

Fonte: IBGE (2013).

A contradição do crescimento econômico, mesmo com taxas do aumento do PIB do Vale do Acará com índices superiores ao Brasil e bem próximos ao Pará, ocorre quando analisado pelo aspecto da desigualdade social, neste aspecto pode-se observar que há um quadro histórico de elevado número da população em grau de pobreza extrema, em alguns dos seus municípios chega a ser mais de um terço, e na média aproxima de um quarto da sua população (**Tabela 11**).

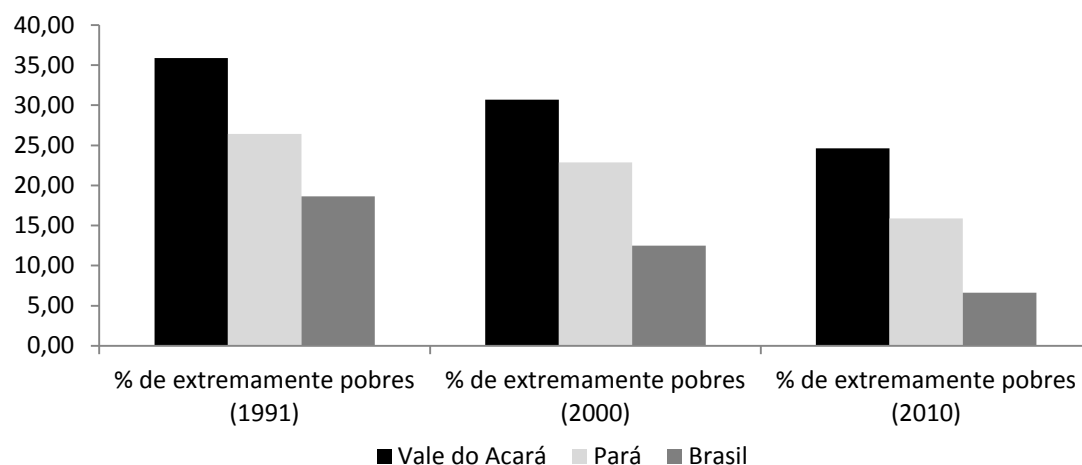
Tabela 11 - Percentual de extremamente pobres, 1991, 2000, 2010, Vale do Acará.

Lugar	% de extremamente pobres (1991)	% de extremamente pobres (2000)	% de extremamente pobres (2010)
Acará	50,04	31,69	27,51
Bujaru	37,22	40,90	31,25
Concórdia do Pará	28,14	26,99	15,39
São Domingos do Capim	32,16	31,89	36,22
Tomé-Açu	31,85	21,99	12,70
Vale do Acará	35,88	30,69	24,61

Fonte: (IBGE) Censo (1991, 2000, 2010).

Este quadro torna-se mais desolador quando comparado com os índices do Pará e do Brasil. A redução entre 1991 e 2010, foi expressiva no Brasil, e relativa no Pará, no Vale do Acará a diminuição se deu de forma branda. O Censo demonstra que em 2010, o Pará tinha reduzido para 15,9 %, e o Brasil, 6,62 %, mas o Vale do Acará chegava ainda a ter 24,61% de extremamente pobres na composição de sua população (Gráfico 17).

Gráfico 17- Percentual de extremamente pobres: Brasil, Pará, Vale do Acará nos censos de 1991, 2000, 2010.



Fonte: (IBGE) Censo (1991, 2000, 2010).

Os índices de pobreza no Vale do Acará guardam coerência com a participação expressiva de famílias desta região nos programas governamentais de assistência social, como é o caso do Bolsa Família. O número de beneficiados, segundo os dados do extinto Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), aponta, aproximadamente, 10 mil famílias beneficiadas em 2004, para o crescimento de mais de 33 mil, em 2015. Quando estes dados são relacionados com o total de famílias dos municípios, tem-se a dimensão da inserção deste programa na população local, ou seja, 64 % das famílias do Vale do Acará recebem o benefício do Bolsa Família (**Tabela 12**).

Tabela 12 - Repasse do Bolsa Família em 2015 no Vale do Acará, Pará

Municípios	Famílias beneficiadas	% das famílias beneficiadas da população do município
Acará	10.192	66,94%
Bujaru	5.452	73,40%
Concórdia do Pará	4.295	54,40%
São Domingos do Capim	4.800	69,25%
Tomé-Açu	8.959	55,80%
Vale do Acará	33.698	63,96%

Fonte: Brasil (MDS) (2016).

Estes dados são expressivos não só em relação ao número de famílias beneficiadas, mas também nos valores, em especial, pelo crescimento do seu repasse, que saltou de 5,5 milhões de reais, em 2004, para 72,7 milhões em 2015, no Vale do Acará (**Tabela 13**).

Tabela 13 - Repasse do Bolsa Família no Vale do Acará - Pará, em milhões reais, 2004, 2008, 2012 e 2015

Municípios	2004	2008	2012	2015
Acará	1,4	3,6	11,9	22,2
Bujaru	0,5	2,4	8,6	13,1
Concórdia do Pará	0,6	2,6	6,1	9,8
São Domingos do Capim	1,1	3,4	9,1	11,1
Tomé-Açu	1,9	4,9	15,1	16,5
Vale do Acará	5,5	16,9	50,8	72,7

Fonte: Brasil (MDS) (2016).

A participação relativa dos programas assistenciais na composição da renda dos municípios do Vale do Acará é extremamente significativo, só o Bolsa Família (BF)¹⁸⁰ e o Benefício de Prestação Continuada (BFC)¹⁸¹ – sem incluir outros benefícios, como a aposentadoria, por exemplo – são majoritários na composição financeira destas municipalidades. Como parâmetro pode-se comparar com os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2015, no Vale do Acará, – ressalvando que o próprio o FPM teve um incremento real de 96%, (Tabela 09) –, mesmo assim representava pouco mais de 58% em relação aos dois programas federais de assistência social, ou seja, os benefícios BPC e BF juntos representaram 1,7 vezes mais do que os recursos recebidos pelas prefeituras através do repasse do FPM (**Tabela 14**).

¹⁸⁰ Bolsa Família - BF é um programa do governo federal que consiste na ajuda financeira às famílias com renda *per capita* até R\$ 154,00, definidas como pobres e extremamente pobres – são consideradas extremamente pobres - renda mensal *per capita* menor que R\$ 77,00; e pobres, *per capita* entre R\$ 77,00 até 154,00 - que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola e façam o acompanhamento de saúde das gestantes, as mulheres que estiverem amamentando e as crianças, que também devem ter a vacinação em dia. O programa visa a transferências condicionadas de renda, em outubro de 2015, o valor médio do benefício era de R\$ 176,00 mensais.

¹⁸¹ Benefício de Prestação Continuada - BPC é um benefício da assistência social no Brasil, prestado pelo INSS. Consiste em uma renda de um salário mínimo para idosos e deficientes que não possam se manter e não possam ser mantidos por suas famílias. Considera-se idoso quem tem mais de 65 anos e deficiente quem não possui capacidade para a vida independente e para inserção/reinserção social e no mercado de trabalho. A família deve ter renda *per capita* menor que um quarto de salário-mínimo, mas recentes decisões judiciais aceitaram critérios mais elásticos para cumprir o espírito da lei, que é beneficiar famílias em condição de miséria. Se já houver um idoso da família recebendo o BPC, isso não será considerado no cálculo da renda familiar para concessão de um segundo benefício. O BPC não pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários.

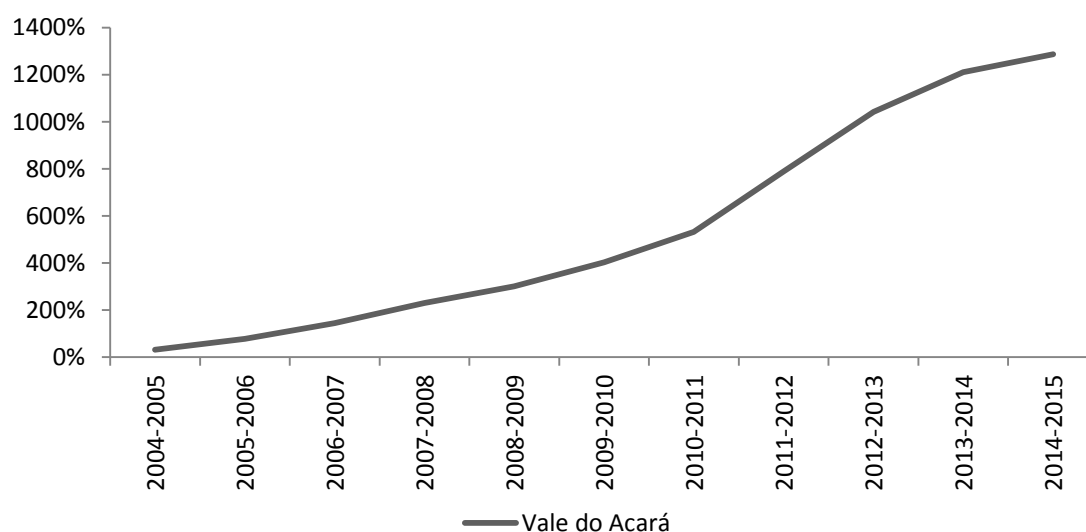
Tabela 14 - Repasse BPC, BF e FPM no Vale do Acará, em 2015

Tipo de repasse	BPC	BF	BF+BFC	FPM	% do FPM em relação BF e BPC
Acará	10,20	22,20	32,40	15,40	0,48
Bujaru	2,90	13,10	16,00	9,80	0,61
Concórdia do Pará	5,50	9,80	15,30	11,20	0,73
São Domingos do Capim	4,00	11,10	15,10	11,20	0,74
Tomé-Açu	12,20	16,50	28,70	15,40	0,54
Vale do Acará	34,80	72,70	107,50	63,00	0,59

Fonte: Brasil (MDS) (2016). BFC – Benefício de Prestação Continuada; BF- Bolsa Família; FPM – Fundo de Participação do Município.

Os repasses do programa social do governo federal de redução de pobreza, o Bolsa Família, no Vale do Acará, aumentaram 1.288%, saltando de 5,65 milhões de reais em 2004, para cifras superiores a de 72,7 milhões de reais em 2015 (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Percentual de crescimento Bolsa Família tendo como base o ano de 2015 do valor nominal no Vale do Acará nos anos de 2004 a 2015.



Fonte: Brasil (2015) MDS.

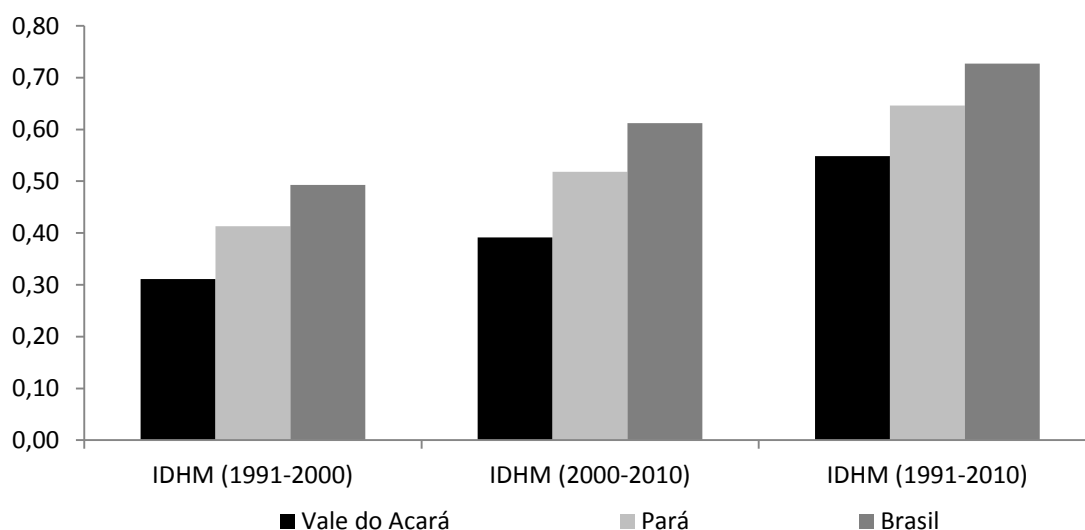
Considerada a taxa de inflação, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), é de 109,55% no período de 2004 a 2015, houve um crescimento efetivo de 60,8 milhões de reais para o ano de 2015, com a taxa real de incremento superior a de 1.076%. Estes dados do Bolsa Família ilustram como são representativos os programas sociais na dinâmica econômica, e social, no Vale do Acará, tornando-os um dos principais elementos de composição da renda da sua população.

Apesar de ter números significativos de transferência direta de renda, via o Bolsa Família, o Vale do Acará mantém elevados indicadores de pobreza e problemas críticos nos índices de desenvolvimento humano.

d) Dinâmica do desenvolvimento Humano no Vale do Acará

Nos últimos três censos (1991, 2000 e 2010), verifica-se um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Vale do Acará, mas em todos os casos permanecem inferiores aos índices do Pará e do Brasil, como demonstram as curvas das taxas de crescimento do IDHM (Gráfico 19).

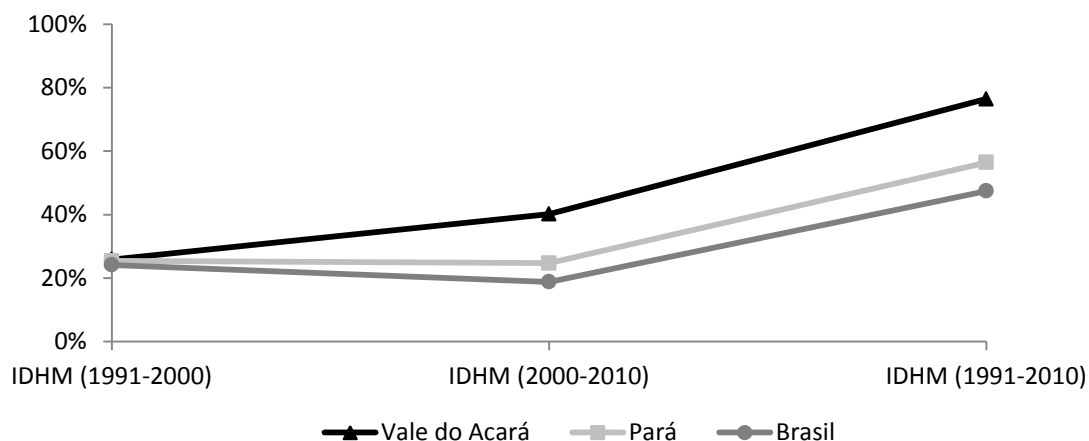
Gráfico 19 - Distribuição do IDHM no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Mesmo com índices bastante inferiores, em especial se comparados com a média brasileira, os municípios do Vale do Acará apresentam taxas de crescimento superiores ao apresentado no Pará e no do Brasil, em todos os três últimos levantamentos do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). Mas com destaque a partir dos anos 2.000 (Gráfico 20).

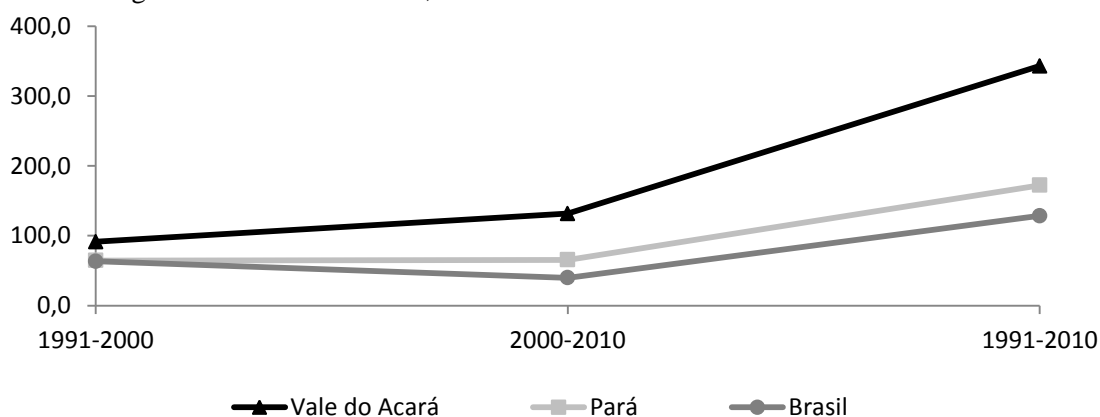
Gráfico 20 - Percentual de crescimento do IDHM no Vale do Acará, no estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A fim de explicar a expressiva taxa de crescimento do IDHM do Vale do Acará, principalmente quando comparada aos percentuais obtidos no Brasil e no Pará, pode-se atribuir, dentre outros, os aspectos relacionados ao crescimento dos índices na área da educação¹⁸², que salta de 131,5% para 342,5%, o que fez influenciar no cômputo geral da mensuração das taxas consolidadas do IDHM (Gráfico 21).

Gráfico 21- Percentual de crescimento do IDHM da Educação no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



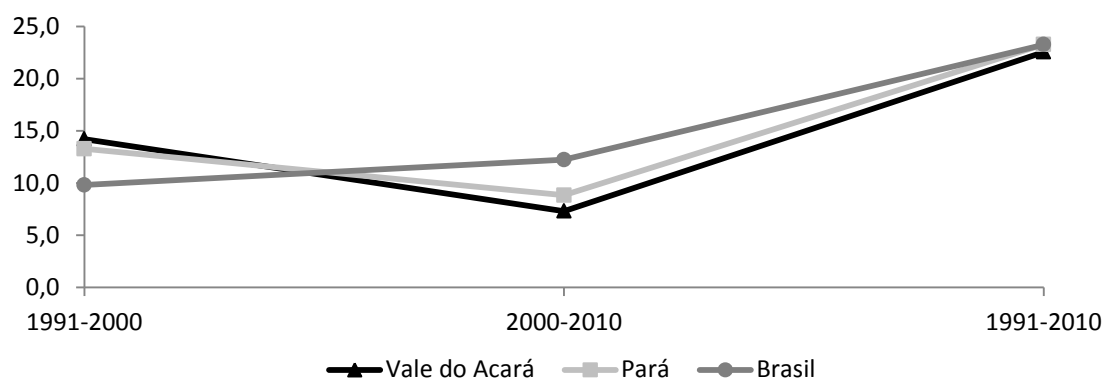
Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Outro aspecto como explicação das taxas do crescimento do IDHM do Vale do Acará está relacionado à saúde, embora os percentuais de longevidade; esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil estejam em patamares inferiores às taxas estaduais e nacionais,

¹⁸² Há uma forte relação com o aumento de repasse do FUNDEB, ver Tabela 9.

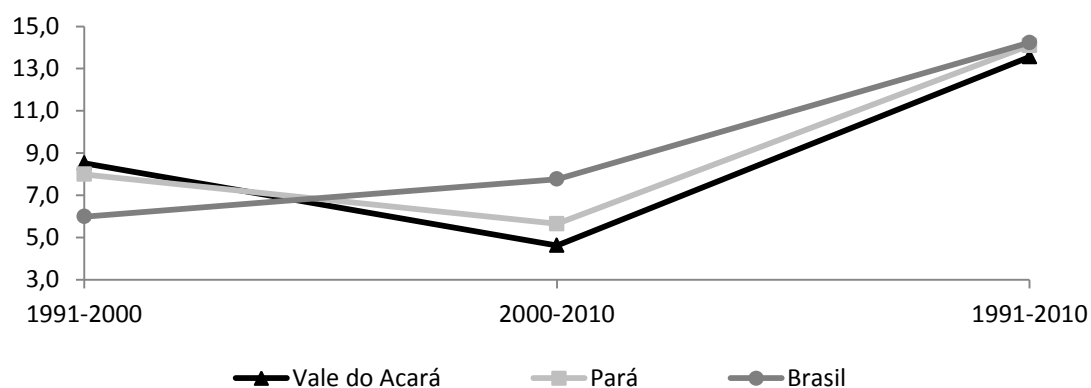
apresentam um crescimento significativo a partir da primeira década de 2.000 (Gráficos 22, 23 e 24).

Gráfico 22- Percentual de crescimento do IDHM da Longevidade no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



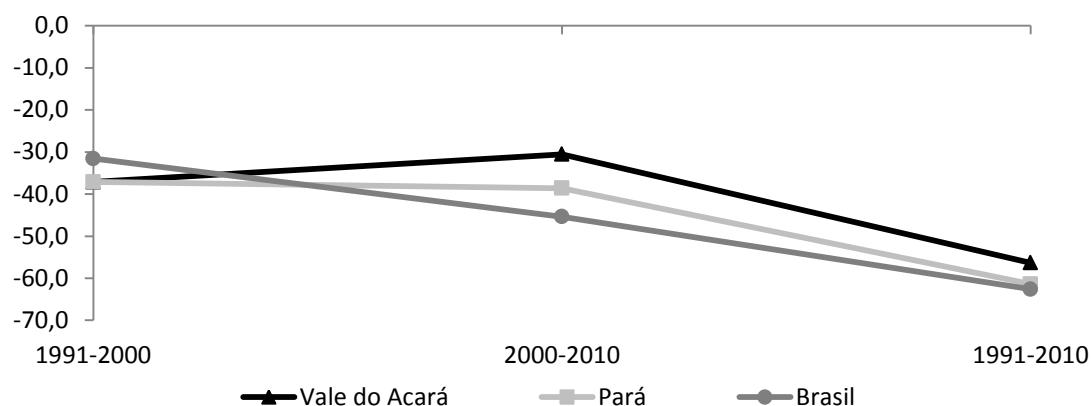
Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Gráfico 23- Percentual de crescimento da esperança de vida ao nascer no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Gráfico 24- Percentual de crescimento da mortalidade infantil no Vale do Acará, no Estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.

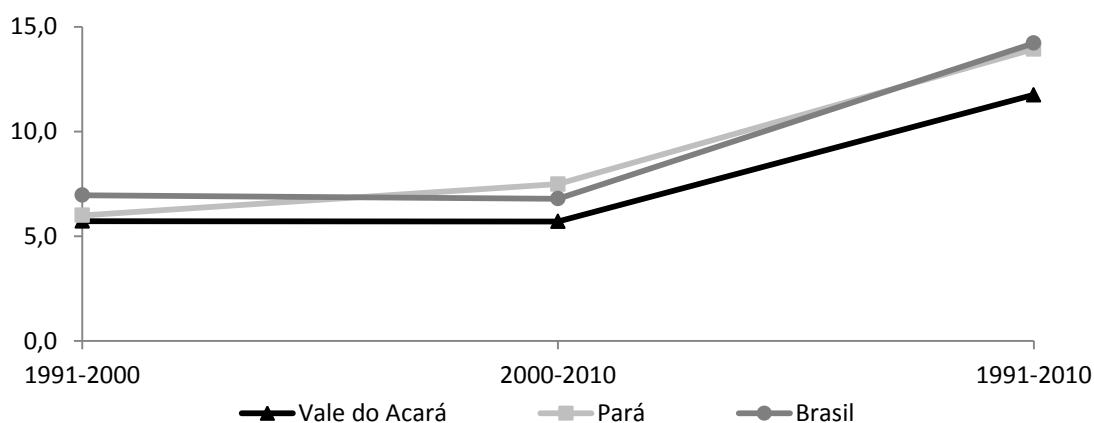


Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No aspecto de taxas de redução da mortalidade infantil, o Vale do Acará mantém indicadores piores em relação ao Pará e ao Brasil, o que vem a corroborar outros péssimos indicadores sociais.

Pelo detalhamento do IDHM do Vale do Acará, fica evidente que a melhoria das taxas de educação e em menor nível, também, a da saúde, de certa forma confirmam os aumentos expressivos das transferências de receitas governamentais nestas áreas. Entretanto não se pode exaltar o desempenho do Vale do Acará, pelo contrário, o que se percebe é uma situação crítica quando se relaciona os índices que indicam a concentração da riqueza e a redução da pobreza. Nestes quesitos a contradição na composição do IDHM no Vale do Acará se apresenta através das taxas que mensuram a distribuição da renda, onde os municípios desta região apresentam suas taxas inferiores às medias nacional e estadual (Gráfico 25).

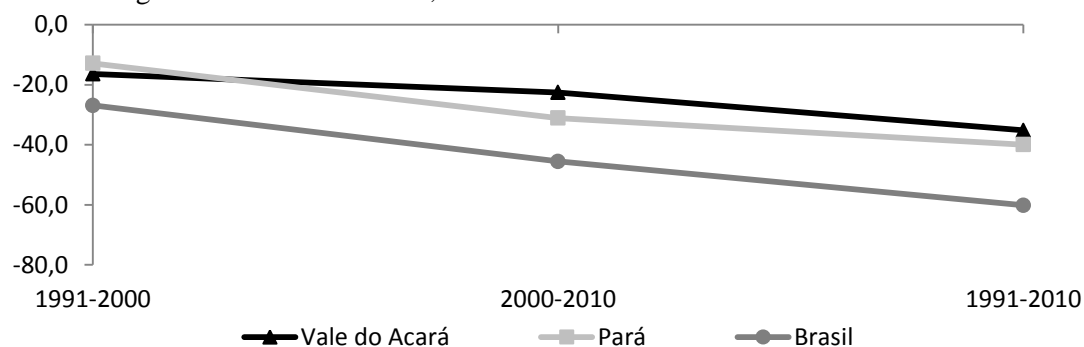
Gráfico 25- Percentual de crescimento do IDHM da Renda no Vale do Acará, no estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O quadro da desigualdade social torna-se mais agudizado, além da pouca capacidade de melhorar a distribuição de renda, os dados indicam um fraco desempenho na redução da pobreza, enquanto no censo de 2010 apontava o Brasil com expressivos indicadores de queda da pobreza, com taxa negativa de 60%, o Vale do Acará teve índices bem mais modestos, a redução de pobres ficou em 35% (Gráfico 26).

Gráfico 26- Percentual de crescimento da participação de pobres no Vale do Acará, no estado do Pará e no Brasil segundo os censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Embora relevante, a participação do incremento nos repasses de verbas federais, a exemplo do FUNDEB, e mesmo tendo um crescimento de beneficiados do Programa Bolsa Família superior ao Pará e ao Brasil, mesmo assim, estas políticas públicas demonstraram ser insuficientes para reverter os índices de IDHM e de redução de desigualdades.

Apesar de ter triplicado o PIB nos anos 2.000, o Vale do Acará mantém péssimos indicadores de desenvolvimento humano, e também uma forte concentração de renda. Os 20% mais ricos apropriam mais de 56% da renda do Vale do Acará (Tabela 15). O elevado grau de pobreza e desigualdade social apresenta-se como outro elemento-chave para evidenciar a formação social do Vale do Acará.

Tabela 15- Concentração de renda no Vale do Acará no ano de 2010.

Lugar	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos.
Acará	55,64
Bujaru	53,68
Concórdia do Pará	54,27
São Domingos do Capim	62,66
Tomé-Açu	57,82
Vale do Acará	56,81

Fonte: IBGE (2010).

As dinâmicas das trajetórias estruturadas nas últimas décadas demonstraram pouca capacidade de desenvolvimento endógeno da socioeconômica do Vale do Acaraú. Os impactos, ainda que modestos, de redução de pobreza nos seus municípios estão mais relacionados aos repasses de receitas de programas sociais da União. Como síntese explicativa pode-se indicar o Vale do Acaraú como um espaço caracterizado pela demografia rural, com alto grau de pobreza, concentração de renda e com grande dependência de políticas públicas.

8.3 A dinâmica espacial alterada: o dendê no Vale do Acaraú

Como trajetória tecnológica estruturante, o dendê avança no Vale do Acaraú, um espaço que se caracterizava pela pobreza, por forte densidade populacional na área rural e pela existência de grandes áreas que poderiam ser convertidas em plantio.

A relevância destes impactos do avanço do óleo de palma altera os aspectos socioeconômicos e culturais. Mas é no espaço agrário que as ações estruturantes da trajetória tecnológica do dendê têm as suas alterações mais perceptíveis pela conversão de grande extensão de áreas em plantios.

O fato social da expansão do dendê torna-se mais visível quando analisado pela alteração do uso do solo, em tempo muito curto, em menos de oito anos. Por força da sua ação estruturante, concentrou um conjunto grande de áreas que até então eram ocupada por outras trajetórias, com diferentes agentes, arranjos de governança específicos e uso de outras técnicas. Mas nestas áreas, que atualmente são ocupadas por dendê, é possível identificar mais que alterações do uso do solo, há uma nova configuração social e produtiva do espaço, a trajetória estruturante de óleo palma substitui trajetórias antecedentes. O espaço-lugar é histórico, sua conformação advém de processos físicos e sociais relacionados às dinâmicas produtivas e reprodutivas das trajetórias tecnológicas em um dado momento.

A história das transformações ocorridas no espaço se relaciona com a cronologia das ações objetivadas das trajetórias tecnológicas naquele espaço objetivado (espaço-lugar). O espaço-lugar é apreendido pelas suas transformações, e estas são evidenciadas pelas distintas formas de ocupações das diferentes trajetórias tecnológicas que nele se efetivam. As trajetórias são elementos metodológicos que possibilitam relacionar as manifestações dos fatos sociais com a dinâmica de configuração e reconfiguração do uso do solo.

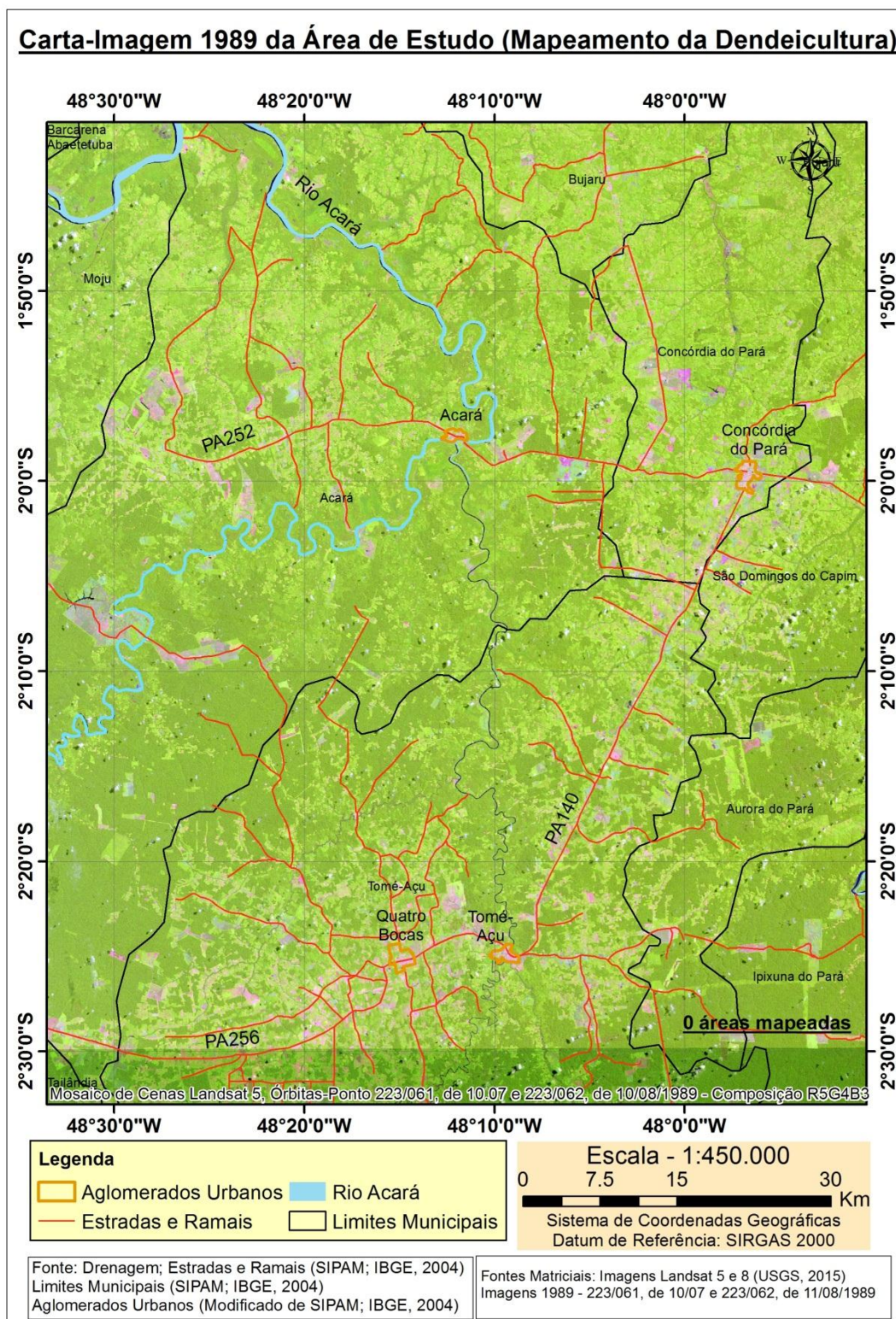
Para compreender o processo de transformações advindas das ações estruturante da trajetória do dendê no Vale do Acaraú, busca-se, através da análise do mapeamento dos polígonos atualmente convertidos em plantio, identificar as alterações que o precedeu.

Tomando como base o ano de 2015, onde foram detectadas 192 áreas de dendê, estas plantações foram delimitadas e passaram por um processo regressivo, a fim de construir uma série histórica das alterações do uso do solo.

Desta feita, foi possível construir o histórico de ocupação pretérita nestas áreas, atualmente ocupadas pela trajetória tecnológica do dendê. Pelas imagens de satélite, em cada período, classifica-se a respectiva cobertura do solo. Iniciando pela delimitação do dendê em 2015, plotam-se as imagens de 1989, e procede-se a análise sobre quais eram os tipos de ocupação do solo à época, e, em seguida, replica-se a mesma metodologia de como estes estavam em 1995, e assim sucessivamente em 2003, e 2008.

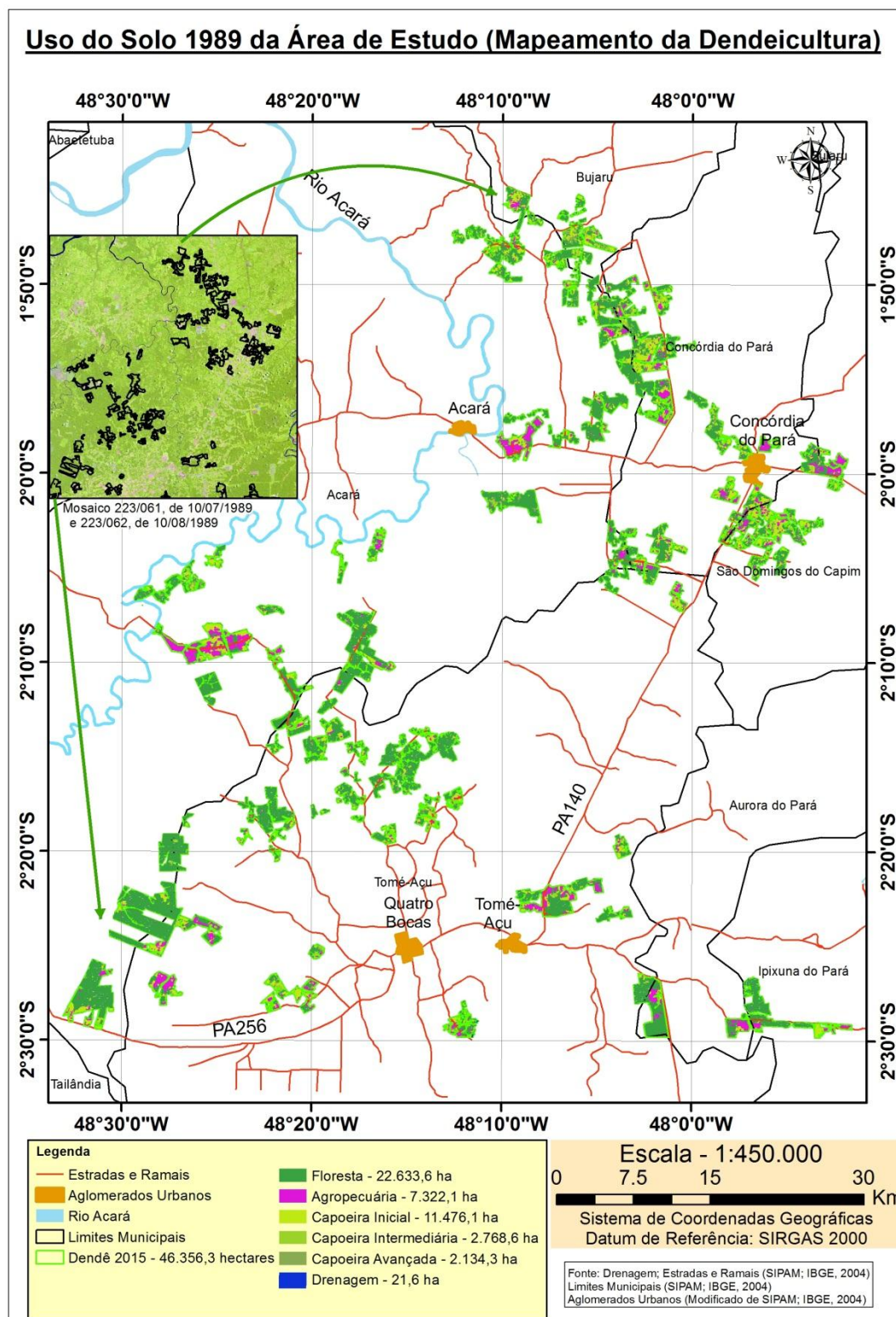
Estas mudanças do uso do solo podem ser visualizadas, o Vale do Acará é reconfigurado conforme mapas a seguir.

Mapa 3- Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, nenhuma área plantada, no Vale do Acaraú 1989.



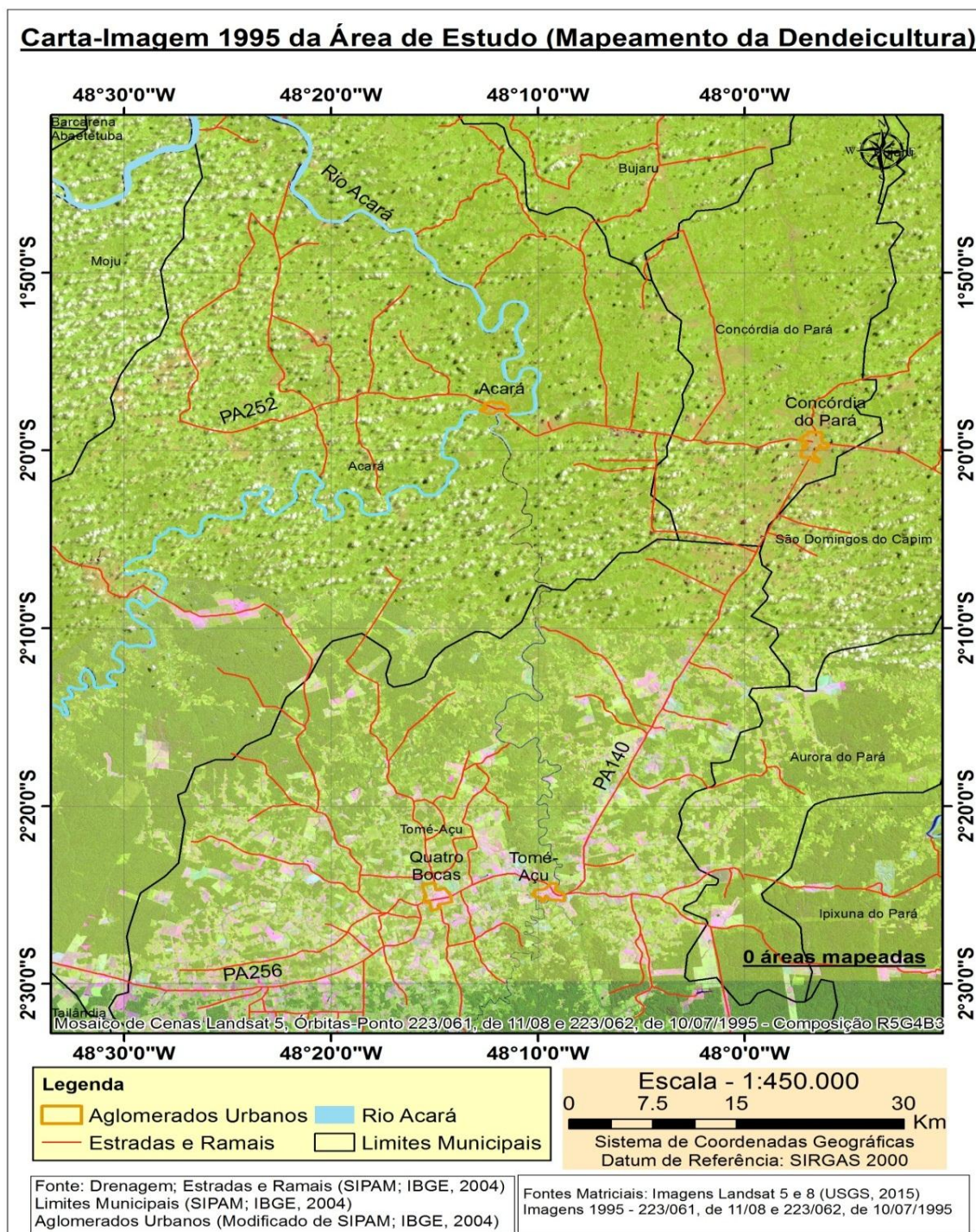
Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Mapa 4 - Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acaraú 1989.



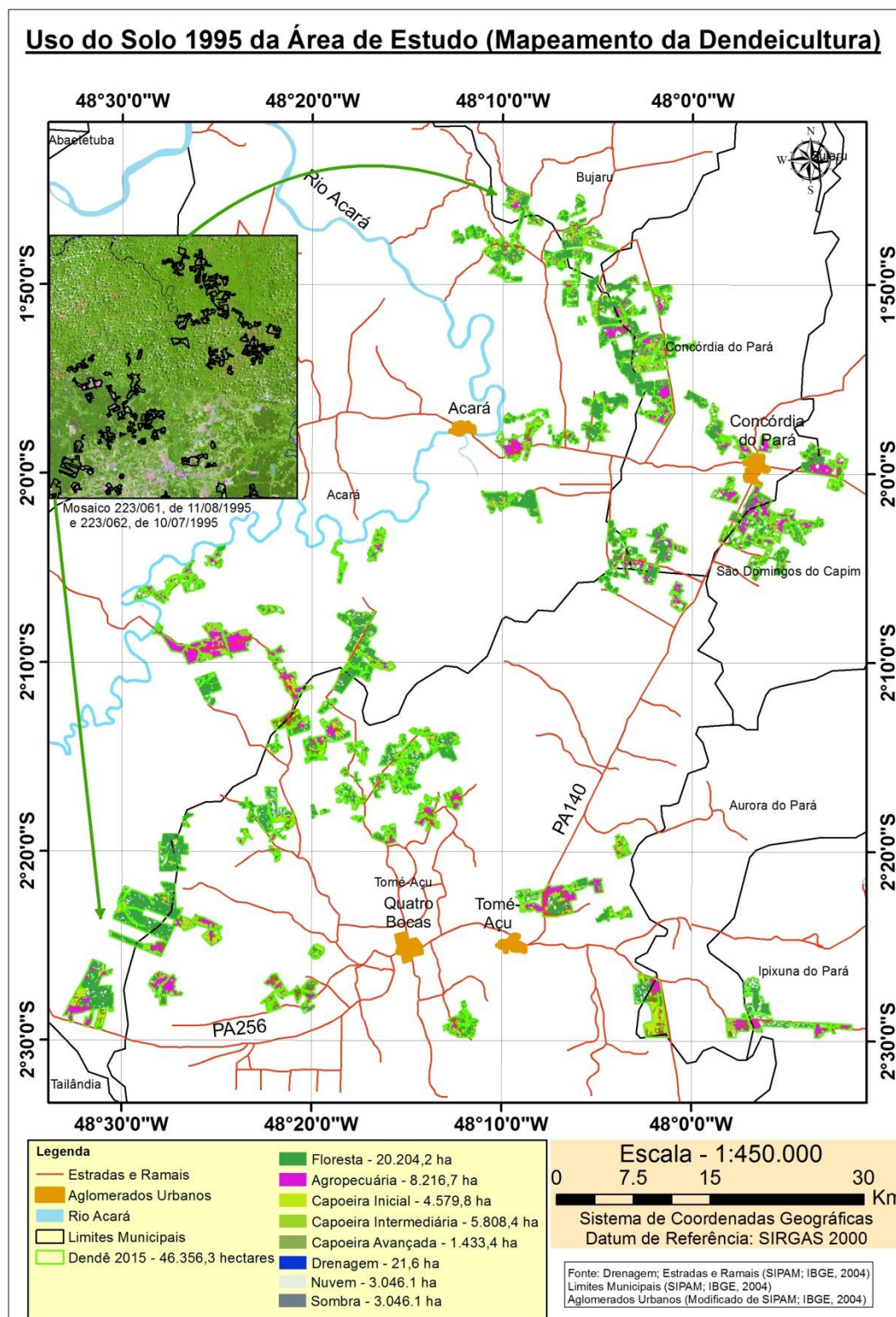
Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Mapa 5- Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, nenhuma área plantada, no Vale do Acaraú 1995.



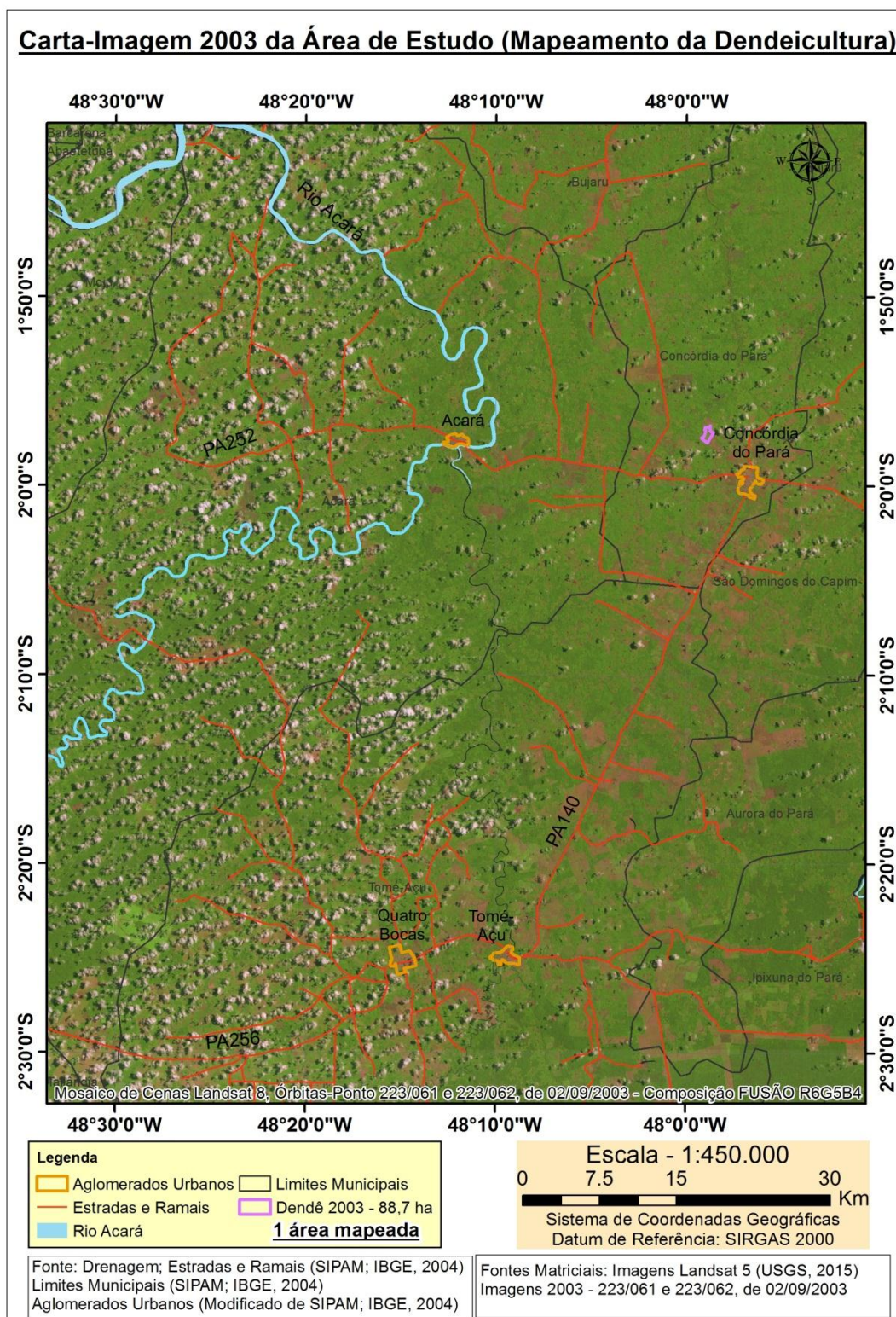
Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Mapa 6- Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acaraú 1995.



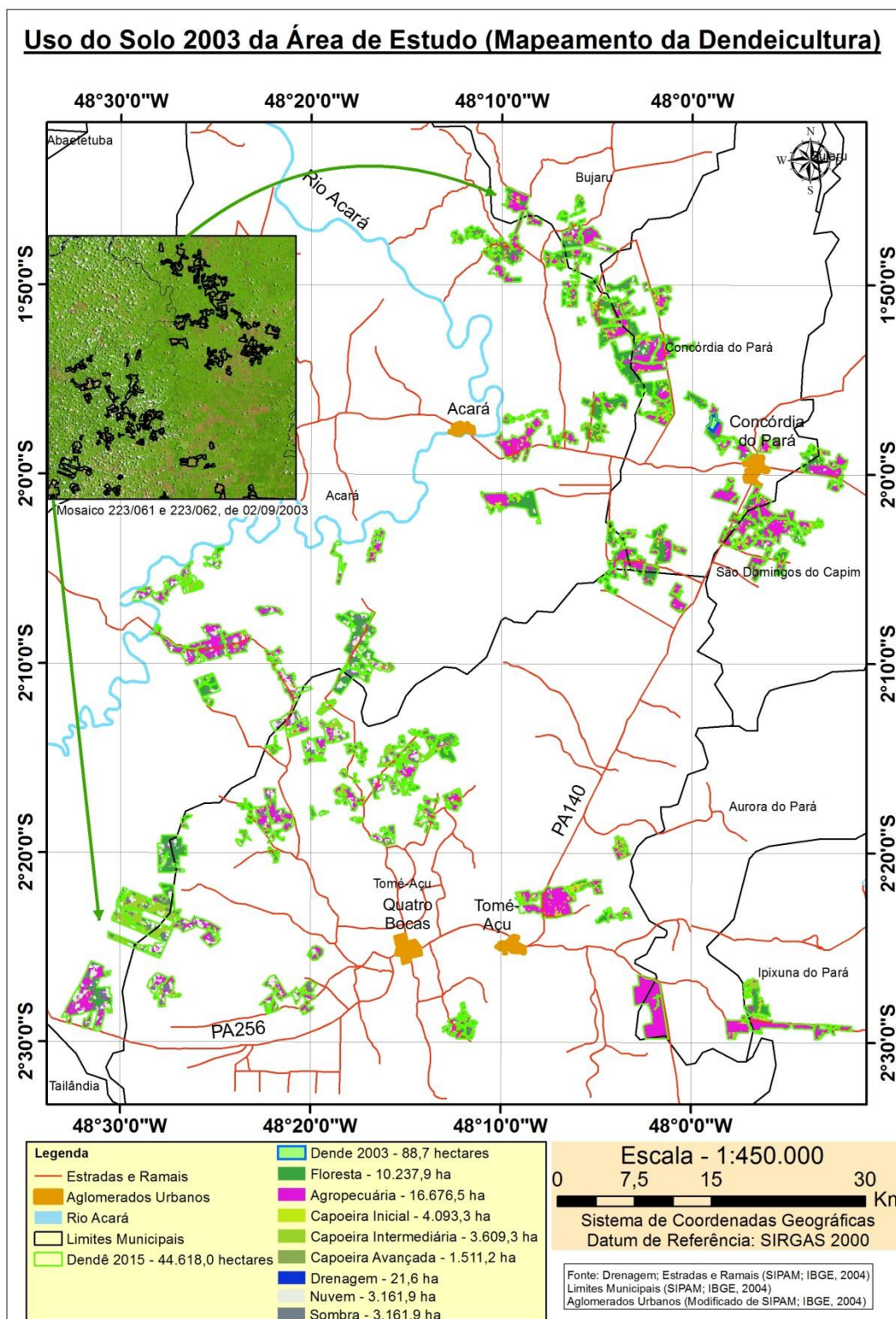
Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Mapa 7- Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 01(uma) área plantada, no Vale do Acaraú 2003.



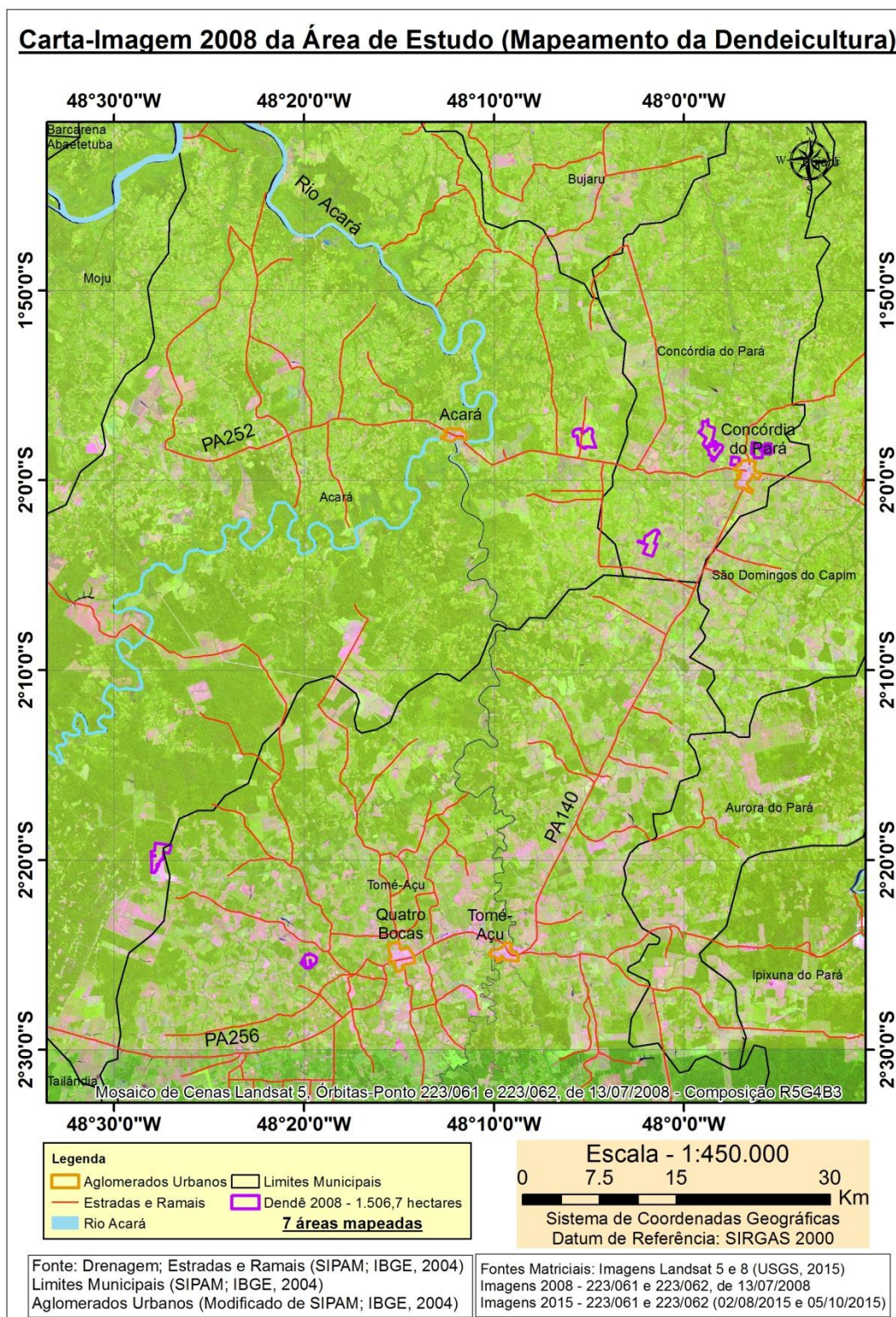
Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Mapa 8- Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acaraú 2003.



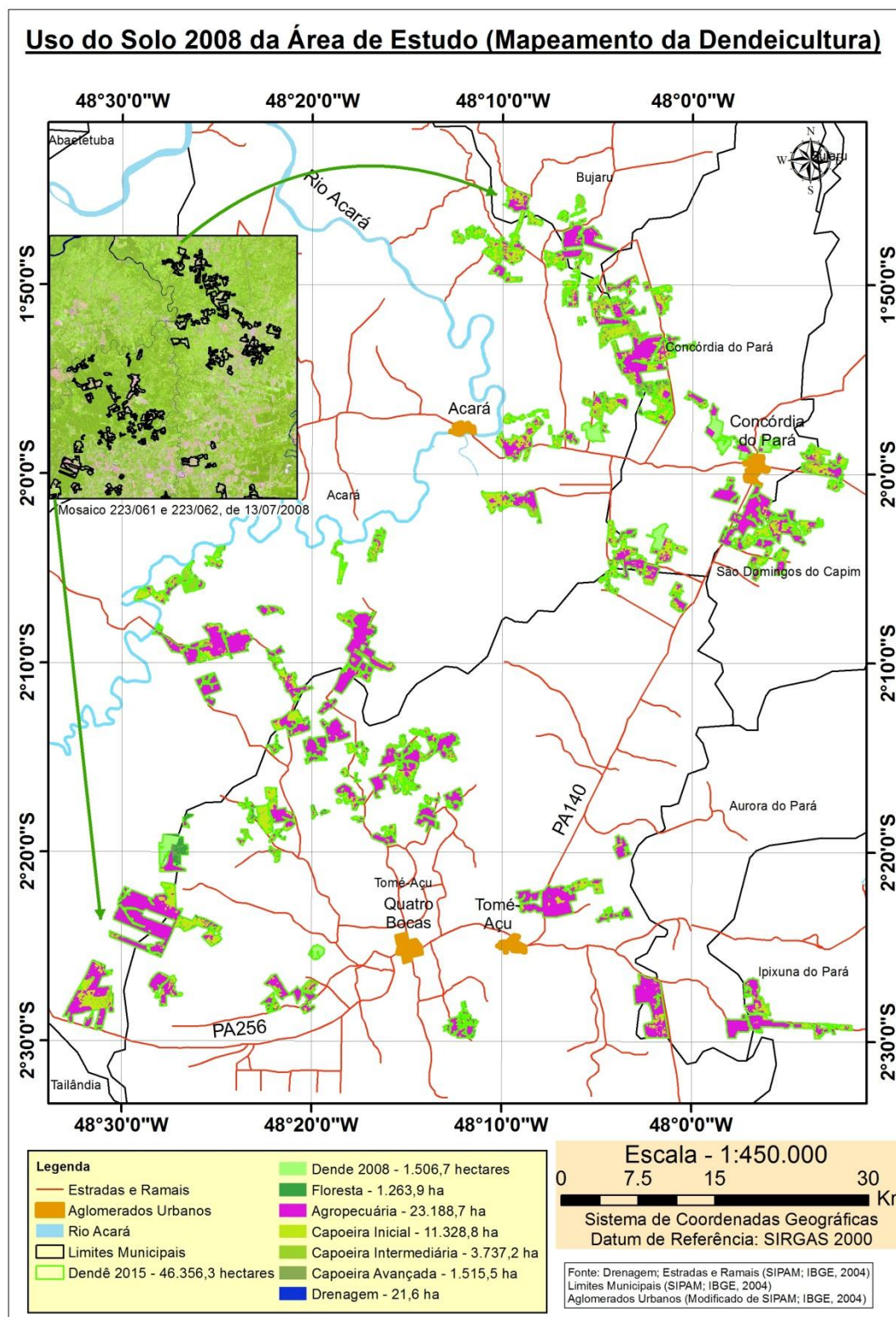
Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Mapa 9- Carta Imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 07 (sete) áreas plantadas, no Vale do Acará 2008



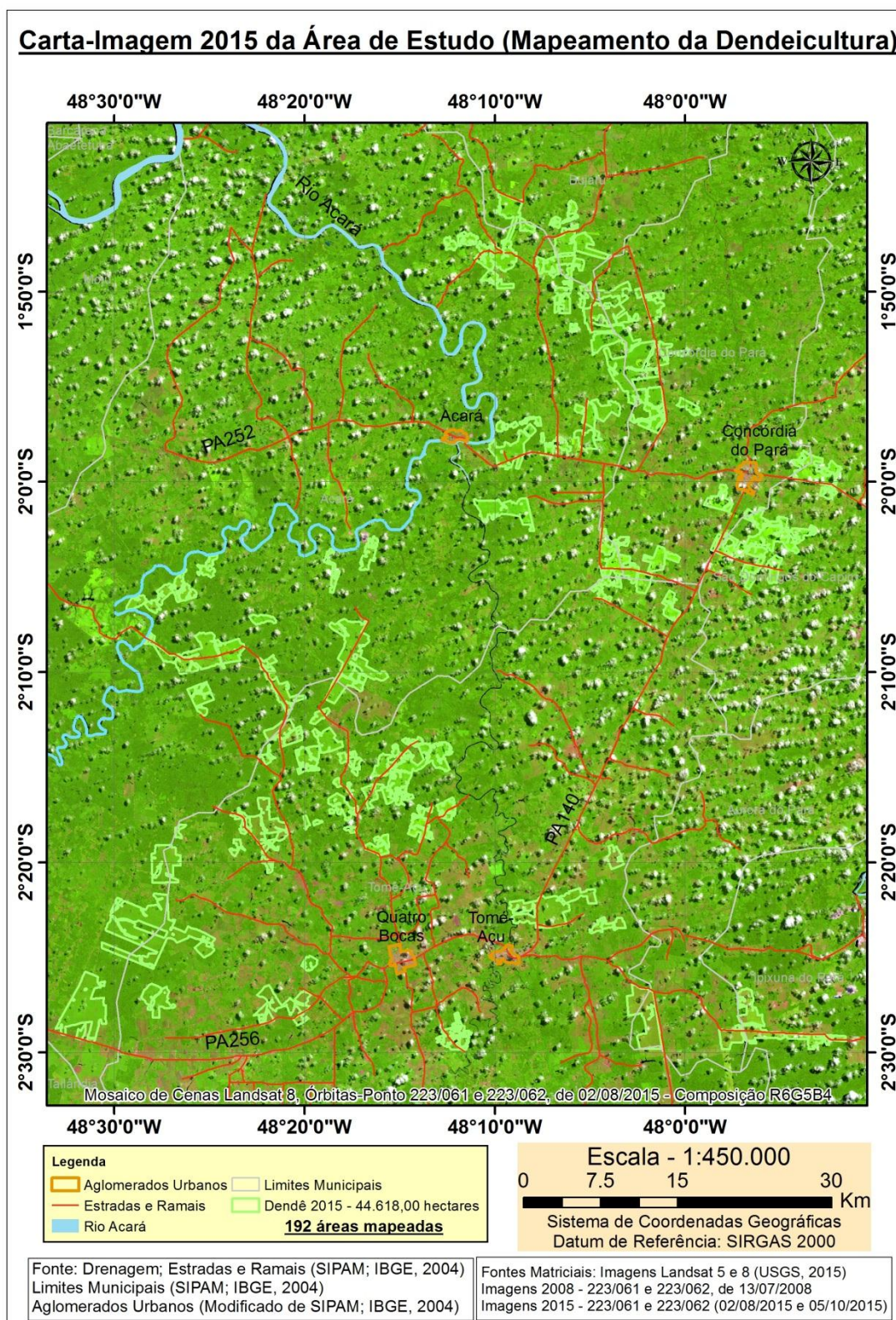
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Mapa 10- Uso do solo por análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, no Vale do Acaraú 2008.



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Mapa 11- Carta imagem análise multitemporal – mapeamento da dendeicultura, 192 (cento e noventa e duas) áreas plantadas, no Vale do Acaraú 2015.

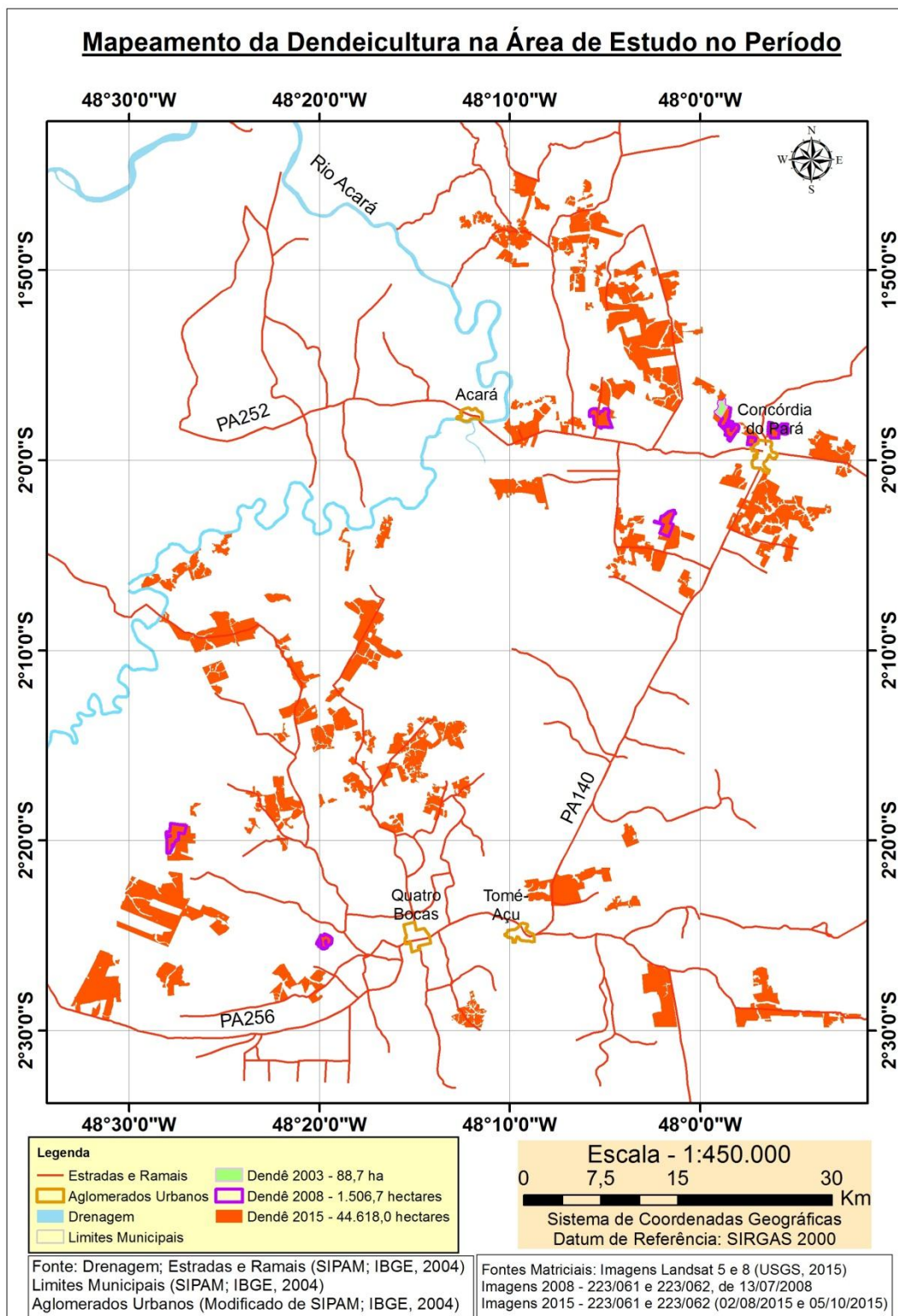


Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Tomando como referência o Vale do Acaraú, além do volume expressivo de áreas plantadas, o que surpreende, também, é a velocidade como ocorreu a mudança do uso do espaço rural. Das extensões empresariais plantadas de dendê detectadas no Vale do Acaraú, somente uma delas já existia como plantio em 2003. Em 2008 eram apenas 07, que estavam ocupadas com dendê, mas, neste intervalo de sete anos, surgiram 185 novos plantios, totalizando, em 2015, 192 áreas de dendê.

O estudo destas áreas demonstra quão o Vale do Acaraú teve seu espaço ocupado de forma vertiginosa, saltando de 88,7 hectares de plantio de dendê em 2003, em 2008 sobe para 1.506, e já em 2015, este número explode para 44.618 hectares (Mapa 12).

Mapa 12- Mapeamento da evolução da dendeicultura: 2003, 2008 e2015, no Vale do Acaraú



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Estas alterações ganham maior evidência quando apresentadas em uma representação comparativa temporal do processo evolutivo das áreas do dendê no Vale do Acaraú. A

reorganização espacial é exposta nas diferentes proporções de ocupação de cobertura de solo ao serem quantificados e transformados percentualmente em uma série histórica (Tabela 16)

Tabela 16 - Estatística de Mudanças do uso do solo (Dendeicultura - 1989 - 1995 - 2003 - 2008 - 2015), Vale do Acará, Pará.

Classes	Cobertura	1989	1995	2003	2008	2015
Classe 1	Floresta	52,13%	43,95%	24,05%	2,97%	0,00%
Classe 2	Agropecuária	12,84%	17,78%	39,18%	54,48%	0,00%
Classe 3	Capoeira 1	24,51%	9,96%	9,62%	26,62%	0,00%
Classe 4	Capoeira 2	5,91%	12,64%	8,48%	8,78%	0,00%
Classe 5	Capoeira 3	4,56%	3,12%	3,55%	3,56%	0,00%
Classe 6	Drenagem	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,00%
Classe 7	Nuvem	0,00%	6,25%	7,43%	0,00%	0,00%
Classe 8	Sombra	0,00%	6,25%	7,43%	0,00%	0,00%
Classe 9	Dendê	0,00%	0,00%	0,21%	3,54%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Observa-se que, no período representado pela imagem de 1995 a 2003, ocorreu uma alta taxa de desflorestamento, há uma redução de 19,9% da área de floresta, este movimento de desflorestamento se repete entre os anos 2003 a 2008, com 21% de redução da área, deixando, em 2008, apenas 2,97% de cobertura florestal. A cobertura vegetal Classe 1 representava mais da metade das 192 áreas que atualmente são dendê no Vale do Acará, ou seja, há 25 anos, 52% destas áreas, eram florestas. Este fluxo de transformação da cobertura vegetal, em especial na década de 2.000, demonstra uma ação forte da trajetória tecnológica vinculada ao setor madeireiro.

Entre 1995 a 2003, pode-se observar pelas alterações de uso de solo, há uma expressiva conversão de florestas em agropecuária, a área de floresta foi quase toda reduzida. O solo destinado à trajetória da agropecuária em 1995 para 2003 cresce de 17,7% para 39,1%. Em 2008 as áreas destinadas à agropecuária atingem mais da metade do uso solo que, em 2015, passam a pertencer à dendeicultura.

Um dado que deve ser ressaltado é o histórico o uso do solo Classe 3 que tem como classificação a capoeira tipo1, indicada no estudo como áreas de pastagens degradadas. Observa-se que, em 1989, as áreas com cobertura de Classe 3 reduz em 14,44%, ficando em 2003 com 9,96 %. Esta alteração pode estar na conversão de área degradadas (Classe 3) para agropecuária, Classe 2, e em um percentual menor para capoeira tipo 2. O percentual de áreas de pastagens degradadas (copeira tipo 1) fica relativamente inalterada entre os anos de 1995 a 2003. Mas entre de 2003 e 2008 houve um crescimento de pastagem degrada, representado mais de 26 % das áreas estudadas.

O crescimento de áreas degradadas (Classe 3) indica por outro lado uma retração na eficiência do uso do solo para agropecuária. O percentual de ocupação da capoeira tipo 1 não permaneceu na sua média histórica, em torno de 9% de ocupação solo da área estudada, como aconteceu em 1995 e 2003. Ademais as Classes, 4 e 5, de classificação capoeiras 2 e 3, permaneceram com percentuais médios inalterados.

Diante desta constatação acima, pode-se presumir que a agropecuária mesmo estando com 54,48% do uso do solo em 2008, parte das suas pastagens estariam se degradando e deslocando-se para cobertura de Classe 3, perdendo parcela de sua área produtiva. O crescimento de áreas de pastagem degradadas ocupadas por capoeiras são claros indícios de que, a partir de meados da década de 2000, há um processo de enfraquecimento da pujança da trajetória da pecuária de corte¹⁸³ no Vale do Acará.

A dinâmica de transição da trajetória tecnológica do dendê foi feita em uma rápida ocupação gerando drásticas mudanças no uso do solo. Como já indicado, embora em 2003 já acontecesse plantio de palma de óleo, a forte concentração, mais de 96%, acontece entre os anos de 2008 e 2015. Outro ponto a observar é que as áreas ocupadas tinham o uso dos solos voltados para classes 2,3 e 4, representando quase 90% das extensões convertidas em dendê. Apenas 2,97% eram florestas no momento da transformação para o plantio de óleo de palma.

As imagens de satélite, através de uma série histórica, possibilita a análise da alteração sobre a cobertura e o uso do solo. As dinâmicas de ocupação espacial do dendê revelam fortes indícios que o plantio se deu predominantemente em áreas já caracterizadas como vinculadas à trajetória tecnológica de pecuária extensiva de corte.

¹⁸³ O enfraquecimento da trajetória da pecuária extensiva de corte na microrregião do Vale do Acará também foi detectado pela redução da taxa de crescimento do rebanho, o que confirma a tendência de declínio dessa trajetória, com **Gráfico 27-** Taxa de crescimento do rebanho bovino, no Vale do Acará, 2001 a 2014.

8.4 A dinâmica do dendê no Vale do Acará e a questão fundiária

Além da cobertura vegetal e o uso solo, outro importante vetor que se soma na interpretação da dinâmica das trajetórias é a análise da conformação da malha fundiária. O quadro fundiário traz elementos importantes para delimitar o contorno da ocupação de áreas pelas trajetórias.

O perfil da propriedade que foi incorporada pelo processo de expansão do plantio do dendê é um componente a mais para indicar qual era a trajetória tecnológica a que aquela propriedade estava vinculada, se patronal ou familiar, antes de ser substituída pela trajetória tecnológica empresarial do óleo de palma.

A malha fundiária no Vale do Acará, apesar de 90% das propriedades serem caracterizados como de agricultura familiar, historicamente é marcada por forte concentração na estrutura agrária, conforme Censo Agropecuário de 2006, cerca de 9% das propriedades totalizam 59,5% das áreas agrícolas daquela microrregião.

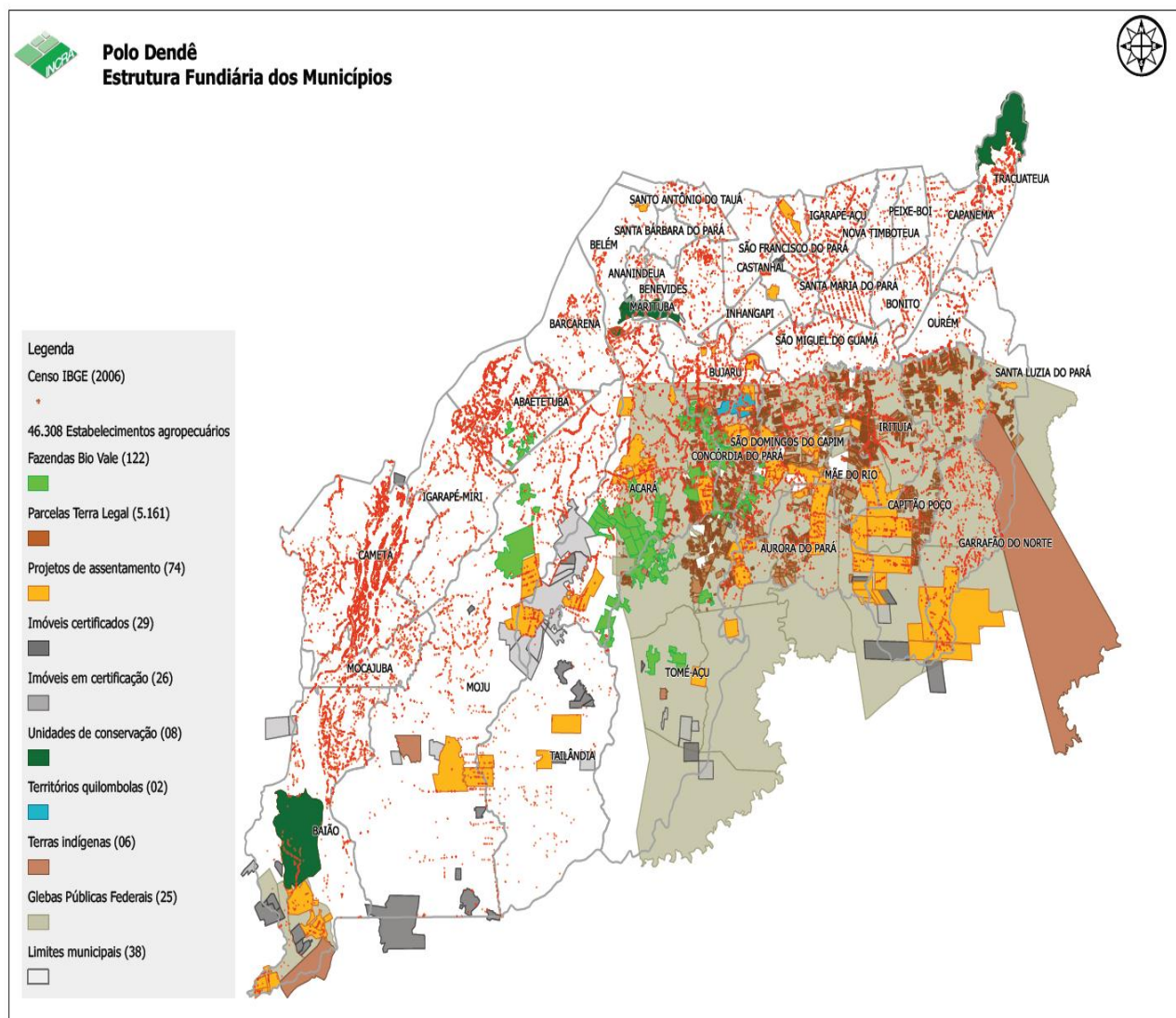
O plantio de dendê existente antes de 2008 se deu basicamente em áreas próprias de médios produtores, como o caso de fazendas, atualmente do grupo DENTAUÁ, que à época tinham aproximadamente 1,5 mil hectares plantados. A chegada de grandes conglomerados multinacionais extremamente capitalizadas fez com que o processo fundiário do Vale do Acará, que já tinha um histórico de concentração de áreas, fosse ampliado de forma exponencial, consolidando uma dinâmica de disparidades no domínio de terras.

A expansão do dendê traz consigo a necessidade de obter grandes áreas para plantio. O cenário rural no Vale do Acará que já se apresentava pela existência de grandes propriedades passa a ter uma conformação de gigantescos conglomerados fundiários. Como é o caso da implantação dos plantios da empresa Belém Bioenergia Brasil, BBB, que só na região do Vale do Acará¹⁸⁴ através do artifício do processo de arrendamento de terras já ultrapassou 20 mil hectares em seu domínio.

Mas o maior reordenamento fundiário nesta região do Vale do Acará coube ao empreendimento relacionado à estrutura de áreas adquiridas pela BIOPALMA S/A. Sobressai-se tanto pela dimensão, como pela rapidez que se efetivou a formação de um mosaico de áreas. O Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indicou 122 propriedades adquiridas pela BIOPALMA S/A (Mapa 13).

¹⁸⁴ Não foram computadas as áreas da empresa BBB em outras regiões, como nos municípios de Tailândia, Moju, Ipixuna do Pará, e etc.

Mapa 13- Malha Fundiária do dendê com identificação das áreas da Biopalma (2013)



Fonte: INCRA (2013).

Dentre as áreas indicadas pelo INCRA, a pesquisa relacionou 106,8 mil hectares, no Vale do Acará que originalmente eram 93 propriedades, nos municípios de Acará, Bujaru, Concordia do Pará e Tomé-Açu, e que em menos de cinco anos passaram para o domínio da BIOPALMA S/A.

Sendo que deste conjunto de áreas adquiridas, 19 propriedades eram inferiores a 100 hectares, que totalizaram aproximadamente 838 hectares, equivale a um por cento do total das áreas adquiridas. Estas propriedades teriam características de áreas vinculadas diretamente à agricultura familiar, estando localizadas basicamente nas Glebas Araxiteua e Concórdia, ou

seja, quase a totalidade das áreas adquiridas, 106,8 mil hectares, eram médias ou grandes fazendas da região.

No que se refere a estrutura fundiária, não se pode atribuir ao processo de incorporação de áreas por empresas do dendê a responsabilidade pela conformação do caos da malha fundiária do nordeste paraense, pois a desordem de ocupação de terras tem uma origem histórica de conflitos e apossamento irregular de terras públicas. Embora não tenham um mandato direto, as empresas de dendê necessitavam de grandes áreas para plantio e só viabilizaram seus projetos devido à caótica estrutura agrária existente onde se instalaram. Por via inversa, aproveitaram-se de uma situação dada, legitimaram ocupações irregulares, que deram origem aos seus empreendimentos¹⁸⁵.

Portanto o processo de expansão da trajetória tecnológica empresarial do dendê serviu para convalidar uma série de ocupações fundiárias promovidas por outras trajetórias, em especial, madeireira e pecuária extensiva de corte.

Por exemplo, dos 106,8 mil hectares adquiridos pela BIOPALMA no Vale do Acará, foram convalidados mais de 43 mil hectares que eram áreas com situação precária em relação a sua regularidade de titulação (**Tabela 16**).

Tabela 16 - Propriedades da BIOPALMA no Vale do ACARA- Regularidade Fundiária

Área	Título de Propriedade	Titulação Precária	Total
Hectares	60.498	46.370	106.868
Percentual	56,61%	43,38%	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INCRA; Terra Legal e Cartórios de Registro de Imóveis

Outro aspecto indicado na pesquisa sobre as áreas adquiridas pela BIOPALMA é que aproximadamente 36% foram destinadas para o dendê, e pelos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) o plantio se deu em áreas de classes 2, 3 e 4. Mantiveram a cobertura florestal, em patamares de 2008. Assim no restrito aspecto da legislação ambiental, nenhuma nova área foi aberta para plantio de palma de óleo (Tabela 18).

¹⁸⁵ Há relatos da existência de plantio empresarial em áreas com existência de histórico de disputa. Uma denúncia relata conflitos fundiários com quilombolas do Alto Acará no município de Moju, haveria uma sobreposição de domínio com áreas da BIOPALMA. Conforme reportagem da ONG Justiça Global, em abril de 2013, parte de uma propriedade estaria dentro do limite requerido de demarcação de pretensão quilombola, esta área foi adquirida como uma propriedade já consolidada, pertencendo ao senhor Jorge Takahashi, comprada por 4 milhões de reais pela BIOPALMA. A denúncia de ocupação irregular foi apresentada pela ONG Justiça Brasil ver em <http://www.global.org.br/blog/comunidade-quilombola-e-invadida-pela-vale-para-plantacao-de-dende>.

Tabela 18- Estatística de Mudanças BIOPALMA (Dendeicultura - 1989 - 1995 - 2003 - 2008 - 2015)

Classes	Cobertura	1989	1995	2003	2008	2015
Classe 1	Floresta	65,80%	58,10%	57,20%	39,90%	39,00%
Classe 2	Agropecuária	6,50%	8,60%	16,00%	24,00%	2,40%
Classe 3	Capoeira 1	15,90%	9,30%	4,60%	14,90%	1,40%
Classe 4	Capoeira 2	4,70%	10,40%	4,50%	10,60%	3,00%
Classe 5	Capoeira 3	4,70%	3,90%	4,10%	10,20%	10,10%
Classe 6	Drenagem	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
Classe 7	Nuvem	1,10%	4,70%	6,70%	0,00%	3,70%
Classe 8	Sombra	1,10%	4,70%	6,70%	0,00%	3,70%
Classe 9	Dendê	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,20%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Em que pese estas declarações do cadastro ambiental rural, elaboradas pela empresa empreendedora, em que há áreas abertas fora dos parâmetros legais, e através de análise das imagens de satélite, na somatória de todas as suas propriedades, a BIOPALMA deve manter-se no patamar de 50% de reserva legal, em consonância com o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), com a preservação da capoeira 3 - vegetação em estado avançado de regeneração - e as áreas florestadas.

No aspecto de organização fundiária e da cobertura vegetal, por se tratarem de projetos de lavoura permanente de longo prazo, mais de 30 anos, as áreas que foram incorporadas ao processo da trajetória tecnológica do dendê, sejam elas para plantio ou de reserva ambiental legal, tendem a se consolidarem enquanto estrutura estruturada, não existindo destinação de suas áreas para outras trajetórias, salvo algum evento novo diferenciado¹⁸⁶.

8.5 A opção do dendê pelo Vale do Acará e a trajetória da pecuária

Há um deslocamento, no sentido oeste leste, do avanço do plantio do dendê no nordeste paraense. Mas existem alguns outros aspectos que podem ser relacionados que justificaram especificamente a “escolha” do Vale do Acará como uma das principais áreas a serem privilegiadas para a expansão do plantio.

Dentre os aspectos na definição de microrregiões, pelas empresas, para expansão do dendê, ocorreu um processo de afunilamento para a delimitação das áreas, dentre os quais se

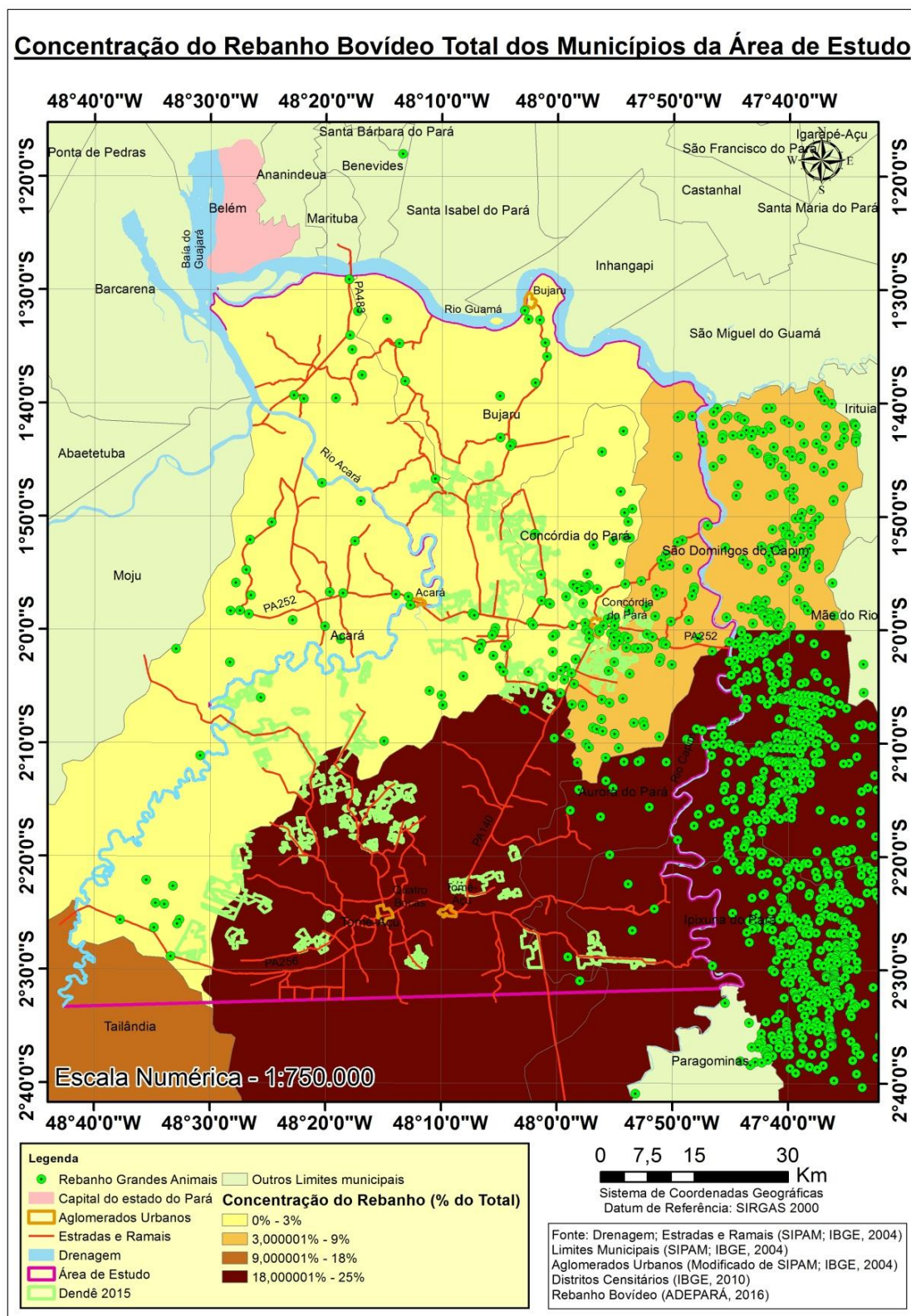
¹⁸⁶ A AGROPAMA exerce o domínio de 107 mil hectares há mais de 30 anos, mas situações de reorganização de espaços vinculadas à trajetória do dendê já ocorreram, a exemplo de áreas da DENPASA, em que parcelas foram destinadas para trajetórias da agricultura familiar.

podem relacionar: a) o primeiro fator, como o mais abrangente, foi o mapa do Zoneamento do dendê; b) em seguida a escolha por áreas já tivessem no passado histórico de desmatamento, para justificar a ação do dendê em áreas degradadas, além de atender interesses ambientais institucionais de não provocar desflorestamento; c) como terceiro fator, foi realizado um zoneamento empresarial, ou seja, as empresas procuraram criar uma delimitação de abrangência entre si, cada uma procuraria demarcar um território de sua atuação, para evitar concorrência por terras entre elas, como a AGROPALMA que já estava instalada em Moju e Tailândia, a BBB atuaria em Tomé-Açu; BIOPALMA em Acará, Bujaru e Concordia, ADM em São Domingos do Capim, e PEBIO em Igarapé-miri, Mocajuba e Baião, mas, depois, com a implantação em curso, embora mantendo o esboço inicial, houve sobreposição destes territórios - a BBB foi atuar em Tailândia; a BIOPALMA começa atuar em Tome-açu.

Vale ressaltar que o zoneamento empresarial foi realizado a partir de prospecções anteriores de levantamento em diversas microrregiões, que serviu de parâmetro para a decisão das corporações, em especial, a Companhia Vale do Rio Doce, via a BIOPALMA, e a Petrobras e GALP, através da BBB, definirem seus planos estratégicos em atuar no Vale do Acará. A escolha pelo Vale do Acará foi balizada pela característica econômica do valor da terra. A disponibilidade de áreas, e, ainda, com custo menor, foram os elementos determinantes para que a ação estruturante das empresas na expansão do dendê fosse, predominantemente, no Vale do Acará.

Embora outras microrregiões do nordeste paraense terem as mesmas características físicas e climáticas em relação às unidades de produção do Vale do Acará e, também, organizadas em uma malha fundiária propícia, pela existência de médias e grandes propriedades, a diferença é que as áreas, localizadas, à margem direita do rio Capim, onde estão os municípios de Aurora e Ipixuna do Pará, estão vinculadas a uma trajetória tecnológica da pecuária empresarial mais estruturada, o que elevaria o custo (financeiro e de transação) para arremontar grandes áreas para a implantação dos plantios. O que não ocorria no Vale do Acará, onde a trajetória da pecuária de corte era menos estruturada, como pode ser observada pela característica da concentração de unidades de produção de rebanho bovino cadastradas pela Agência de Defesa Agropecuária (ADEPARA), (Mapa 14)

Mapa 14- Concentração de unidades rurais com pecuária no Vale do Acaraú e no entorno.

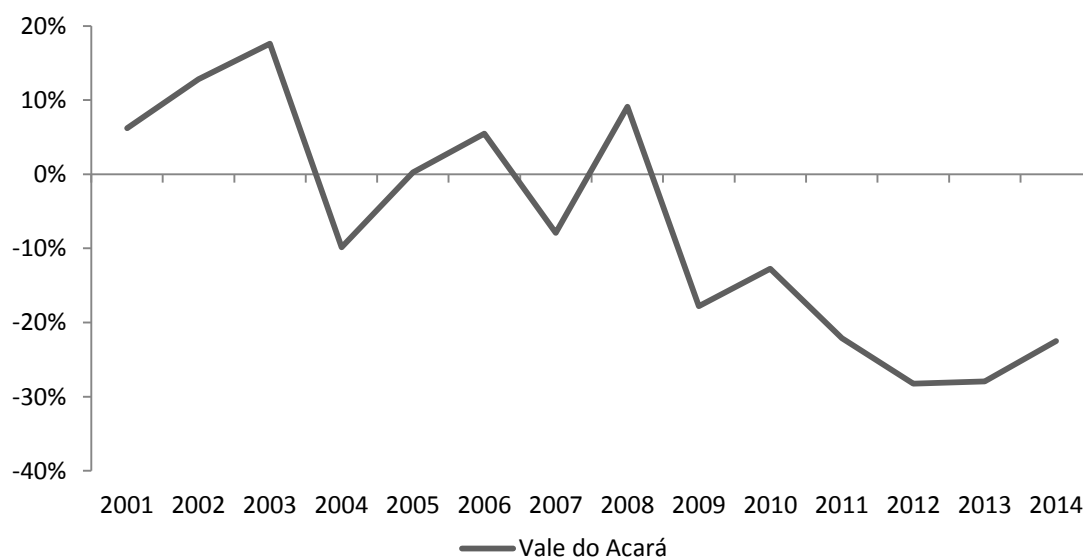


Fonte: ADEPARA (2016).

A performance da trajetória empresarial de bovino de corte é diferenciada espacialmente, como parâmetro de desempenho, além do número de unidades ativas de pecuária. Outro fator é a eficiência reprodutiva da trajetória que pode ser caracterizada, por exemplo, pela taxa de crescimento do rebanho. A perda produtiva da trajetória tecnológica da pecuária empresarial de corte no Vale do Acará pode ser observada ao longo dos anos na variação do crescimento do rebanho, no início da década de 2.000 teve um incremento no aumento do rebanho, mas a partir de 2002 a taxa de crescimento começa a reduzir, construindo uma parábola descendente.

Após 2008, com o avanço da trajetória do óleo de palma, amplia a conversão de áreas para o plantio do dendê, o que faz com que o rebanho bovino apresente taxa de crescimento negativo, intensificando ainda mais o recuo da participação do segmento da a trajetória da pecuária empresarial de corte no Vale do Acará, conforme fica evidenciado pelas taxas decrescentes do rebanho em relação ao ano de 2.002 (Gráfico 27).

Gráfico 27- Taxa de crescimento do rebanho bovino, no Vale do Acará, 2001 a 2014.

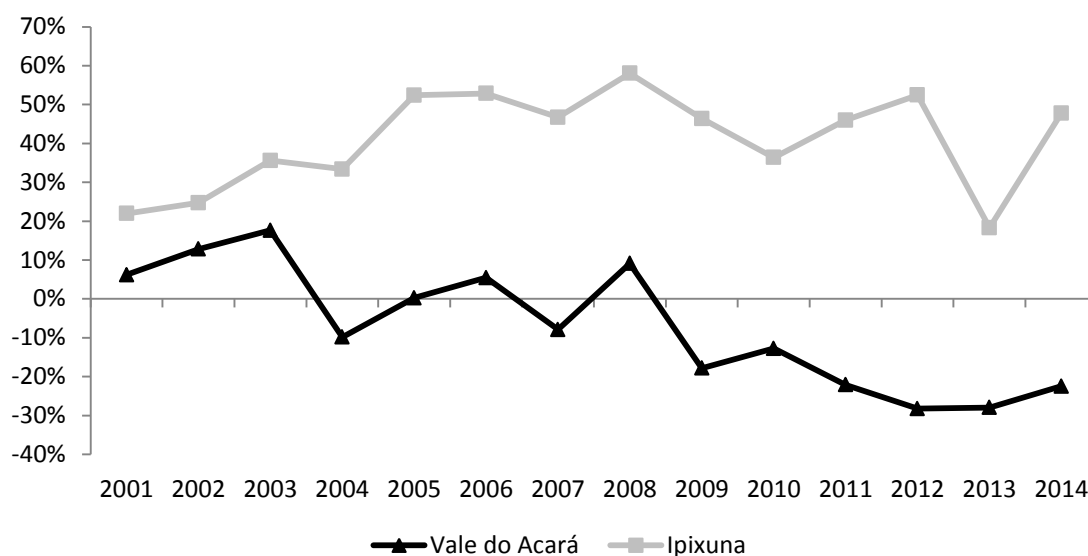


Fonte: IBGE/SIDRA (2016).

Ao proceder uma relação entre as taxas de crescimento do rebanho bovino de corte do município de Ipixuna do Pará - localizado na outra margem do rio Capim, pertencente à microrregião vizinha - e do Vale do Acará, fica evidenciado o motivo da escolha da trajetória do dendê pelo Vale do Acará. A opção foi de se instalar em um espaço-lugar em que a trajetória da pecuária de corte fosse menos eficiente, reduzindo, assim, os gastos de capital simbólico a ser despendido. Já Ipixuna do Pará, diferente do Vale do Acará, por ter uma dinâmica de variações positivas do rebanho bovino, em toda a década de 2.000, demonstra ter

uma trajetória tecnológica da pecuária de corte estruturada, o que geraria maiores custos financeiros e institucionais pela trajetória do dendê na disputa pela obtenção de insumos, em especial a aquisição de grandes áreas para o plantio do dendê (Gráfico 28).

Gráfico 28- Taxa de crescimento do rebanho bovino no Vale do Acará e no município de Ipixuna do Pará, 2001 a 2014.



Fonte: IBGE; SIDRA (2016).

8.6 O dendê no Vale do Acará e a agricultura familiar integrada

A área da agricultura familiar destinada ao plantio do dendê não é expressiva em relação à área empresarial, embora sendo superior à média das demais microrregiões, onde estão instalados os outros plantios de dendê, que é em torno 5% da área plantada, no Vale do Acará¹⁸⁷ a atual participação familiar chega a ser próximo de 7,5% do total do plantio.

Na verdade no cômputo geral não é possível afirmar que houve de forma direta uma substituição da produção agrícola tradicional familiar pelo dendê, seja porque a aquisição de áreas, basicamente, originaram-se da pecuária extensiva de corte, ou porque a participação do número de famílias da agricultura familiar incorporadas à cadeia empresarial do dendê,

¹⁸⁷ No Vale do Acará há aproximadamente 850 famílias de agricultores integradas (divididos entre a empresa BIOPALMA e a BBB). Existem outras áreas com a participação da produção familiar integrada à trajetória empresarial do dendê, a empresa ADM com atuação em São Domingos do Capim, mas na margem direita do rio Capim – fora do Vale do Acará- e a AGRPALMA em Moju e BBB em Tailândia.

proporcionalmente, é baixa. E nem houve, de fato, uma troca direta entre a mandioca pelo dendê¹⁸⁸.

Embora seja pequena a participação das propriedades da agricultura familiar na expansão do dendê no Vale do Acará, quanto à proporção de área plantada do plantio empresarial, o plantio em áreas camponesas é significativo, o seu total supera 7.500 hectares de plantações, sendo que destes, em 2016, apenas 1.700 hectares estão em produção.

A pesquisa constatou que no Vale do Acará o padrão da trajetória tecnológica do dendê em relação à agricultura familiar se assemelha, como em outras regiões, em que o padrão tecnológico em geral segue à monocultura empresarial¹⁸⁹. A participação familiar está limitada à parte agrícola, com um nível de total dependência à cadeia produtiva empresarial¹⁹⁰, em relação aos aspectos da mão de obra, em especial na colheita, há subcontratação informal de terceiros pelo agente familiar.

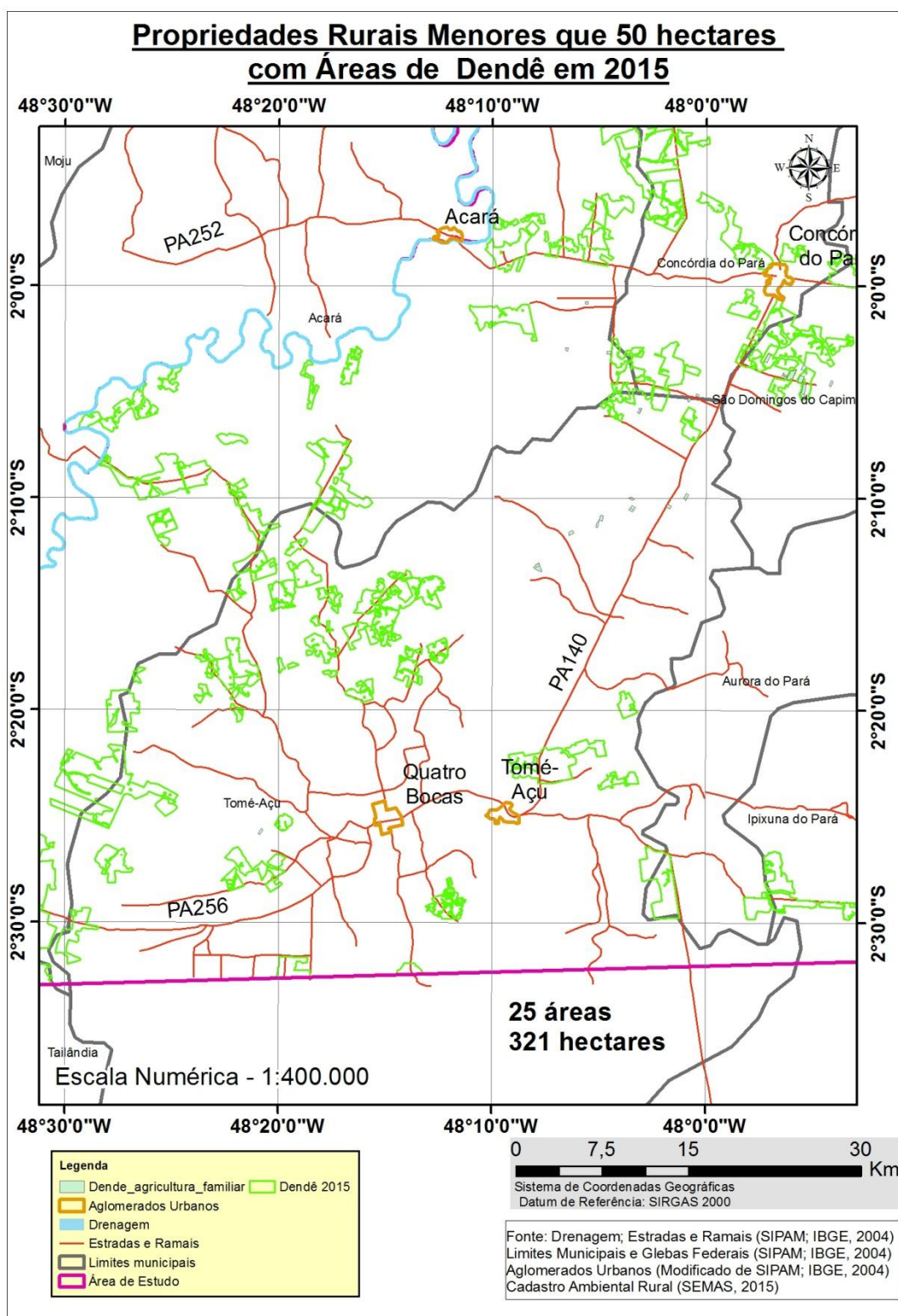
Sobre o aspecto das alterações da lavoura de óleo de palma e a pequena propriedade, foram analisadas 25 propriedades, abaixo de 50 hectares, caracterizadas como de produção familiar, distribuídas no Vale do Acará, escolhidas aleatoriamente (Mapa 15). O estudo buscou caracterizar a extensão do dendê na propriedade e a ocupação do solo, como demonstrado no exemplo de uma propriedade estudada (Mapa 16).

¹⁸⁸Sobre o declínio da mandiocultura e a curva ascendente da área de plantio com dendê: há indicação da sazonalidade, característica do cultivo da mandioca, e também da apropriação da mão de obra dos estabelecimentos camponeses pelas empresas, responsáveis pela expansão da plantação de palma de óleo na microrregião do Vale do Acará, como já foi indicado no tópico *A expansão da trajetória do dendê e a mandioca*.

¹⁸⁹ Há algumas experiências, em sua maioria restritas a lavoura temporária durante os primeiros anos de plantio, a exemplo da parceria entre a Embrapa Amazônia Oriental e a empresa Biopalma que implantaram unidades demonstrativas, como o consórcio de mandioca nas entrelinhas do dendê feita em uma unidade de produção familiar no assentamento Calmaria I, no município de Acará,

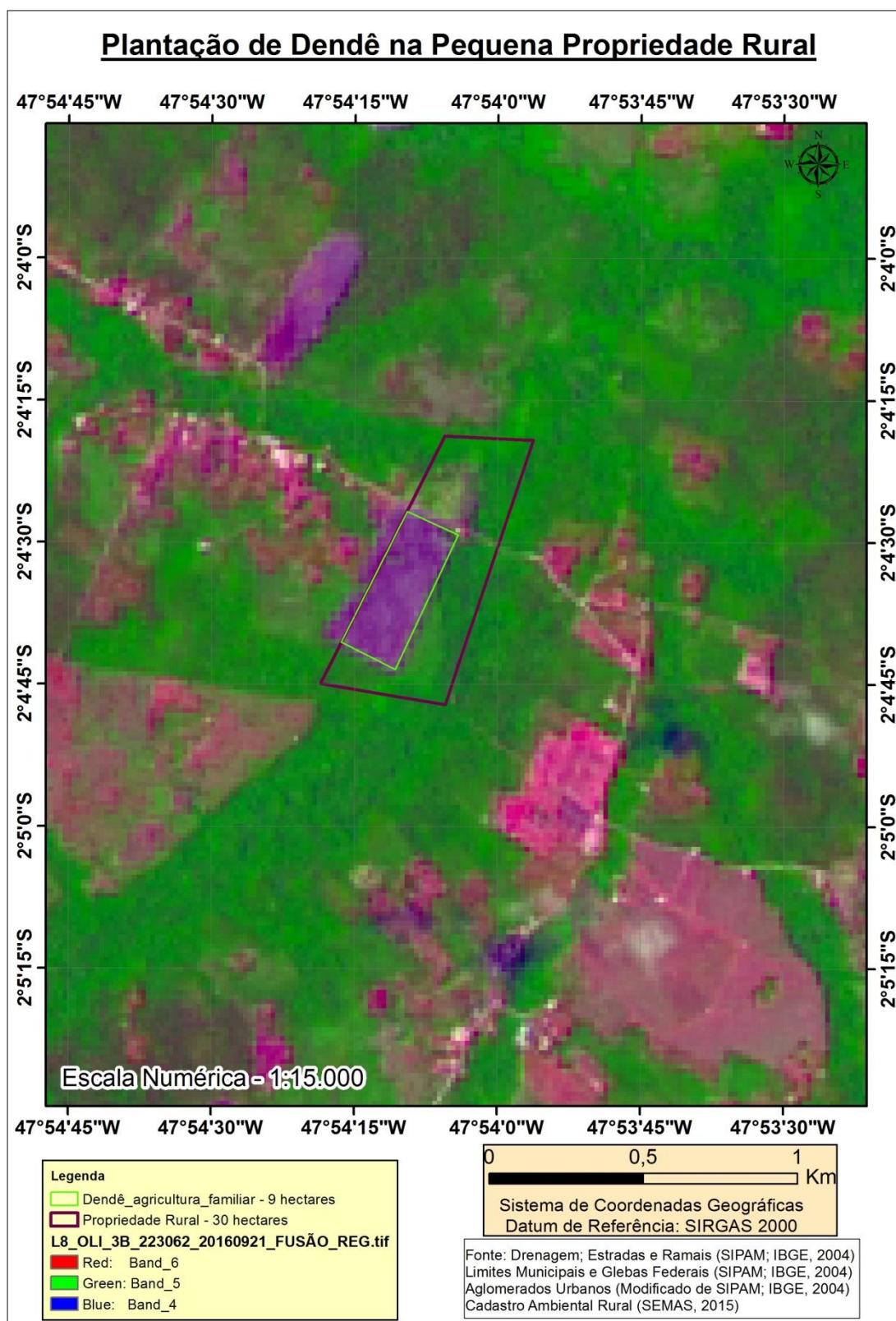
¹⁹⁰Do plantio, com preparação de área e mudas, até a comercialização. Inclusive a dependência à empresa se estende até na retirada da produção que exige um suporte de caminhões para levar da propriedade para indústria.

Mapa 15- Mapa de áreas analisadas da agricultura familiar com plantio de dendê no Vale do Acaraú, em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Mapa 16- Mapa de propriedade da agricultura familiar com plantio de dendê, no Vale do Acaraú, em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O estudo sobre as propriedades de organização familiar demonstrou que o plantio do dendê ocorreu em extensões já alteradas, com ocupação do uso do solo por Classe 2 (agropecuária) e Classe 3 (capoeira 1). Nas 25 áreas estudadas a lavoura de dendê ocupa, em média, 34% do total da propriedade. O restante da propriedade fica distribuída com 37,87% de áreas de florestas ou de vegetação com alto grau de regeneração (capoeira 2 e 3). Sendo que 15,30% permaneciam como áreas de agropecuária e 12,70%, degradadas, Classe 3 (capoeira 1), (Tabela 19).

Tabela 19- Estatística de mudança no uso do solo em 25 propriedades abaixo de 50 hectares (Dendeicultura - 1989 - 1995 - 2003 - 2008 - 2015) no Vale do Acaraú.

Classes	Cobertura	1989	1995	2003	2008	2015
Classe 1	Floresta	39,20%	26,70%	20,90%	10,40%	10,20%
Classe 2	Agropecuária	6,00%	15,70%	30,70%	31,80%	15,30%
Classe 3	Capoeira 1	39,50%	34,20%	33,40%	27,20%	12,70%
Classe 4	Capoeira 2	6,40%	4,40%	4,00%	22,60%	17,50%
Classe 5	Capoeira 3	5,20%	6,10%	2,50%	8,10%	10,10%
Classe 6	Drenagem	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Classe 7	Nuvem	1,90%	6,40%	4,20%	0,00%	0,00%
Classe 8	Sombra	1,90%	6,40%	4,20%	0,00%	0,00%
Classe 9	Dendê	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	34,30%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Observou-se que a perda gradativa da diversidade da produção, nestas propriedades estudadas, da agricultura familiar integrada à cadeia produtiva do dendê, está arrolada a um conjunto de eventos, não exclusivamente à diminuição de área útil que foi destinada para o plantio do dendê. Também está relacionada à falta de disponibilidade de mão de obra na estrutura familiar e à ausência de arranjo (governança) institucional - como apoio creditício, assistência técnica, organização de cadeia produtiva, etc. - para desenvolvimento de outras atividades tradicionais das trajetórias tecnológicas que compõem a produção familiar, por exemplo, fabricação de farinha, plantio de frutíferas, cultivo de hortaliças, criação de pequenos animais, e etc.. A ausência destes fatores inviabilizam a diversificação produtiva na unidade familiar.

Para o produtor familiar integrado, o plantio do dendê não é visto como consequência da perda da diversificação produtiva na sua propriedade. A plantação do dendê é apresentada como causa, ou seja, a falta de alternativas para produção familiar ajudou a influenciar a motivação do agricultor na tomada de decisão, que pelo senso prático, optou pelo sistema de integração à trajetória tecnológica do dendê.

8.7 Governança da trajetória tecnológica do dendê: a ação do Estado

A trajetória tecnológica do dendê tem como um dos seus elementos constitutivos a conformação de uma governança institucional que possibilitou um arranjo operacional, entre diversos agentes, de reforço à expansão de sua trajetória. O recente processo de óleo de palma na Amazônia, como os ciclos anteriores de expansão, teve na posição do Estado um elo determinante para o sucesso do desenvolvimento de sua trajetória tecnológica. Através de um conjunto de políticas de estímulo, o governo brasileiro ajudou a conformar um ambiente institucional de incentivo à produção do dendê.

Como já mencionado, diferente de momentos anteriores, neste recente ciclo de expansão do dendê, o governo federal assume uma ação protagonista, cria um programa específico de apoio à produção de óleo de palma¹⁹¹ que contou com a participação institucional de diversos ministérios, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, e de órgãos de pesquisa capitaneada pela EMBRAPA, além de indicar apoio tributário e creditício¹⁹². Para o óleo de palma também foram estendidos os benefícios de incentivos aos biocombustíveis de desoneração fiscal, por exemplo, as indústrias instaladas na região Norte obtiveram redução de 30,5% para a matéria-prima de origem do agronegócio e de 100 % para a matéria-prima proveniente da agricultura familiar, com base na Lei n.º 11.116, de 2005. Outro exemplo é o Selo Combustível Social: as empresas que possuem tal certificação têm maiores incentivos tributários e preferência nos leilões promovidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a comercialização do biodiesel.

Há também apoio financeiro que inclui linhas de créditos¹⁹³ para a produção de matéria-prima, a instalação de plantas agroindustriais e a comercialização. Registra-se em

¹⁹¹ No dia 6 de maio de 2010, no Pará, o governo oficializa o Programa Nacional de Óleo de Palma, que prevê ações de apoio à plantação de palma, conformado no PROJETO DE LEI N.º 7.326-C, DE 2010 (Do Poder Executivo), substituindo pelo PROJETO DE LEI DA CÂMARA n.º 119, de 2013 que dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo. Foi aprovado na Câmara, e desde 27/04/2015 encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando relator.

¹⁹² Conforme o Decreto n.º 5.297, de 6 de dezembro de 2004, que estabeleceu uma alíquota tributária diferenciada para o biodiesel, para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social para o Financiamento de Seguridade Social (COFINS). Como instrumentos para o financiamento da produção, o programa estabeleceu três linhas de crédito no âmbito do BNDESe e do Banco da Amazônia para apoio ao dendê: PRONAF-Eco (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Eco); PROPFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas) e PRODUSA (Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável).

¹⁹³ Como instrumentos para o financiamento da produção, o programa estabeleceu três linhas de crédito no âmbito do BNDESe e do Banco da Amazônia para apoio ao dendê: PRONAF-Eco (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Eco); PROPFLORA (Programa de Plantio

especial, a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF ECO, destinado aos agricultores familiares, para o plantio de dendê, o financiamento é de 14 anos, com prazo de carência de 6 anos, no valor de R\$ 80.000,00 por agricultor (Resolução n.º 4056 BACEN). Soma-se ainda às ações do governo brasileiro o apoio à revisão do Código Florestal, que possibilita o aumento de área para o plantio na Amazônia.

a) O crédito: exemplo da governança institucional do dendê

A dinâmica da economia do dendê pode apresentar várias distorções se for analisada somente sob o aspecto dos créditos financiados pelos agentes de fomentos, em especial pelo Banco da Amazônia. Embora relevantes, os dados da carteira agrícola dos bancos servem somente para mensurar a dinâmica do fluxo de investimento dos recursos advindos dos fundos públicos, como o Fundo Constitucional do Norte (FNO), e sua repartição entre os agentes locais. Para obter um valor aproximado dos investimentos realizados na cadeia de expansão do dendê é necessário relacionar os recursos aplicados pelos grandes grupos empreendedores. Verifica-se que os maiores recursos foram provenientes dos planos de investimentos das próprias empresas, valores estes, não percebidos quando analisados apenas pelos dados do crédito agrícola.

No Vale do Acará as principais participações financeiras na cadeia produtiva do dendê têm a sua origem em recursos internos das próprias corporações, as empresas empreendedoras são organizadas em forma de *joint-venture*, e recebem aporte de capital direto de suas controladoras¹⁹⁴.

São cifras extremamente vultosas que as empresas de *joint-venture* BIOPALMA e BBB investem com recursos próprios nas suas áreas de plantio. Como referência de grandeza de valores, tendo como base a extensão de área já plantada até 2015 no Vale do Acará por

Comercial e Recuperação de Florestas) e PRODUSA (Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável).

¹⁹⁴ No caso a BIOPALMA é uma *joint-venture* entre a Cia VALE e o grupo MSP, e a BBB é uma *joint-venture* da PETROBRAS e a petrolífera portuguesa GALP.

estas empresas, ou seja, são mais de 55,8 mil hectares de plantio próprio¹⁹⁵, na relação de R\$ 8.000,00 por hectare¹⁹⁶, ultrapassa a cifra 446 milhões de reais de investimento direto.

Ressalta-se que este investimento estimado de 446 milhões de reais está circunscrito apenas à atividade agrícola e restrito ao plantio de 55,8 mil hectares dos empreendimentos próprios da BIOPALMA e da BBB no Vale do Acará, não sendo mensurados gastos com infraestrutura e, muito menos, valores relacionados à compra e arrendamento das áreas onde ocorreram estas plantações. Vale salientar, ainda, que na dimensão industrial da cadeia produtiva do óleo de palma os montantes são muito mais elevados, só a parte de processamento industrial da BIOPALMA, por exemplo, estaria estimada, em uma primeira fase, em US\$ 500 milhões (VALE 2012).

Os parâmetros de grandeza destes números tornam-se mais evidentes quando comparados aos recursos financiados pelo Banco da Amazônia para todos os empreendimentos agrícolas de dendê (agricultura familiar e empresarial) no período de doze anos, 2003 a 2015 no Vale do Acará, que foi de R\$ 45 milhões (**Tabela 17**), que é dez vezes menor que os investimentos em realizados em seis anos pelas empresas BIOPALA e BBB na área agrícola.

¹⁹⁵ A referência aqui apresentada tem como base de 55.800 mil hectares (estimada no plantio empresarial da BIOPALMA de 37,3 mil hectares e 18,5 mil hectares da Belém Bioenergia Brasil - BBB somente no Vale do Acará. Não foram incluídos os plantios empresariais que a empresa BBB tem em Tailândia, da mesma forma não foram incluídos as áreas de plantio da BIOPALMA nos municípios de Moju e de Abaetetuba, por estarem fora do recorte delimitado no presente estudo de caso, do Vale do Acará.

¹⁹⁶ O valor de R\$ 8.000,00 por hectare é estimado na base de cálculo utilizada no financiamento para o plantio do dendê, ai incluídos preparo de área, mudas, adubação, etc; conforme consta no Manual de Crédito Rural – MCR número 10 do BACEN.

Tabela 17 - Distribuição de valores por porte do empreendedor financiados pelo Banco da Amazônia no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015.

Ano	Agricultura Familiar Dendê	Agricultura Não Familiar	Total
2003	0	0	0
2004	0	50.694	50.694
2005	0	0	0
2006	0	0	0
2007	0	58.771	58.771
2008	27.925	0	27.925
2009	0	28.906	28.906
2010	2.309.997	0	2.309.997
2011	2.756.663	2.242.801	4.999.464
2012	18.840.681	406.200	19.246.881
2013	9.382.341	0	9.382.341
2014	2.905.522	835.376	3.740.898
2015	3.099.255	2.349.858	5.449.112
Total	39.322.384	5.972.606	45.294.990

Fonte: Banco da Amazônia (2016).

Em que pese os montantes financiados por instituições financeiras não serem tão representativos quando comparados aos investidos direto das empresas vinculadas à trajetória tecnológica estruturante do dendê, este volume de recurso torna-se um dado significativo ao ser analisado pela percepção do espaço-lugar, onde os aportes dos financiamentos passam a privilegiar uma trajetória tecnológica em detrimentos de outras.

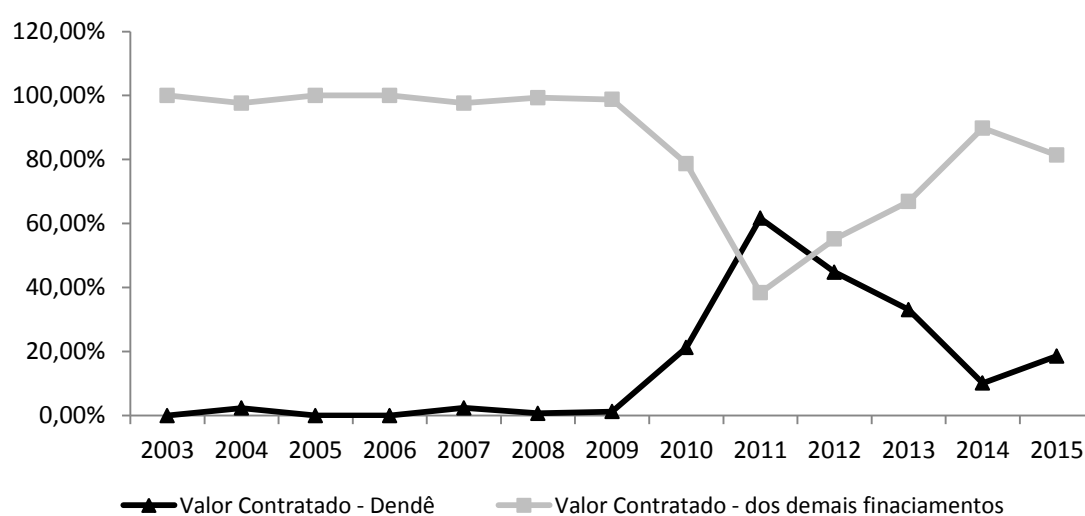
Dentre os vários eventos que influenciam o desenvolvimento da trajetória do dendê, o crédito é um indicador bastante emblemático sobre a disputa entre as diversas trajetórias tecnológicas. Fica evidenciado o acúmulo de capital simbólico de uma trajetória pela capacidade de governança institucional ao atrair o financiamento como processo de autorreforço.

Os recursos destinados à trajetória tecnologia do dendê, em especial os da agricultura familiar, fizeram com que houvesse uma discrepância na história do crédito agrícola no espaço-lugar Vale do Acará. Por força da captura governança institucional da trajetória do óleo de palma, os empréstimos concentram-se no atendimento do plantio do dendê, deixando de acolher demandas de outras trajetórias, em especial de outras atividades produtivas vinculadas à agricultura familiar.

Os dados da série histórica dos financiamentos advindos do Banco da Amazônia no Vale do Acará confirmam a capacidade de governança da trajetória tecnológica do dendê em

conformar um arranjo institucional em prol da expansão do óleo de palma. Pode-se notar que este processo se deu de forma significativa a partir de 2010, tendo seu ápice em 2012, como demonstra a distribuição dos valores financiados no crédito rural pelo Banco da Amazônia. De valores quase inexistentes até 2008, o óleo de palma, como trajetória (estruturante) se destaca como o principal item financiado de 2009 a 2013, em especial nos anos de 2011 e 2012 que financiamento para o plantio do dendê foi superior a todos os demais itens somados¹⁹⁷ (Gráfico 29).

Gráfico 29- Percentual dos valores dos contratos do Dendê e dos demais financiamentos no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015.



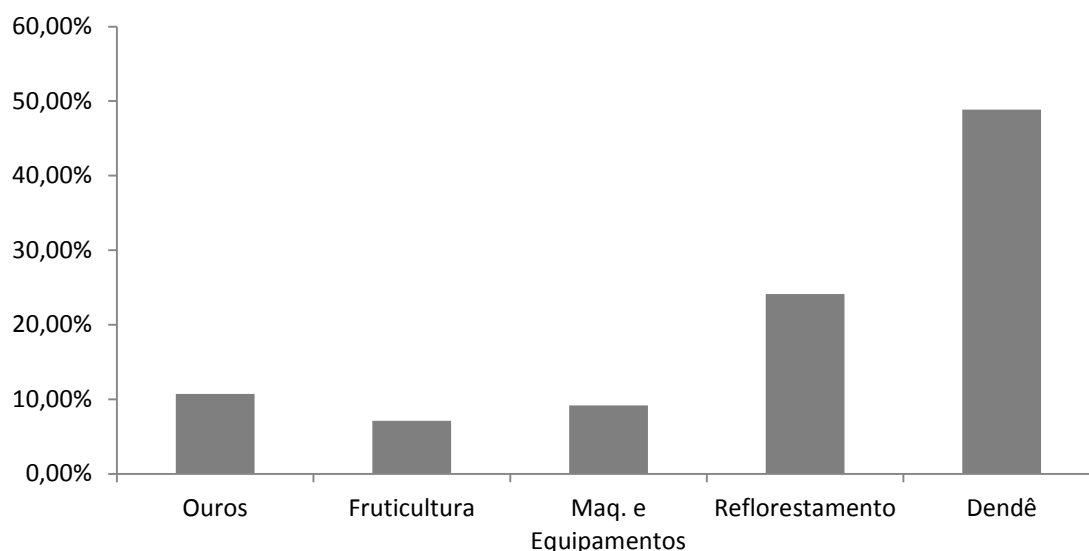
Fonte: Banco da Amazônia (2013).

Diante de uma série histórica do evento da destinação do crédito, o apoio à dinâmica da trajetória tecnológica do dendê no Vale do Acará é demonstrado quando comparado com outros financiamentos no mesmo período. O reforço à trajetória do dendê torna-se evidente, como comprova a distribuição dos valores financiados no Vale do Acará, no período do Plano Safra 2011/2012, quase a metade (48,84%) de todos os recursos foi destinada ao dendê. Os dados da distribuição dos empréstimos pelo Banco da Amazônia neste período demonstram a capacidade da governança institucional da trajetória tecnológica do dendê perante as outras trajetórias estruturadas no Vale do Acará, passando a ser um novo elemento estruturante

¹⁹⁷ Vale ressaltar que, embora o ano de 2011 não fosse o de maior expressão de financiamento do dendê, ocorreu uma forte retração no financiamento do Banco da Amazônia, naquele ano, mesmo assim, o dendê chegou a ter 61% dos valores financiados, em 2012, com a retomada de maior volume de financiamentos, o dendê ficou com 20% dos números de contratos e 44% dos valores financiados naquele ano.

dentro da organização estruturada de empreendimentos já existentes naquele espaço-lugar (Gráfico 30).

Gráfico 30- Participação dos valores de financiamento do Banco da Amazônia no Vale do Acará por empreendimento agrícola no ano safra de 2011/2012.



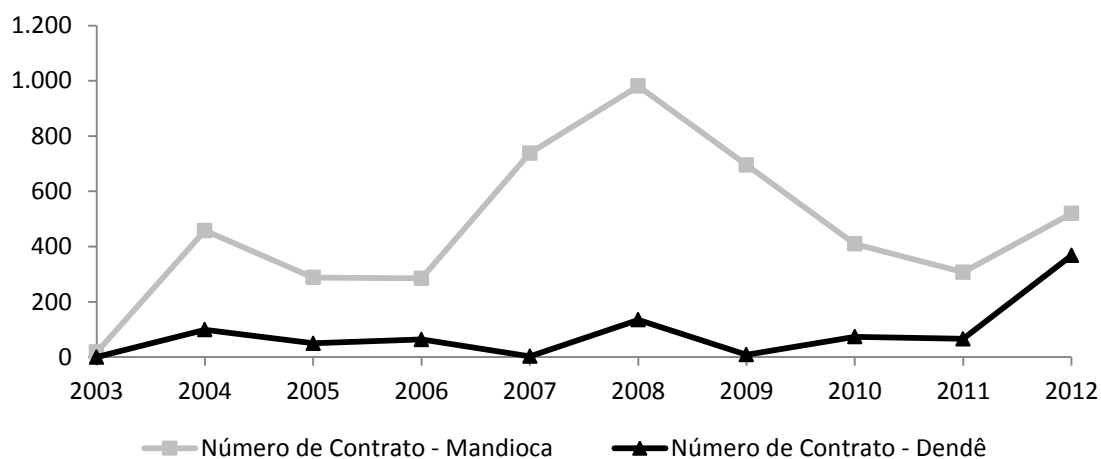
Fonte: Banco da Amazônia (2013)

Outro aspecto do financiamento agrícola no Vale do Acará, concedido pelo Banco da Amazônia para o plantio do dendê, entre os anos de 2003 a 2015, 86,8 % estão concentrados na agricultura familiar. Vale ressaltar que, embora seja o agricultor familiar o tomador do empréstimo, o processo produtivo do dendê está relacionado a uma cadeia de produção na qual existe uma empresa de grande porte como organizadora. Para aumentar a previsibilidade e diminuir a falta de confiabilidade em atestar a propriedade transacionada, diante do risco de transação, quanto à falta de garantia sobre a execução (*enforcement*), as empresas processadoras de óleo de palma formalizam contratos que rezam a obrigatoriedade da fidelização da produção por parte do agricultor.

A dinâmica do crédito para a agricultura familiar é um aspecto relevante na relação da trajetória tecnológica do dendê. A forte concentração no valor do financiamento, normalmente é contratado por 80 mil reais por família¹⁹⁸, o que faz com que o dendê se destaque pelo montante de recursos disponibilizados, no entanto, em relação à quantidade de beneficiados, os números de contratos da lavoura de mandioca manteve-se superior aos do plantio de dendê, mesmo em 2012, ano em que o dendê teve o seu melhor desempenho (Gráfico 31).

¹⁹⁸ Os projetos na sua grande maioria são de 10 hectares por unidade familiar, no valor de 8 mil reais por hectare.

Gráfico 31- Número de contratos do Dendê e de mandioca financiamentos no Vale do Acará pelo Banco da Amazônia, nos anos de 2003 a 2015.



Fonte: Banco da Amazônia (2013)

Os valores financiados do dendê no Vale do Acará começam a se efetivar a partir do ano de 2010. Em 2010 o crédito ao plantio de óleo de palma foi de 2,3 milhões de reais, em 2011, o segmento empresarial obteve um aporte, mas a significativa alteração se deu em 2012, chegando a cifras superiores a 19,2 milhões de reais, com destaque aos expressivos valores financiados para os empreendimentos na agricultura familiar.

As cadeias produtivas, quando analisadas com base nos financiamentos agrícolas, evidenciam o peso da governança da trajetória, em especial no caso do dendê, pela sua capacidade de atrair um arranjo institucional para o seu desenvolvimento nos anos de 2010 a 2015. Nota-se, também, que aos poucos há um processo de redução de crédito ao dendê, e propicia que distantes atividades produtivas vinculadas a outras trajetórias se apresentem na disputa por recursos (**Tabela 21**).

Tabela 21 - Valores dos contratos dos principais produtos rurais financiados no Vale do Acará nos anos de 2003 a 2015.

Ano	Açaí	Dendê	Mandioca	Pecuária	Pimenta do Reino
2003	0	0	55.075	0	941.614
2004	17.747	50.694	545.287	0	816.726
2005	299.781	0	766.206	0	200.945
2006	197.948	0	561.422	0	25.093
2007	223.756	58.771	1.614.836	0	443.217
2008	315.981	27.925	2.817.442	0	84.727
2009	474.880	28.906	1.180.531	0	210.226
2010	232.960	2.309.997	1.498.108	0	173.327
2011	750.962	4.999.464	878.956	0	826.305
2012	3.166.251	19.246.881	1.138.695	0	2.494.761
2013	6.507.576	9.382.341	1.000.194	3.168.942	3.044.900
2014	12.177.072	3.740.898	726.374	3.669.466	5.741.843
2015	7.442.260	5.449.112	199.999	3.330.792	5.818.671
Total	31.807.173	45.294.990	12.983.128	10.169.200	20.822.356

Fonte: Banco da Amazônia (2015).

Quando a análise é feita destacando as principais culturas financiadas, percebe-se que houve uma predominância de apoio a trajetória do dendê na política de crédito, em especial nos anos de 2012 e 2013. Neste aspecto, destaca-se uma redução no processo de financiamento de lavoura perene, como a mandioca, dando lugar para outras trajetórias, o que reflete na atividade financiada. Observa-se, ainda, o predomínio do dendê no volume de recursos, mas também um crescimento de trajetórias tecnológicas vinculadas a outras lavouras perenes, como da pimenta do reino, e principalmente a cultura do açaí em terra firme que, se somados os seus valores financiados, já ultrapassam o valor contratado pelo dendê no Vale do Acará¹⁹⁹.

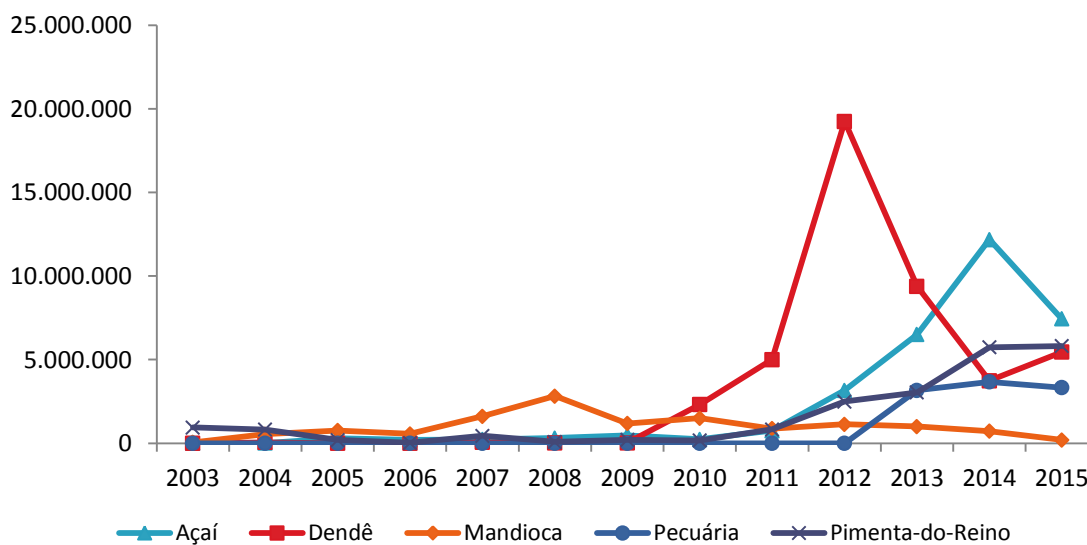
Fica evidenciado na conformação do Vale do Acará, nestes últimos anos, uma nova distribuição do crédito, diante de um espaço-lugar reconfigurado, há indicação da evolução de outras trajetórias que quebram a hegemonia do crédito do dendê.

Conformadas por novos arranjos advindos de novos eventos que propiciaram o reforço da governança institucional de outras trajetórias, agora, passam a disputar na conformação de um espaço-lugar (re)estruturado do Vale do Acará. Tal fato pode ser

¹⁹⁹ A alta rentabilidade do açaí e da pimenta do reino tem influenciado no processo de ascensão da trajetória tecnológica da lavoura perene do açaí de terra firme e da pimenta do reino, caracterizado por uma trajetória patronal, de monocultura, e com processo associado à utilização de grande volume de recursos hídricos, pela opção tecnológica da irrigação em seus plantios.

observado na dinâmica das trajetórias, a partir dos valores detalhados nas principais culturas. A curva do crédito, no Vale do Aará, destaca, por um lado, o processo contínuo de redução da trajetória tecnológica da mandiocultura, e por outro, a ascensão da governança institucional da trajetória tecnológica do açaí de terra firme que, em 2013, já ultrapassa o volume financiado do dendê, e em 2014, outra trajetória tecnológica que, igualmente, se sobressai é a pimenta do reino. (Gráfico 32).

Gráfico 32- Valores dos contratos dos principais produtos agrícolas financiados no Vale do Aará nos anos de 2003 a 2015.



Fonte: Banco da Amazônia (2013).

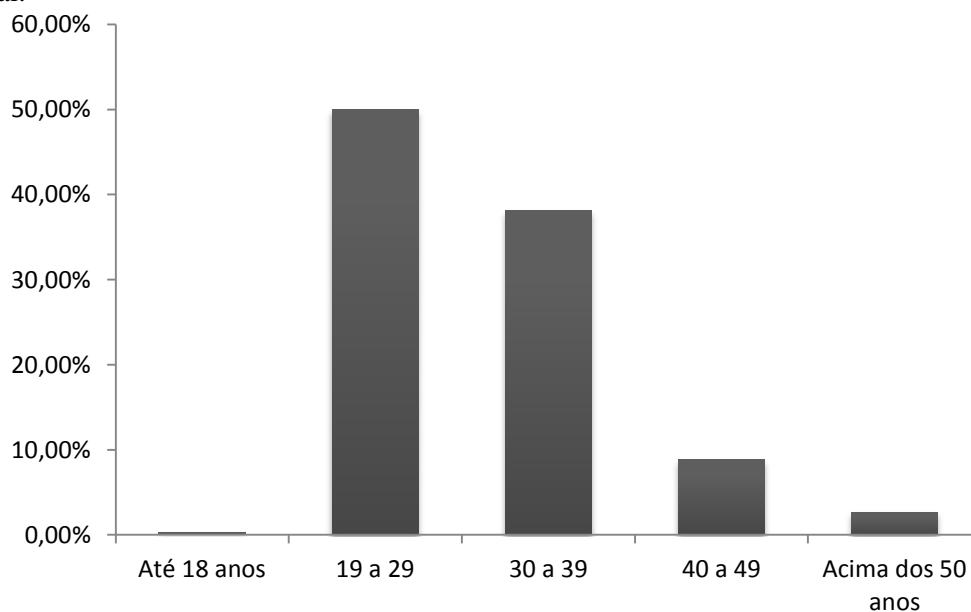
9 HABITUS: DISPOSIÇÃO E DISTINÇÃO DOS ASSALARIADOS RURAIS DO VALE DO ACARÁ

9.1 Perfil dos assalariados do dendê do Vale do Acará

A pesquisa abordou 372 assalariados de três empresas de dendê que atuam no Vale do Acará, sendo que da BIOPALMA, foram aplicados 219 questionários (58,8%); da Belém Brasil Bioenergia (BBB), 80 (21,5%); e 73 (19,6%) da DENTAUÁ. As entrevistas ocorreram com os trabalhadores e trabalhadoras das fazendas de produção de dendê, localizadas nos municípios do Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu, em dezesseis de suas localidades²⁰⁰.

A amostragem pesquisada revelou uma faixa etária de mão de obra jovem, aqui indicados como trabalhadores com até 29 anos, representando a metade da força de trabalho, se estendida a idade para até 39 anos, alcança quase a totalidade dos empregados (Gráfico 33).

Gráfico 33- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa etária, em percentual.

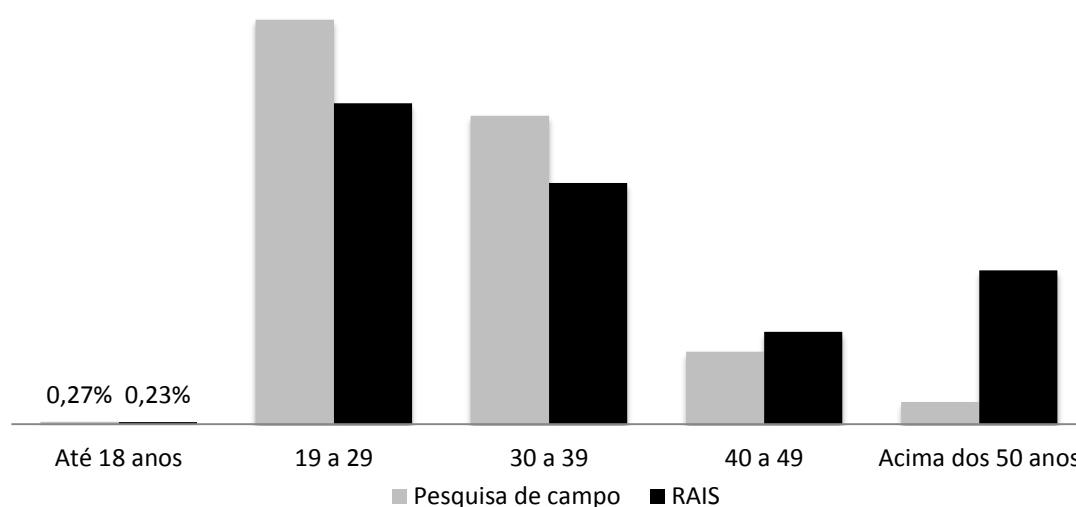


Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

²⁰⁰ Bom Jesus, Santa Júlia (Km 51), Nazaré, Guadalupe, Nova Jerusalém, Baixo Bujaru, Rio Jordão, Nova Aurora, Limeira, Paraná, Tabuna, Munis, Santa Clara, Sede I, Km 08 e Km 06.

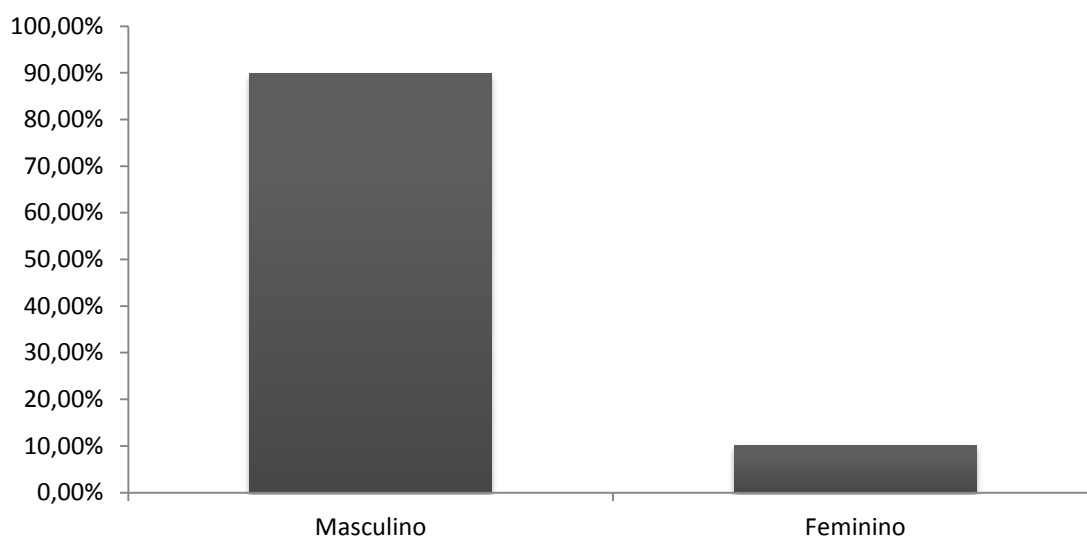
Ainda sobre a faixa etária, destaca-se que a mão de obra de trabalhadores do Vale do Acará no seu conjunto é ainda mais jovem que a medida estadual, como indica pelo quadro comparativo das informações dos trabalhadores assalariados obtidos na Relação Anual Informações Sociais (RAIS) no Pará e os dados dos trabalhadores entrevistados no Vale do Acará (Gráfico 34).

Gráfico 34- Distribuição do dendê no Vale do Acará e no Pará por faixa etária dos assalariados rurais



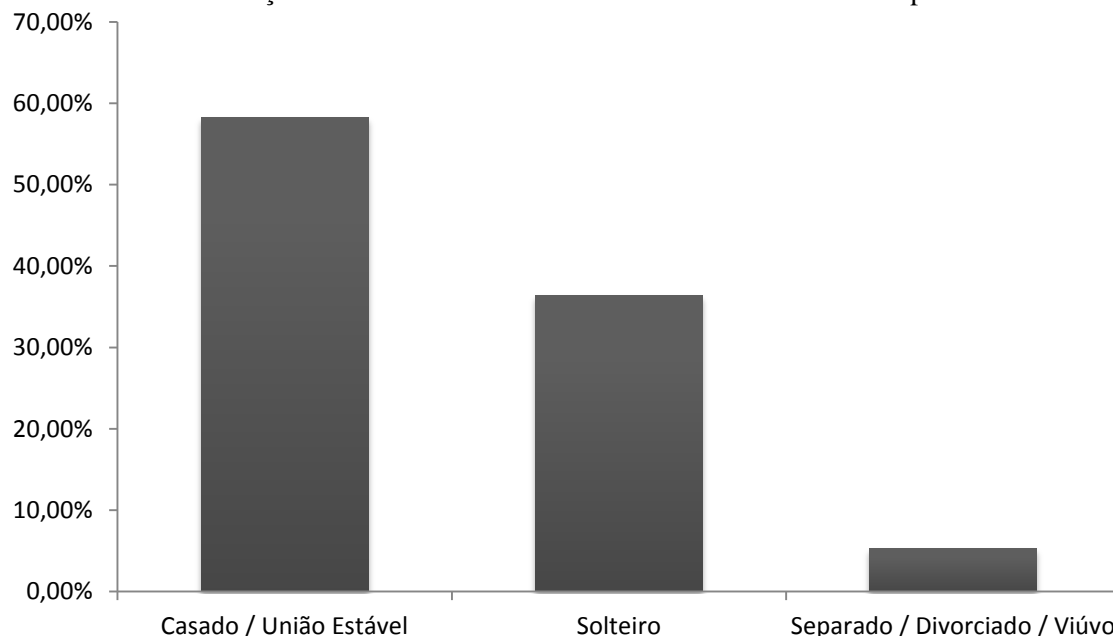
Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Em relação ao gênero, existe uma predominância da mão de obra masculina, dos entrevistados (372), 90% são homens, Gráfico 35 perfil da amostragem da pesquisa no Vale do Acará guarda uma aderência com os dados gerais da RAIS dos empregados rurais do dendê no Pará que indica que apenas 10% são trabalhadoras assalariadas rurais do dendê.

Gráfico 35- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú, por gênero.

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

No tocante ao estado civil, a pesquisa apresenta uma predominância de empregados casados, aqui incluídos os que declararam ter união estável, representando quase 60% dos entrevistados (Gráfico 36).

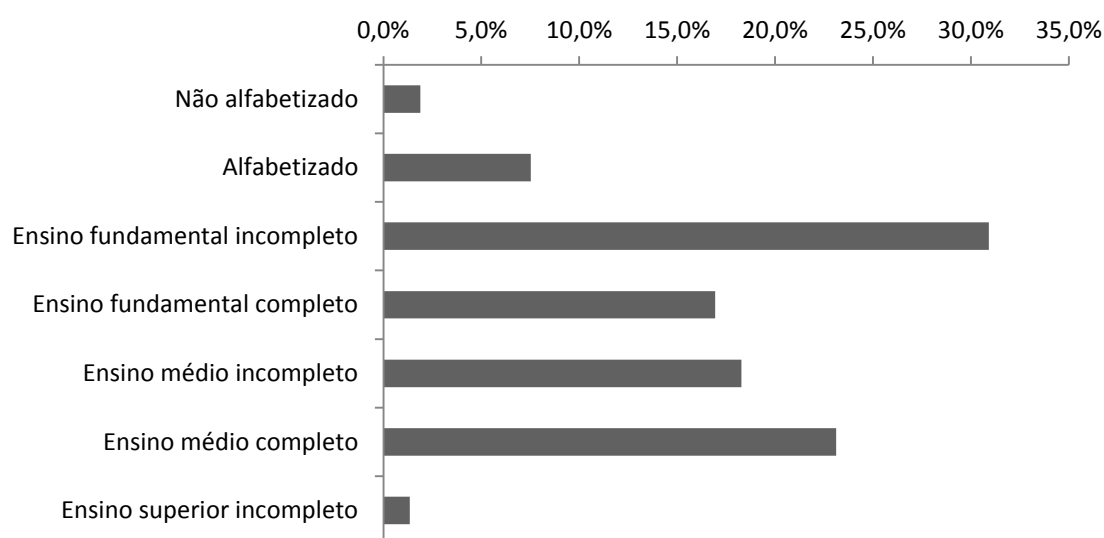
Gráfico 36- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por estado civil

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

No quesito escolaridade, Gráfico 37, o perfil dos entrevistados quando agrupados em dois níveis, aqueles que se podem caracterizar sem escolaridade, representados pelos

analfabetos e alfabetizados funcionais, somam 9%. Os restantes detêm ensino fundamental (completo ou incompleto), ou nível intermediário de escolaridade, com ensino médio (completo ou incompleto), e até com grau de escolaridade de ensino superior incompleto, juntos demonstram que a grande maioria, 91% dos empregados, possui algum tipo de qualificação educacional, o que é bastante significativo, principalmente quando contrastado com o quadro geral da população do Vale do Acará.

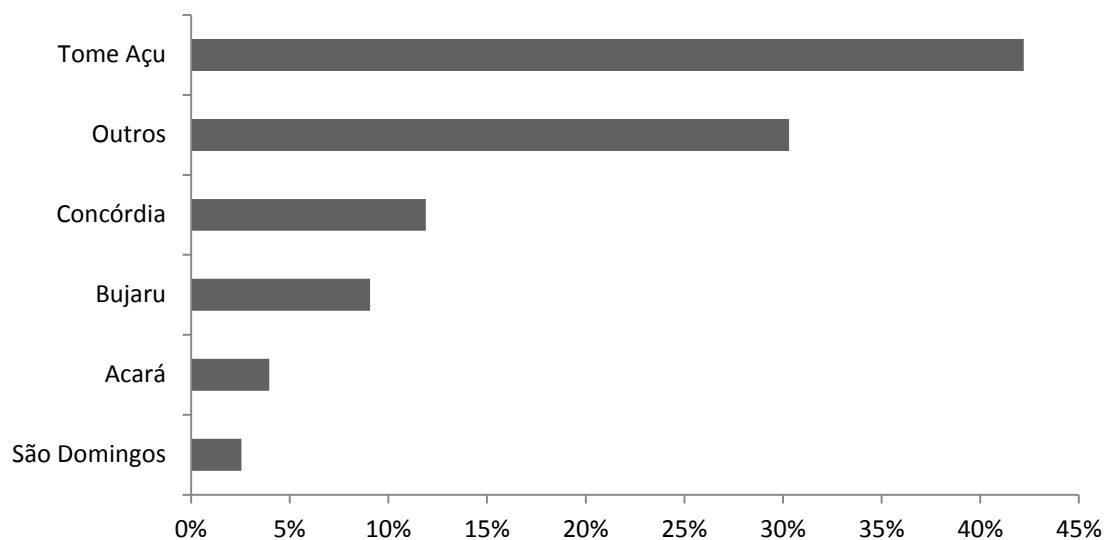
Gráfico 37- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por grau de escolaridade.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Outro fato interessante, sobre o perfil dos assalariados pesquisados, está na origem destes trabalhadores, é marcada pela forte participação da mão de obra local. A extrema maioria, mais de 95%, são paraenses. A pesquisa revela mais do que isto, que destes, 70% nasceram em municípios do próprio Vale do Acará, (Gráfico 38).

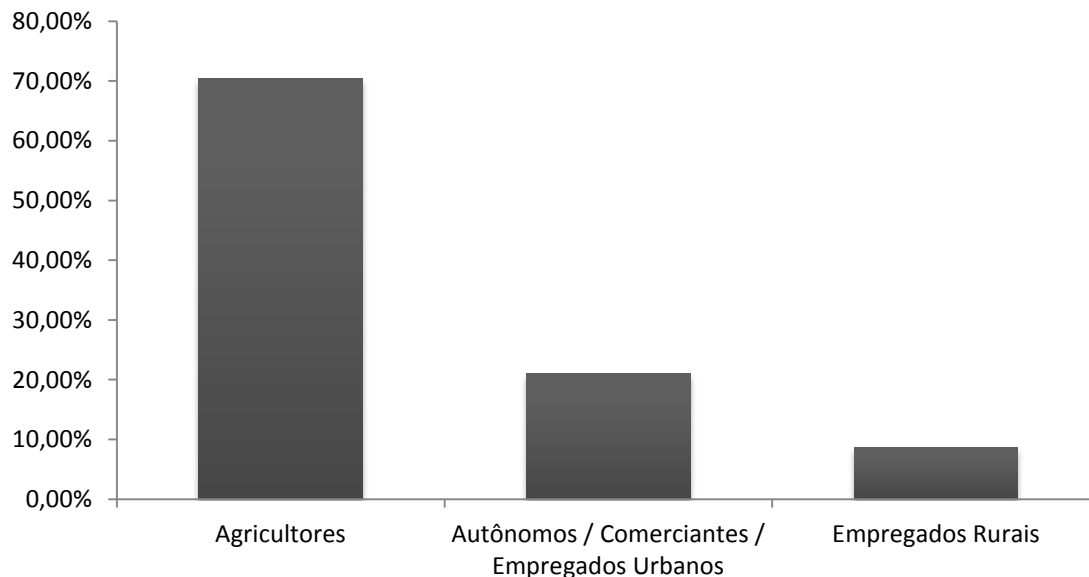
Gráfico 38- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará de origem do Pará, por naturalidade de município.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Sobre a ascendência da atividade familiar, a grande maioria tem como origem familiar o meio rural (agricultores ou empregados rurais), com ênfase pela predominância da atividade dos pais destes trabalhadores do dendê, 70%, eram agricultores (Gráfico 39).

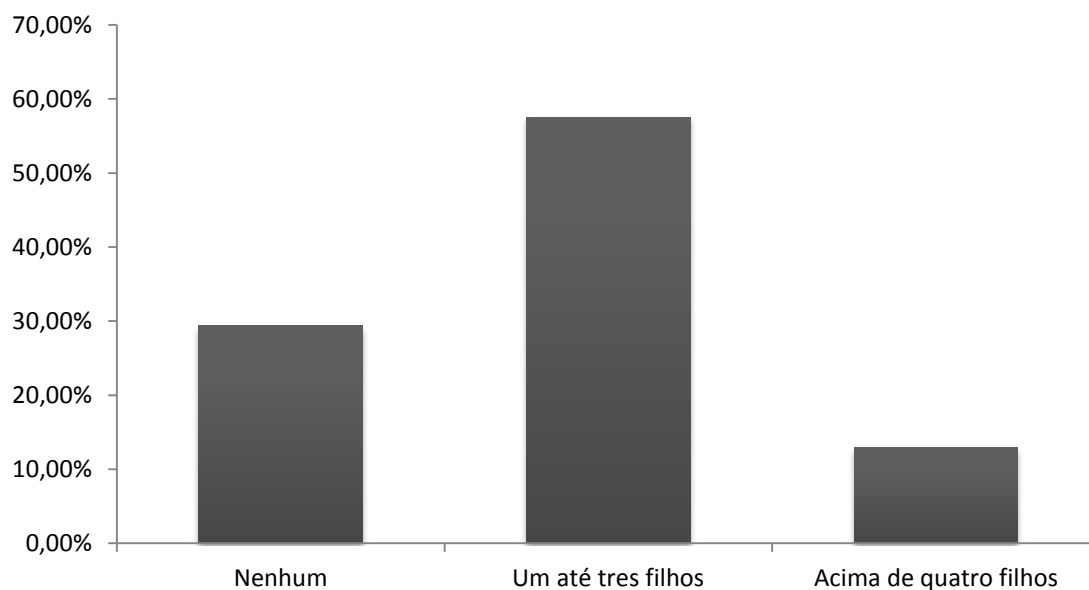
Gráfico 39- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará pela ascendência da atividade familiar



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Embora se caracterizem por uma maioria de trabalhadores jovens, mais de dois terços, 71%, já tem filhos (Gráfico 40).

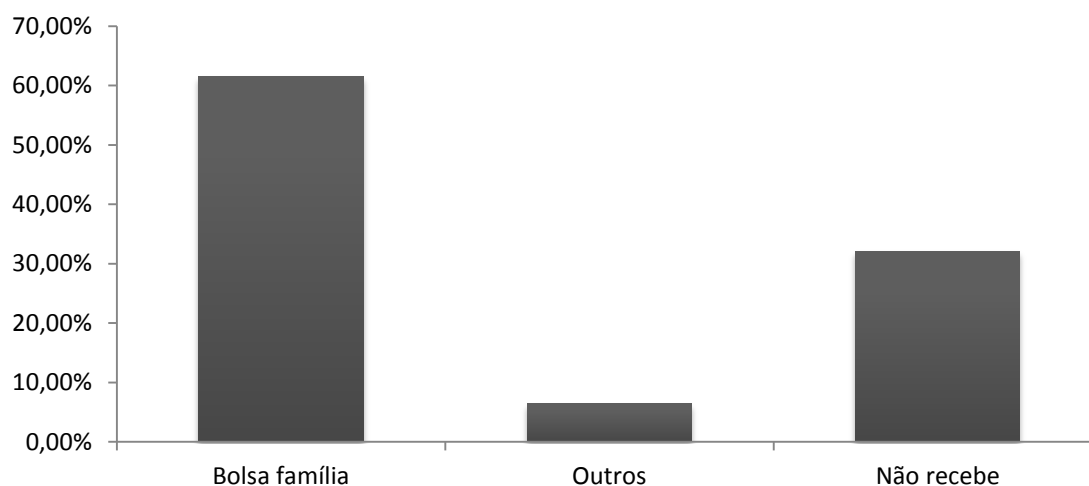
Gráfico 40- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú, por número de filhos.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Destaca-se a participação expressiva, mais de 68% são beneficiados por algum programa do governo federal, com destaque para o Bolsa Família, que ultrapassa 61% da família dos trabalhadores assalariados do dendê no Vale do Acaraú que recebem este auxílio (Gráfico 41).

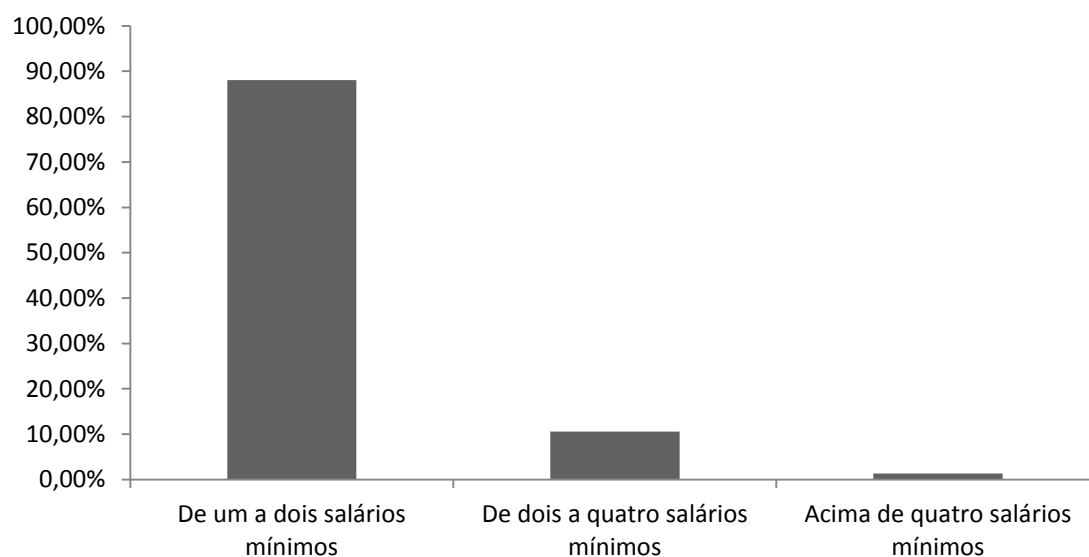
Gráfico 41- Distribuição por programa de assistência federal que tem como beneficiados assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Os dados em que a maioria absoluta tem filhos tornam-se mais representativo quando cruzado com aqueles que são beneficiados por algum programa do governo federal. Esta grande participação em programas de redução de pobreza e a existência de filhos guarda coerência com renda familiar declarada, em que a quase totalidade, 88 %, declarou ter renda inferior a dois salários mínimos (Gráfico 42).

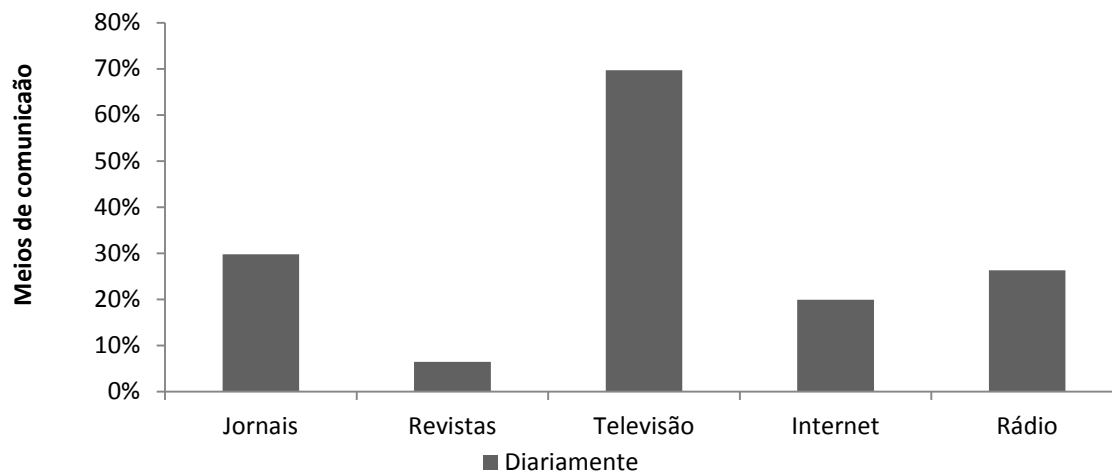
Gráfico 42 - Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa de renda familiar



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

No que refere ao acesso aos meios de comunicação, destaca-se o papel da televisão, que representa quase 70%, como o principal meio de informação diária para os entrevistados (Gráfico 43).

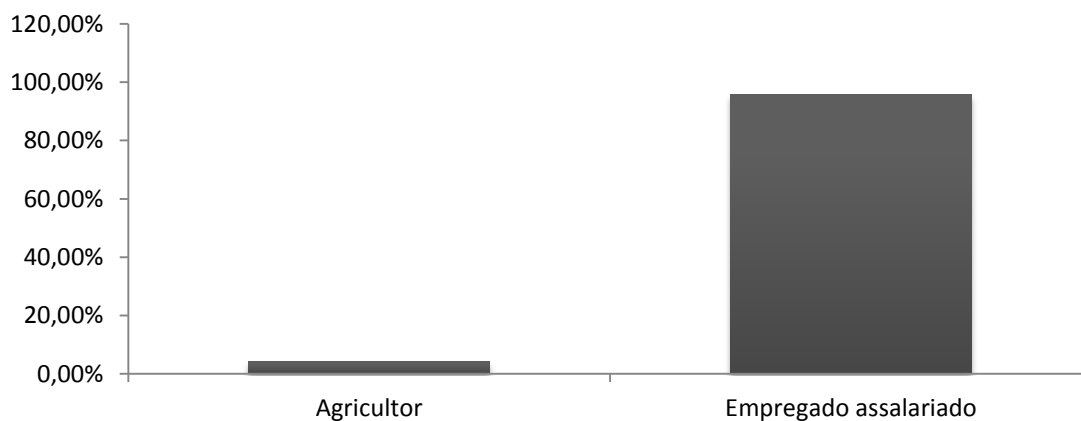
Gráfico 43- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por acesso aos meios de comunicação.



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Sobre como o entrevistado se vê em relação a atividade profissional que exerce, atualmente, a extrema maioria se identifica como assalariado rural, ou seja, apenas 4% se apresentam como agricultores (Gráfico 44).

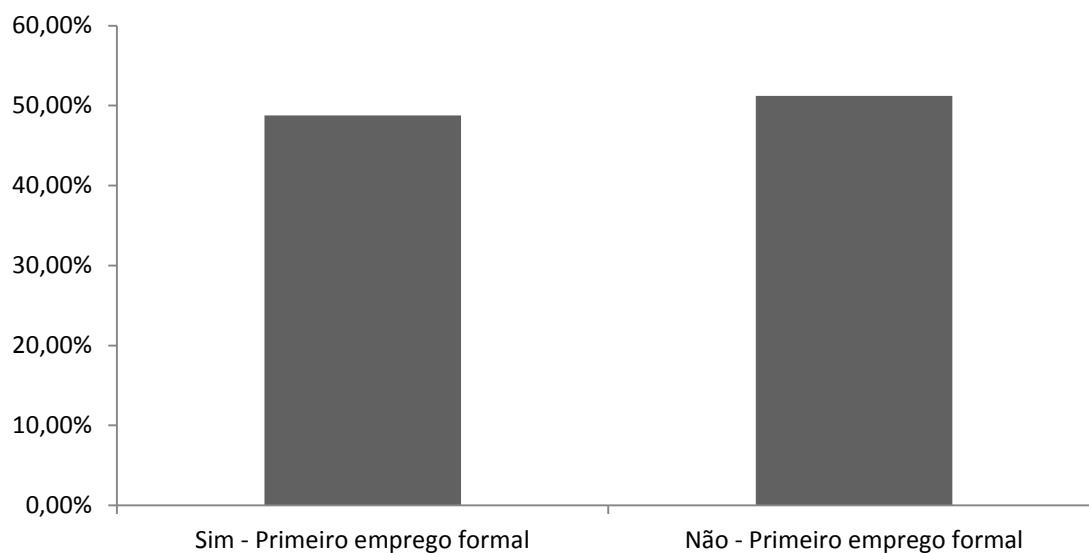
Gráfico 44 - Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por autodefinição profissional



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

49% dos entrevistados, o que representa quase a metade dos trabalhadores pesquisados, tiveram seu primeiro emprego formal²⁰¹ como assalariado rural do dendê (Gráfico 45).

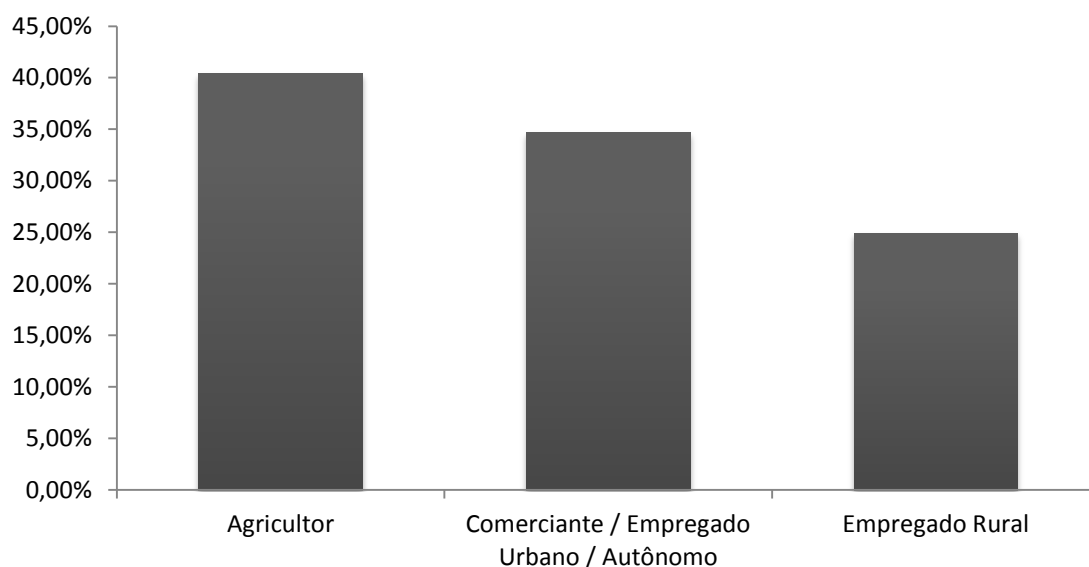
Gráfico 45- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará pelo acesso ao primeiro emprego formal



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Outra característica do perfil destes trabalhadores entrevistados é que antes de serem assalariados rurais do dendê, praticamente dois terços exerciam alguma atividade relacionada ao meio rural. A pesquisa revela que 65% dos empregados do dendê atuavam na agricultura, seja como empregados rurais ou como agricultores (Gráfico 46).

²⁰¹ Este percentual de vínculo do primeiro emprego formal originado com a atividade rural do dendê deve ser maior, foram identificados empregados das empresas pesquisadas sendo egressos de firmas terceirizadas, tiveram contratado formal para o plantio de mudas, este vínculo anterior com a atividade agrícola do dendê só foi detectada com a pesquisa em andamento, e portanto não foi incluído como item a ser pesquisado.

Gráfico 46- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por origem de atividade.

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

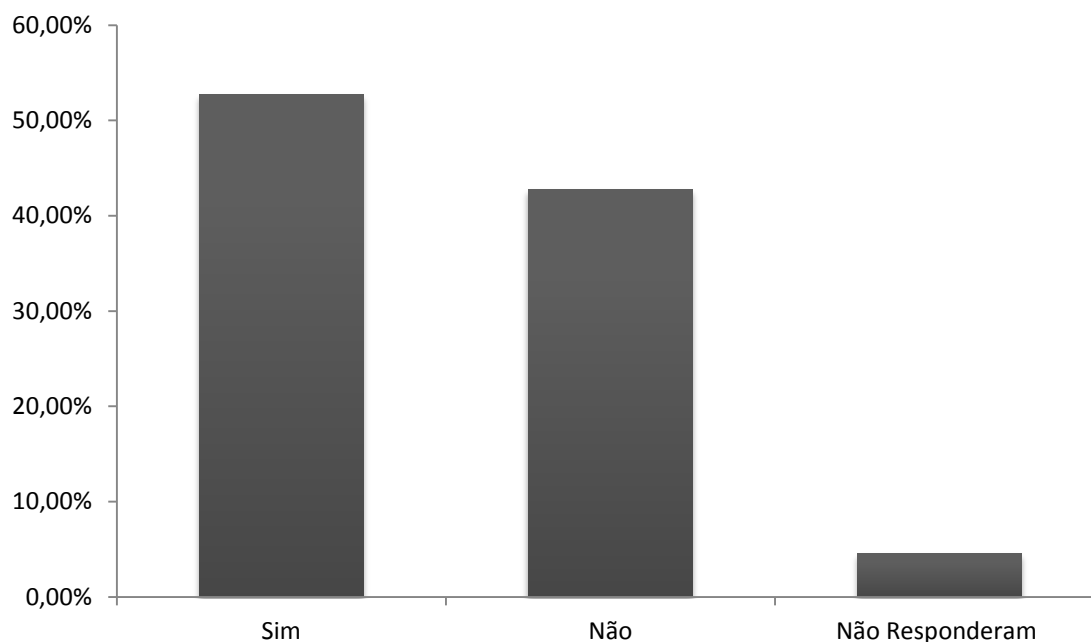
9.2 O habitus e o senso prático do assalariado rural

Um dos aspectos centrais da análise da pesquisa foi detectar pelo *habitus* possíveis indicações de alterações, ou não, enquanto agentes trabalhadores assalariados rurais do dendê. Tais situações estariam relacionadas ao processo do trabalho e a perspectiva pessoal, tendo como referência o aspecto da distinção²⁰², diante da motivação de ser agricultor, embora esteja empregado como assalariado em empresas de produção agrícola de óleo de palma..

Os dados demonstraram que a maioria destes assalariados rurais do dendê, 53%, responderam que, caso tivessem oportunidade, desejariam deixar de ser assalariados e atuar como agricultores, enquanto 43% manifestaram contrários a exercer atividade de produtor rural, e 4% não souberam responder (Gráfico 47).

²⁰² Distinção é utilizada como categoria de Bourdieu, um contraponto à Kant - o pensamento kantiano apresenta o gosto como uma característica inata dos indivíduos. Pela categoria de distinção mostra-se que os julgamentos de gostos e preferências são socialmente construídos, demonstrando a relação estreita entre o gosto e referências sociais. As preferências estão associadas às condições objetivas de existência, o *habitus*. Conforme apresentado em uma das obras representativas do pensamento de Bourdieu “*A distinção: crítica social do julgamento*” (BOURDIEU 2013).

Gráfico 47- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que desejariam atuar como agricultores



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Pela pesquisa, a maioria dos assalariados não deseja seguir a lógica da transição evolutiva do processo de produção. Saindo de uma origem “atrasada” de uma relação híbrida – baseada em uma organização produtiva que conviviam simultaneamente modelos não capitalista e capitalista – para formas modernas de relações capitalistas, em especial com o processo de assalariamento da mão de obra. Analisado por uma lógica clássica de racionalidade econômica da modernidade, esta posição do agente de manifestar desejo de ser agricultor, parece ser algo contraditório.

Algumas respostas dos assalariados rurais do dendê do Vale do Acará podem ser vistas como contraditórias, se analisadas por lógicas intransitivas de racionalidades da modernidade. A decisão em desenvolver uma ação, não necessariamente a caracteriza como emanadas por razões (modernas) capitalistas que avançam diante de razões (atrasadas) não capitalistas, tampouco que o parâmetro econômico seja o único modelo a seguir. A lógica de curto prazo poderá ser, ou não, correlata com a lógica de longo prazo do agente.

Decerto que as intervenções exercidas pelas grandes corporações nesta fase de expansão do dendê no Vale do Acará tendem cada vez mais a instrumentalizar os espaços onde se instalam. Esta lógica racionalizante capitalista permeia como estrutura estruturante, por uma nova trajetória tecnológica, que através de seus constantes mecanismos, em especial os econômicos, possibilitam a permanente expansão de acúmulo de capital simbólico. Isso

influi na representação simbólica como processo de legitimação destas novas racionalidades, em especial, pela racionalidade das relações sociais do trabalho, via o assalariamento.

Essa nova relação faz também surgir uma inovação na configuração social de disposições de ser e fazer que, ao poucos, vai sendo inculcada à percepção de vida. O agente incorpora-a e trata-a como se ela lhe pertencesse. Este novo alinhamento, porém, não acaba simplesmente com a realidade interna formada por outras experiências vividas.

A decisão de demonstrar interesse em substituir o trabalho assalariado para a atividade de agricultor não obedece necessariamente a uma racionalidade econômica, leva em conta a construção e origem do *habitus* primário do agente, e que por sua vez também é afetado com as novas relações.

O agente detém *habitus* primário, adquirido nas primeiras relações sociais, que constituem a base das disposições prévias ao longo da sua vida como referência para disposições específicas perante as estruturas sociais. Aos poucos, no decorrer da vida social, são acrescentados novos sentidos à percepção cognitiva, pelos *habitus* secundário. Portanto os *habitus* secundários entrelaçam-se aos *habitus* originários (primário) resultante das experiências do cotidiano.

O pretérito não é completamente destruído, ser assalariado não apaga sua referência familiar de agricultor. Pelo *habitus* a herança cognitiva do passado permanece, em proporções diferenciadas em cada agente. O *porvir* não é uma simples negação do *ser*. O *habitus* abrange a dominação e a distinção que se fixam no inconsciente do ser, que se projetam por meio de sedimentos cumulativos da estrutura social, pelo senso prático do cotidiano, adquiridos nas vivências práticas das relações sociais.

Como já indicado²⁰³, a racionalidade de uma decisão está associada a vários fatores, econômicos, culturais, sociais, simbólicos que compõem a motivação de ser e agir do agente. Estes fatores interagem as bases subjetivas com as questões concretas do ambiente social em que o agente está inserido.

Um dos pontos da análise da pesquisa foi verificar a disposição destes trabalhadores, que embora trabalhando como assalariados por modelos modernos da organização capitalista (emprego formal, garantias trabalhistas, etc.), posicionaram-se favoráveis em atuar como agricultores, caso tivessem oportunidade. Desta forma, para apreender as motivações que levaram o interesse do assalariado rural do dendê em querer, ou não, atuar como agricultor

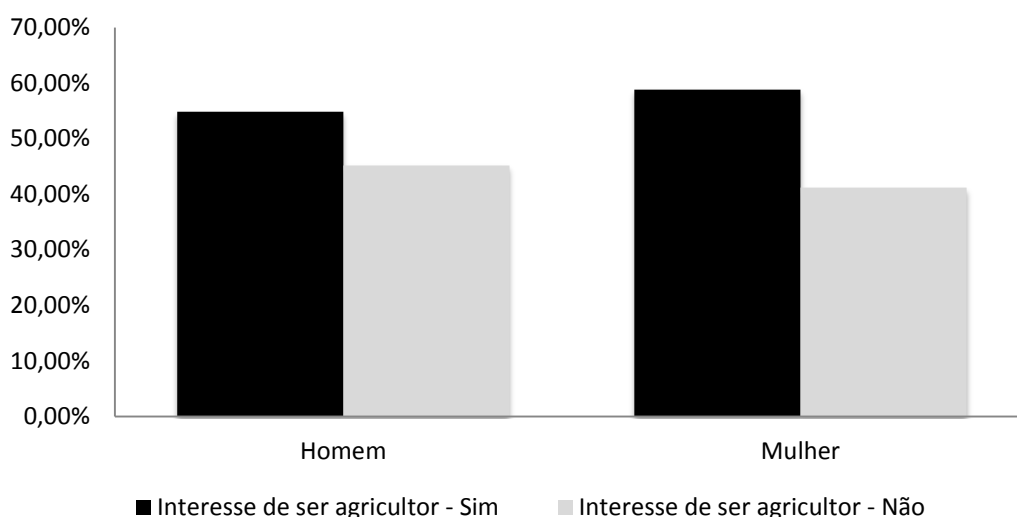
²⁰³ No tópico sobre O sistema de disposições: a motivação de ser e agir do agente

busca-se ponderar a resposta do entrevistado através de cruzamentos entre a manifestação do desejo de ser agricultor e as particularidades que o qualificam como agente.

Ao considerar aqueles que responderam sim, a este interesse de ser agricultor, com outras características (origem familiar, idade, tempo de serviço, estado civil, escolaridade, etc.), busca-se pelas distinções, como agentes, observar as suas possíveis motivações em ser agricultor. Ao qualificar os assalariados amplia-se, assim, a análise sobre os aspectos motivacionais do processo decisório do agente, para além do fator econômico.

Pelo aspecto de gênero, mesmo sendo um percentual pequeno do total dos trabalhadores, as mulheres assalariadas rurais tiveram uma participação um pouco mais expressiva, 58,8 %, em relação aos homens, que foi de 54,8%, dos entrevistados que responderam que voltariam a ser agricultoras (Gráfico 48).

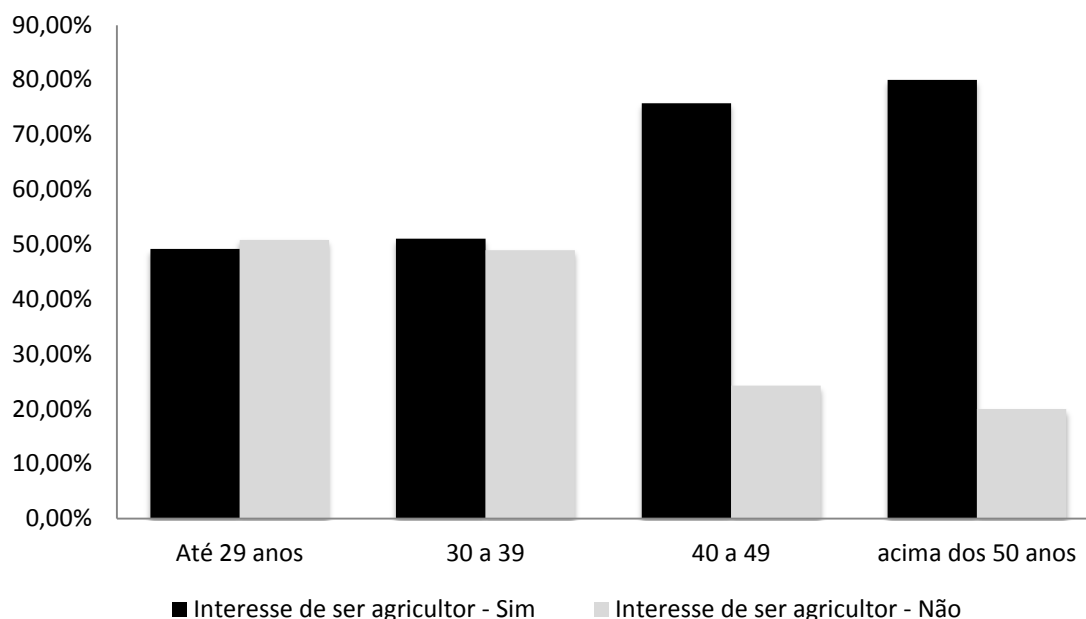
Gráfico 48- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por gênero e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Em relação à idade, a pesquisa demonstrou uma tendência, que quanto mais avança a faixa etária, mais cresce o percentual daqueles que demonstraram interesse de deixar de ser assalariado para serem agricultores. O aspecto da idade, em especial para os trabalhadores com mais de 40 anos (abarca duas faixas, de 40 a 49 e acima de 50 anos), apresenta-se como um dos itens que influenciam na motivação de interesse dos agentes em atuarem como agricultores (Gráfico 49).

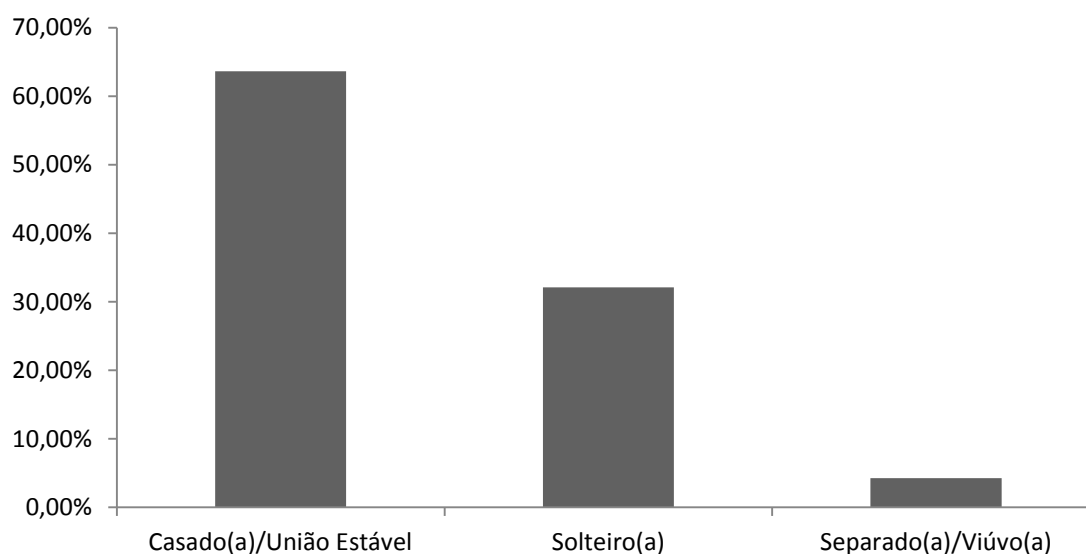
Gráfico 49- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por faixa etária e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Além da faixa etária, a questão da organização familiar também refletiu na opção dos assalariados. Dentre aqueles que demonstraram interesse em trocar, caso tivessem oportunidade, a atividade de assalariado para exercer a atividade de agricultor, 64 % eram casados/relação estável (Gráfico 50).

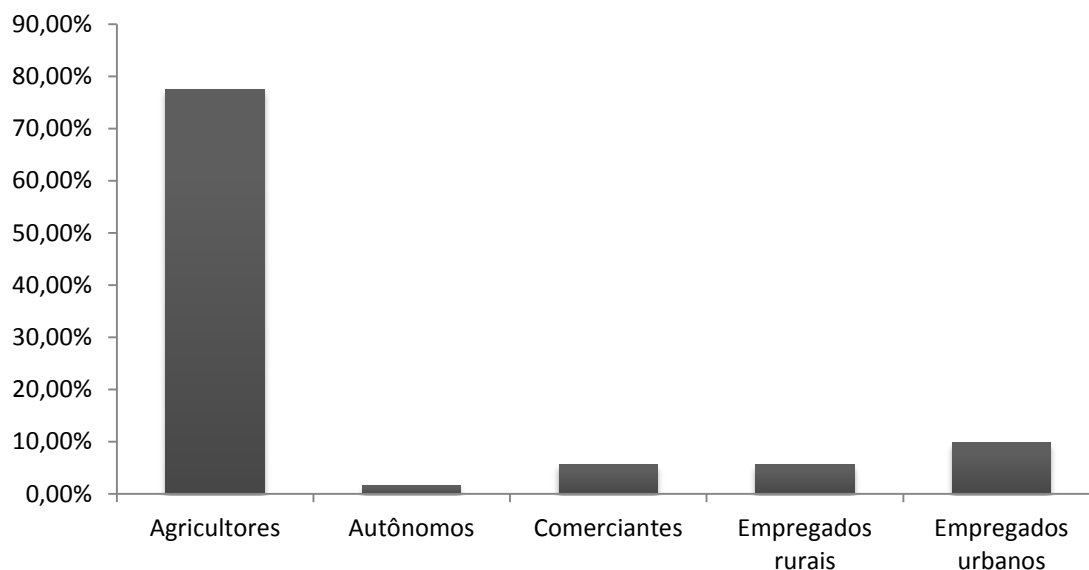
Gráfico 50- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará com interesse em atuar como agricultores, por estado civil.



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Outro aspecto para qualificar as distinções e as possíveis motivações da decisão do agente, quando relaciona a manifestação favorável em ser agricultor com a origem da atividade familiar do entrevistado, evidencia-se que daqueles que manifestaram interesse em serem agricultores, 83% os pais trabalhavam em atividade rural, sendo que 77% eram agricultores e 6% atuavam como empregados rurais (Gráfico 51).

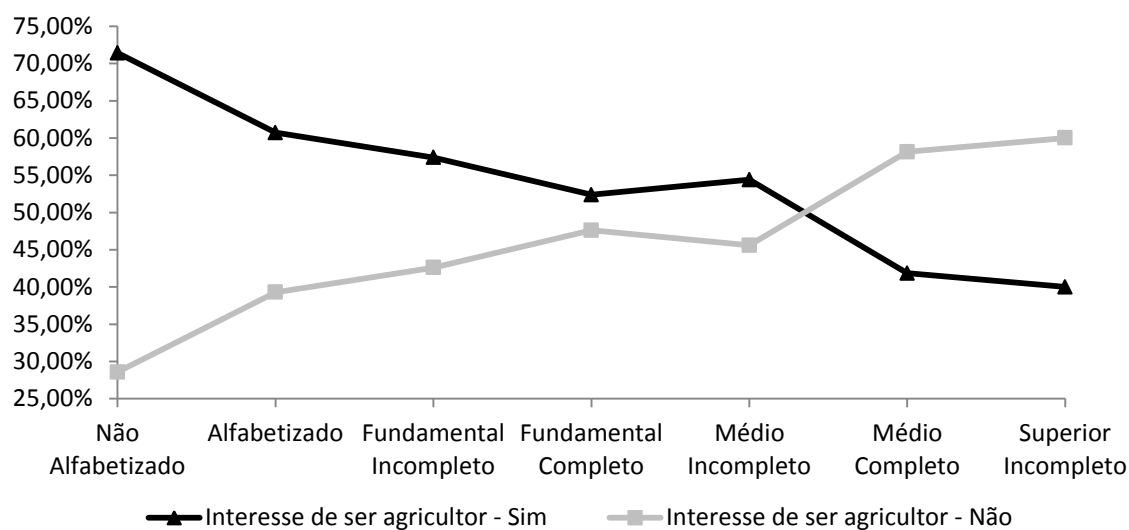
Gráfico 51- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú com interesse em atuar como agricultores, pela ascendência da atividade familiar.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Quanto ao nível de escolaridade, há uma relação inversa entre os que apareceram interessados em atuar como agricultores e o grau de instrução. A manifestação favorável varia em sentido oposto, quanto menor o grau de instrução, maior interesse de ser agricultor, sendo que até o ensino médio incompleto mantem-se como majoritários aqueles que querem atuar como agricultores. Já para aqueles com melhor grau de instrução, com ensino médio ou superior incompleto, a situação é invertida, a maioria se posiciona contrário ao desejo de serem agricultores (Gráfico 52).

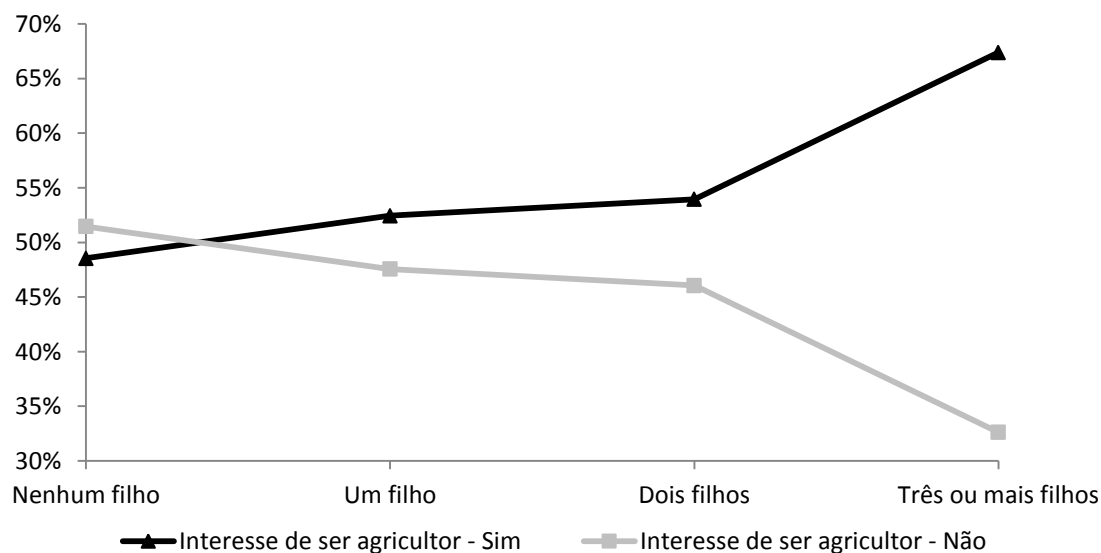
Gráfico 52- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por grau de escolaridade e manifestação de interesse em atuar como agricultores



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Outro aspecto da distinção do agente está relacionado à composição familiar. Quando cruzado os quesitos de interesse em ser agricultor e a quantidade de filhos, quanto maior o número de filhos, maior a manifestação em atuar como agricultor (Gráfico 53).

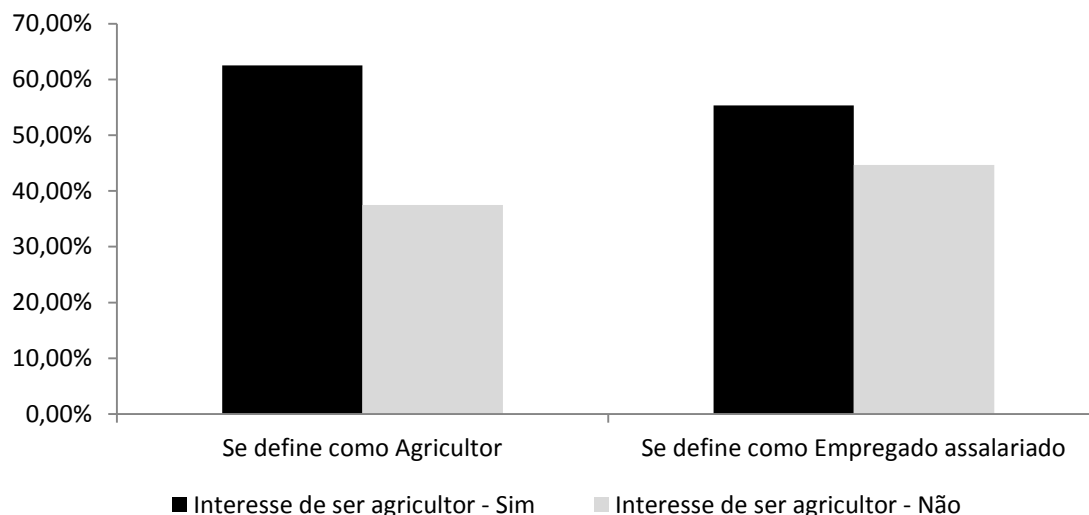
Gráfico 53- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por número de filhos e manifestação de interesse em atuar como agricultores



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A questão da atividade profissional dos entrevistados, aqueles que se identificaram como agricultores, mesmo exercendo a atividade de assalariado rural, 62,5% disseram que querem atuar na atividade de agricultura (Gráfico 54).

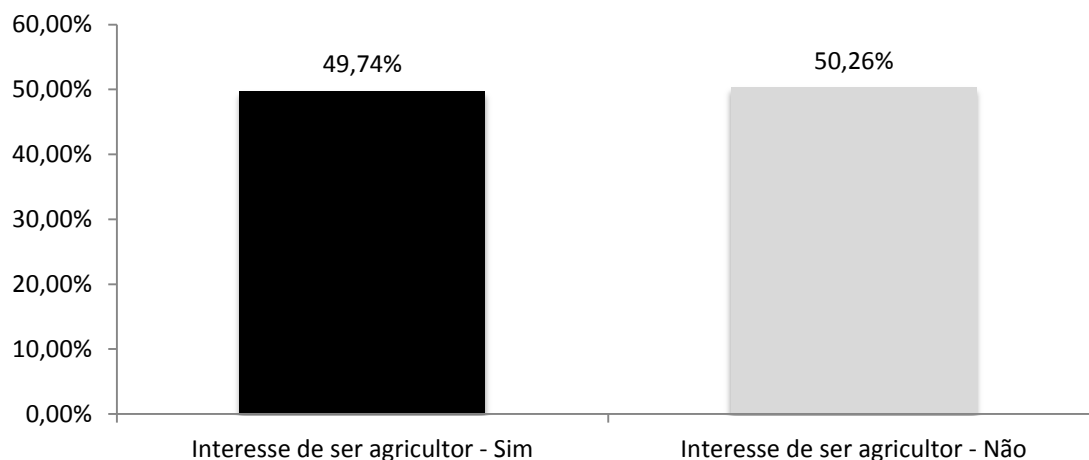
Gráfico 54- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por autodefinição profissional e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A representação simbólica do primeiro emprego formal não se apresentou como fator preponderante para influenciar, ou não, a decisão do agente de manifestar o seu interesse em ser agricultor. Para quase 50% dos entrevistados, em que o trabalho assalariado do dendê foi o seu o primeiro emprego, querem ser agricultores, e a outra metade, não. (Gráfico 55).

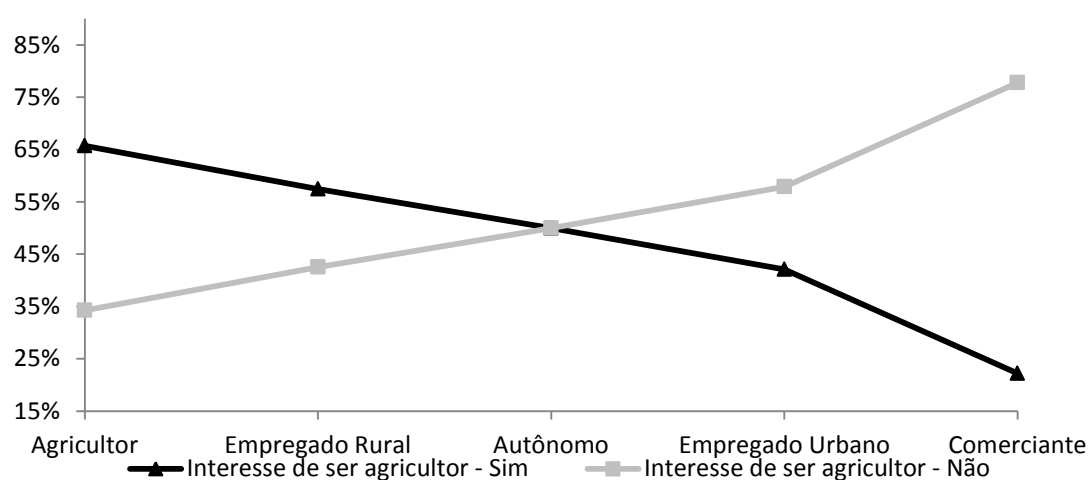
Gráfico 55- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que tiveram o primeiro emprego formal e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

E possível identificar uma relação da atividade que o agente exercia antes de ser assalariado do dendê com a vontade de ser, ou não, agricultor. A maioria daqueles que anteriormente eram agricultores ou empregados rurais manifestaram interesse em retornar à sua atividade de produtor rural. No caso dos que disseram que anteriormente eram autônomos não há uma indicação clara. Em contrapartida, os que exerciam algum tipo de atividade nitidamente não agrícola (empregados urbanos e comerciantes) a predominância é serem contrários a atuarem como agricultores (Gráfico 56).

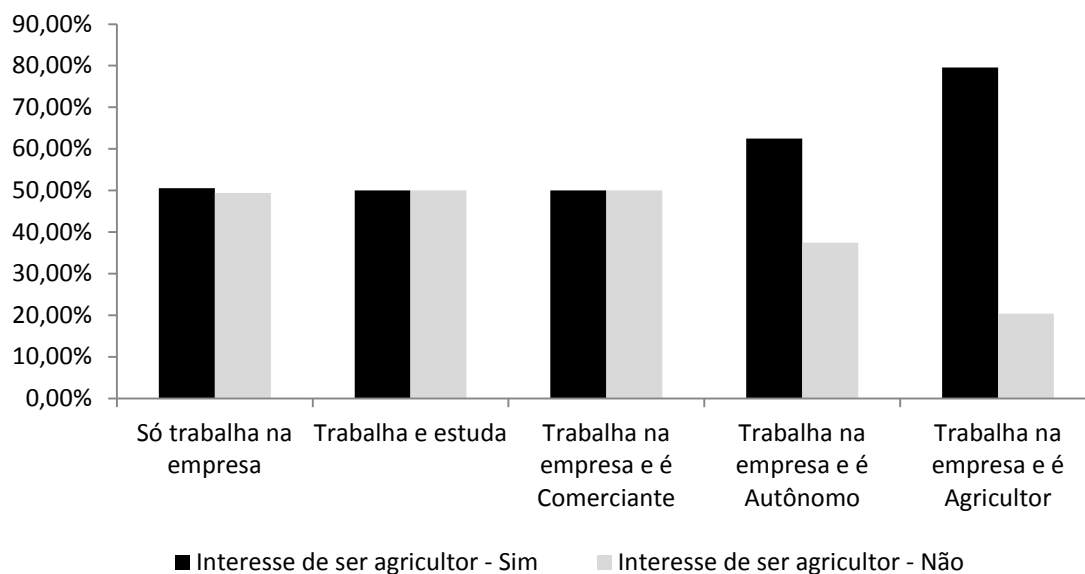
Gráfico 56- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por origem da atividade exercida anteriormente e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Outro dado bastante característico é quando já exerce a função, cerca de 80% dos entrevistados que também exercem atividade de agricultor paralela com a de assalariado, manifestaram interesse em permanecer como agricultores (Gráfico 57)

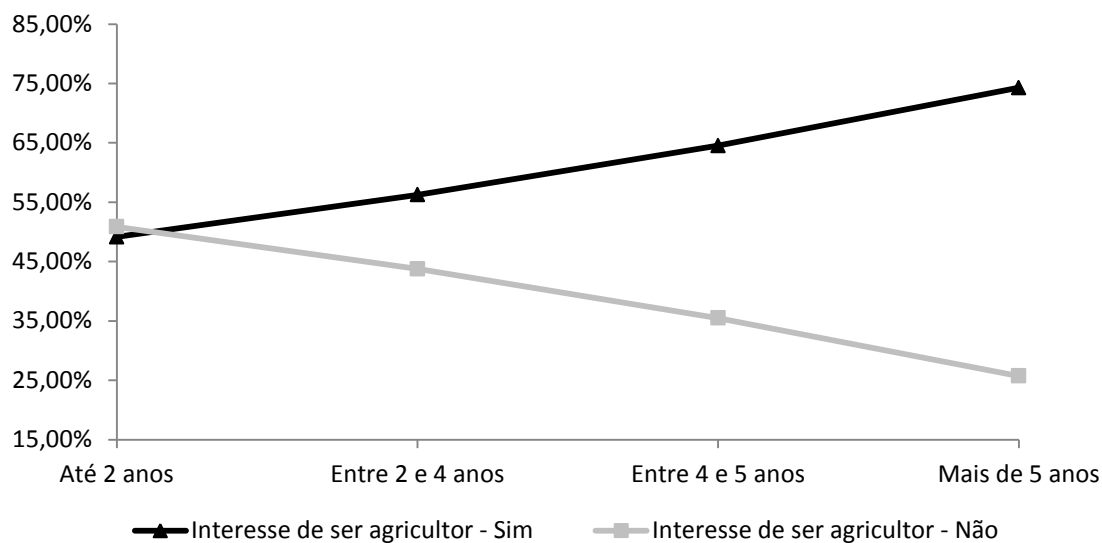
Gráfico 57- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por atividade exercida paralelamente e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A relação do tempo de serviço como empregado assalariado do dendê e a manifestação de interesse em querer ser agricultor apresentam-se como uma aparente contradição, ou seja, quando mais tempo de empresa, mais a vontade do trabalhador em ser produtor rural. Para esta relação não se pode atribuir uma causalidade direta, mas é possível associar às características de ser um trabalho árduo, bem como a falta de perspectiva futura como assalariado, ou ainda a tendência de que os trabalhadores com mais tempo de serviço sejam, também, mais velhos. Os dados apurados indicam que empregados mais antigos, 74%, com cinco anos ou mais de assalariado rural, declaram a vontade de serem agricultores, seguindo assim uma proporção inversa, os que tinham entre 4 a 5 anos, 64%, já os que tinham 2 e 4 anos, 56%, e os que tinham menos de 2 anos, somente 50%, manifestarem a vontade em atuar como agricultor (Gráfico 58).

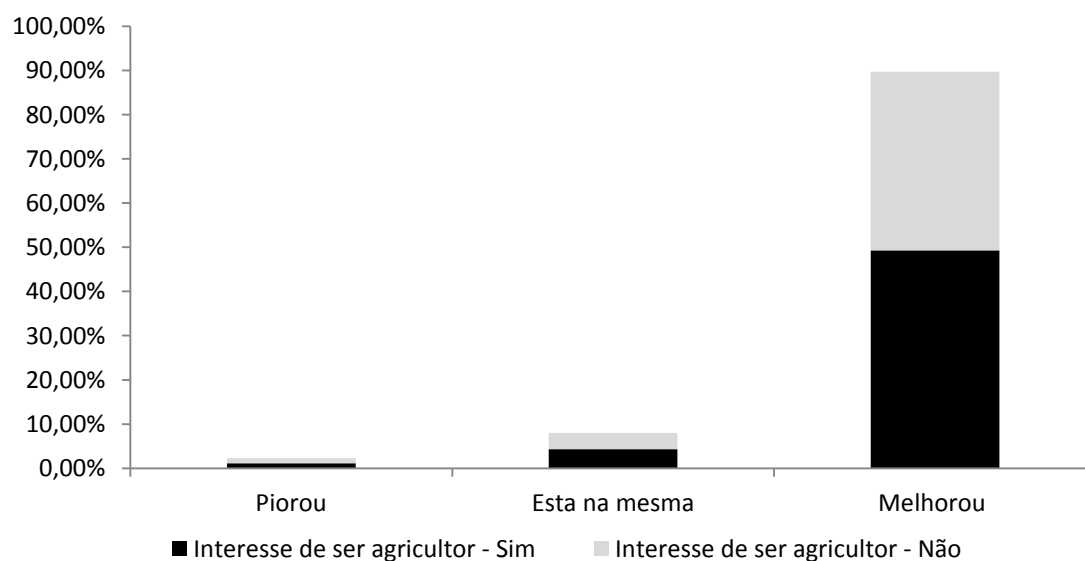
Gráfico 58- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por tempo de serviço e manifestação de interesse em atuar como agricultores



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Alguns pontos apresentam-se dentro de uma racionalidade intrínseca ao agente, e passa a ser coerente se levar em conta outros fatores, como aspectos culturais, advindo do *habitus*. Dos entrevistados, 91% manifestaram uma melhora com o emprego de assalariado rural. Mas mesmo assim, dentre os que apontaram uma melhora na sua vida, 55% expressaram interesse, caso tivessem oportunidade, em deixar de ser assalariados para atuarem como agricultores (Gráfico 59).

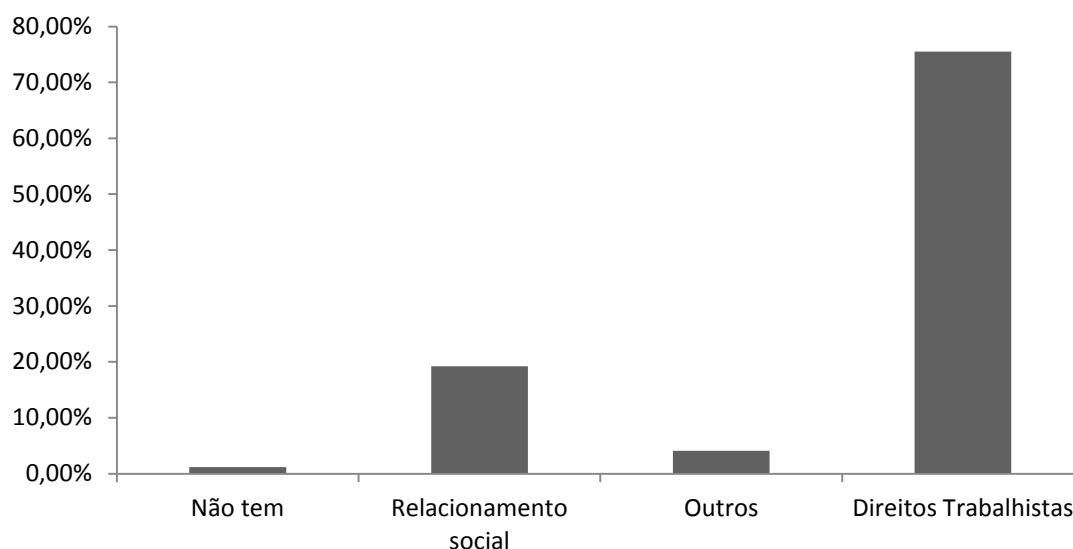
Gráfico 59- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por relação do emprego e a condição de vida, com manifestação de interesse em atuar como agricultor.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Dentre os pontos indicados como positivo por ser assalariado, destaca-se a questão do convívio social com outros trabalhadores, mas em especial, está a indicação de 75,5% para os direitos trabalhistas - aí incluído a segurança financeira, como pagamento salários em dia, direito a férias, jornada de trabalho e etc. - como o principal mote favorável em ser empregado rural (Gráfico 60).

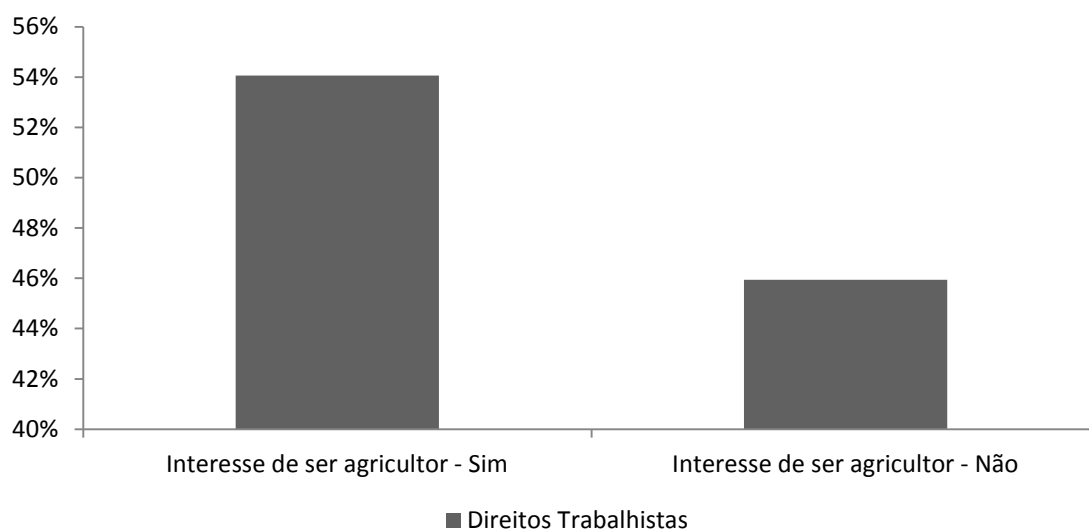
. **Gráfico 60-** Indicação do principal ponto positivo do trabalho de assalariado.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Mesmo os pesquisados que indicaram os direitos trabalhistas, como principal ponto positivo do trabalho de assalariado, para estes entrevistados, a sua maioria, 54%, manifestaram interesse em serem agricultores. O que corrobora a análise de que a questão de direitos e segurança financeira não é algo determinístico que impeça a tomada de decisão favorável em relação ao desejo de trocar o emprego assalariado pela atividade de produtor rural. Demonstrando, assim, mais uma vez, que as motivações dos agentes empregados rurais ao manifestarem interesse em serem agricultores, mesmo reconhecendo a existência de ganhos enquanto assalariado, se explicam por desejos advindos do *habitus* destes agentes, que acabam por influenciar a posição em querer exercer a atividade de produtor rural (Gráfico 61).

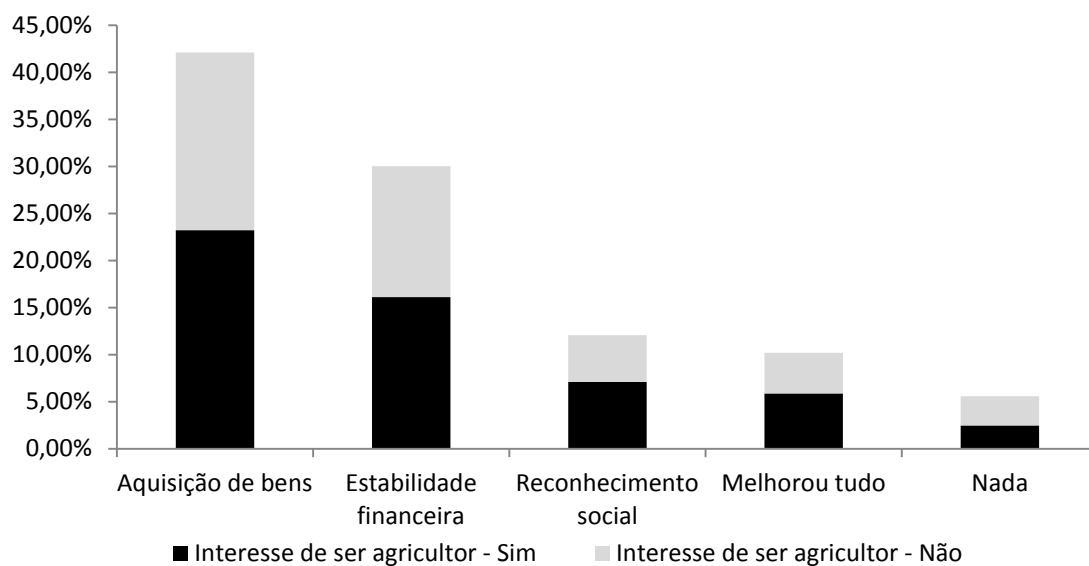
Gráfico 61- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú por indicação dos direitos trabalhistas como principal ponto positivo no emprego, e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Esta mesma condição explicativa para racionalidade das respostas dos pesquisados podem estar relacionados à formação subjetiva do agente. A compreensão da existência destes fatores ajuda a analisar uma aparente incongruência quando indagados sobre o que mudou para melhor na vida do pesquisado nos últimos anos. Nas opções escolhidas, dos quesitos apresentados como fatores positivos, a maioria dos entrevistados manifestou interesse em ser agricultor. Mas o que não significa que há uma relação determinista nas manifestações dos agentes, por exemplo, aqueles que indicaram que nada melhorou na sua vida nestes últimos anos, a posição majoritária é de que não há interesse em ser agricultor (Gráfico 62).

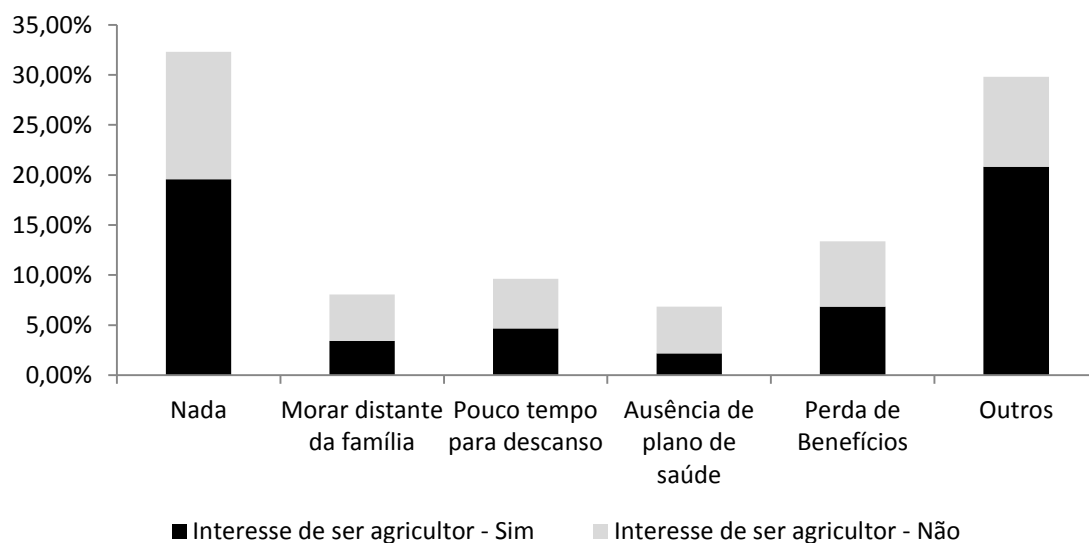
Gráfico 62- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por indicação do que mudou para melhor na vida, e manifestação de interesse em atuar como agricultores.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Pelo *habitus*, os desejos dos entrevistados podem ser melhor entendidos. Como, no caso de que ao serem indagados para indicarem um ponto negativo nestes últimos anos, 32 % responderam que nada piorou, mas ainda assim, 60% destes, manifestaram interesse em serem agricultores (Gráfico 63).

Gráfico 63- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará por indicação do que piorou na vida, e manifestação de interesse em atuar como agricultores.

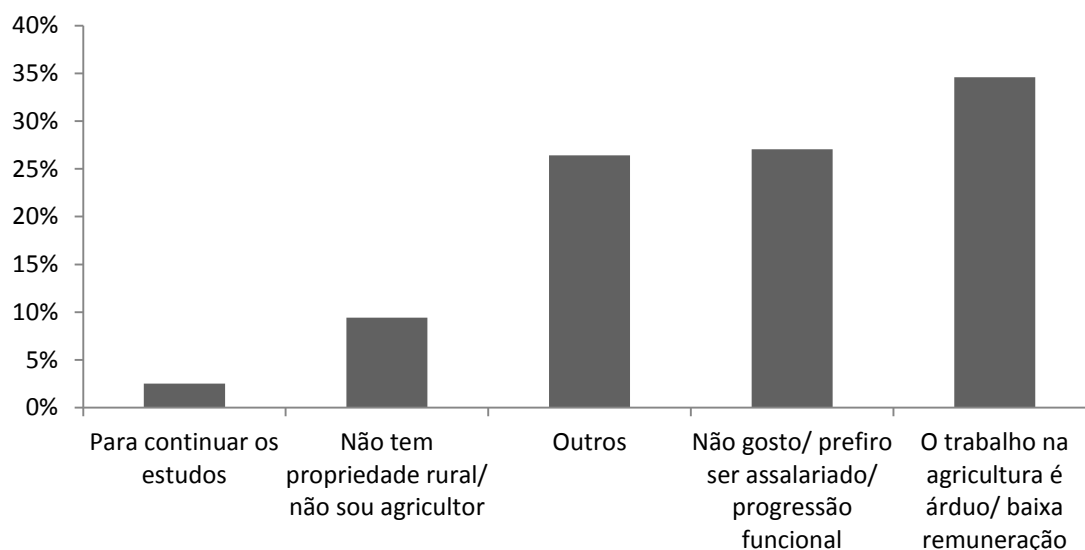


Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Por fim o questionário faz perguntas abertas. Para os assalariados do dendê no Vale do Acaraú é solicitado que expliquem o porquê em querer ser, ou não, agricultor, caso tivessem oportunidade. As respostas qualitativas, a fim de serem quantificadas, foram condensadas e posteriormente agrupadas em opções por proximidade de temas respondidos.

Dentre aqueles que se manifestaram contrários para exercer a atividade de agricultor, a principal recusa estaria no motivo de que o trabalho de agricultor seria árduo e de baixo ganho, com 35%, seguido do argumento da falta de interesse em ser agricultor pelo fato de não se identificar com a atividade de produtor rural e querer buscar na atividade assalariada ou em outra forma de progressão pessoal, com 27%. (Gráfico 64).

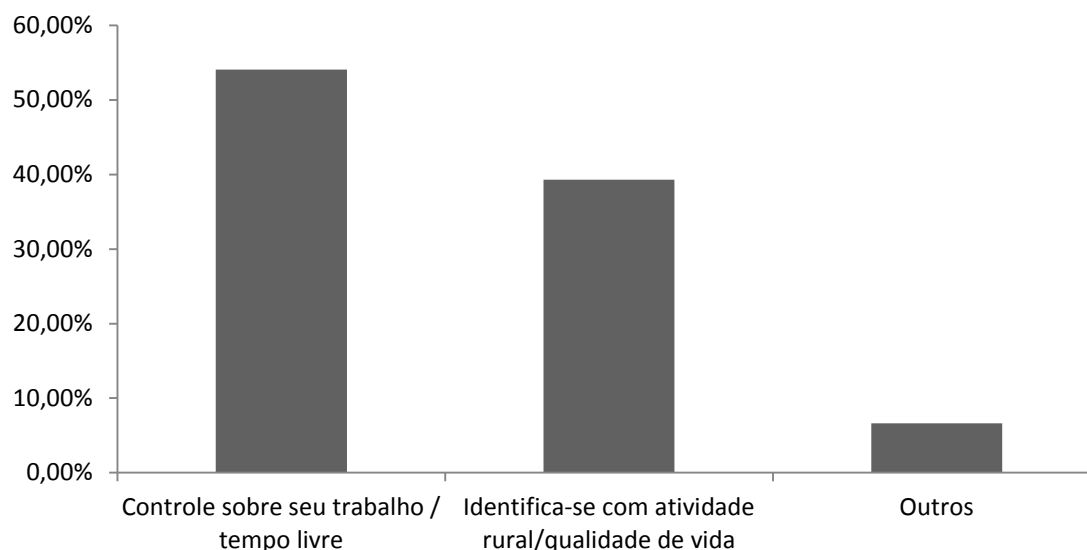
Gráfico 64- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acaraú que manifestaram o não interesse em atuar como agricultores por indicação de motivos



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Para aqueles que manifestaram a sua posição pelo interesse em ser produtor rural, a maioria dos assalariados entrevistados, percebe-se, nas respostas, que a motivação tem uma forte referência simbólica, o principal argumento favorável está em acreditar que como agricultor teriam maior capacidade do controle do seu próprio trabalho, com 54%. Em segundo, com 39%, aparece como argumento a percepção de que na agricultura há uma melhor qualidade de vida, conjugado com o sentimento da valorização da atividade rural (Gráfico 65).

Gráfico 65- Distribuição dos assalariados rurais do dendê no Vale do Acará que manifestaram interesse em atuar como agricultores por indicação de motivos.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A nova ordem simbólica, advinda pela realidade capitalista das grandes empresas agrícolas do dendê, é absolvida de forma diferenciada pelo agente. Cada assalariado rural traz consigo *habitus* específico. Distinta da racionalidade escolástica weberiana, a ação do agente é motivada por uma racionalidade do possível, incidida pelo senso prático, via o sistema de disposição de ser e agir. O sentido é subjetivo, um desejo, porém não é uma construção mental de consciência. O sentido, como senso prático, é um desejo conectado com a realidade vivenciada. As preferências estão associadas às condições objetivas de existência, mas, também, engloba os aspectos de subjetividade na produção, reprodução e nas condições da apropriação cognitiva.

A análise das entrevistas dos assalariados do dendê do Vale do Acará demonstra que uma nova escolha não extingue o que foi socialmente construído, a memória vivida das situações antecedentes permanecem. As crenças e os valores não podem ser interpretados como meras consequências das relações sociais do trabalho. As circunstâncias comuns da vida e as representações simbólicas que as regulam estão associadas ao *habitus* do agente. Como apresentado, o *habitus* ajuda a desvendar as aparentes contradições da racionalidade do agente, que não necessariamente segue uma lógica do *homo economicus*. O *habitus* é inerente à vivência do ser. A essência do ser inclui as representações simbólicas adquiridas nas práticas cotidianas das relações sociais, o que conforma a essência do agente, um ser social.

10 A EXPANSÃO DO DENDÊ NO PARÁ COMO “CONCRETO PENSADO”: DE TRAJETÓRIA ESTRUTURANTE À TRAJETÓRIA ESTRUTURADA

Para compreender o fenômeno do avanço do dendê no Pará, tendo como referência as alterações decorrentes deste fato social, a partir de sua objetivação espacial, o Vale do Acará, como espaço-lugar, retornamos à construção do objeto da pesquisa, agora como concreto pensado.

Para tanto a presente pesquisa recorreu à análise da expansão do dendê como fenômeno, a partir dos efeitos deste fato social, analisados pelo auxílio interpretativo das trajetórias tecnológicas como elementos visíveis da dinâmica da realidade, capazes de qualificar as mudanças ocorridas na reorganização espacial pelo movimento de interação da estrutura estruturante com a estrutura estruturada. Em distintos processos constitutivos de relações sociais formais e informais, agentes e instituições atuaram como elementos de consonância de muitos dos eventos ocorridos na dinâmica evolutiva da trajetória tecnológica do dendê no Pará. No aspecto cultural gera *habitus* secundários que se incorporam à vida cotidiana dos agentes, advindos de novas percepções cognitivas do processo contraditório do sistema capitalista que conflitam com as formações subjetivas e reprodutivas não mercantis. Estas novas relações sociais por si só não apagam a memória vivida. As mudanças processam-se no senso prático de forma mutável, desigual e seletiva entre os agentes. O presente não desfaz o passado, mas se constrói por dentro dele.

Cada trajetória tecnológica constitui uma configuração institucional de um dado momento, ou seja, a governança de uma trajetória é específica e histórica. Ao analisar a trajetória tecnologia do dendê, ao longo da sua história no Pará, detecta-se que no seu processo evolutivo conseguiu agrupar em torno de si um conjunto de eventos. Essa sequência de eventos não segue necessariamente uma relação determinista de causalidade, mas interage dentro do ambiente institucional.

No caso do dendê no Pará, em todas as fases de expansão ocorridas nestes últimos 50 anos, que vão desde meados da década de 1960 até os dias atuais, o Estado tem um papel de destaque, por intermédios de políticas governamentais possibilitou uma sequência de eventos institucionais de reforço à trajetória do óleo de palma. Estes eventos de apoio em torno do óleo de palma geram um polo de atração, cujos efeitos tendem a acumular-se criando um processo de autorreforço da articulação de governança da trajetória tecnológica do dendê.

A atual fase de expansão da trajetória tecnológica do dendê no Pará se desenvolveu em concorrência com as demais trajetórias estruturadas nos espaços-lugar onde se instalaram.

Através de apropriação de meios naturais, obteve-se acesso às grandes extensões de áreas que antes eram destinadas à trajetória empresarial da pecuária de corte e passam a ser plantio de dendê. Das trajetórias camponesas, mediante relações de trabalho, apropria-se da mão de obra, formalmente, por via do assalariamento, ou por uma relação indireta, pela integração da produção. Além de se beneficiarem de recursos financeiros, creditícios, institucionais e simbólicos que favorecem a expansão do dendê, por conseguinte, levaram à redução destes insumos para as outras trajetórias tecnológicas.

A diversidade das formas técnicas e de relações sociais dos agentes, em suas distintas combinações de meios e produtos, objetiva-se espacialmente. Por conseguir uma quantidade significativa de capital simbólico (social, econômico, cultural), a trajetória tecnológica do dendê teve sua capacidade de governança ampliada, o que possibilitou que sua trajetória tecnológica tivesse uma força estruturante. Conformaram-se, assim, ações estruturantes que se defrontaram com a estrutura estruturada (EE) já estabelecida, em um processo contínuo movido pelas relações sociais, inseridas dialeticamente em diferentes arranjos institucionais, reorganizando-se em uma nova síntese espacial, agora já como parte de uma estrutura (r)estruturada (EE') que se efetiva.

Como apresentado há uma síntese relacional entre condições antecedentes, o momento crítico da pecuária extensiva de corte, os eventos de contingências internacionais e arranjos institucionais favoráveis, e etc., que possibilitaram a entrada do dendê. Esta mudança tem como elemento explicativo a dinâmica do fato social da expansão do óleo de palma, com seus efeitos, uma reorganização espacial, fruto de uma relação entre a estrutura estruturante e a estrutura estruturada, objetivada no espaço-lugar.

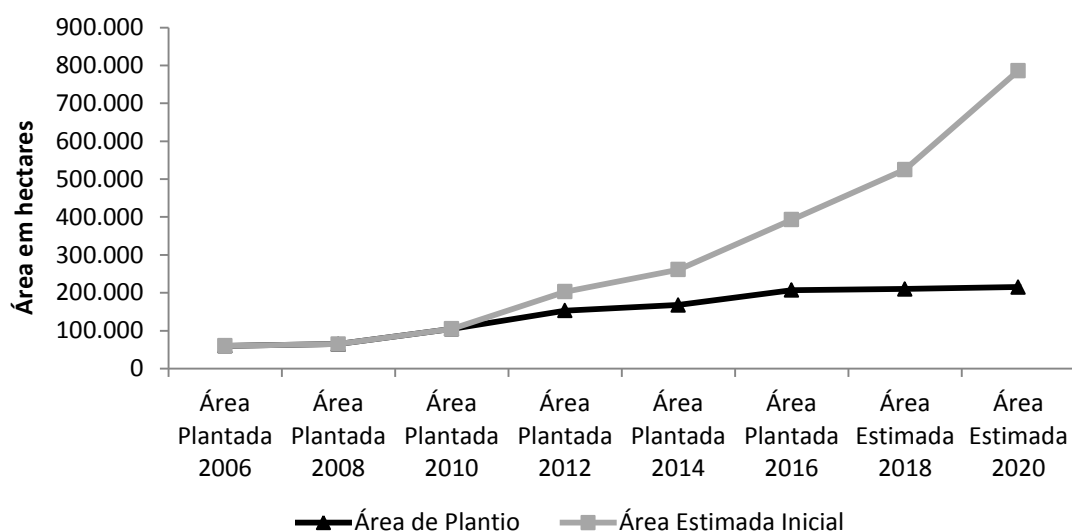
O fato social é percebido pela trajetória tecnológica, pelos eventos associados a sua evolução diante da realidade que a compõe. Por ser um sistema dinâmico, variações nas condições iniciais podem alterar as formas evolutivas de uma trajetória tecnológica. O recente momento do desenvolvimento do óleo de palma no Vale do Acará passa por especificidades de sequência de eventos que estão alterando as previsões anteriormente indicadas para o desenvolvimento da trajetória tecnológica do dendê no Pará.

Não há uma predestinação, muito menos de inevitabilidade. A relação entre passado e o futuro, por ser uma questão não determinística, faz com que a previsão anteriormente traçada se altere, podendo até romper a relativa estabilidade unidimensional exibida durante certo período de tempo. A evolução de uma trajetória não é, necessariamente, sinônimo de crescimento constante e, nem, de fatalidade. Significa antes de tudo uma reconfiguração do

espaço-lugar onde se instala. O que não impede que novas mudanças venham a acontecer, de uma forma abrupta ou por um lento processo.

É bem verdade que aquando do lançamento do programa nacional de óleo de palma no início de 2010 (LULA, 2010)²⁰⁴, previa-se aproximadamente 750 mil de hectares no final da década, previsão que não se efetivará (Gráfico 66). Mesmo assim, o dendê já ocupa a maior área de plantio de monoculturas no Estado do Pará.

Gráfico 66- Área plantada e estimada de dendê no Pará.



Fonte: Elaborada pelo autor (2016), com base em informações coletadas nas empresas.

A principal justificativa para que a estimativa de crescimento exponencial do plantio de dendê não se concretizasse, estaria associada à recente crise financeira mundial iniciada em meados da década de 2000. Com efeito, empresas, como a espanhola REPSOL, as americanas BUNGE e CARGILL, tiveram os seus projetos de implantação do plantio de 72 mil hectares na região reavaliados e suspensos. Até mesmo a empresa Petrobras Biocombustível (subsidiária da Petrobras Petróleo Brasileiro S/A), que tinha como meta produzir 370 mil toneladas anuais de óleo de palma – 120 mil toneladas pela própria Empresa Petrobras Biocombustível (PBIO) –, alegando problemas operacionais, desistiu de levar em frente um projeto específico que previa o plantio de 24 mil hectares nos municípios paraenses de Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri, exclusivamente com a parceria de pequenos e médios agricultores. A PBIO teve suas metas alteradas, e a sua atuação na expansão do dendê limitou-se à participação na Belém Brasil Bioenergia (BBB), uma *joint venture* com a portuguesa GALP,

²⁰⁴ O projeto de óleo de palma brasileiro queria fazer do Pará um dos maiores polos de biodiesel do mundo (LULA, 2010).

atualmente com o plantio de 36.500 mil hectares no Pará, destes 18.500 mil localizados no Vale do Acará. A própria meta da empresa BBB de atingir 60 mil hectares, não será efetivada e a sua indústria de beneficiamento de óleo cru de palma (CPO) está com cronograma atrasado. E o fluxo de investimento previsto de US\$ 530 milhões em 2010²⁰⁵, também sofreu reavaliações. Outra empresa estruturante na expansão do dendê é a Biopalma da Amazônia, vinculada à empresa mineradora Vale S/A, iniciou o seu projeto no Pará com a meta inicial de implantar 80 mil hectares de dendê, reduziu para 66 mil - sendo 56 mil hectares plantio próprios e 10 mil com parceria com a agricultura familiar -. Instalou no município de Moju a sua primeira fábrica de processamento de óleo, e planeja a construção de outras duas no município do Acará. A data em que entrará em funcionamento a refinaria de biodiesel para atender ao projeto de abastecer suas máquinas e locomotivas²⁰⁶ permanece ainda incerta. A americana Archer Daniels Midland Company (ADM), que em 2010 deu início a seu projeto piloto de 12 mil hectares, alcançou até 2016, entre plantio próprio e integrado, em torno 7,5 mil hectares, e está sem previsão de construir sua indústria de processamento de cachos de frutos frescos (CCF).

O peso da crise econômica mundial, iniciada em meados dos anos 2000, teve seus efeitos deletérios por toda a década de 2010, indiscutivelmente levou a uma redução na capacidade de investimentos das *holdings*, e por consequência os processos relacionados ao plano de aquisições das empresas que encabeçavam a expansão do dendê na Amazônia foram revisados, ou cancelados.

Outro fator que deve ser levando em conta pela perda da organização estruturante do óleo de palma na Amazônia, além do aspecto econômico, está relacionado à redução da capacidade de governança institucional da trajetória tecnológica do dendê. Na transição do segundo governo Lula para o Governo Dilma, a iniciativa governamental de ter uma política específica de apoio ao óleo de palma perde a notoriedade, o dendê deixa de ser foco prioritário da ação do governo federal, inclusive sua coordenação, como programa nacional, que antes estava diretamente subordinando à Presidência da República, via Casa Civil, passa a ter como referência organizativa a Câmara Setorial do Óleo de Palma vinculado ao Ministério da Agricultura.

²⁰⁵ Ver anúncios de investimento da BBB em PETROBRAS, 2010; Jornal Valor Econômico de 28.01.2011.

²⁰⁶ Grande parte da produção será utilizada sob a forma de B20 – mistura de 20% de biodiesel e de 80% de diesel fóssil – em locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte da mineradora Vale (VALE 2012).

A atual fase da trajetória tecnológica do óleo de palma na Amazônia encontra-se diante de um momento de consolidação. Desde 2015, a estabilização da expansão do dendê no Pará reflete no quadro das áreas plantadas das empresas, não ocorre mais incorporação de grandes áreas para plantio²⁰⁷ (Tabela 22).

Tabela 18 - Área total de plantio de dendê por tempo de produção no Pará, 2016.

Idade Plantios	0 a 2 anos (Formação)	3 a 7 anos (Produção)	8 a 25 anos (Produção)	> 25 anos (Produção)	Área Total (hectares)
ADM	4.600	1.850	1.100	-	7.550
Agropalma	1.345	18.382	27.700	2.684	50.111
Biopalma	4.030	54.443	4.841	-	63.314
Denpasa	103	2.375	1.699	490	4.667
Dentauá	325	5.442	2.166	11	7.944
Marborges	1.201	5.467	2.267	-	8.935
Palmasa	542	2.497	2.098	1.343	6.480
Belém Bio (BBB)	14.656	26.766	-	-	41.422
Mejer	1.319	8.370	5.910	-	15.599
Outros	0	949	280	-	1.229
Total	28.121	126.541	48.061	4.528	207.251

Fonte: ABRAPALMA (2016).

A então trajetória estruturante do dendê sucede-se como trajetória estruturada. A expansão do dendê no Pará, em especial no Vale do Acará, reflete este estágio, após passar pelos movimentos de disputa na relação entre agentes e estrutura, consolida-se no espaço-lugar onde se instalou e passa a fazer parte do quadro de reconfiguração socioespacial que ajudou a transformar. Incidindo com o conjunto de outras trajetórias tecnológicas²⁰⁸ que juntas passam a conformar a estrutura estruturada do Vale do Acará.

²⁰⁷ Novas plantações estariam voltadas para ajustes na integração de algumas áreas de pequenos produtores. A BIOPALMA tem meta de integrar, até 2019, mais 2500 hectares da agricultura familiar. E também, a renovação do ciclo dos dendezais em extensões já ocupadas, como é o caso Agopalma que pretende renovar, nos próximos 05 anos, 2.500 hectares plantados.

²⁰⁸ Como a trajetória camponesa de lavoura temporária, a trajetória patronal de pecuária de corte, a trajetória patronal de lavoura perene de açaí e piment-do-reino, a trajetória patronal extrativista madeireira, dentre outras.

10.1 A relação entre a produção agrícola e a industrial

Mesmo sem acréscimo de novas extensões de plantio, há descasamento entre a produção agrícola e o processamento fabril de esmagamento dos cachos de frutos frescos (CCF) entre as empresas. Atualmente já acontece a venda da produção agrícola de uma empresa para beneficiamento em outra. Como é o caso da produção da ADM que é comprada pela DENPASA, e a produção da BBB que é vendida para empresas, DENTAUÁ, e, uma parcela menor para, a PALMASA.

A questão é que mesmo sem plantios novos, haverá aumento de produtividade na produção de CCF, pelo crescimento da idade das palmeiras. Caso não ocorra um incremento na capacidade de beneficiamento, este descasamento, que hoje é entre empresas, passará a ser da capacidade industrial total de beneficiamento de CCF e a produção total agrícola, em 2018, o Pará terá capacidade de produzir 3 milhões toneladas de cachos (CCF) o que equivale aproximadamente a 600 mil toneladas de óleo de palma (CPO) e a mais 25 mil toneladas de palmiste (CPKO) (Tabela 20). **Tabela 19**

Tabela 19 – Evolução da produção de óleo de palma no Pará, 2011 a 2018.

Ano	Produção Óleo de Palmiste (CPKO)	Produção Óleo de Palma (CPO)
2011	18.100	207.812
2012	17.934	220.197
2013	18.849	255.278
2014	20.061	299.020
2015	18.619	321.398
2016	20.368	390.494
2017*	23.334	496.794
2018*	25.788	601.155

Fonte: ABRAPALMA * Projeção

Por se tratar de um produto extremamente perecível, o ideal que o CCF do dendê seja processado após 24 horas de colhido, no máximo 48 horas. Para não ocorrer um estrangulamento da produção agrícola, o processo produtivo de óleo de palma no Pará necessitará aumentar a sua capacidade instalada com novas fábricas.

Atualmente existem 14 unidades de beneficiamento de cachos de frutos frescos de dendê (CFF) em óleo de palma (CPO) e de palmiste (CPKO). Com a capacidade instalada de

processar 731 toneladas de CFF por hora, o alcance máximo de atividade das fábricas em 12 horas diárias, chegaria aproximadamente em 11,7 mil toneladas de CFF processados, com a capacidade de produção de 2,3 mil toneladas de óleo por dia (Tabela 24).

Tabela 24 - Capacidade instalada de indústria de beneficiamento de CFF no Pará, em 2016.

Empresas	Unidades	Capacidade Instalada ton/CFF/h
ADM	0	0
Agropalma	6	260
Biopalma	2	270
Denpasa	1	30
Dentauá	2	36
Marborges	1	40
Palmasa	1	35
Belém Bio (BBB)	0	0
Mejer	1	60
Total	14	731

Fonte: ABRAPALMA

Ao compararmos com a estimativa da Associação Brasileira de Óleo de Palma (ABRAPALMA) só de CPO, para 2018, indica que serão 601 mil toneladas de óleo de palma no Pará²⁰⁹, para esta produção necessitaria que as fábricas instaladas trabalhassem no limite de sua capacidade por 261 dias no ano. Caso se mantenham os dados de projeção de produtividade por hectare, e permaneça inalterada a capacidade instalada, pode-se colocar em risco a absorção da produção agrícola.

Mas como há previsão de novas fabricas²¹⁰ de beneficiamento nos próximos anos, o sistema industrial terá capacidade instalada para processar a produção de CCF advinda dos plantios de dendê instalados. Não havendo nenhum evento expressivo, o cenário é que não exista um momento crítico de falta de capacidade de absorção da produção agrícola pela indústria, o que poderia levar a um processo de colapso na cadeia produtiva.

As especificidades da sequência dos eventos futuros servirão para influenciar cenários na evolução da dinâmica desta trajetória no Vale do Acará. Embora o cenário sobre a

²⁰⁹ A expansão do dendê no Pará fica evidente no crescimento da produção óleo de palma, com a projeção para 2018 quase triplica em comparação ao que foi produzido em 2011 de CPO.

²¹⁰ Há indicações da BIOPALMA em instalar mais um fábrica no município do Acará, com capacidade de 150 toneladas de CCF/hora até 2018, e da BBB que prevê a sua primeira indústria de beneficiamento de 120 toneladas de CCF/hora em Tailândia, para 2017. Com este quadro de novas industrias não deve ocorrer um desajuste entre a produção agrícola e capacidade instalada de beneficiamento de CCF. Assim, no Pará, a capacidade industrial de beneficiamento de CCF terá condições de absolver a sua produção agrícola de dendê.

capacidade industrial instalada aponta que terá capacidade futura de processar toda produção agrícola do dendê, que o descasamento entre a produção agrícola de uma empresa pode ser absorvido pelo parque industrial de outra. O fato relevante da agricultura familiar, por não ter meios de escoar por conta própria sua produção, é que ela pode ser afetada, caso o preço da *commodity* de óleo de palma reduza muito e deixe de ser atrativa a retirada da produção pelas empresas, o que acarretará grandes prejuízos a este segmento.

11 CONCLUSÃO

A história acontece e não “desacontece”: as consequências de um evento não podem ser desfeitas, não é possível voltar atrás e anular o fato que originou a cadeia subsequente. Dado que as condições iniciais estão a variar continuamente, a evolução, como processo de sistemas não lineares, tem um componente de imprevisibilidade de comportamento e a possibilidade da existência de pontos de bifurcação²¹¹.

A tomada de decisão, embora influenciada por aleatoriedades, leva em conta a subjetividade objetivada, a partir do senso prático do agente, que se conforma no espaço-lugar, decorrente de relações sociais apropriadas por um ambiente institucional, social, cultural, histórico e simbolicamente constituído.

Portanto, as decisões não se fazem no abstrato, ocorrem por uma lógica de “ação do provável”, por uma racionalidade do sentido prático diante de situações, também práticas, da vida social que são delimitadas pelas necessidades (subjetividade) e pelas oportunidades (objetividade) de cada agente no mundo em que está inserido.

Quando há mais de uma alternativa, a decisão de optar por uma trajetória tecnológica é tomada após a seleção de variáveis de elementos concretos (objetivos e subjetivos) num dado momento, que derivam de eventos que antecederam a escolha. A força estruturante atua na integração das relações sociais²¹² diante de uma estrutura estruturada. Essas condições antecedentes formam um contexto no qual se instala um movimento conflitivo entre as trajetórias tecnológicas estruturadas e a estruturante.

Como a estrutura estruturada é a representação de um dado momento do acúmulo da correlação de forças das relações sociais existentes, o que gera um ambiente social entre as instituições e os padrões tecnológicos já constituídos, as mudanças diante de um momento crítico²¹³ tendem a ocorrer pelo impacto inicial resultante do choque de forças externas com a

²¹¹ Como teoria da complexidade de Ilya Prigogine (2002), onde aponta a presunção do caos como explicação evolutiva.

²¹² As relações sociais são fruto da relação entre os agentes (subjetividade) e a estrutura (objetividade), que resultam da combinação do sistema de objetos (naturais e artificiais, mediados pela técnica) com o sistema de disposições (condições estruturadas e disposições de ser e fazer, pelo *habitus*) que interagem em um ambiente institucional, objetivados na ação, em um dado momento, num espaço-lugar apropriado.

²¹³ O uso do conceito do momento crítico na análise do desenvolvimento das trajetórias engloba variáveis políticas e econômicas. A este conceito o presente texto acrescenta a noção de dualidade do espaço: físico e social, ação homogeneizadora (externa) e ação local (interna), conformando-se dentro da síntese sócio- econômico e cultural que é o do espaço-lugar.

participação de agentes exógenos²¹⁴. Esse impacto de uma nova ação estruturante não acontece de forma mecânica, é relativizado por um duplo movimento: na dinâmica dos ambientes institucionais e tecnológicos, do global e do local. A evolução do dendê no Vale do Acaraú é um exemplo da ação de uma trajetória estruturante que se efetiva pelas relações sociais que afetam e são afetados pelo espaço-lugar onde se instala.

As ações iniciais que se efetivam, a partir de um rearranjo das forças políticas, sociais, culturais e econômicas e são por ele configuradas, estabelecem novos parâmetros para o ambiente técnico e institucional. Pela ação dos agentes advindos da conformação objetiva do sistema de objetos (naturais e sociais), da capacidade de governança institucional e pelas indicações subjetivas derivadas do sistema de disposições (de ser e fazer) estas ações iniciais atuam como força estruturante e desestabilizam a estrutura estruturada de trajetórias existentes; ao mesmo tempo mobilizam novos elementos que provocam uma reorganização do espaço-lugar, visíveis pela dinâmica das trajetórias tecnológicas. Isso gera um legado tecnológico, institucional e de *habitus* que leva a uma nova situação de continuidade, objetivadas espacialmente, como elementos constitutivos da ordem simbólica do espaço-lugar. A nova escolha distancia-se das condições iniciais, reconfigura-se a realidade, sem, necessariamente, apagar a memória, o *habitus*, das situações antecedentes.

As alterações passam a moldar o desenvolvimento de uma trajetória por meio de um conjunto de eventos que, por sua vez, desencadeia outros imprevisíveis conjuntos de eventos, tendo resultados diferentes dos pretendidos no momento inicial, o quando da intervenção com a realidade.

Vários eventos influenciaram esta nova fase de expansão do dendê na Amazônia, além dos aspectos iniciais favoráveis pelo cenário internacional do aumento do preço da *commodity* do óleo cru de óleo de palma (CPO) e pela capacidade em fomentar uma governança institucional de apoio ao dendê, em especial pelo governo brasileiro. É importante considerar as condições específicas da significativa densidade populacional na área rural e a existência de grandes áreas que puderam ser convertidas em mão de obra e plantio, respectivamente, o que transformou o Vale do Acaraú em um espaço-lugar atrativo para expansão da trajetória tecnológica do óleo de palma na Amazônia.

A ação estruturante do dendê transforma a paisagem, influencia mudanças na conformação sociocultural, com *habitus* secundários, e demonstra ter pouca aderência na

²¹⁴ Exógenos no sentido do conceito de Milton Santos (2008, p. 40): de “agentes e dinâmicas em um circuito superior moderno, extraregional, constituído por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moder serviços modernos atacadistas e transportadores”.

construção do desenvolvimento sustentável onde se instala²¹⁵. A trajetória tecnológica do dendê não reverte o quadro de alto grau de pobreza, marcada pela forte demografia rural, concentração de renda e grande dependência de políticas públicas assistências – características que permanecem antes e depois da chegada do dendê no Vale do Acará -, além de consolidar e ampliar um quadro fundiário de concentração de terras.

Com a trajetória do dendê, há uma ação mais eficaz do paradigma agrícola da modernidade, com o uso de um modelo tecnológico que agrega padrões mecânicos, químicos e botânicos, em substituição a padrões menos eficientes da trajetória da pecuária de corte extensiva, o que possibilita incorporar áreas, antes pertencentes à produção da pecuária de corte, para o óleo de palma.

Portanto a dinâmica entre trajetórias não se encerram no momento crítico, inicia-se. No seu curso ocorrem outros eventos aleatórios, o fenômeno da expansão do dendê, antes estruturante, conforma-se, atualmente, já como estrutura estruturada, a trajetória do óleo de palma se instala como ação exógena (estruturante) e em seguida passa a fazer parte como elemento endógeno (estruturado), que por sua vez, no espaço-lugar do Vale do Acará, desencadeia outros conjuntos de eventos.

Esta atual fase, como nas anteriores, da ação estruturante do dendê na Amazônia, o óleo de palma não se expande como uma trajetória que bloqueia algumas trajetórias tecnológicas, mas atua como fator restritivo para o seu desenvolvimento. Pela sua forte ação estruturante consolida-se como uma trajetória tecnológica que detém um acúmulo significativo de capital simbólico que, agora consolidada, passa a compor o quadro das relações sociais, enquanto uma das principais trajetórias na estrutura estruturada do espaço-lugar do Vale do Acará.

Portanto pode-se concluir que interferindo nas relações sociais e na reorganização do espaço-lugar, a trajetória tecnológica do dendê no Vale do Acará consolida-se. Confirmando assim a hipótese central de que a alta rentabilidade do empreendimento potencializa os interesses econômicos das corporações que se sobrepõem à exposição a riscos ambientais, sociais e econômicos. À hipótese inicial da pesquisa pode-se acrescentar que as ausências de

²¹⁵ A implantação dos projetos de dendê na Amazônia tem como característica organizarem-se em grandes extensões, por *plantation*, e que bloqueia a possibilidade da conformação de um ambiente de diversidade ambiental, e, também, restringe-se a uma baixa participação no processo de verticalização produtiva, por se limitar ao beneficiamento dos cachos frescos para produção de óleo de palma. Na atividade local quando muito chega a refiná-lo em biodiesel, deixando com que as transformações de maior valor agregado, a produção local atue apenas como fornecedor de insumos que são processados em indústrias de outras regiões, como as fábricas de produtos alimentícios.

políticas governamentais de empoderamento às governanças institucionais de outras trajetórias, em especial da agricultura familiar, atuam como uma força limitante na possibilidade do estabelecimento de dinâmicas mais sustentáveis na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, A.Z., et al. Current status and policies on biodiesel industry in Malaysia as the world's leading producer of palm oil. **Energy Policy**, v. 37, p. 5440-5448, 2009.
- ACEVEDO MARIN, R.E.A. Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará. **Paper**, Belém: NAEA, 2000.
- ALMEIDA, R. A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006.
- ANTUNES, Ricardo O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação na obra de István Mészáros. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 75-88,
- ARROW, K.J. **Increasing returns: historiografic issues and path dependence**. The European Journal of the History of Economic Thought v.7, n. 2, p. 171-180, 2000.
- ARTHUR, W. B. Competing Technologies, Increasing Returns and Lock-In by Historical Events. **The Economic Journal**, v. 99, n. 394, mar. 1989, p. 116-131. Disponível em: <www.res.org.uk/econ.html>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- BANCO DA AMAZÔNIA S/A, Gerência de Suporte Operacional-Coordenadoria de Administração de Sistemas de Crédito de Fomento (GESOP-COASC) / **Sistema SIG-CONTROPER**, 2013
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 2010.
- BENNETT, A.; ELMAN, C. Complex causal relations and case study methods: the example of path dependence. **Political analysis**, v. 14, n. 3, p. 250-267, 2006. Disponível em: <<http://explore.georgetown.edu/publications/index.cfm?Action=View&DocumentID=20130>> . Acesso em: 20 jul. 2014.
- BERGER, P; BERGER, B. O que é uma instituição social? In.: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2004. p. 163 – 168.
- BERGHOUT, N.A. **Technological Learning in the German Biodiesel Industry**: an Experience Curve Approach to Quantify Reductions in Production Costs, Energy Use and Greenhouse Gas Emissions. Master thesis, Utrecht University, Copernicus Institute, Holanda (2008).
- BERNARDI, B.B O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas Revista Ciências Sociais UNESP**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, 2012.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 (Pensamentos Contemporâneos, 1).

_____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003 (Coleção Margens, 47).

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011a.

_____. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011c (Coleção Sociologia).

_____. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013a (Coleção Estudos, 20).

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p.133-144, 2013.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 (Coleção Estudos, 20).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Biodiesel: selo combustível social**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais-RAIS. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – **STN Transferências Constitucionais e Legais** (2013). Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. Controladoria Geral da União. **Portal da transparência**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRÜSEKE, F. J. **A antropotecnica de Peter Sloterdijk**. In: SEELL, C. E., RUDIGER, F.; BRÜSEKE, F. J (Org.). FERREIRA, J. **Teoria social e técnica**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012. p 41-66.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. (Org.) BRAGA NETO, Ruy Gomes. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

BUTLER R. **Europa importa mais óleo de palma para a produção de biocombustíveis, aumentando os riscos para as florestas tropicais**. 2014. Disponível em: <<https://pt.mongabay.com/2014/05/06/europa-importa-mais-oleo-de-palma-para-a-producao-de-biocombustiveis-aumentando-os-riscos-para-as-florestas-tropicais>>. Acesso em: 13 maio, 2016.

BUTLER, R. ; LAURANCE, W. F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? **Tropical Conservation Science**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2009.

CASANOVA, M. A. **Compreender Heidegger**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CASSON, A. **The Hesitant Boom: Indonesia's oil palm sub-sector in an era of economic crisis and political change, Program on the Underlying Causes of Deforestation, Bogor Indonesia**. [S.l.: Centre for International Forestry Research; UK, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CASTRO, F.F. **Entre o mito e a fronteira**, estudo sobre a figuração da Amazônia na produção artística contemporânea de Belém. , Belém: Labor Editorial, 2011.

CASTRO JUNIOR, A. **Biodiesel do dendê: um estudo de viabilidade econômico-financeira no Estado do Pará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agroenergia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CDESC. Comentário Geral nº 12: o direito humano à alimentação. In: VALENTE, F.L.S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. 1. ed. São Paulo, Cortez, 2002. p 261-272.

CLANCY, J. Are agrofuels pro-poor? Assessing the evidence. **European Journal of Development Research**, v. 20, n. 3, p. 416–31, 2008.

COLBRAN, N.; EIDE, A. Biofuel, the environment, and food security: a global problem explored through a case study of Indonesia. **Sustainable Development Law & Policy**, v. 9, n. 1, p. 4-13, outono, 2008.

COLCHESTER, M. et al. **Promised land: palm oil and land acquisition in Indonesia: implications for local communities and indigenous peoples**. Bogor and Moreton-in-March: Forest Peoples Programme, Sawit Watch, HuMa and The World Agroforestry Centre, 2006.

COSTA, F. de A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 1, p. 35-86, jan./jun. 2009a.

_____. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF, 2009b. p. 215-299.

_____. **Elementos para uma economia política da Amazônia**: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém, PA: NAEA, 2012a.

_____. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira. Belém, PA: NAEA, 2012b.

_____. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém, PA: NAEA, 2012c.

_____. O momento, os desafios e possibilidades da análise territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. **Texto para discussão**, Brasília, IPEA, n. 1788. 2012d.

COSTA, F. A; FERNANDES, D.A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, v. 20, n. 2, p. 1-36, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRNUTRI FSP USP (Centro de Referência para a Prevenção e Controle das Doenças Associadas à Nutrição): **Governo dos EUA ordena retirada de gordura trans de produtos alimentícios**. USP São Paulo 2015. Disponível em:< <http://www.fsp.usp.br/crnutri/index.php/2015/06/18/governo-dos-eua-ordena-retirada-de-gordura-trans-de-produtos-alimenticios/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

DAVID,P.A. **Clio and the economics of QWERTY**. The American Economic Review, v.75,n.2, p.332-337, 1985

_____. **Path dependence, its critics and the quest for historical economics**. Working Paper, Department of Economics, Stanford University, 2000. Disponível em: <<http://economics.ouls.ox.ac.uk/12448/1/0502003.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

DANIELSEN, F., et al. Biofuel plantations on forested lands: double jeopardy for biodiversity and climate. **Conservation Biology**, v. 23, n.2, p. 348-358, 2008.

DAUVERGNE, P., NEVILLE, K.J. The changing North-South and South-South political economy of agrofuels. **Third World Quarterly**, v.30, n. 6, p. 1087–102, 2009.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 127-153.

DOORNBUSCH, R., STEENBLIK R.. **Biofuels**: Is the cure worse than the disease? . Background paper for OECD meeting in Paris 11-12 September 2007. SG/SD/RT (3007)3. 2007

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. **Research Policy**, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.

DOSI, G; NELSON, R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 4, 1994. Disponível em:<
<http://EconPapers.repec.org/RePEc:spr:joevec:v:4:y:1994:i:3:p:153-72>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

DOWN to earth Oil palm investments opposed. Down to Earth. 2001. Disponível em;<
<http://dte.gn.apc.org/49OP.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

DUFÉY, A. International trade in biofuels: good for development? And good for environment? In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, IIED, 2007, Disponível em: <[www. http://pubs.iied.org](http://pubs.iied.org)>. Acesso em: 12 out. 2014.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 2010.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins, 2001. (Coleção Obra-Prima).

_____. **Educação e Sociologia**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a (Coleção Textos Fundantes de Educação).

EIDE, A The right to food and the impact of liquid biofuels (agrofuels). In: RIGHT to Food Studies. Roma: Rome: Food and Agriculture Organization – FAO, (2008).

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo para a cultura da palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2010. Disponível em:
<<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/28936/1/Livro-Dende-16x23cm-22fev.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. **Boletim de pesquisa e desenvolvimento 102**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2016.

ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R.-M. (Coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ERNSTING, A. Agrofuels in Asia: fuelling poverty, conflict, deforestation and climate change. **Seedling**, p. 25–33, July, 2007.

FARINHA de mandioca já é “artigo de luxo”. **Diário do Pará.com.br**. Belém, 10 fev. 2013. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/impresao.php?idnot=166031>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

FITZHERBERT, E. B., et al. How will oil palm expansion affect biodiversity? **Trends Ecol. Evol.**, UK, v. 23, p. 538–545, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Sustainable bioenergy and food security: towards an international framework.** Roma, 2008.

_____. **The sState of food and agriculture - Biofuels: prospects, risks and opportunities.** Roma: FAO, 2008b.

_____. Report on Gender and Equity Issues in Liquid Biofuel Production, by Andrea Rossi and Yianna Lambrou. **Analytical Framework, Environment and Natural Resoucers Management Series**, Roma, FAO, n. 16, 2008c.

_____. **Food price index.** Disponível em: <<http://www.fao.org/worldfoodsituation/wfs-home/foodpricesindex/en/>>. Acesso em: 4 set. 2014.

FGV; UNIÃO BRASILEIRA DO BIODIESEL. **O biodiesel e sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ubrabilio.com.br/sites/1700/1729/00000201.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

FREITAS, M. S. **Selo Combustível Social: Os (des)caminhos da inclusão da agricultura familiar em um mercado energético.** 2011. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC, Santo André, 2011.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n.2 p 89-105, abr./jun. 2003.

GALA, P; FERNANDES, Danilo Araújo; REGO, José Márcio. Pragmatismo e economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 637-661, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v36n3/a08v36n3.pdf>>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612006000300008>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

GBEP. **The global bioenergy partnership sustainability indicators for bioenergy.** Rome: Italy FAO, (2011).

GERMAN, L., et al. “The local social and environmental impacts of biofuel feedstock expansion: A synthesis of case studies from Asia, Africa and Latin America”. **CIFOR Infobriefs**, n. 34, 2010.

GINGOLD, B. et al. “**How to identify degraded land for sustainable palm oil in Indonesia.**” **Working Paper.** World Resources Institute and Sekala, Washington D.C, 2010. Disponível em: < <http://wri.org/publication/identifying-degraded-land-sustainable-palm-oilindonesia>. Acesso em: 4 set. 2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GNANSOUNOU, E., et al. Life cycle assessment of biofuels: Energy and greenhouse gas balances. **Bioresource Technology**, v.100, p. 4919–4930, 2009.

GOES, T., et al. **Biodiesel e sua Sustentabilidade**. [S.l]: EMBRAPA, 2010). 19 p. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2010>> Acesso em: 20 abr.2013.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e luta social no sistema internacional**. São Paulo: [s.n.], 1990.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GREENPEACE **Palm oil quarterly**, August Amsterdam, 2008. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org>>. Acesso em: 12 out. 2013.

GROXKO, M. **Análise da conjuntura agropecuária: safra 2011/12**. Mandiocultura. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/mandiocultura_2011_12.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

GUDYNAS, E; ACOSTA A. **El buen vivir mas allá del desarrollo**. Peru: DESCO, 2011 disponível em:<
<http://www.transiciones.org/publicaciones/GudynasAcostaBuenVivirDesarrolloQHacer11r.pdf>
>. Acesso em 2 nov. 2014

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 23. ed. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2012.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HEIDEGGER, MARTIN, **Ser e Tempo**, 5. ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

HENRI, L. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

HOMMA, Alfredo K.O. Bases para uma política de desenvolvimento da cultura do dendezeiro na Amazônia". In: VIÉGAS, Ismael de Jesus Matos; MÜLLER, Antonio Agostinho (Edt.), **A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2000.

_____. **A imigração japonesa na Amazônia**. Belém: EMBRAPA. Disponível Em:<
<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/144765/1/Livro-Imigracao-Online.pdf>>.
Acesso em. 23 jul. 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em:
<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2011. Disponível em:<
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default.shtm>
> Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias.** 2012. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA –IPEA. IPEADATA 2013. Tema: Assistência Social. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

INDEX MUNDI. **Palm oil production by country in 1000 mt.** Washington, 2014a. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil&graph=production>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

_____. **Preços de mercado.** Washington, 2014b. Disponível em: <www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7>. Acesso em: 18 out. 2014.

LULA lança polo de biodiesel em Tomé-Açu. **Diário do Pará.com.br.** Belém, 6 maio 2010. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/impresao.php?idnot=89057>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

KONDER, L. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEFEBVRE Henri. **Direito à cidade.** São Paulo: Parana, 1991.

LÖW Martina O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP,** São Paulo, v.25, n. 2, p 17-34, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo. 2010.

MAHONEY, J. Path Dependence in Historical Sociology. **Theory and Society,** v. 29, n.4,p.507-548,ago.2000.Disponível: <<http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1007113830879?LI=true#page-1>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Clássicos).

MARTI, S. **Losing Ground:** the human rights impacts of oil palm expansions in Indonesia, Bogor : friends of the earth, life Mosaic and Sawit Watch, 2008.

MARZULLO, R. C. M. **Análise de ecoeficiência dos óleos vegetais oriundos da soja e da palma, visando a produção de biodiesel.** 2007. 302 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MISEREOR. **A bionergia sob tensão das mudanças climáticas e do combate à pobreza.** (2007), Disponível em:< www.misereor.org>. Acesso em: 23 set. 2014.

MITCHEL, D. **Biofuels in Africa: opportunities, prospects, and challenges**. Washington, DC: The World Bank, 2010.

MONGABAY.. **Palm oil is a net source of CO2 emissions when produced on peatlands**. Mongabay.com, 17 dec. 2007. Disponível em:< http://news.mongabay.com/2007/1217-palm_oil.html>. Acesso em: 14 out.2014

MONTEIRO, M.A.; COELHO, M.C. Frentes de Ocupação e exploração econômica do século XX. In: MONTEIRO, M.A.; COELHO, M.C. e BARBOSA, E.J (Org.). **Atlas Socioambiental – municípios de Tomé Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009. p. 45-59.

MONTEIRO, M. A., Os Impactos dos Biocombustíveis nas Trajetórias dos Camponeses da Amazônia. In: ENCONTRO ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ESADR., 2013. Évora Portugal. **anais...** Évora Portugal, 2013. P. 3317-3336. Disponível em:< http://www.esadr2013.uevora.pt/dwld/atas/ESADR2013_P07.pdf>. Acesso em: 4 set. 2014

MODESTO JUNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B.; NASCIMENTO JUNIOR, J. de D. B. **Farinha de mandioca: da subsistência ao consumo de luxo**. Portal Dia de Campo. 18 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=28103&secao=Artigos%20Especiais>>. Acesso em: 20 jul. 2014

NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

NIQUET, B. **Kant: a força do pensamento autônomo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
NÓBREGA, F. P. **Compreender Hegel**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

NORBERT, E. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

NOTÍCIASAGRÍCOLAS REVISTA WEB. **Importações de óleo de palma da Índia batem recorde e devem continuar aumentando**. São Paulo, 2013. Disponível em;< <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/131537-importacoes-de-oleo-de-palma-da-india-batem-recorde-e-devem-continuar-aumentando.html#.WSQ4quvyvIV>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 49-75.

ONU. **Direito à alimentação. Relatório do Relator especial sobre o direito à alimentação**. AG - 22 de agosto de 2007, Doc.N.U. A/62/289, par. 2; KRACHT, U, 2007. p. 120.

PAGE, S.E. **Path depece**. *Quarterley Journal of Political Science*, n. 1, p 87-115, 2006.

PASCAL, G. **Compreender Kant**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PETROBRAS. **Petrobras investe em produção de biodiesel no Pará e em Portugal**. Out. 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/petrobras-investe-em-producao-de-biodiesel-no-para-e-em-portugal/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PIERSON, Paul. Path Dependence, Increasing Returns, and the Study of Politics. **The American Political Science Review**, v. 94, n. 2, jun. 2000, p. 251-267. Disponível em: <http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/Pierson%20APSR%202000.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014.

PIRES, A.P. Amostragem e pesquisa quantitativa: ensaio teórico e metodológico, In: POUPART, J. et al. Pesquisa **qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.154-211

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução de. Fanny Wrabel. 2. ed.- Campus, Rio de Janeiro 2000

PRIGOGINE, I. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD - ONU **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>. Acesso em: 25 dez. 2014.

RANIERI, J. Acerca das chamadas “determinações-da-reflexão”: o lugar do pensamento na produção do real. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 63-74.

RICCI, M. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária**: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1830 e 1840. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>. Acesso em: 13 maio, 2016.

RONDONUWU, O. **Indonesia agency seeks sweeping CO2 emissions cuts**. 2009. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2009/08/28/us-indonesia-climate-idUSTRE57R0ZU20090828>>. Acesso em: 25 set. 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, (Coleção Milton Santos, 4) 2008.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2012a. (Coleção Milton Santos).

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2012b. (Coleção Milton Santos, 11).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2014. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, M. SILVEIRA M. L.. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI São Paulo: Record, 2001.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SATO, J. People in between: conversion and conservation of forest lands in Thailand. **M. Doornbos, A. Saith, and B. White, eds. Forests: nature, people, power, special issue, Development and Change**, v. 31, n. 1, . 155–77, 2000.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1997.

SCHARLEMANN, J. LAURANCE, W. How green are agrofuels? **Science**, v. 319, n. 5859, p. 43–44, 2008.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

SELL, C. E.; RÜDIGER, F.; FERREIRA, J.; BRÜSEKE, F. J. (Org.). **Teoria social e técnica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012

SHATTUCK, A. The agrofuels trojan horse: biotechnology and the corporate domination of agriculture. Richard Jonasse ed. **Agrofuels in the Americas. A Food First Book. Oakland: Institute for Food and Development Policy**, 2009. p. 89–101. Disponível em: <http://www.foodfirst.org/files/pdf/Agrofuels_in_the_Americas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

SIMAMORA, A.P. Palm oil firms vow to stop using forests. **Jakarta Post**. 13, may, 2008.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2012.

THE ECONOMIST. **The campaign against palm oil**". London: The Economist, 2010.

THE JAKARTA POST. **"Bright future for biodiesel in Indonesia"**". Jakarta: The Jakarta Post, 2010.

THOMPSON, E.P. **A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII in Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: CIA. das Letras, 1998.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Oil seeds**: world markets and trade. 2008. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/oilseeds/Current/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

VALE - Inaugura usina de óleo de palma. **Jornal Valor Econômico - Caderno Agronegócios**, 26 jun. 2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/agro/2728714/>

biopalma-da-vale-inaugura-usina-de-extracao-de-oleo-de-palma-no-pa>. Acesso em: 21 dez.2014.

VALE, Petrobras e ADM fortalecem aportes na palma. **Valor Econômico** (on line). 26 out. 2012. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/vale-petrobras-adm-fortalecem-aportes-setor.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEDDA, M. Sobre o ideal e o ideológico no Lukács tardio. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 19-30.

VEL, J. **Jatropha in Eastern Indonesia**: the commoditization of an alternative biofuel crop for marginal areas. Workshop paper for ‘Biofuels, Land and Agrarian Change’, Saint Mary’s University, Halifax, Canada, 2009. p. 16–17.

VON BRAUN, J. **The world food situation**: new driving forces and required actions. IFPRI’s Biannual Overview of the World Food Situation presented to CGIAR Annual General Meeting, Beijing, 2007.

WAKKER, E. **Greasy palms**: the social and ecological impacts of large-scale oil palm plantation development in Southeast Asia. Friends of the Earth. 2005. Disponível em:<www.foe.co.uk/resource/reports/greasy_palms_impacts.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

WHITE, B., DASGUPTA, A. Agrofuels Capitalism: a view from political economy. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 593-607, 2010.

WICKE, B., et al. **Drivers of land use change and the role of palm oil production in Indonesia and Malaysia**: overview of past developments and future projections, Utrecht University, Utrecht, 2008.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. “A ciência como vocação”. In: WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2008.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2012. 2 v.

WORLD BANK. **Agriculture for development**. World Bank Washington, 2008.

WRI. **Project POTICO**: sustainable palm oil on low carbon degraded land. 2010. Disponível em: <<http://www.wri.org/project/potico>>. Acesso em: 17 out. 2014.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT - WRM, **The bitter fruit of oil palm**: Dispossession and Deforestation. World Rainforest Movement, United Kingdom, 2001.

WILLIAMSON, O. Por que direito, economia e organização? In: ZYLBERSTAJN, D. SZTAJN, R. **Direito e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WILLIAMS, R. **Política do modernismo**: contra os novos conformistas. São Paulo: UNESP, 2011.

ŽIŽEK, S. **O amor impiedoso (ou: Sobre a crença)**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

